

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Allony Rezende de Carvalho Macedo

**PRESENTE, PASSADO E FUTURO: PERSPECTIVAS DOS INTELLECTUAIS
AUTORITÁRIOS E DO TENENTISMO SOBRE A REPÚBLICA LIBERAL-
OLIGÁRQUICA**

Juiz de Fora
2015

Allony Rezende de Carvalho Macedo

**Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo
sobre a República Liberal-Oligárquica**

DISSERTAÇÃO apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e Trabalho, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Macedo, Allony Rezende de Carvalho.

Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais
autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal-
Oligárquica / Allony Rezende de Carvalho Macedo. -- 2015.
204 p.

Orientadora: Claudia Maria Ribeiro Viscardi
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em História, 2015.

1. Tenentismo. 2. Autoritarismo. 3. Primeira República. I.
Viscardi, Claudia Maria Ribeiro, orient. II. Título.

ALLONY REZENDE DE CARVALHO MACEDO

Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a
República Liberal-Oligárquica.

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e Trabalho,
como requisito parcial para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 18/08/2015

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) - Orientadora

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF)

Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior (PUC-Minas)

Dedico este trabalho a meus pais, Marília e Wagton, a minha namorada Thaise e a quem mais fizer da História uma de suas ferramentas de inserção enquanto sujeito no mundo que o cerca.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora por receber o que já foi um projeto de pesquisa e que agora toma esta forma de dissertação. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que financiou esta pesquisa, e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFJF que viabilizou, com recursos financeiros, a presença em importantes eventos onde pude discutir com pares questões essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço também à professora Claudia Viscardi, minha orientadora, pela paciência, disponibilidade, inúmeros livros emprestados e ensinamentos desde a Iniciação Científica que me foram e serão sempre úteis. De suas aulas sobre a Primeira República nasceu a ideia central que inspirou este trabalho e contando com sua imprescindível orientação e incentivo pude fazer desta ideia uma pesquisa. Reforço aqui meu muito obrigado.

Agradeço ao professor Fernando Perlatto Bom Jardim e a professora Cristina Buarque de Hollanda, primeiro por terem aceitado o convite para compor minha banca de qualificação e segundo pelo empenho de ambos na leitura cuidadosa do meu texto e nas sugestões de necessárias modificações que foram importantes na continuidade do trabalho. Com polidez e firmeza, souberam apontar os problemas e destacar qualidades a serem exploradas, como fazem os grandes professores. A eles sou muito grato.

Agradeço aos professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF pelas discussões a cerca da História e do ofício do historiador, que de alguma forma estão presentes nesta dissertação e na minha formação profissional como um todo.

Agradeço aos amigos que fiz na minha turma de graduação, 200911, importantes para o meu crescimento humano e acadêmico, cuja a amizade ainda hoje é de grande importância. Faço menção também aos colegas do programa de pós-graduação, sendo grato pela troca de informações, experiências e angústias que foram fortalecedoras e engrandecedoras. Em especial ao, por ora doutorando, Vitor Figueiredo que sempre trouxe sugestões de livros, artigos e discussões enriquecedoras.

Seria injusto também deixar de mencionar os meus demais professores, dos primeiros aos últimos, pois foram muitas vezes minhas referências pessoais e profissionais. Em especial agradeço à professora Udni e à professora Fátima Barcellos que, ainda no ensino fundamental, me despertaram o gosto pelas letras e pelo papel emancipatório do conhecimento.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Redentorista em Juiz de Fora por terem resgatado importantes dicionários de época de seu acervo para tornarem possível minha pesquisa e pela paciência de me orientarem sempre que solicitei.

Quanto aos meus pais, Wagton Sebastião Lacerda Macedo e Marília Rezende de Carvalho Macedo, não há palavras para retribuir o esforço de toda uma vida empenhada na minha educação – no amplo sentido do termo. Foi na minha casa que tive minhas primeiras lições. Com meu pai, aprendi a ler – jamais esquecerei – e, por ele e minha mãe, sempre me foi facultado dizer e pensar com liberdade. Meus pais fizeram como poucos que, antes de cobrar, acreditaram em mim e para isso abdicaram de muitos de seus próprios sonhos para que vissem os meus realizados. Obrigado mãe e pai por terem feito o melhor e saibam que eu sempre tentei e tentarei corresponder à altura.

Para a Thaise, minha namorada, também deixo aqui registrada minha imensa gratidão pelo companheirismo, por acreditar em mim, por sempre me incentivar em tudo e por me ouvir além do que a paciência humana suporta. Não sei se teria conseguido continuar sem seu apoio.

Agradeço aos meus familiares presentes durante esse caminho, se sintam abraçados nas figuras dos meus primos-irmãos Ítalo Rezende de Carvalho, Gustavo de Carvalho Rocha, Alex de Souza Carvalho e Fabrício Carvalho Rocha. À Elizabeth Gaudereto faço também uma referência especial pela ajuda com as correções nas traduções.

Aos meus amigos da vida toda, lhes agradeço também pela paciência e companheirismo, principalmente o Talles Magalhães, camarada em todas as situações e que mesmo morando distante esteve e está sempre presente. À Jéssica Costa deixo também meu agradecimento pela amizade e paciência.

*Provisoriamente não cantaremos o amor,
Que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio porque esse não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.*

Carlos Drummond de Andrade, Congresso Internacional do Medo.

Resumo

A República brasileira decepcionou muitos de seus apoiadores ao promover o estabelecimento das oligarquias centrais no poder. O regime não abriu espaço para novas demandas políticas e sociais que se colocaram ao longo das décadas de 1910 e 1920, tornando-se frágil perante diferentes formas de crítica, que passaram do discurso às armas. Nesse sentido, esta dissertação procura avaliar eventuais proximidades entre o que produziam os críticos autoritários da República e o que pregava o Tenentismo no momento de suas primeiras ações armadas. Levando em conta os valores, tradições, práticas e representações fundadores da república liberal brasileira e impressos nas culturas políticas da época, com a contribuição dos propagandistas republicanos do final do século XIX; este estudo procura antes compreender qual a relação que os intelectuais autoritários e o Tenentismo detinham, no imediato de suas atuações, com estes universos de referentes, e a partir daí buscar qual o possível diálogo que os militares rebeldes travariam com os intelectuais autoritários, seus contemporâneos no debate. Afinal, ambos os grupos, que se projetavam como vanguarda das transformações que julgavam necessárias ao regime, dividiam o mesmo ambiente político-cultural de aguda crise dos paradigmas liberais fundadores da República. Para isso, além de uma retomada sobre as contribuições da “geração de 1870” para a construção de um ambiente intelectual e republicano no país, as análises são estruturadas a partir dos ensaios produzidos pelos intelectuais autoritários, entre as décadas de 1910 e 1920, e dos manifestos, moções, cartas e relatórios lançados pelos militares rebeldes no calor das ações de 1922 e 1924. O objetivo final é explorar mais um possível componente do conjunto de referências político-culturais, que contribuiu para impulsionar alguns militares à ação armada, lançando mão de outra abordagem, além das sociológicas ou corporativas, desenvolvidas até então pela historiografia, centradas em atribuir um caráter predominantemente liberal à revolta militar.

Palavras-chave: Tenentismo. Autoritarismo. Primeira República.

Abstract

The Brazilian Republic disappointed many of its supporters by promoting the establishment of the central oligarchies in power. The regime did not open up space for the new political and social demands developed over the 1910s and 1920s, becoming fragile in the face of different forms of criticism, which passed from speech to weapons. Therefore, this dissertation seeks to assess possible proximities between what the authoritarian critics of the Republic were producing and the *Tenentismo* were defending at the time of their first armed actions. Considering the values, traditions, practices and representations founders of the liberal Republic in Brazil and set out in the political cultures of the time, including the contribution of the Republican propagandists in the late 19th century. With these references, the aim is to understand the relationship that authoritarian intellectuals and the *Tenentismo* held at the time of their performances, from this point it would be able to find a possible dialogue from the rebels militaries with the authoritarian intellectuals, in other words, their contemporaries on debate. The liberal model of the Republic founders were facing an acute crisis. After all, both groups that projected as the vanguard of the changes they believed to be necessary for the regime, shared the same political and cultural environment. For this, beyond a retaking on the contributions of the "1870s generation" for the construction of an intellectual and Republican environment in the country, the reports are developed from the tests produced by authoritarian intellectuals, between the 1910s and 1920s, and the manifestos, motion, letters and reports introduced by rebel militaries in the heat of the 1922 and 1924 actions. The final purpose is to search another possible component of the set of political and cultural references, which helped to stimulate some military armed action, using another approach, beyond the sociological or corporate, developed until now by historiography, focusing on attach a predominantly liberal character to the military revolt.

Keywords: Tenentismo. Authoritarianism. First Republic

Sumário

Introdução.....	12
1 O tenentismo em perspectiva.....	24
1.1 <i>O Tenentismo, pela historiografia da Primeira República.....</i>	24
1.2 <i>Por uma abordagem político-cultural do Movimento Tenentista.....</i>	30
1.3 <i>As contribuições do estudo das Culturas Políticas e da Begriffsgeschichte.....</i>	34
1.4 <i>O trabalho com as fontes.....</i>	38
2 Os intelectuais e a política.....	45
2.1 <i>Intelectuais no século XX: os homens e a categoria.....</i>	46
2.2 <i>O uso da categoria intelectual no caso brasileiro.....</i>	49
2.3 <i>O pensamento social brasileiro no final do século XIX: intelectuais e ação política...51</i>	
2.4 <i>A experiência da República Liberal-Oligárquica: da euforia à crise.....65</i>	
2.4.1 <i>Construindo uma governança.....</i>	65
2.4.2 <i>O desgaste do modelo: as experiências da crise.....</i>	70
3 Os intelectuais e o autoritarismo.....	87
3.1 <i>A crise da República: diferentes reações.....</i>	88
3.2 <i>A Crítica do Autoritarismo à República Liberal-Oligárquica.....96</i>	
3.2.1 <i>O papel autoproclamado do intelectual autoritário.....</i>	99
3.2.2 <i>O diagnóstico da crise.....</i>	106
3.2.3 <i>O âmbito normativo, a apresentação das propostas e a tradição do estatismo-orgânico.....</i>	120
4 As revoltas tenentistas de 1922 e 1924.....	138
4.1 <i>A Reação Republicana, o “berço” do Tenentismo.....</i>	139
4.1.1 <i>O episódio das “Cartas Falsas”.....</i>	146

4.1.2 A eleição de Artur Bernardes e a agitação das tropas.....	152
4.2 A prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o Primeiro 5 de julho.....	153
4.3 O Segundo 5 de julho e os levantes de 1924.....	156
4.3.1 Os antecedentes dos levantes de 1924.....	158
4.3.2 O Segundo 5 de Julho e os levantes pelo país.....	161
4.3.3 Da República dos cidadãos à República dos Bacharéis.....	164
4.3.4 O papel dos militares.....	169
4.3.5 O combate ao poder das oligarquias e a defesa da soberania popular.....	179
4.3.6 Uma defesa própria da República liberal.....	184
4.3.7 Os desfechos dos levantes de 1924 e a formação da Coluna Prestes.....	186
Considerações Finais.....	190
Fontes.....	193
Referências Bibliográficas.....	198

Introdução

A República liberal esperada enquanto chave para a expansão da cidadania e “modernização” do aparelho estatal brasileiro, que garantiria a inserção do país no rol das nações “civilizadas”, acabou por decepcionar ao promover a institucionalização do poder das oligarquias centrais. Não demorou para que críticas e contestações mais profundas ao regime aparecessem nos meios civis e militares, indo do discurso a ação armada. Somou-se a esse cenário interno um desgaste internacional dos sistemas político-culturais ocidentais, agravado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, o que contribuiu para gestar no país uma ambição pedagógica que pretendia “modernizar” de maneira efetiva o sistema político e transformar a sociedade liberal-excludente, a partir de um Estado forte ocupado primordialmente por uma elite renovada de técnicos. Tentando encabeçar estas almejadas transformações, entre outros grupos, se colocavam o Movimento Tenentista e, desde os anos de 1910, intelectuais autoritários que buscavam se impor e se destacar dos demais setores sociais pela notoriedade do conhecimento “científico” que julgavam deter sobre a realidade brasileira.

O que esta dissertação se propõe investigar são as culturas políticas em disputa, formação e transformação neste delicado momento da Primeira República, focando naquelas que influenciaram nos discursos e ações dos intelectuais autoritários, bem como nas primeiras movimentações do Tenentismo, ainda em 1922 e 1924. Buscar-se-á captar os valores, tradições, crenças, práticas, influência doutrinal e concepções de sociedade ideal disseminadas entre estes atores, marcadas em grande parte pelo choque entre a idealização da República, construída ainda no final do século XIX pelos intelectuais da geração de 1870, e a vivência da República liberal-oligárquica, após 1889. Explicando melhor, essa pesquisa se concentra em avaliar eventuais proximidades entre as leituras do passado, do presente e propostas de futuro construídas por dois grupos contemporâneos que se projetavam enquanto vanguarda nas transformações que julgavam necessárias ao regime: “tenentes” e intelectuais autoritários. Tudo isso levando em conta as relações com as tradições intelectuais e republicanas que ganharam força no Brasil a partir do movimento republicano, responsáveis pela construção dos bens simbólicos necessários à legitimação do novo regime instalado a partir de 1889. O que orienta essa proposta de análise é a vivência compartilhada por civis e militares nos movimentos de contestação à ordem política liberal-oligárquica, inaugurados nos anos 10.

A título de esclarecimento, são chamados aqui de autoritários os intelectuais críticos do modelo constitucional liberal de 1891, que contribuíram para a elaboração de uma proposta alternativa de organização político-institucional que muito influenciou a estruturação do Estado no pós-30 – filiando-se à reação filosófica internacional ao iluminismo e ao utilitarismo no século XX. De acordo com Bolívar Lamounier, é na obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos que essa formulação adquiriu contornos específicos, defendendo uma forma de fazer política baseada na autoridade dos mais aptos tecnicamente, afugentando outros interesses que não os definidos pelo próprio corpo do Estado – este representante dos interesses nacionais (LAMOUNIER, 1978, p. 345)¹.

Para que o leitor entenda a plausibilidade de se propor um estudo que procure investigar possíveis relações entre proposições tenentistas e aquilo que discorriam os intelectuais do pensamento autoritário, antes de qualquer coisa, é necessário que ele seja situado no contexto a que se refere aqui e em seguida é preciso que seja previamente informado a cerca da historiografia do Tenentismo. Nesse sentido, o atribulado cenário que se instaurou a partir de 1889 – marcado por assassinatos políticos, golpes de estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares e virulentas disputas no Congresso – alimentava a sensação de um regime instável, prestes à ruptura. Dentro de um universo político-cultural ainda influenciado por alguns elementos da tradição monárquica, não tardou aparecerem discursos saudosistas. Estes colocavam aos republicanos o desafio de construir um arranjo que pudesse realizar função análoga ao desempenho do poder Moderador durante o Império (CARVALHO, 2003, p.98). Ora, era preciso organizar a resultante de um movimento bastante heterogêneo composto por fazendeiros, profissionais liberais, estudantes, oficiais do Exército, entre outros.

Um esforço nessa direção foi colocado em prática pelo então presidente Campos Sales, com o que ele mesmo chamou de “política dos estados”. O cerne da solução passava por conferir ao Executivo Federal um grau maior de autonomia em relação às querelas do Legislativo Federal. Ou seja, seria necessário diminuir as tensões dentro do parlamento e mantê-lo em harmonia com o poder presidencial. O que Sales queria era sustentar o Estado nacional bem distante dos conflitos ocorridos entre e dentro dos estados membros da federação recém-implantada, regionalizando-os.

Relativo grau de estabilidade política seria garantido a partir daí, estruturado nos pactos entre o Executivo Federal e algumas oligarquias estaduais projetadas no cenário

¹ O capítulo três, que discutirá os trabalhos e as posições políticas desses intelectuais autoritários, explorará melhor essa questão.

político como protagonistas (CARVALHO, 2003; LESSA, 1999). Os estados organizavam os municípios, e os municípios entravam com a força do poder privado do coronelismo, tendo como principal moeda de troca a manipulação dos votos do interior. Tratava-se de uma configuração antiliberal, na qual a vontade dos indivíduos era suprimida pela cooptação e violência eleitoral (HOLLANDA, 2009, p. 20).

Com o advento do século XX, o café se valorizou e, até a gestão do presidente Afonso Pena (1906-1909), os grupos dominantes conseguiram articular as sucessões sem grandes empecilhos ou entraves – porém, não sem trabalhosas negociações. O que em termos de Primeira República, significava um cenário de quase ausente disputa eleitoral, com ínfima participação popular, marcado pelo protagonismo das oligarquias estaduais dispostas hierarquicamente.

A situação econômica era de altos e baixos. Apesar dos maus resultados promovidos pela crise internacional de 1908, que afetou os níveis do comércio brasileiro, agravados em 1913 com o aumento da dívida em virtude dos últimos empréstimos contraídos; houve nos anos 20, porém, a expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele ligadas. A dinamicidade que se colocou até a Crise de 1929 permitiu a diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas e a criação de outras, sinalizando uma maior complexificação do quadro econômico nacional (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 1-2).

Enquanto isso, no aspecto social e cultural, o país até então envolvido em uma atmosfera de modernidade, construída com a contribuição dos propagandistas do final do século XIX, confiante no progresso e nas ciências, se chocava com uma realidade bastante dura e excludente, dotada de permanências rejeitadas pelos republicanos, que remetiam, em suas leituras, ao período imperial. A maneira informal como a política ainda era tratada, promovendo a exclusão de inúmeros setores que agora reivindicavam novas posições, desagradava e decepcionava. Como afirmou Cristina Buarque de Hollanda, a “ficção eleitoral”, embora garantisse o domínio das oligarquias centrais, não passava despercebida (HOLLANDA, 2009, p.21). No Rio de Janeiro, centro cultural e político do país, as reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906) chamavam a atenção para as piores heranças deixadas pela escravidão (HAHNER, 1993).

O cenário sempre de aparente placidez, porém de muita dinamicidade, foi logo abalado nas décadas de 1910 e 1920 por intensas disputas e conflitos, que chegavam ao âmbito eleitoral, extrapolando para a imprensa e agitando também as ruas. Não só atores

como os militares e oligarquias de oposição (re)apareciam em cena reclamando para si maior protagonismo, mas também os interesses passavam a se diversificar dentro das próprias elites econômicas (VISCARDI, 2012a, p.205). Inaugurava-se um momento de transição, o qual continha rupturas que deram sua contribuição para a contestação e crise da República liberal-oligárquica, culminando com Revolução de 1930².

As eleições de 1909/1910 representaram uma primeira ruptura séria na relativa estabilidade do regime, delineada a partir de Campos Sales. Na disputa, que envolvia o civil Rui Barbosa e o militar Hermes da Fonseca em 1909, elementos importantes da política e das culturas políticas do período foram trazidos para o centro da discussão pública: a representatividade dos governos constituídos, os poderes das oligarquias, o republicanismo, a efetividade do regime federalista, a nação, o Exército, etc. Pela primeira vez na República um debate sobre as instituições ganhou um peso tão grande na imprensa; o que contrastava com o marasmo de outros pleitos. Também de maneira inédita a eleição foi disputada voto a voto – não deixando de existir as fraudes –, sinalizando uma modificação no comportamento político. Criou-se, neste momento, uma barreira crítica definitiva e permanente que abalou a República (BORGES, 2011, p.40-41). Foi nesse contexto e sob estes temas que se reacendeu a polaridade entre civis e militares, algo que seria retomado pelos “tenentes” até os anos 30.

No plano internacional, o liberalismo já cambaleante, desde a guerra franco-prussiana, e confrontado com o socialismo que se fortalecia a partir da organização dos trabalhadores na Europa, sofria mais um duro golpe com a Primeira Guerra Mundial (OLIVEIRA, 1990, p. 49-73). Para Eric Hobsbawm, observou-se nesse momento um colapso dos valores das instituições e civilização liberal na Europa e na América. Afirmava enfaticamente o historiador: “[...] os 23 anos entre a chamada ‘Marcha sobre Roma’ de Mussolini e o auge do sucesso do eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais.” (HOBSBAWM, 1995, p. 115).

Uma contradição a ser resolvida se apresentou de forma inevitável nos debates políticos daquele momento: a esperança na República, como chave capaz de abrir o sistema político a novos atores e às desejadas reformas, era abalada pela realidade da institucionalização do poder das oligarquias agrárias, pelas dificuldades do regime em absorver novas demandas políticas e sociais, bem como pela fragilidade da política

² Luciano Martins (1983:s.p.) defende que a crise da república oligárquica teria começado na década de 1920. Para ele era um processo sustentado em causas essencialmente políticas. Estas correspondiam à incapacidade do sistema oligárquico em assegurar as representações dos estados coadjuvantes no processo político, bem como de atender às demandas das novas elites urbanas e dos militares, que dentre outras coisas, reclamavam o monopólio da violência, frente às milícias estaduais.

econômica. Não demorou para que grupos de republicanos começassem a perceber a dissonância entre as proposições da propaganda, trazida por políticos e intelectuais do final do século XIX, e aquilo que o regime tinha se tornado.

Entre os intelectuais do início do século XX, tal quadro passou a alimentar um sentimento de desencanto em relação às instituições, somado a uma percepção de que seriam os únicos capazes de diagnosticar esse quadro e propor transformações de forma lúcida e técnica (MARTINS, 1987). Afinal, se percebiam em meio a uma nação ainda débil, até mesmo inexistente, sem instrução, destituída de qualquer consciência cívica. Alguns se manifestaram na direção do reformismo liberal, como Rui Barbosa e Assis Brasil, acreditando na organização social a partir da relação bilateral do Estado com o cidadão. Outros se posicionaram pela crítica aberta ao liberalismo republicano, entendendo ser sua ineficácia – algo que seria “comprovado” pelo o que viam no mundo (entenda Europa) – e o seu artificialismo, em relação à realidade brasileira, as causas dos males do século que se iniciava. Estas figuras se apegaram a uma bandeira nacionalista, autoritária e corporativista como saída para os problemas que identificavam no regime. Entre eles destaca-se de antemão Alberto Torres e Oliveira Vianna, pródigos na produção de ensaios histórico-sociológicos desde os anos de 1910, que teriam bastante importância nos debates da década de 1920 em diante.

Os militares, também se posicionavam e não só se detinham aos problemas da caserna. Preocupavam-se também com o quadro sócio-político brasileiro, enveredando pelo caminho do nacionalismo e pelo discurso da necessidade de construir uma sociedade compatível com a ordem legal. Tais questões estiveram presentes na disputa eleitoral de 1909/1910 e seguiram contribuindo, por exemplo, para a fundação da revista militar *A Defesa Nacional*, em 1913, e para a criação da entidade *Liga de Defesa Nacional*, em 1916, esta formada por civis e militares. A revista tinha como um dos temas principais o “problema nacional” e a “má política” conduzida pelos “políticos profissionais”. Nas suas páginas procurava-se entender as causas do “atraso” e o fracasso da modernidade republicana no país. A causa disso foi apontada algumas vezes como sendo a inexistência de uma nação organizada (CAPELLA, 1985, p.79). Abordando temas e fazendo diagnósticos muito próximos aos que Alberto Torres já colocava em seus livros, os militares da revista advogavam que o Exército, estando bem equipado para tal, seria a entidade capaz de dar a disciplina necessária para que aquele corpo amorfo ganhasse uma forma nacional.

Foi nesse cenário que a farda retornou à cena eleitoral na segunda eleição (em ordem cronológica) mais disputada da Primeira República, em 1922, conhecida como *Reação*

Republicana. Diante da inviabilidade de lançarem o então presidente do Clube Militar e ex-presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, como candidato, os militares se aproximaram das oligarquias dissidentes, que se agruparam em torno da chapa Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Concorreriam com os situacionistas Arthur Bernardes e Urbano Santos, estes apoiados por Minas Gerais, São Paulo e o próprio Catete, ocupado na ocasião pelo paraibano Epitácio Pessoa. O tom do engajamento político de parte do Exército desta vez era outro, se mostrando cada vez mais disposto a inviabilizar, por meio da força, o “continuismo” do poder das oligarquias, que na visão destes homens se daria com uma eventual vitória de Bernardes.

Como apontam vários historiadores, tal disputa eleitoral se configurou na busca pela formação de um eixo oligárquico alternativo, que desse expressão às chamadas oligarquias de segunda grandeza, atacando o “imperialismo dos grandes estados” (CARVALHO, 2003; FERREIRA; MARTINS, 1983; PINTO, 2006; PRESTES 1993; VISCARDI, 2012a). Somaram-se a estes os militares, reclamando reformas no Exército e contrariados com o papel de coadjuvante que lhes era dado pelos políticos no Estado, sentimento reforçado após a escolha de civis para ocupar as pastas militares no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922).

Na busca por apoio dos setores urbanos, os opositoristas encampavam um discurso de moralização da política e democratização da República, que se mantinha restrita às mãos de pequenos grupos, de poucos estados, e que nem de longe se assemelhava ao projeto republicano colocado como panacéia dos problemas brasileiros desde 1870. Agitavam-se inclusive as ruas em torno destas bandeiras.

A descrença no sistema eleitoral era um dado presente naquele contexto político. O episódio das “Cartas Falsas” fortaleceu a possibilidade de uma ação opositorista armada – ou “revolucionária”, nos termos da época – tanto entre os militares, que se sentiram ultrajados com as supostas falas de Bernardes dirigidas ao Exército, quanto entre setores civis³. Segundo Anita Prestes (1993), um momento de agitação sem precedentes e que se configurou como o berço do Movimento Tenentista.

Após a vitória de Arthur Bernardes, a juventude militar (os “tenentes”) assumiu o comando da movimentação política contestatória e expressou os anseios generalizados de mudanças institucionais na luta pela “moralização dos costumes políticos”, pelo voto secreto e pelo fim da fraude eleitoral (PRESTES, 1993, p.78). Nasceram as primeiras movimentações do

³ O episódio das “Cartas Falsas” será comentando com mais detalhes no capítulo 4. Porém, a título de informação, refere-se a um conjunto de cartas publicados na imprensa, ainda em outubro de 1921, nas quais, supostamente, Arthur Bernardes dirigia ofensas aos militares. Mesmo com a veemente negação do fato por parte de Bernardes, o episódio foi decisivo para que muitos militares e alguns civis fossem incitados a impedir, sob quaisquer circunstâncias, eventual posse de Bernardes.

Tenentismo e a partir daí se espalhavam no ambiente nacional suas leituras sobre o país e suas propostas para o futuro, na busca pela “republicanização da República”. Seguiriam eles na luta “revolucionária” pela década de 1920, até se aliarem a grupos oligarcas responsáveis pela Revolução de 1930.

Uma dupla tarefa se colocou, naquela década, na busca pela “cabeça do Brasil moderno” (MOTTA, 1994). Seria preciso organizar o país e colocá-lo em pé de igualdade com os países “civilizados”. Ou seja, a “missão” que chamavam para si os intelectuais e os “tenentes” passava pela (re)definição de parâmetros para uma nação moderna; nestas condições,

Não apenas concepções tradicionais são atacadas, mas também as instituições republicanas – identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no real –, elevando o *pathos* de ruptura, trazendo à tona novos atores e a problemática dos direitos e da participação. (LAHUERTA, 1997, p. 93).

Sobre o Tenentismo, a produção historiográfica, inclusive a mais recente – construída sobre modelos sociológicos e centrada no estudo das ideologias – avaliou o ideário militar durante o contexto relatado a partir da formação social e/ou do aspecto organizacional do movimento⁴. Nestes estudos, no geral, o que se afirma é que os “tenentes” não teriam condições de elaborar um ideário próprio e de se livrarem de um “liberalismo de fachada”, utilizando-o como bandeira de luta para atuarem contra a dominação das oligarquias centrais.

Dentro da interpretação classista empreendida por Anita Prestes, a ideologia predominante era a da classe dominante, portanto, o “liberalismo de fachada”⁵. Isso era determinante para que todas as forças de oposição ao quadro político vigente daquela época, sobretudo no início dos anos 20, se filiassem ao discurso liberal (PRESTES, 1990, p.94). Já José Murilo de Carvalho (2005, p.28) reforçou o argumento da “indigência teórica” por outra via, destacando a formação técnica que os militares haviam tido na escola Militar do Realengo, apoiada numa ideologia de despolitização do Exército.

⁴ Resumidamente, estes autores entendem ideologia como conjunto de construções simbólicas que visam legitimar a dominação de classe.

⁵ “Liberalismo de fachada”, nas palavras da autora: “[...] adaptado à realidade do país; um liberalismo incorporado ao pensamento dominante desde as lutas pela independência, revelando-se excludente, conciliador com a permanência da escravidão, antidemocrático e discricionário. As nossas elites, dependendo dos interesses que defendiam a cada momento histórico, introduziam em seu discurso aqueles postulados liberais que lhes pareciam mais adequados para a concretização de seus objetivos político-ideológicos e sociais.” (PRESTES, 1990, p. 92)

Dois raciocínios mais gerais permitem a proposição de outra visão, que esta dissertação procura trazer. Além de reconhecer a forte presença do liberalismo nas propostas dos militares revoltosos, admite-se a hipótese da existência de elementos autoritários nestes mesmos discursos, desde a gestação do movimento, a ponto de tomá-los como objeto da investigação.

Primeiro, refere-se aqui a um momento de crise internacional do liberalismo, como lembrou Hobsbawm (1995), quando a crítica a este arcabouço intelectual se fez inevitável, inclusive entre os próprios liberais. Ganharam bastante impulso os discursos autoritários, nacionalistas e centralizadores, não só no Brasil como na América Latina como um todo (BEIRED, 1999, p. 69-97). Para alguns, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, era o momento de dar respostas brasileiras a problemas brasileiros, rejeitando-se os paradigmas importados da Europa e dos Estados Unidos, principalmente o liberalismo. Diferente do que afirmou José Murilo de Carvalho (2005) e outros historiadores dedicados a uma interpretação corporativa do Tenentismo e do Exército Brasileiro como um todo, como Edmundo Campos Coelho(1976) , Frank MacCann (2007) e Domingos Neto (198-) , há estudos que apontam para uma oficialidade que estava por dentro destes debates nacionais e internacionais, colocando o Exército como parte integrante das soluções dos problemas brasileiros. Estes militares atuavam muitas vezes em conjunto com civis , seja por meio de revistas, ligas ou em comitês eleitorais. Foi o que se viu nas décadas de 1910 e 1920 e o que afirmou categoricamente Leila Maria Capella (1985) no estudo da publicação já citada *A Defesa Nacional*. Nas páginas do periódico, estes militares pensavam no caráter disciplinar do Exército, instituição esta que introduziria na sociedade de civis homens disciplinados, com novos valores, hábitos e concepções. Temas e conceitos como pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo tinham grande importância nessas reflexões. O que se pode ver é que as temáticas acima são também recorrentes nos textos dos intelectuais autoritários e apareceram nos manifestos e cartas dos “tenentes” durante suas ações armadas nos anos 20.

O segundo raciocínio parte do entendimento de que é necessário estar atento à importância da inserção de militares e civis em um mesmo contexto histórico político-cultural. Ademais, chama-se a atenção para o aspecto relacional dessa convivência, que permite a circulação de idéias, o compartilhamento de tradições e construções semânticas, as quais atuam sobre suas formas de perceber e agir sobre o mundo – além dos elementos de classe ou normativos corporativos já considerados pela historiografia. Ora, percebendo as

manifestações políticas enquanto fruto não somente de escolhas pragmático-rationais e estratégicas – ligadas às determinantes sócio-econômicas – como também influenciadas por aspectos culturais e relacionais, este estudo entende que é necessário ir além da exploração *a priori* das filiações teóricas e sociológicas na interpretação dos usos políticos das ideias (BERSTEIN, 1998; CHARTIER, 1990; MOTTA, 2009; QUIRÓS, 2007; SIRINELLI, 2003). Em consonância com os debates da chamada *Nova História Política*, que relacionam culturas e práticas, considera-se que ações e representações são duas dimensões interligadas da vida dos sujeitos. Para compreender tal relação é necessário então entender a cultura ou o escopo cultural enquanto um complexo de categorias cognitivas e como um conjunto de práticas sociais.

A percepção dessas primeiras interrelações, que serão exploradas mais à frente, permite que se desenvolva um estudo centrado em perceber as orientações militares para além das influências do ideário liberal, buscando eventuais relações com aquilo que traziam para o debate os intelectuais autoritários – já que suas vozes ganhavam cada vez mais espaço naquele cenário de crise e crítica ao regime liberal-oligárquico. Fugindo de uma explicação classista ou institucional para a circulação e apropriação das ideias, o que se busca aqui é clarear em mais uma direção aquilo que alimentava o universo político-cultural dos militares rebeldes.

As fontes aqui empregadas, sobre as quais se discutirá de maneira mais detalhada no capítulo 1, são basicamente os ensaios histórico-sociológicos produzidos pelos intelectuais críticos da República, concentrando-se nos autoritários, tais como os trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna produzidos nas décadas de 1910 e 1920, além de discursos proferidos pelos mesmos no IHGB e textos publicados em coletâneas, como a de Vicente Licínio Cardoso, de 1924 (CARDOSO, 1990). A finalidade é entender o que pensavam, o que disseminavam e o que traziam nas suas obras a respeito do debate político daquele momento. No universo dos “tenentes”, o trabalho está assentado principalmente nas moções do Clube Militar publicadas em jornais da época, nos manifestos, proclamações, e algumas cartas produzidas pelos militares ou aliados durante suas ações, além publicações de outros colegas de farda que os combateram nesse período. Dicionários de época também serão consultados como ferramentas para auxiliarem na interpretação de conceitos-chave.

É preciso dizer, no entanto, que esse material será analisado nessa dissertação após um retorno ao final do século XIX, quando os intelectuais se firmaram no Brasil como figuras importantes na construção de bens simbólicos essenciais à desconstrução da monarquia e à

legitimação do Estado republicano – que implicavam em (re)invenções de tradições e na própria legitimação política da autoridade destes homens de letras enquanto sujeitos naquela sociedade (ALONSO, 2002, p. 38-45; MELLO, 93-147; PINHO, 2007, p. 71-72). Esse processo criou complexas relações entre saber e poder, que dariam a estes atores considerável peso político e cultural (GOMES, 2009, p.25-29; LAMOUNIER, 2014, p.14). Uma faculdade a qual reivindicaram para si os intelectuais do século XX, incluindo aí os autoritários (PINHO, 2007, p. 71-72). Nesse sentido, ter ao menos uma dimensão do papel político e cultural destes intelectuais naquela sociedade permite que esta pesquisa faça as aproximações que almeja entre os discursos dos críticos autoritários e dos “tenentes”, já que as fontes referentes a estes últimos, no período que interessa aqui, não fornecem indícios que autorizam estabelecer filiações diretas entre estes grupos.

Desta forma, além de conter uma retomada do ambiente político e intelectual do final do século XIX, o período de abrangência da pesquisa compreende o início da década de 1910 até os levantes militares tenentistas de 1924. Isso porque, além da justificativa já apresentada no parágrafo anterior a respeito do retorno aos antecedentes da República, as primeiras produções voltadas para crítica e reflexão em relação ao regime já se colocavam no início dos anos 10, fazendo parte do ambiente eleitoral e do jogo político, tanto no meio militar como no civil. Encerrar logo após as revoltas militares de 1924 explica-se, primeiramente, porque são esses eventos estruturalmente mais semelhantes entre si, se comparados à Coluna Prestes, extensa, grandiosa e mais heterogênea em sua composição, o que exigiria um estudo mais detido, demandando ainda mais tempo. Ademais, os levantes de 1922 e 1924 configuraram o início do Movimento Tenentista, pouco explorado pela historiografia no que diz respeito à tentativa de verificar possíveis relações do movimento com o autoritarismo, diferente de quando se trata de fazer essa relação no pós-30.

A interpretação das fontes é orientada por uma perspectiva influenciada pelo conceito de cultura política (BERSTEIN, 1998; CÉFAÏ, 2001; MOTTA, 2009) e pelas ligações entre universo semântico e ação política sugeridas pela História dos Conceitos alemã, ou *Begriffsgeschichte*. Portanto, parte-se de uma análise que tem no horizonte a percepção de que é no âmbito das representações políticas conjugadas com a realidade social, que os atores gestam suas leituras de mundo e se posicionam diante dele. É no entendimento desse universo de significados, historicamente dados, que a *Begriffsgeschichte* pode dar sua contribuição para esta pesquisa. O que faz total sentido, já que discursos e vocabulários específicos são

mobilizados em contextos particulares de atuação social e política, de acordo com universos semânticos compartilhados (KOSELLECK, 1992).

Para desenvolver o que propõe esta dissertação se organiza em quatro capítulos. O primeiro se dedica a expor com maior precisão as linhas do objeto aqui tratado. Começando por uma discussão historiográfica mais detalhada sobre o Tenentismo, inserindo-a no espectro da produção nacional, a partir de uma análise crítica. A isso se seguirá uma melhor apresentação da alternativa de estudo do tema aqui proposto, segundo uma abordagem cultural do político, discutindo com mais detalhes as fontes e explicando a maneira como serão abordadas. O objetivo do capítulo, além descrever o objeto com mais detalhes, é apontar a possibilidade contribuição deste trabalho, diante de obras já consagradas sobre o tema.

O segundo capítulo apresenta um esforço no sentido de identificar o que foi um intelectual no Brasil no início do século XX, como esse ator se relacionou com o universo da cultura e da política e que papel desempenhou na crítica à República. Para isso, a pesquisa parte primeiramente da definição da categoria de análise e sua aplicação para o estudo do caso brasileiro, cujos intelectuais se projetaram enquanto sujeitos políticos, pelo menos desde o final do século XIX. Daí a necessidade de retorno aos antecedentes da República, já mencionada acima, para compreender a natureza da autoridade que os homens de letras reivindicavam para si neste momento, postura que retomaram no início do século XX. Em seguida, o texto se dedica a uma contextualização do cenário político-cultural da República, da proclamação aos anos 20, tentando captar a atmosfera de decepção que envolveu tanto civis quanto os militares que compuseram as fileiras do Tenentismo. Construindo relações entre o universo cultural e o político, o objetivo do capítulo é compreender como que os intelectuais e seus discursos se projetaram na política brasileira e ganharam centralidade naquele momento da história republicana.

O terceiro capítulo discute propriamente a produção da intelectualidade autoritária, não sem levar em conta a sua relação com demais críticos do regime em um momento de intenso debate. Uma vez que as avaliações que fizeram do quadro sócio-político dependeram e muito dessa inserção tanto nos debates quanto na ação política em si; já que muitos intelectuais da época entendiam ser o seu trabalho no mundo das letras ferramenta indispensável de transformação política. A intenção é explorar três aspectos principais da produção dos autoritários, a partir das obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna: a forma como se colocavam naquele momento político, os diagnósticos construídos sobre a sociedade e a política e as propostas de mudança que consideravam para o regime. Estando sempre

atento às tradições, valores, práticas e representações trazidas por esses autores, este capítulo é central na avaliação das culturas políticas com as quais conviveram os “tenentes”.

O quarto capítulo entra na análise das leituras de passado e do presente, bem com nas propostas de (re)organização do país pelo Tenentismo, entendendo ser o discurso dos militares também uma ferramenta de luta na arena política. Centrando-se na relação texto/contexto, a discussão começará avaliando o cenário que gestou o movimento, durante a *Reação Republicana*, seguindo pelo estudo de manifestos e demais documentos produzidos nos momentos mais candentes e representativos das ações militares, entre 1922 e 1924. As análises procuram estar atentas a possíveis relações entre os diagnósticos e propostas para o “Brasil Moderno” construídos por autoritários e “tenentes”. Relações estas de proximidade ou distanciamento, as quais podem ter correspondências com tradições do pensamento político-intelectual brasileiro que perpassavam os dois grupos. O objetivo é tentar compreender de maneira mais completa o universo que impulsionou os militares à ação, aprofundando a discussão na busca pelo entendimento dos seus valores, representações sobre o passado, o presente e sobre papel que julgavam deter naquela sociedade, construídas sobre referentes culturais que influenciam e são influenciados pelas situações imediatas da luta política. A contribuição desta pesquisa poderá ocorrer com o fornecimento de novos indícios que ajudam a explicar a aproximação entre “tenentes” e outros setores atuantes na Revolução de 30, que contribuíram para por em prática o Estado autoritário, pós-37.

1 O Tenentismo em perspectiva

Este capítulo tem o objetivo de melhor delinear o objeto de estudo desta pesquisa. Ou seja, a partir de uma discussão da produção historiográfica sobre o Tenentismo – inserindo-a nos debates sobre a Primeira República – busca-se apontar as justificativas e os objetivos desta proposta de abordagem alternativa. Isso ocorrerá em conjunto com a exposição dos recursos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa. Essa estratégia de explanação procura, primeiro, justificar a proposta de uma nova forma de análise de um tema tão trabalhado pela História e, segundo, esclarecer quanto as formas de interpretação das fontes.

1.1 O Tenentismo, pela historiografia da Primeira República

A produção historiográfica sobre o Tenentismo pode ser dividida em três correntes (PRESTES, 1990, p. 29). Até a década de 1960, as interpretações estavam inseridas em uma linha de raciocínio classista e dualista de interpretação da história do Brasil. Estes estudos ganharam força no país no intervalo entre os anos 1930 e 1950 – mormente entre os ideólogos do nacionalismo, e nos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, para discutir a “revolução brasileira” (BORGES, 1992, p.15). Seguindo o modelo de estudo da expansão capitalista nos países centrais, avaliava-se que o Brasil estava dividido entre dois setores sócio-econômicos básicos: o pré-capitalista, enraizado no campo, no latifúndio agroexportador e responsável pela conservação de relações de tipo semifeudal e pela garantia dos interesses do imperialismo; e o urbano-capitalista, fundamentado na burguesia industrial e nas classes médias, aspirantes da modernização econômico-social e defensoras do fortalecimento do mercado interno. Fundamentalmente, nessa visão, explicava-se as transformações brasileiras a partir do confronto de interesses entre estes dois grupos (FAUSTO, 1983, p. 9-10; GOMES; FERREIRA, 1989, p.246).

No estudo do movimento dos “tenentes”, essa concepção permitiu elaborações como a de Virgínio Santa Rosa (1976), com primeira edição em 1933, que serviu de base para outras futuras como as de Nelson Werneck Sodré, em 1965 e 1985, e Edgard Carone, em 1969. Para Santa Rosa, o Tenentismo pertencia a um conjunto maior de transformações observado em outros países, colocando-se como força que abria espaço para a ascensão da pequena burguesia como peça importante interessada na modernização da economia e das relações sociais, bem como na sua inserção na política nacional. Contra estes, resistiam as forças do

latifúndio, não preocupadas com “os interesses supremos da nacionalidade”, mas sim voltadas para a preservação de seus privilégios (SANTA ROSA, 1976, p. 41-45). Por sua vez, Nelson Werneck Sodré em seu livro *História Militar do Brasil*, de 1965, afirmou algo muito próximo ao que dizia Santa Rosa, apontando no movimento militar sua função de vanguarda das reivindicações burguesas:

Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre as suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertencia ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que iniciou nos fins do século 19 e que persistiu até depois da Revolução de 1930 [...] (SODRÉ, 2010, p. 266).

Trata-se de uma formulação que reaparecerá tanto no prefácio escrito pelo mesmo Nelson W. Sodré para a terceira edição do livro de Virgínio Santa Rosa, em 1976, e em seu próprio livro específico sobre o tema, *O Tenentismo* (SODRÉ, 1985, p. 52).

Como representantes dessa corrente podem ser citados Leôncio Basbaum, Abguar Bastos, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos (PRESTES, 1990, p. 29). Em detrimento das diferenças entre estes autores, há aquilo que os unifica: a concepção “dualista” da sociedade brasileira que se fez forte por muitos anos na historiografia. Em outros termos, “*O tenentismo seria a expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias*” (Ibidem, p. 29).

Boris Fausto (1983) deu um quadro mais detalhado dessa historiografia. Destacou, no primeiro capítulo, dois modelos de interpretação da crise da “República Velha”, ambos estruturados sob uma concepção dualista da sociedade naquele tempo. O primeiro, mais próximo das concepções que circulavam no PCB, que explicavam a Revolução de 30 e o movimento tenentista a partir da luta de classes entre dois setores básicos: o pré-capitalista, enraizado no campo, onde predominavam relações de produção de tipo feudal e semifeudal e o capitalista urbano, que teria dado origem à formação da burguesia industrial dos grandes centros. Nesta linha, Abguar Bastos defendia que a burguesia industrial teria interferido no episódio a partir da instrumentalização do movimento tenentista, atuando como retaguarda enquanto este último se projetava na vanguarda. Segundo Boris Fausto, Nelson Werneck Sodré seria o mais conhecido historiador defensor dessa tese. O segundo modelo, seria “menos extremado”, nas palavras do historiador, na explicação do episódio de ascensão da burguesia nacional ao poder. Todavia, ainda assim resultava no mesmo tipo de análise dualista, apenas abrindo mão de categorias como modo de produção e luta de classe: de um

lado um pólo representado por uma sociedade arcaica e rural, que consistia em obstáculo ao pensamento economicamente “racional”; de outro um núcleo mais dinâmico, motivado por objetivos racionais e utilitários, que caminhava na direção do progresso. Nesse sentido Wanderley Guilherme dos Santos, já nos anos de 1960, fazendo críticas a Sodré e a Hélio Jaguaribe, apontava que a Revolução de 30 tinha objetivos de destravar a expansão do capitalismo, dificultada pelo completo domínio do aparelho estatal exercido pela oligarquia voltada para o exterior (FAUSTO, 1983, p. 12-19).

Contudo, no final dos anos 60 e, principalmente na década de 1970, proliferaram os estudos acadêmicos sobre a República, especialmente sobre a Primeira República (BORGES, 1992, p. 228). A presença destacável dos militares na política brasileira chamava a atenção daqueles que se lançavam no desafio de interpretar a história do país. Foi aí que, no pós-64, quando os modelos anteriores foram abalados pelos últimos acontecimentos políticos, Caio Prado Jr. propôs uma nova visão sobre o macroprocesso histórico brasileiro, com o livro *A Revolução Brasileira*, de 1966. Mesmo que lançando mão de um aparato teórico marxista – portanto, classista e dualista –, o historiador propôs que a este fosse dado um caminho próprio para a análise do quadro nacional. Diferente do que teria acontecido na Europa, o Brasil não passava do feudalismo ao capitalismo, mas de uma situação colonial, já ligada ao capitalismo em formação, à uma situação nacional, ainda capitalista. Dando, desta forma, os créditos de particularidade ao capitalismo brasileiro, constituído sobre as bases de um “sentido da colonização”. Nossa especificidade estaria na ausência de ruptura com formas sociais e econômicas básicas, convivendo aqui formas de épocas largamente afastadas entre si (RICUPERO, 1998, p. 72).

Tratou-se de uma formulação que gerou debates que, é claro, enriqueceram a interpretação sobre a Primeira República. Trabalhos como os de Paula Beiguelman, *A propósito de uma interpretação da história da República*, 1967, e de Maria do Carmo Campelo de Souza – publicado na coletânea *Brasil em perspectiva*, de Carlos Guilherme Mota 1968 – observaram que, pelas próprias características pouco marcadas dos setores urbano-industriais, o antagonismo com o setor agrário era apenas superficial, ou que estes eram complementares (GOMES; FERREIRA, 1989, p.247). Modificava-se então a explicação polarizada da crise dos anos 20, apontando-a agora como resultado da eclosão de uma crise institucional nas bases do sistema político-administrativo, somada à queda do setor cafeeiro no final da daquela década.

Estas formas interpretativas atingiram mais especificamente o tema do Tenentismo a partir da revisão histórica e historiográfica feita por Boris Fausto em 1970 com o livro *A Revolução de 30: história e historiografia*. O historiador, contribuindo para aprofundar o debate acima, defendeu que caracterizar o Tenentismo enquanto representante das classes médias seria essencialmente problemático, por dois motivos. Primeiro, pela dificuldade de representação desta classe, tendo em vista a sua heterogeneidade. Segundo, que na sua visão, era controverso imputar à classe média formulações “elitistas” e centralistas, presentes nas proposições de vários militares revoltosos, ainda nos anos 20. De acordo com Boris Fausto, a caracterização ideológica feita por Francisco Weffort desta classe social a alinhava com os setores agrários, ou seja, a colocava enquanto defensora dos princípios da democracia liberal. Enquanto que vários “tenentes”, apesar de repetirem muitos aspectos da ideologia liberal, também incorporavam fragmentos da ideologia antiliberal, que foi se constituindo após as decepções dos primeiros anos da República e se fortalecendo ao longo dos anos 20 (FAUSTO, 1983, p.67-69)⁶.

Também se destacaram nestas discussões Maria do Carmo Campelo de Souza, 1968, e Décio Saes, 1975. Estes também contestavam o Tenentismo enquanto representante da pequena burguesia, dando ênfase na ausência de um projeto essencialmente modernizador e industrializante nesta classe social (GOMES; FERREIRA, p.258). Como se pode notar, a primeira corrente passa a ter seu principal argumento, no mínimo, relativizado.

Ainda na década de 1970, mais especificamente 1975, também não se alinhando com a visão dualista de sociedade, Raymundo Faoro revisou e atualizou *Os Donos do Poder* – obra de forte inspiração weberiana. Nela, o autor, avaliando a formação do patronato brasileiro, afirmou que o Estado sempre foi onipotente no Brasil e ao estamento burocrático teria cabido a direção nos negócios públicos. Isso, em última instância, amenizou o poderio que teria recebido a aristocracia rural frente aos negócios públicos, segundo apresentavam outras análises. Seria então, neste raciocínio, o Exército apontado como peça do estamento, não de uma classe em específico (BORGES, 2011, p.33; GOMES; FERREIRA, 1989, p.252).

Ainda nesse período, contribuições de economistas como Pelaez, Vilela e Suzigan, questionavam a grande influência do setor cafeeiro sobre o Estado, apontando serem suas políticas econômicas mais como fruto de uma ortodoxia do que produto das exigências diretas

⁶ Observe o leitor que, diferente de autores como Virgínio Santa Rosa (1976) e Nelson Werneck Sodré (2010), Boris Fausto (1983) não se apegou de maneira irremediável à tese de que os militares estariam na vanguarda de interesses progressistas, defendendo a aplicação estrita do liberalismo constitucional. O historiador ressaltou também a existência entre os “tenentes” elementos centralizadores, elitistas e nacionalistas, que guardavam correspondências com as formulações dos autoritários Alberto Torres e Oliveira Vianna.

daqueles setores. O que abriu caminho para formulações como a de Wiston Fritsch em 1980 e 1989, que a partir de amplo aparato documental, concluiu que o Estado brasileiro encampava as políticas do café mais por questões de manutenção da estabilidade econômica nacional do que para atender especificamente os anseios de um dado setor cafeeiro (GOMES; FERREIRA, 1989, p.250).

Esse raciocínio permitiu que se estruturasse uma análise diferenciada das transformações políticas no Brasil, a qual considerava os setores sociais enquanto elementos menos poderosos perante os aparelhos do Estado. Caminhou-se, então, para um “politicismo estatista”, influenciado pelas formulações de Barrington Moore Jr. de “modernização conservadora” e “revolução pelo alto”, que se tornou dominante, a partir daí (FORJAZ, 1988, p.177-178). Na temática própria do Tenentismo, contribuiu para a configuração do que seria a segunda corrente, constituindo a visão conhecida como “interpretação organizacional”. Esta privilegia os aspectos organizacionais do Exército, o *esprit de corps*, como instrumento de socialização e formação dos quadros, em detrimento da inserção social dos “tenentes”. A bibliografia aponta como representantes dessa corrente: Edmundo Campos Coelho, José Murilo de Carvalho e José Augusto Drummond. Edmundo Campos Coelho, em 1976, defendeu que todas as reivindicações tenentistas estavam ligadas à profissionalização e modernização do Exército, propondo, a partir daí, um estudo estritamente organizacional do movimento (FORJAZ, 1988, p.182). José Augusto Drummond, em 1985 e 1986, apareceu destacando um nítido caráter militar dos “tenentes”, que lutavam pelos os interesses da corporação (GOMES; FERREIRA, 1989, p.259). José Murilo de Carvalho, apesar de não excluir as informações e influências advindas da sociedade, propôs, já em 1977, que as características fundamentais do movimento deviam estar atreladas ao seu caráter organizacional. Posição esta, que o mesmo autor repetiu em publicação de 2005, *Forças Armadas e política no Brasil*, quando defendeu a utilização do conceito de “Instituição Total”, de Erving Goffman, para estudar movimentos militares. Isso porque, segundo ele, o Exército, enquanto este tipo de instituição, envolve todas as dimensões da vida de seus membros, construindo identidades mais fortes e “*Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente.*” (CARVALHO, 2005, p.13).

Ainda no final dos anos 70, uma alternativa às duas correntes apareceu, propondo uma revisão da absolutização da interpretação, direcionando-se a uma avaliação mais global do Tenentismo. A despeito de suas especificidades, estes autores propuseram que se levassem em conta os elementos militares e sociais para a análise das motivações e ações dos “tenentes” na

crise da Primeira República. Apontam-se como principais representantes dessas teses Paulo Sérgio Pinheiro, Anna Maria Martinez Corrêa, Maria Cecília Spina Forjaz e Anita Prestes. Pinheiro apontava para a importância da análise do movimento na dimensão militar e na sua relação com as classes médias, argumentando que a conjugação destes fatores levaria a uma explicação do fenômeno (PRESTES, 1990, p.31). Corrêa defendeu que, para entender a aparente incoerência que haveria no fato de uma categoria dos quadros do Estado ter promovido contestações à própria ordem a qual pertencia, seria necessário considerar também a sua inserção social (CORRÊA, 1976, p.18-19). Maria Cecília Spina Forjaz, que já vinha publicando trabalhos sobre o tema em 1977, 1978, afirmou em 1988 que os “tenentes” de fato assumiram os valores de corporação, o que inclusive teria lhe dado a sensação de setor privilegiado no estrato social para a ação política armada; porém, não estiveram isolados das influências da sociedade civil. Esta autora afirmou, categoricamente, serem os “tenentes” o grupo do Exército mais permeável às influências civis (FORJAZ, 1988, p.203). Por último, destaca-se aqui o livro de Anita Prestes, de 1990, *A Coluna Prestes*, no qual a autora afirmou que, para entender as motivações do movimento, precisava-se atentar que “*Os ‘tenentes’ eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas por uma muralha chinesa [...]*” (PRESTES, 1990, p.73). Ao contrário, os militares eram não somente oriundos dos setores médios, como também mantinham amplas ligações com o mundo civil e com a vida nacional. Em última instância, o que se observa dessa última corrente é que cada autor, em seus respectivos trabalhos, ressaltou um ou outro aspecto no seu estudo, mas todos eles destacaram que é importante ter sempre os dois, o social e o corporativo, no horizonte de análise⁷.

Em 2012 Isabel Aragão (2012) lançou *Da Caserna ao Cárcere*, livro que se propõe atento aos elementos corporativos e sociais para explicar o movimento militar, mas que vai além, ao acompanhar a trajetória de algumas lideranças no desenrolar dos eventos até 1930, procurando identificar uma identidade rebelde que se formava nos embates e na repressão que sofriam do governo federal. A autora busca no texto uma resposta alternativa a uma explicação classista, ao enveredar por uma abordagem que dialoga com a história cultural, se concentrando antes nas representações construídas por esses militares sobre suas experiências vividas do que na sua posição social, para tentar compreender os rumos do Tenentismo.

⁷ A título de exemplo, se Anita Prestes (1990; 1993) deu mais atenção à relação entre militares e meio civil para explicar as ações do movimento em seus trabalhos, Anna Maria Martinez Corrêa (1976) explorou com mais detalhes o universo militar, no seu estudo sobre a rebelião de 1924, em São Paulo.

1.2 Por uma abordagem político-cultural do Movimento Tenentista

No geral, guardadas as diferenças entre os autores, o que se observa nas três correntes são pesquisas fundadas em modelos sociológicos ou no estudo das ideologias, em outras palavras, avalia-se o ideário militar a partir de sua base social ou pelo aspecto organizacional do movimento. Seguindo essas orientações, as abordagens se aproximam no sentido de afirmar que os “tenentes” não teriam um ideário próprio, uma formulação original para os problemas do Brasil, gozando então de “indigência teórica”.

Dentro da visão marxista de Anita Prestes, o que o Tenentismo pregava era uma extensão daquilo que defendiam as camadas médias urbanas, isso pela sua origem, formação e ligações políticas com tais setores neste momento de crise. Estas, caudatárias das classes dominantes, por sua vez, não assumiam posição autônoma, o que não as permitia elaborar uma proposta política própria:

Por isso mesmo, o tenentismo, ideologicamente, viria ser a expressão dos seus anseios, inspirados nos preceitos do liberalismo brasileiro. [...] A indigência teórica dos líderes tenentistas refletia o seu despreparo para assumir uma posição política independente. (PRESTES, 1990, p.93)

O que faziam os militares, portanto, era flamular bandeiras já levantadas pelas oligarquias dissidentes. A explicação para isso estava na vinculação ou proximidade social de um grupo com o outro.

Já José Murilo de Carvalho optou por dizer que o Tenentismo estava fortemente voltado para o que acontecia no ambiente da caserna, daí sua inaptidão para tratar de assuntos nacionais. Algo que se explicava, sobretudo, pelo fim da Escola Militar da Praia Vermelha, reduto do positivismo, em 1904, e pelo treinamento recebido por um grupo de oficiais no exército alemão, entre os anos de 1906 e 1912 – os quais ficaram conhecidos como “jovens turcos”⁸. Ambos episódios, seguidos pela fundação da escola Militar do Realengo em 1911, teriam contribuído para uma formação mais militarizada e, portanto, mais afastada da política nacional. Nesse ambiente menos politizado do Exército, os “jovens turcos” fundaram a revista *A Defesa Nacional*. No entendimento do autor, o periódico era exclusivamente técnico e teria se dedicado a “[...] traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de

⁸ *Jovens turcos* era um termo pejorativo dado a esse grupo de militares. Para o oficial Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista, o termo soava como elogio, uma vez que os militares turcos, também treinados pelos alemães, haviam promovido reformas importantes no Exército do Império Otomano, tendo se mostrado exímios patriotas. (CAPELLA, 1985, p.53).

treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio, a educação, o afastamento da política, a defesa nacional.” (CARVALHO, 2005, p. 27-28). Estas perspectivas serão colocadas aqui em análise sob outros indícios empíricos e diferente abordagem teórico-metodológica, permitindo a construção da proposta de estudo desta dissertação.

No âmbito empírico, já se falou aqui sobre o trabalho de Leila Maria Corrêa Capella (1985) referente à revista *A Defesa Nacional*. Estudando o periódico entre 1913 e 1918, a autora foi enfática em afirmar que percebeu entre os redatores um engajamento na luta pela organização da nação a partir do Exército. Ou seja, embutido na proposta de rearranjo do aparelho militar, estava também um projeto para a sociedade e, como base para essas propostas, havia leituras sobre o que acontecia naquele momento com o país. O que demonstraria militares inteirados dos acontecimentos da vida política, projetando-se enquanto sujeitos da mudança de tal cenário.

Nas páginas da revista defendia-se que, por meio do serviço militar obrigatório, o Exército seria a instituição que introduziria na sociedade de civis homens disciplinados, com novos valores, hábitos e concepções, contribuindo para a organização de uma nação que ainda não havia se formado e por isso sujeitava o povo a tamanha “politicagem”. O imobilismo que viam nos brasileiros seria também sintoma da desorganização da nossa sociedade; segundo o que trazia a revista, o que havia era “*um aglomerado de gente sem orientação definida, sem unidade, sem coesão, movido ao sabor dos interesses de um pequeno número em detrimento do bem estar material e moral da imensa maioria.*” (ADN, 1916, p.49 apud CAPELLA, 1985, p. 72-73)⁹.

A preocupação com a nação era um tema compartilhado com a intelectualidade do período. Havia um sentimento comum entre estes homens de que, na realidade, o país não gozava de uma nação completa e que estava aí uma tarefa ainda por fazer (CAPELLA, 1985, p. 74). Assim pensavam Alberto Torres, Oliveira Vianna, Sílvio Romero, Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Amado, entre outros.

Uma explicação mais geral para o problema vivenciado pelo Brasil, da qual compartilhava a revista, foi dada pelo Major José de Assis Brasil e se centrou em destacar a maneira *idealista* e apressada pela qual a República havia sido proclamada.

Proclamada a República, em pequeno espaço de tempo foram decretadas todas as liberdades, tanto teóricas como práticas, tanto objetivas como

⁹ A DEFESA Nacional, n. 38, p. 49, 10 nov. 1916.

subjetivas; quase em um só dia foram lançadas as bases de todas as reformas sociais, esboçadas pela Revolução Francesa [...]; quando foi preciso fazer efetivamente a república é que a *exequidade do problema apresentou-se a todos os legisladores e até mesmo aos mais eminentes propagandistas e doutrinadores como o verdadeiro caráter do desconhecido, ignorado.* (BRASIL, 1909, p.40-41 apud CAPELLA, 1985, p.79, grifo meu).

A proximidade dessa leitura com o diagnóstico que Alberto Torres fazia do Brasil nesse momento é destacável. Para Torres, o tom idealista de nossa Constituição não se fazia compatível com a realidade brasileira, de uma nação ainda por fazer, muito distante do nível de organização e mobilização da opinião que exigia um regime liberal. Em *O problema nacional brasileiro*, publicado em 1914, o autor destacava o idealismo das instituições: “[...] não conseguiram fazer descer para o nível dos fatos a nuvem luminosa das doutrinas adotadas; a República vai sendo um jogo floral de teorias, sobre um campo de misérrimas realidades.” (TORRES, 2002a, p. 57).

Oliveira Vianna, leitor de Alberto Torres, também componente importante deste debate, publicou em coletânea de Vicente Licínio Cardoso (1990), de 1924, um texto no qual destacava a ineficácia de instituições liberais quando aplicadas à realidade do Brasil. Não por acaso, o texto foi batizado de *O idealismo da Constituição*. Ademais, em 1927, dedicou um livro ao tema, chamado *O idealismo na Constituição*.

Capella fornece um dado importante que ajuda a reforçar a possibilidade da existência de uma circulação importante de ideias entre civis e militares, naquele momento: no quinto ano da revista *A Defesa Nacional*, em 1918, distribuiu-se regularmente 1.700 exemplares, atingindo 40% da oficialidade do Exército, em sua maioria de tenentes (tenentes e capitães perfaziam 83% da oficialidade atingida), enquanto que quase metade de suas assinaturas eram de civis (CAPELLA, 1985, p.51).

Outro indício empírico de que os militares não estavam isolados no mundo da corporação reside na vivência, pelo conjunto dos atores políticos, do momento histórico da crise do ideário liberal, que no Brasil chegou com mais força após a Primeira Guerra, mas que na França já se colocava desde o final do século XIX. Na Europa e na América Latina era abalada a crença nos regimes constitucionais; diminuía o repúdio a governos centralizadores; as assembleias representativas flertavam com o descrédito e uma série de direitos e liberdades dos cidadãos eram ameaçados, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião (HOBSBAWM, 1995, p.114-115).

De acordo com historiador José Luis Bendicho Beired, o tema da “crise da civilização ocidental” foi constante entre aqueles que pensavam o Brasil e a Argentina, durante o período

entre-guerras. Neste contexto, ganhava força na Europa uma direita nacionalista integrada por diversos movimentos autoritários e fascistas. Tratou-se de algo que não deixou de afetar o Brasil, onde surgiram grupos, não apenas solidários, mas sobretudo fervorosos entusiastas daqueles movimentos e regimes direitistas, com os quais consideravam-se ligados naquilo que entendiam ser um processo internacional de construção de uma nova ordem mundial (BEIRED, 1999, p.71) . O autor vai além e diz que estudar a direita nacionalista autoritária na América Latina deve pressupor sua inserção em um conjunto mais amplo de fenômenos políticos de reação ao sistema liberal e ao comunismo.

Alberto Torres, já em 1912, quando escrevia *O problema nacional brasileiro* tinha certeza do fracasso do liberalismo na França e no Brasil:

A nossa tutora mental [a França] fazia-nos repetir, por símbolos da nossa “psicose”, e alvo das nossas aspirações, a angústia e as dúvidas de um povo, desordenado pela ruína de instituições seculares, e indeciso na escolha de novas formas. O liberalismo, perito na destruição, não tinha aprendido a organizar; [...] a nossa tutora mental, oscilando entre os extremos de suas revoluções e reações, não nos ensinava a caminhar; e nós íamos praticando, como vida normal de sociedade culta, uma existência de colônia moral e intelectual, modelada pelos agentes dessa ocupação [...] (TORRES, 2002a, p. 61-62).

Ora, tais fatos permitem perceber interrelações entre o que pensavam alguns militares e parte da intelectualidade brasileira – uma porção que não necessariamente se alinhava ao pensamento liberal – tudo isso antes mesmo do Movimento Tenentista. Não se trata aqui, há que se dizer, de estabelecer filiações diretas, nem esse é o objetivo deste trabalho. Mas essas sinalizações já demonstram que visões organizacionais ou classistas, que atrelam de antemão a caserna a um liberalismo sustentado pela classe média podem ser relativizadas. O que se quer levantar e investigar nessa pesquisa são as culturas políticas que se colocaram no debate naquele momento, sob forte atuação dos intelectuais, e como que o Tenentismo, já no início do movimento, estabeleceu proximidades e distanciamentos com as leituras e propostas autoritárias, já presentes no mundo político brasileiro desde os anos de 1910.

É preciso dizer que não há novidade em afirmar tais relações. Boris Fausto (1983) e Maria Cecília Spina Forjaz (1988) já anunciavam tendências reformistas autoritárias em embrião entre os militares sediciosos. Esta última foi mais a fundo, procurando inclusive a permanência de orientações positivistas, passando em seguida pela análise das influências autoritárias de maneira mais meticulosa. Porém, diferente da proposta desta pesquisa, estes autores centraram-se na análise do pós-30, momento este em que a posição dos militares é

muito diferente da que ocupavam na candente década de 20. O que se pretende aqui é avaliar como se davam essas eventuais relações nos anos 20, no momento da luta armada. Vale reforçar que o exercício de repensar a forma como o Tenentismo foi abordado surgiu da conjugação desses elementos contextuais com as percepções teórico-metodológicas a serem apresentadas a seguir.

Como já foi sinalizado e será apontado, as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas por um esforço de setores importantes – que buscavam espaço no espectro político – de repensar e dar novos rumos à República. Para os críticos do regime, civis e militares, a República idealizada havia encontrado entraves perante as singularidades brasileiras. Diante da experiência compartilhada em um regime liberal pela Constituição e oligárquico pela prática, intelectuais e “tenentes” se colocavam enquanto sujeitos capazes de diagnosticar e transformar tal cenário – os primeiros pela via pacífica, reformista, os últimos, pelas armas e pelo discurso.

Neste estudo sobre a contestação e crise da República Oligárquica, o que se almeja também entender é o uso político de idéias compartilhadas, no caso dos “tenentes”, indo além da luta armada como ferramenta de ação. Entende-se aqui que o discurso, a palavra, não corresponde simplesmente ao mundo social, sendo também instrumento de transformação do mesmo. Como disse Foucault, em toda sociedade a produção do discurso passa por seleção, controle e redistribuição, ou seja, por uma série de mecanismos que visam controlar seus poderes e perigos, cercando sua “pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2013, p.9-10).

Em um momento no qual os campos político e intelectual se confundiam; quando a Primeira Guerra Mundial tinha uma incidência sobre a maneira como estes atores enxergavam a história, mergulhando-os em virulentos patriotismos; torna-se importantíssimo o estudo do uso político das ideias debatidas nos espaços públicos (SILVA, 2002, p.16). Tal vivência compartilhada pelos intelectuais autoritários e pelos militares envolvidos no Tenentismo, autoriza a investigação de possíveis diálogos existentes entre estes dois grupos distintos, desde a formação do movimento militar. O que poderia contribuir para auxiliar a historiografia sobre o tema no entendimento do alinhamento posterior, ocorrido no pós-Revolução de 30, de importantes figuras dos dois grupos, sob o governo Vargas.

1.3 As contribuições do estudo das Culturas Políticas e da Begriffsgeschichte

Para se posicionarem diante dos acontecimentos que os cercam os atores fazem uso de um conjunto de referentes anteriores a eles, aplicando-os à situação inédita que se apresenta, transformando tanto suas referências quanto a própria realidade social. Desta forma, reafirma-se o apresentado na introdução. Esta pesquisa entende que há outro dado importante além de apontar os militares enquanto representantes de certo setor social, ou marcados pelo seu aspecto organizacional. É necessário que se atente também para o conteúdo das representações que construíram sobre a realidade social de seu tempo, as quais impulsionaram a postura de um determinado grupo de oficiais à ação violenta.

Segundo Roger Chartier, os sujeitos sociais criam representações, leituras sobre a realidade, que orientam suas ações. Todavia, tais percepções do mundo não são neutras, envolvem estratégias, usos e práticas dos indivíduos na disputa pela construção do seu meio. É assim que esse autor aproxima o mundo das idéias e o mundo da realidade material, da ação política (CHARTIER, 1990, p.17). É isso que centraliza a operacionalização do conceito de Cultura Política e da História dos Conceitos na pesquisa proposta.

Ao apresentar o conceito de Cultura Política, Rodrigo Patto Sá Motta não hesita em afirmar: *“Estudos que enfatizam o potencial agregador das representações podem oferecer mais consistência, pois não supõem coincidência entre classe e política”* (MOTTA, 2009, p.27). A sentença se enraíza na percepção de que os homens, ao lançarem mão de um universo cultural e semântico compartilhado durante suas ações, estão sujeitos a influências outras, além do aspecto racional, estratégico ou pragmático. Serge Berstein, em 1998, já trazia em seu texto que a cultura política pode ser entendida como parte de um universo que fomenta um conjunto de referentes que agem sobre os atores durante longos períodos e os fornece uma grade de análise através da qual se orientam (BERSTEIN, 1998). Esta é constituída de valores, tradições, práticas e representações políticas, que expressam uma identidade coletiva de determinados grupos humanos, fornecendo leituras comuns de passado e inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

As culturas políticas não são estanques, elas interagem umas com as outras, influenciam-se reciprocamente e respondem à realidade social que se apresenta (MOTTA, 2009, p.23). Como Berstein alertou, surgem enquanto resposta a problemas que se colocam aos atores quando seus recursos culturais, materiais, lingüísticos, conceituais e representações não dão conta de lidar com estas novas situações. Trata-se de um fenômeno de longa duração, que fornece um núcleo referencial, que informa a ação dos atores. As culturas políticas são constituídas de uma base filosófica doutrinária, de uma leitura comum ou normativa de

passado, de uma visão institucional (traduzida no plano organizacional do Estado), de uma concepção de sociedade ideal, de um discurso codificado para exprimir o todo, com palavras-chave, fórmulas repetitivas, ritos e símbolos com o mesmo papel significante (BERSTEIN, 1998, p.351-355).

É no âmbito destas representações políticas que os atores gestam suas leituras de mundo e as expressam através de ideologia, *linguagem*, memória, imaginário, iconografia; mobilizando portanto, mitos, símbolos, *discursos*, *vocabulários* e uma cultura visual (MOTTA, 2009, p.21-22). É necessário lembrar, porém, que as culturas políticas, apesar de estarem além do aspecto racional dos atores, elas são indissociáveis dos seus usos estratégicos e pragmáticos. Para Daniel Céfaï, os atores se orientam e se movem segundo *arquitecturas semânticas* que constroem as formas de ação individual e coletiva diante de situações inéditas, as quais exigem novas maneiras de agir e pensar (CÉFAÏ, 2001, p.99).

É na compreensão desse universo de significados, historicamente dados, que a História dos Conceitos dá sua contribuição para a pesquisa aqui apresentada. Fundamentalmente se parte do raciocínio que: entender a intencionalidade dos atores passa por interpretar os conflitos políticos e sociais. Estes, por sua vez, devem ser recuperados também através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram de tais conflitos (JASMIN, 2005, p.31)¹⁰. O que faz total sentido, quando se recorda, o que já foi mencionado acima: que discursos e vocabulários específicos são mobilizados em contextos particulares de atuação social e política, de acordo com universos semânticos compartilhados.

Para Koselleck, os conceitos trazem em si experiências e teorias de ação. Ou seja, além de plasmarem em seus significados elementos da vivência (“*espaço de experiência*”), também carregam consigo propostas, teóricas e práticas (“*horizontes de expectativas*”). A experiência seria o “*passado atual*”, no qual foram configuradas lembranças, recordações. Nela estão presentes tanto elaborações racionais, quanto crenças já naturalizadas, advindas de vivências individuais e coletivas. Enquanto que expectativa seria “*o futuro presente*”, também vinculado ao pessoal e ao interpessoal, direcionado para aquilo que ainda está por vir, para o que é previsto (KOSELLECK, 2006, p.309-310). Essa orientação é importante quando se busca investigar as leituras que “tenentes” e autoritários tinham de seu passado e do seu presente, bem como as propostas que revelavam na luta política – tudo isso informado pelo

¹⁰ Reinhart Koselleck entende por conceito, as palavras que exigem certo nível de teorização na sua formulação e cujo entendimento é reflexivo. Isso porque os conceitos teriam uma exigência concreta de generalização, sendo também polissêmicos, abrangendo diferentes totalidades de sentido em diferentes momentos e espaços (KOSELLECK, 2006, p.108)

universo político-social de crise da república oligárquica. Em outras palavras, é uma orientação importante quando se procura entender a ação destes sujeitos através do uso político do passado na construção de coletividades e no incentivo a engajamentos.

É mister ressaltar que, na visão de Koselleck, a relação entre conceito e realidade social além de não ser unidirecional ela não é direta. Não é direta porque nem sempre o conceito dá conta de absorver o que aconteceu no mundo da realidade material¹¹. Não é unidirecional porque os conceitos, além de trazerem em si elementos extralingüísticos, também funcionam como referenciais para a mudança da realidade social, uma vez que é em torno deles que se organizam diversas sociedades e unidades de ação política. Assim sendo: “[...] *todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator)*” (KOSELLECK, 1992, p.136). Desta forma, torna-se importante atentar para o momento a partir de quando os conceitos podem ser encarados de forma tão rigorosa como indicadores das transformações políticas e sociais. Segundo o historiador alemão, a disputa de significados para manter, mudar ou definir posições políticas em relação a idealizações está sempre, em épocas de crise, registradas nas fontes escritas (KOSELLECK, 2006, p.101-102). O que é algo que reforça a viabilidade deste instrumental para a investigação da crise do modelo republicano liberal-oligárquico.

Outra questão necessária de ser lembrada é que a pesquisa trabalha com críticos da república, sejam eles civis e militares, portanto, com sujeitos que enfrentam os defensores da ordem vigente. Neste aspecto, deve-se estar atento às questões referentes ao uso político dos conceitos e seus pares assimétricos antitéticos. Uma vez que invariavelmente se estará diante de grupos que lançam mão de conceitos para se identificarem e excluïrem aqueles que entendem como opostos. Como lembrou Reinhart Koselleck: “*Nesses casos, um grupo concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito lingüístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação*” (KOSELLECK, 2006, p.192). Isso chama atenção para os diferentes projetos antagônicos colocados em debate em um momento de instabilidade e crise de um regime político; o que auxilia na análise comparativa de grupos. Uma ferramenta útil no estudo dos comentários e registros deixados por aqueles que

¹¹ Isso é claramente visível quando se compara os conceitos dos dicionários de época com os conceitos que aparecem em outras fontes primárias, como livros e manifestos. Os manifestos são ainda mais específicos e detêm conceitos que são muito atrelados ao debate mais imediato, trazendo em torno de determinados termos referências que são estritamente ligadas aquele momento e a acontecimentos relevantes ao combate travado no contexto em que é escrito. Nem sempre os dicionários e livros dão conta de absorver todas essas informações construídas em torno dos eventos.

enfrentaram o Movimento Tenentista, como os do General Abílio de Noronha, em São Paulo, no segundo 5 de julho em 1924, por exemplo.

Em conferência publicada na revista *Estudos Históricos*, em 1992, Reinhart Koselleck replicou argumentos que combatem a construção de uma história dos conceitos. Para aqueles que defendem essa objeção, os conceitos não possuiriam história por serem inéditos a cada uso. Isso quer dizer que os mesmos teriam um significado correspondente ao seu uso pragmático, em um momento específico. Em resposta a esta colocação, o historiador lembrou que todo uso pragmático, só é possível de ser entendido dentro de uma semântica anteriormente existente, “[...] pois sem o conhecimento prévio do significado das palavras que utilizo, nada será compreendido. A semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (Sprachhandlung) e para o uso pragmático da língua.” (KOSELLECK, 1992, p.141). Isso quer dizer que, em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, há sempre uma semântica que é diacrônica. Sobre tais forças diacrônicas os sujeitos não detêm poder algum e nelas as mudanças são muito mais lentas. É isso que permite a história dos conceitos sobre um eixo de longa duração.

Tudo isso é algo fundamental para o estudo das culturas políticas, que de maneira análoga são construídas em torno de permanências e tradições, sobre as quais os atores políticos recriam maneiras de se posicionar diante de situações inéditas. Assim lembrou Serge Berstein:

A ação [dos vetores de socialização da política] é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de idéias ou à adoção de comportamentos convenientes. [...]

A cultura política [...] é um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades. (1998, p.357)

1.4 O trabalho com as fontes

Tendo estas referências teórico-metodológicas no horizonte analítico esta pesquisa se organiza partir de três eixos principais. O primeiro deles é o da análise do ideário daqueles

autores considerados autoritários, buscando-se destacar a produção dos mesmos dentro do recorte cronológico aqui proposto, lançando mão do conceito de cultura política para identificar ali valores disseminados, leituras de passado, do presente, noções de uma sociedade ideal, base filosófica doutrinária, propostas para a organização do país etc.. Mais especificamente, são estudados seus ensaios histórico-sociológicos, que foram empenhados na tarefa, compartilhada por muitos de seus contemporâneos, de repensar a política e sociedade brasileiras, iniciando nos anos de 1910. A ênfase é dada em todos os livros em português produzidos por Alberto Torres dedicados a refletir sobre os problemas brasileiros, publicados ao longo da década de 1910 e com grande impacto na seguinte, sendo considerado este autor, por muitos de seus sucessores, como um grande mestre do pensamento brasileiro, inclusive por Oliveira Vianna. Este que também será contemplado nesta pesquisa, por meio de seus trabalhos publicados ao longo da década de 1920. Vianna prosseguiu escrevendo até o final dos anos 50, tornando-se um importante ideólogo do Estado brasileiro ainda nos anos 30¹². É necessário dizer, porém, que é conhecida a existência de outros intelectuais fundamentais para o pensamento autoritário no Brasil, conforme descreveu Bolívar Lamounier (1978). Todavia, para efeito desta pesquisa, se escolheu Torres e Vianna pela cronologia de suas produções e pelo impacto que elas causaram, uma vez que escrevendo ao longo das décadas de 1910 e 1920, não só contribuíram para os debates políticos do período estudado, como plasmaram em suas obras elementos do mesmo. Sobre estes autores, utiliza-se aqui também seus respectivos discursos de posse enquanto sócios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o intuito de captar pistas a cerca do papel social, político e científico que davam às suas produções. A coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso em 1924, *A Margem da História da República*, também merece atenção, por revelar textos de contemporâneos de Torres e Vianna, cujo empenho em analisar os problemas do país e propor soluções os unificava. Os textos mencionados podem ser encontrados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, no sítio *eBooksBrasil*, no sítio *Brasiliana Eletrônica – UFRJ* e nas Revistas do IHGB, disponíveis no sítio da própria instituição.

O segundo eixo é o de estudo dos discursos dos “tenentes”. Neste se trabalha essencialmente com a análise de seus manifestos, moções e panfletos produzidos, sobretudo, em momentos concomitantes com suas ações, a fim de buscar ali, pelo menos uma tentativa de consenso de suas lideranças a cerca dos seus posicionamentos principais. Além disso, estes

¹² Em “Fontes”, ao final da dissertação, o leitor poderá ver citada cada obra destes dois autores. Uma melhor apresentação com mais detalhes sobre os autores, suas obras e trajetórias, será construída no capítulo 3. Evitou-se antecipá-las aqui, com a finalidade de não tornar o texto repetitivo.

escritos também funcionavam como meios encontrados pelos revoltosos de legitimar suas ações diante seus contemporâneos, seja perante civis ou mesmo entre os colegas de farda. Afinal não seria fácil, para militares do Exército, justificar uma insubordinação tal que implicasse na desobediência do chefe supremo das Forças Armadas, o presidente da República. Cartas trocadas entre os atores que participaram do movimento e aliados também foram analisadas, fornecendo mais informações sobre os grupos. Muito embora, na maioria dos casos, tratassem mais de assuntos estratégico-militares, do que propriamente das “idéias” dos revoltosos. É preciso dizer que a respeito dos eventos de 1922, os “tenentes” não deixaram manifestos, como em 1924, dada a natureza repentina e pouco duradoura do evento. Porém, as moções e relatórios publicados pelo Clube Militar funcionam muito bem na tentativa de entender principalmente a leitura que os possíveis rebeldes tinham do momento. Afinal, o Clube funcionou como um espaço de debate e decisão sobre os acontecimentos que envolviam os militares no ambiente da Reação Republicana, o que será demonstrado adiante. Como lembrou Motta (2009, p. 24), são nos textos produzidos pelos atores que são expostos mitos, símbolos, e valores morais de grupo. São nestas publicações que muitas pessoas encontram motivações para identificar-se e aderirem a uma causa. Os manifestos, espalhados em arquivos pelo Brasil e obras de ex-combatentes militares foram encontrados anexados em Prestes (1990) e recolhidos também na coletânea de Carone (1975); algumas moções e depoimentos de “tenentes” estão presentes nos documentos reunidos por Hélio Silva (1964); demais proclamações e moções publicadas pelo Clube Militar, foram acessadas nos jornais *Correio da Manhã* - RJ e Estado de São Paulo, o primeiro disponível para acesso na Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o segundo no arquivo do próprio jornal disponível para assinantes no sítio eletrônico; as cartas utilizadas, por sua vez, estão disponíveis *online* no sítio do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, como *Cartas da Revolução de 1924*; enquanto que alguns dos livros de ex-combatentes rebeldes ou legalistas foram localizados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e no acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Cláudia Viscardi. Por último, os dicionários de época, foram localizados na Biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora e na Biblioteca Redentorista-Juiz de Fora/MG.

Estas duas primeiras análises ocorrem tendo por base alguns elementos que merecem ser expostos. Primeiramente, esta pesquisa procura não desvincular o discurso do contexto político-cultural no qual estão inseridos tais atores. Para isso o trabalho está atento a

momentos considerados estratégicos para se entender a relação entre o que pensavam estes homens e a sociedade na qual estavam inseridos. São eles, as eleições de 1910, as de 1922 e as movimentações tenentistas apontadas como as de maior impacto pelos estudos históricos até 1924.

Estas duas eleições, especificamente, foram as que apresentaram, para muitos autores, um verdadeiro confronto de propostas para o Brasil na Primeira República (VISCARDI, 2012a; BORGES, 2011; CARVALHO, 2003). Ademais, é sabido serem as eleições presidenciais essenciais para garantir o funcionamento do sistema republicano-oligárquico, e para a manutenção de interesses dos grupos de poder. A disputa eleitoral de 1910 foi a primeira ruptura mais séria do consenso. Este teria sido um momento de intensa movimentação em torno de um debate político organizado a partir do diagnóstico de uma República que tinha sérios problemas. Foram apresentadas, a partir daí, saídas diferentes para este quadro, por meio dos dois candidatos e de seus correligionários, tendo a imprensa como principal arena de disputa (BORGES, 2011, p.71-73). Enquanto que a *Reação Republicana de 1922* teria representado, para autoras como A. Prestes (1993) e Cláudia Viscardi (2012a), o clima de insatisfação do eleitorado com as instituições políticas e das oligarquias dissidentes com o “imperialismo dos grandes estados”, transformando a sociedade em um ambiente de disputa por diferentes projetos políticos, tendo os jornais e o Congresso como caixa de ressonância do clima de revolta que ia tomando conta do país. Portanto, a compreensão deste contexto amplo, que está inserido no estudo do funcionamento das instituições republicanas e de suas relações com o conjunto da sociedade, é algo fundamentalmente explorado neste trabalho; haja vista a importância dessa dinâmica na análise que os autoritários e “tenentes” faziam do momento. Isso porque entender em que ponto a materialidade contribuía para o clima de decepção daquele momento, auxilia na compreensão da natureza das propostas de transformação.

Quanto às ações armadas dos “tenentes” dois foram os eventos considerados chave aqui, não deixando de lado outros que aconteciam em decorrência destes principais. O Primeiro 5 de Julho, em 1922, por ser o evento fundador e inspirador dos demais; e o Segundo 5 de julho, em 1924, por ter exercido grande pressão sobre importante centro político e econômico, sendo seguido por levantes espalhados pelo país, inclusive no Rio Grande do Sul, originando o grupo que ajudaria na formação da Coluna Prestes.

É preciso, mais uma vez, esclarecer por que não continuar até os anos 30 no estudo do Tenentismo. Há que se dizer que, mesmo sendo um acontecimento derivado de um mesmo

movimento, a Coluna Prestes configurou-se de maneira muito diferente dos eventos de 1922 e 1924. Nestes dois últimos casos, foram manifestações mais efêmeras, com um número mais restrito de combatentes, sendo logo debeladas pelas forças legalistas. A Coluna Prestes, por sua extensa duração e desdobramentos, adquiriu configurações específicas, dentre elas, a estratégia de combate de guerrilha e uma maior participação de civis e classes baixas, tornando-a um “exército guerrilheiro popular” liderado por militares profissionais (PRESTES, 1990, p. 297-315). Algo que implica numa complexificação do tema que o tempo não permite que esta pesquisa explore com a responsabilidade necessária. Quanto aos acontecimentos dos anos 30, é sabido que trabalhos como os de Maria Cecília Spina Forjaz exploraram com competência a ação dos Tenentes nesse momento e suas relações com o autoritarismo (FORJAZ, 1989).

Estes acontecimentos expostos acima facilitam avaliar os diferentes projetos colocados no debate público, pois são momentos nos quais as disputas se tornaram mais candentes. Estar atento ao fato de que militares e intelectuais autoritários estão em um espaço de debate e, portanto, de disputa, ajuda na compreensão global de seus discursos na relação com seus antagonismos; o que, por fim, auxilia no melhor entendimento de suas identidades político-culturais. Por isso, esta pesquisa procura, na medida do possível, estar atenta também às propostas de outros atores políticos que não se encaixam no grupo dos “tenentes” ou dos intelectuais autoritários.

A segunda observação a respeito destes dois eixos do estudo diz respeito à maneira como são avaliadas as fontes. São destacadas, dentre outros itens, as temáticas discutidas, dando atenção ao léxico e aos significados das palavras expressas nos discursos. Ou seja, além da tentativa de “capturar” as culturas políticas, estando atento às manifestações dos elementos que as compõem, procura-se observar os conceitos empregados. Para essa finalidade será lançado mão do aparato teórico-metodológico da História dos Conceitos, que destacou as diferentes “camadas de contabilidade social” trazida pelos conceitos empregados em determinada época. Para Koselleck (2006), existem informações sobre a interação do ator com múltiplos tempos (presente, futuro e a permanência) no aspecto semântico de cada conceito. Os dicionários de época são importantes nessa parte do trabalho.

Em síntese, esta pesquisa se concentra em três aspectos para leitura das fontes, os quais são componentes, entre vários outros, das culturas políticas: o universo semântico; as leituras de passado, ou seja, a construção que os atores brasileiros fazem do quadro histórico-sociológico nacional, que orienta suas posições; e os projetos de futuro, em outras palavras, o

que propõem para o país e como se enxergam dentro dessa proposta, colocando-se em quais papéis. Algumas perguntas fundamentais são feitas às fontes: Somos uma nação? Se não, por que? Quais os problemas da República? O que deve ser feito para mudar o quadro? Quem são os responsáveis para conduzir a mudança? O que cabe ao povo? O que cabe ao seu grupo (intelectuais, ou Exército)?

O terceiro eixo será baseado no trabalho de análise das possíveis proximidades, diferenças e antagonismos entre as motivações dos militares revoltosos e o discurso autoritário, isso por meio da avaliação das culturas políticas em emergência e disputa, das quais compartilhavam os setores sociais aqui considerados. Não deixando de lado, é preciso lembrar, as relações do projeto tenentista com o liberalismo, proposto por alguns autores citados anteriormente. Isso com a finalidade de observar como o Movimento se posicionou, desde a sua formação, em relação ao momento de crise dos paradigmas políticos liberais – que orientaram a construção político-institucional do Brasil, mormente no Pós-Primeira Guerra, no contexto de crise internacional do liberalismo – e qual o diálogo que estabeleceram com o ideário autoritário, já presente na intelectualidade brasileira pelo menos desde a terceira década republicana. É fundamental, contudo, estar atento ao diálogo realizado tanto por militares quanto pelos intelectuais com pensamentos tradicionais da política brasileira, alguns remontando o século XIX, que permitem visualizar melhor os elementos de centralismo, elitismo e nacionalismo, dentro de discursos que à primeira vista se propõem modernizantes e democráticos. Daí a atenção dispensada por esta pesquisa aos intelectuais da geração de 1870, que foram os idealizadores de primeira hora da criticada República erigida sobre a Constituição de 1891.

O que se almeja é observar o ambiente político-cultural no qual estavam imersos os “tenentes” nos seus primeiros levantes. Tomando por base o conceito de cultura política, a questão é tentar acompanhar as representações sobre a realidade que fornecem um núcleo referencial na longa duração e sua relação com os acontecimentos e ações políticas mais imediatas dos atores. Em outras palavras, o desafio aqui é conseguir acompanhar a relação de uma tradição intelectual republicana, que se movimentava ganhando centralidade no debate político desde o final do século XIX, com o imediatismo das reações dos autoritários e dos “tenentes” à crise da República liberal. A finalidade está em procurar entender as ações e motivações do Tenentismo de maneira mais profunda, através daquilo que está disponível na realidade destes atores, buscando apreender o seu universo de linguagem, conceitos e representações, que informaram e orientaram a lente com que enxergavam o mundo e se

posicionavam diante dele. A busca final é uma ligação mais bem estruturada entre vivência, ideia e ação política.

2 Os intelectuais e a política

Como exposto no capítulo anterior, a metodologia empregada nesta pesquisa, que lança mão da categoria *cultura política* para avaliar o posicionamento de militares revoltosos e intelectuais autoritários diante da crise da Primeira República, exige uma exposição que dê destaque a alguns elementos específicos dos discursos dos agentes políticos aqui estudados. Afinal, os discursos materializam as múltiplas influências e experiências, materiais e imateriais, sofridas pelos sujeitos históricos (BERSTEIN, 1988, p.350).

Além da definição de quem são esses atores e quais os papéis que desempenharam na sociedade e na política neste contexto específico, é preciso destacar os diálogos estabelecidos entre seus posicionamentos e tradições políticas do pensamento social brasileiro, entre suas leituras do quadro sócio-histórico e suas propostas para a transformação da República – a qual julgam deformada por interesses e arranjos políticos personalistas (BERSTEIN, 1988; CÉFAÏ, 2001; MOTTA, 2009). Trata-se de um esforço de pensar a dimensão política dos aspectos culturais, das representações, e ao mesmo tempo a dimensão cultural do processo político (BERSTEIN, 1998; CHARTIER, 1990; DURHAM, 2004)¹³.

Tendo em vista esta percepção, esse capítulo se aprofunda na discussão sobre os intelectuais no Brasil e a experiência material de uma República idealizada, no início do século XX. Como se discutirá adiante, os intelectuais, no momento em que o Tenentismo se configurou, traziam para si a responsabilidade de serem os motores das transformações que julgavam necessárias. Um papel que tradicionalmente reivindicavam, por isso muitos se viam no dever de colocar seus trabalhos a serviço da causa da nação. Desenvolver melhor esse panorama, explorando o papel histórico dos intelectuais e de suas ideias no mundo da política, integrado ao cenário de instabilidade que se colocava nos antecedentes do Tenentismo, ajuda

¹³ Ao tentar estabelecer um método que dê conta de esmiuçar as complexas relações entre cultura e política na ação dos sujeitos históricos, a antropóloga Eunice Durham destaca, em texto clássico originalmente publicado na revista *Dados* em 1984: “É preciso e necessário politizar a abordagem antropológica e investigar de que modo sistemas simbólicos são elaborados e transformados de modo a organizar uma prática política, legitimar uma situação de dominação existente ou contestá-la. É importante investigar de que modo grupos, categorias ou segmentos sociais constroem e utilizam um referencial simbólico que lhes permite definir seus interesses específicos, construir uma identidade coletiva, identificar inimigos e aliados, marcando as diferenças em relação a uns e dissimulando-as em relação a outros. Qualquer elemento cultural pode ser assim politizado, sem entretanto esgotar o seu significado no fato de serem instrumentos numa luta pelo poder. A língua, a religião, a cor da pele, os hábitos alimentares, a vestimenta podem ser erigidos em instrumentos de construção de uma identidade coletiva com implicações políticas. Toda a dinâmica dos movimentos sociais envolve necessariamente esse tipo de manipulação simbólica por meio do qual se constroem sujeitos políticos coletivos.” (DURHAM, 2004, p.278)

a entender melhor plausibilidade da presença de elementos das discussões que os letrados traziam para a sociedade nos manifestos que os militares emitiram durante suas ações.

Por compreender serem as ações políticas fruto das circunstâncias mais imediatas e também dos referenciais de valores e representações tradicionalmente cultivados ao longo do tempo, esta pesquisa não dispensa um recuo a um momento em que o intelectual se lançou como protagonista na transformação política brasileira, no final do século XIX (ALONSO, 2002). Por isso o capítulo é composto basicamente de dois momentos de análise. Primeiro será apresentada uma discussão sobre o que era um intelectual no Brasil, na transição do século XIX para o XX, e qual o papel político que esse personagem construiu para si naquele momento. Segundo será discutido no que a vivência dos primeiros anos do regime republicano influenciou na maneira como estes atores entendiam o contexto no qual estavam inseridos, relacionando com a experiência acumulada no debate desde o final do século XIX. O objetivo é tentar compreender as culturas políticas que compunham o cenário no qual estes atores estavam imersos e como que, a partir delas, poderiam os militares dialogar com as contribuições que os intelectuais traziam para o debate. Daí a necessidade de responder algumas questões principais: o que é ser um intelectual no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX? Sob quais aspectos se configurou essa identidade do intelectual, ainda no século XIX? Com quais elementos a experiência republicana contribuiu para essa identidade intelectual? Do que se trata o autoritarismo brasileiro? O que diferencia essa intelectualidade autoritária dos demais grupos que reivindicavam protagonismo nas transformações que julgavam necessárias à República Oligárquica? Quem são esses homens e porque foram escolhidos na pesquisa? Por fim, é preciso destacar as principais leituras que faziam sobre a conjuntura histórico-sociológica brasileira e as propostas que defendiam para a transformação do quadro

2.1 Intelectuais no século XX: os homens e a categoria

Essencialmente, deve-se aos franceses a origem do conceito de “intelectual”. O comportamento político, social e cultural assumido por aqueles que receberiam essa denominação, no final do século XIX e início do XX, guarda ancestralidade na função sacerdotal dos clérigos medievais. Estes homens que se colocavam como detentores de uma verdade sagrada, enquanto produtores e guardiões dos mitos do seu tempo. Com a laicização da vida cultural, no final da Idade Média, despontaram os clérigos leigos eruditos,

substituindo os seus homônimos católicos na sua função de “homens da cultura”, de garantidores das tradições (SILVA, 2002, p.14).

No Iluminismo setecentista, o “homem da cultura” se transformou em devoto da razão universal, se empenhando na defesa desta ao denunciar os despotismos, as mentiras e as injustiças. A razão universal se constituiu em uma referência última para todas as ações humanas e para a organização da sociedade, um padrão que deveria se impor a todas as formas antecedentes de governo, bem como a todas as idéias fincadas tão somente na tradição (HOBSBAWM, 2011, p. 28-29). Nessa perspectiva, o homem que detivesse, portanto, o acesso a esse importante instrumento estaria apto a se desenvolver e a se encaminhar na direção do progresso, já que estaria livre da deterioração dos costumes que se colocava até ali (NASCIMENTO, 2006).

Todavia foi no final do XIX, durante o caso Dreyfus, que a palavra “intelectual” apareceu de maneira inédita¹⁴. Em um primeiro momento surgiu, mais como um adjetivo do que um substantivo, para designar de forma pejorativa aqueles que, exercendo sua função de “notórios pensadores”, se posicionavam a favor da revisão da sentença do capitão Alfred Dreyfus, contrariando a razão do Estado francês (SILVA, 2002, p.15). Em 1898, o jornal *L'Aurore* publicou uma carta aberta de Émile Zola, defendendo tal posição. A carta foi assinada por outros nomes peso na vida cultural francesa, como Anatole France, Henri Bergson e outros. O ato gerou imediata reação da direita militarista, que afirmou serem os signatários *intellectuels*, ou seja, nefelibatas, sábios descolados da realidade prática do governo (LAMOUNIER, 2014, p. 21-22).

A postura política desses indivíduos, que se levantavam em nome de princípios universais como “justiça” e “verdade”, reforçava suas posições ideológicas diante de seus adversários nacionalistas, que estavam no poder, sendo prontamente relacionados a uma posição de esquerda universalista (Ibidem, p. 15-16). Desta forma, já se fomentavam então dois pólos de valores que estariam circunscritos no pensamento intelectual e político ao longo do próximo século: o universalista, à esquerda, o nacionalista, à direita.

O neologismo, portanto, referia-se a detentores de um “capital simbólico” que se colocavam como uma vanguarda cultural e política, que ousava desafiar a razão do Estado.

¹⁴ O capitão de origem judia, Alfred Dreyfus, foi acusado injustamente pelo Estado francês de alta traição em favor da Alemanha, em 1894. O julgamento, que o condenou e ocorreu em portas fechadas, dividiu o país sobre o qual pesava um disseminado anti-semitismo. De um lado aqueles que defendiam um julgamento justo, de outro aqueles que clamavam pela autoridade da corte em nome da punição imediata de um judeu, em tese, corrupto. Para uma discussão aprofundada do episódio ver ARENDT, Hannah. O caso Dreyfus. In:---. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Se na sua origem era associado preferencialmente à esquerda, com a Primeira Guerra Mundial essa relação ficou menos clara, dada a expansão de virulentos patriotismos que tornaram as divisões simbólicas esquerda/direita e universalistas/nacionalistas mais complexas (Ibidem, p. 15-16)¹⁵.

A historiadora Silvia Oliveira Campos de Pinho, em sua dissertação de mestrado, identificou estes atores como “intelectuais modernos”, que se caracterizariam pela intervenção cívica e política. Segundo ela, a modernidade se expressa em palavras-chaves presentes nos discursos deles: verdade, razão, progresso, linearidade, continuidade, luzes, certeza, caminho, processo, desenvolvimento, redenção, liberdade, emancipação. Termos que ainda carregam grande apelo nos debates políticos atuais. O “intelectual moderno” acreditava nestes conceitos e no fato de que o suposto domínio de alguns deles lhes davam autoridade para intervir de maneira autônoma no debate político (PINHO, 2007, p.71).

De acordo com Bolívar Lamounier (2014, p.16-17), se o conceito surgiu atrelado a um Estado constitucional e democrático na França, ligado à defesa dos princípios que o sustenta, no entreguerras ele foi atraído para os extremos ideológicos de direita e esquerda. Uma tendência que se acentuou e se espalhou pelo mundo após 1945, no período da Guerra Fria¹⁶.

A subsequente integração de muitos desses personagens a um partido ou a uma ideia política se tornou comum na França e no mundo e criou então a figura intelectual engajado, um sujeito constante até os anos 80 (SILVA, 2002, p. 17). Nessa década, ocorreu uma transformação que distanciou a intelectualidade da ação política, sobretudo a partir da crise dos grandes paradigmas explicativos orientadores da visão política de mundo desses sujeitos, que teve como marco simbólico a queda do Muro de Berlim.

¹⁵ Uma reação ao iluminismo já se encontrava em curso na França pelo menos desde 1870, manifestando-se prontamente contrária aos princípios universais do liberalismo e da democracia. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (OLIVEIRA, 1990, p.50) a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana permitiu o avanço de um pensamento revanchista, antidemocrático, antiliberal, racista, anti-semita e particularista, que esteve presente no debate nacional trazido pelo caso Dreyfus e que terá desdobramentos até o século XX. Este texto tratará melhor dessas questões quando discutir o avanço do autoritarismo político na Europa e no Brasil, ainda neste capítulo.

¹⁶ De acordo com Bolívar Lamounier, o conceito de “intelectual”, ou nas palavras do autor, “o caso clássico do intelectual” surgiu como resultado de um Estado constitucional, e da democracia, durante o caso Dreyffus; diferente dos rumos que tomaria no entreguerras quando ele se “ideologizou”, caminhando para os extremos da direita e da esquerda. Tomando por base a obra como um todo, Lamounier tende a qualificar intelectuais defensores dos princípios liberais e “universalizáveis” como “neutros”, ou não “ideologizados”. Ao passo que posturas mais à esquerda, ou mais à direita, não representariam o “caso clássico”, no qual estes sujeitos agiriam na defesa de valores universais de direitos humanos, ao que parece, princípios absolutos para o autor (2014, p.21-38). Diferente deste sociólogo, Helenice Rodrigues da Silva aponta que a origem do termo surge atrelada ao espectro de esquerda, quando um grupo de letrados se posicionaram contrários à razão do Estado francês, que havia sido responsável por um julgamento contaminado pelo anti-semitismo e por fortes sentimentos nacionalistas e militaristas (SILVA, 2002, p.15-16; ARENDT, 1989).

O que se viu é que, ao longo processo histórico, a trajetória dos indivíduos que são englobados sob este conceito está sujeita a muitas variáveis, como o espaço de ação (simbólico e político), a sociedade de seu tempo, as variações de seu campo e a conjuntura histórica (SILVA, 2002; SIRINELLI, 2003)¹⁷. Isso deu ao conceito um caráter polissêmico e polimorfo, que fatalmente impôs dificuldades aos historiadores franceses que trabalharam na tentativa de criar uma definição, uma categoria de análise, com a qual pudessem operar o estudo destes atores.

Na visão de Jean-François Sirinelli, se fez necessário estabelecer uma acepção de contornos variáveis, mas que fosse marcada por invariantes, permitindo estudos com períodos mais alargados (SIRINELLI, 2003, p. 242). Esta situação teria então desembocado em duas definições do termo. A primeira, mais ampla e sociocultural, englobando “criadores” e “mediadores” culturais, em geral jornalistas, escritores, professores secundários, etc. A segunda, mais restritiva, baseada no engajamento político destes sujeitos. Uma definição que não exclui a primeira. Isso porque o intelectual engajado coloca a serviço da causa que defende dois elementos socioculturais: como sua notoriedade eventual e/ou sua “especialização” (Ibidem, p. 243).

Sirinelli chamou atenção que essa relação entre as duas acepções permite que as mesmas não se confrontem, mas que trabalhem em conjunto na análise da realidade. Em outras palavras, o historiador deveria ter as duas em mente, adaptando o uso da categoria à realidade do momento (SIRINELLI, 2003, p. 244). Uma orientação que é fundamental e apropriada, quando se analisa a intelectualidade brasileira do final do século XIX e da primeira metade do século XX, que está empenhada, em boa parte, na análise dos problemas e na proposição de soluções para o Brasil (ALONSO, 2002; GOMES, 2009; LAMOUNIER, 2014; OLIVEIRA, 1997; MARTINS, 1987; PERLATTO, 2010; PINHO, 2007).

2.2 O uso da categoria intelectual no caso brasileiro

Segundo Angela de Castro Gomes, entre finais do século XIX até a década de 1940, o que se viu no Brasil foram “[...] 60 anos estratégicos para a formação de um diagnóstico sobre características e problemas magnos do país, com a decorrente elaboração de propostas de possíveis áreas de intervenção política.”. O que ficou conhecido como

¹⁷ O leitor entenda aqui “campo” segundo a definição de Bourdieu. Que, resumidamente implica em um espaço social no qual há disputas para o estabelecimento e controle das fronteiras e das regras que regem este mesmo espaço.

“pensamento social brasileiro” (2009, p.9). O período está atrelado a acontecimentos importantes no país como a Abolição e a Proclamação da República, que foram envolvidos por inúmeros debates que, dentre outros objetivos, se concentravam no esforço de modernizar uma sociedade recém-saída da escravidão e do regime monárquico – ambos considerados, conforme adesão ao republicanismo, causa do “atraso” brasileiro.

Fazendo uso declarado da categorização proposta por Jean-François Sirinelli (2003), Gomes definiu o que são os intelectuais brasileiros durante a primeira metade do século XX. Para a historiadora, tratava-se de uma grupo sócio-profissional de contornos fluidos, composto por produtores e mediadores de interpretações da realidade social com grande peso político (GOMES, 2009, p.26).

O próprio processo de surgimento do termo narrado acima e o desenrolar dos acontecimentos projetaram estes homens como produtores de bens simbólicos essenciais à legitimação do Estado moderno – este cada vez menos afeito à violência. Uma necessidade que traçaria relações complexas entre poder e saber, entre política e cultura. A partir daí, o intelectual passou a funcionar como correia de transmissão entre idéias políticas do passado e do futuro; como uma figura que tem o poder de contribuir para o fortalecimento ou desconstrução dos aparatos político-culturais estabelecidos pelos Estados, tendo grande influência na transformação do sistema político (GOMES, 2009, p.25-29; LAMOUNIER, 2014, p.14).

Tendo-se clareza do exposto até aqui, confirma-se a plausibilidade e a importância de avaliar o uso político das ideias difundidas por esses intelectuais e de como elas afetam outros sujeitos históricos como os militares, no debate candente das décadas de 1910 e 1920. A compreensão desse quadro é essencial para que a pesquisa se aproxime melhor do peso político que a intelectualidade havia conquistado de fato na época, indo além de suas próprias auto-afirmações presentes nas fontes, a respeito da importância de seu papel naquela sociedade. Algo que auxilia na percepção de quais visões de mundo, quais tradições, quais leituras de passado e projetos para o futuro, aproximam e/ou afastam intelectuais e “tenentes”. Afinal, o momento é de imbricação dos campos político e cultural, algo que pode ser verificado empírica e teoricamente. Em outros termos, trata-se de um contexto no qual a politização destes homens de letras pode ser verificada tanto pela trajetória dos sujeitos, que serão posteriormente elencados, quanto pela temática e função que os mesmos atribuem explicitamente às suas produções.

2.3 O pensamento social brasileiro no final do século XIX: intelectuais e ação política

De acordo com Pierre Bourdieu (1992, p.155-157), ainda na França do século XIX, o intelectual construiu sua legitimidade para atuar no campo político a partir da configuração da literatura como um “campo de produção” autônomo. Ao delimitar as fronteiras, as regras específicas, os valores e os códigos próprios desse campo, em detrimento da ortodoxia do poder e do mercado, ele se projetava, na sua própria visão, numa posição privilegiada para intervir na realidade. Assim teria procedido E. Zola no caso Dreyfus:

[...] paradoxalmente, é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se desse modo como intelectual (1992, p. 156)

Como bem destacou Silvia Pinho, estes agentes passaram a se relacionar com a realidade política levando em consideração os valores e posturas defendidas dentro do campo literário. Por exemplo, se o que caracteriza o campo nesse momento é a busca pelo novo, pelo avanço, pelo progresso por meio da verdade, a partir da superação do que já está estabelecido, o intelectual não deixa de adotar essa postura perante a realidade política na qual ele procura intervir (PINHO, 2007, p.71). Em outros termos, isso quer dizer que se o homem de letras julga que seu reconhecimento dentro do campo intelectual – o seu destaque entre os pares – é fundamentado em valores irredutíveis e universais de verdade, razão, progresso e independência – marcadamente diferentes dos particularismos e interesses imediatos, que ele enxerga que compõem o campo político –, ele se vê numa posição privilegiada para intervir politicamente, apontando, aos que da política participam, o que ele entende como o melhor caminho.

Contudo, para evitar cair na incorporação acrítica do discurso dos próprios sujeitos históricos, é preciso reafirmar com limpidez que a separação entre o campo intelectual e o campo político nesse momento se encontrava em processo na Europa, sendo ainda menos clara no Brasil (GOMES, 2009, p.26). “*Ao longo do século XIX, o clima de turbulência e ativismo político produziu uma reflexão intelectual colada à conjuntura, visando a intervenção política. O contexto intelectual do oitocentos europeu tem uma clivagem política forte [...]*” (ALONSO, 2000, p.39). Ademais, como o próprio Bourdieu advertiu, os princípios universais que o intelectual se colocava a defender não são mais que meros produtos da universalização de princípios específicos de seu próprio universo:

Encerrado na sua ordem própria, apoiando-se nos valores próprios de liberdade, de desinteresse, de justiça que excluem quem possa abdicar da sua autoridade e da sua responsabilidade específicas em troca de ganhos ou poderes temporais necessariamente desvalorizados, o intelectual afirma-se, contra as leis específicas da política, as da *Realpolitik* e da razão de Estado, como defensor de princípios universais que não são mais do que o produto da universalização dos princípios específicos do seu universo próprio. (BOURDIEU, 1992, p. 157)

Desta forma, o que defendiam estes homens fazia parte da configuração de seu campo e de sua postura política, não podendo ser apreendido sem ser inserido nas estruturas das relações de poder nas quais eles disputavam posições.

Pode-se afirmar que essa autopromoção, criada por estes atores, sobre uma suposta supremacia no debate público faz parte do contexto de disputa política. Segundo Angela Alonso (2000, p.40), é um comportamento que compõe a elaboração de rótulos de identidade, que são comuns de serem criados por movimentos intelectuais e políticos e funcionam como estratégias de diferenciação, na busca pela legitimação de posições, especialmente em períodos de mudança social.

Essa posição a que o intelectual se delegava o levou muitas vezes à arrogância e comprometeu-lhe a autocrítica. Invariavelmente, alimentava-se com isso a crença no poder da intervenção indiscriminada, justificada pela visão privilegiada que sustentavam ter. Claramente uma atitude paternalista e autoritária em sua essência. Essa é a postura do “intelectual moderno”, que também estava presente na intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do século XX (PINHO, 2007, p.72).

No final do século XIX, no momento da “crise do Brasil-Império”, o ativismo dos letrados é claro e guarda correspondências com o papel que desenvolveram seus congêneres na França, numa situação em que os campos político e cultural se imbricavam (ALONSO, 2000; BEIRED,1999; GOMES, 2009; OLIVEIRA, 1990; MARTINS, 1987). O movimento intelectual que aqui se conformou, batizado posteriormente como “Geração de 1870”, se erigiu justamente a partir da influência de um repertório político-cultural europeu e das experiências vividas pelos letrados brasileiros durante a crise das instituições imperiais (ALONSO, 2002, p. 43). Tratou-se de um grupo que foi responsável não só pela transformação da postura do letrado, mas que também contribuiu com caracteres importantes nas culturas políticas do século XX.

É preciso dizer que se trata de um fenômeno internacional, que na Europa e na América surgiu como reação às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional, como

o romantismo e o catolicismo, estimulada principalmente pelas grandes transformações econômicas em curso. Um fenômeno que chegaria ao Brasil pelo menos vinte anos depois do seu início na Europa e que modificaria as relações da intelectualidade, ou de parte dela, com a tradição imperial (OLIVEIRA, 1990, p. 79).

Para Nicolau Sevcenko, é uma transformação que responde ao avanço e globalização do capitalismo a partir da “Revolução Científico-Tecnológica”, inaugurada no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos (SEVCENKO, 1998, p.7-14). Momento no qual aplicou-se à produção industrial uma série de descobertas científicas que permitiram um salto qualitativo e quantitativo da produção. Em uma velocidade inédita, essas mudanças alteraram significativamente a vida das pessoas comuns, modificando padrões de consumo, produção e comportamento, com a introdução de inúmeras invenções ainda mais complexas, que exigiram dos países industrializados mais matérias-primas e mais mercados. Daí nasceu o “neocolonialismo” ou “imperialismo”, que promovendo a aproximação das grandes potências com novas ou antigas áreas coloniais, de produção essencialmente agrícola, dragaram-nas com os ritmos dinâmicos da produção industrial. Tais modificações estimularam mudanças, que afetariam culturas e costumes, trazendo novas idéias e comportamentos, alterando o tecido social, colocando em xeque a sustentação de regimes de poder tradicionais, por meio de inúmeros movimentos e revoltas.

Para se ter uma idéia, na França, a partir de 1870, reagiu-se sobretudo à democracia liberal, colocada em questão após a derrota sofrida pelo país na Guerra Franco-Prussiana, quando ocorreu um avanço de idéias que questionavam os princípios universais iluministas como a razão universal, o progresso, a liberdade e a igualdade, fortalecendo um discurso antidemocrático, antiliberal e militarista. O Boulangismo levantado pelo general Boulanger, apontava o regime parlamentar como o culpado pela agitação política e pela derrota na guerra. O quadro de instabilidade e os problemas econômicos deixavam evidentes para boulangistas e “anti-dreyfusards” os problemas da democracia liberal, estimulando a busca nas origens, na tradição e nas especificidades francesas a força para uma reação, alimentando assim um discurso particularista (OLIVEIRA, 1990, p. 49-73; ALONSO, 2002, p.331-341). Surge aí um nacionalismo crítico do liberalismo democrático – apontado como o responsável pelo início da decadência da França por alguns intelectuais da época. Esse é um fenômeno que se inicia no final do século XIX na França e que chega forte ao Brasil no século XX, influenciando nos debates brasileiros sobre uma República já proclamada, como será descrito adiante.

As diferenças com o que acontecia aqui no Brasil são evidentes neste momento, claro. Se entre os franceses discutia-se o que era para alguns o excesso das liberdades, aqui a pauta abrangia direitos elementares como a liberdade de culto, o fim da escravidão e a liberdade de pensamento, por exemplo.

O ativismo político destes grupos, todavia, não foi superficial, implicou em quase todos os casos, na América e na Europa, na ação política em duas frentes: os atores não só escreveram, como agiram diretamente em prol das mudanças que acreditavam, seja pela via reformista ou revolucionária.

No Brasil, a Geração de 1870 respondeu também às transformações econômicas, sociais e à crise política estabelecida no final do século XIX. É preciso lembrar que, graças ao que acontecia na Europa e nos Estados Unidos, a cultura cafeeira se expandia, para atender a demanda por substâncias estimulantes por parte destas sociedades, que experimentavam um novo ritmo de vida e cadência de trabalho (SEVCENKO, 1998, p.14). O que permitiu, por exemplo, o surgimento de novos grupos econômicos que reclamavam maior espaço no âmbito político, como os cafeicultores paulistas. O abalo que as instituições imperiais sentiram permitiu que existisse uma oportunidade na qual os descontentes com o *status quo* Saquarema encontrassem espaço para se expressarem (ALONSO, 2002, p.97-104).

Neste momento, as culturas políticas sofreram importantes transformações, que fizeram parte do cenário em que intelectuais e militares atuaram nas décadas seguintes – daí a importância de ser explorado nesta pesquisa. A conjuntura política brasileira exigiu e permitiu a penetração de novas formas de interpretação da realidade social, a partir das quais os atores elaboraram suas estratégias de ação, também inovadoras. Como pontuou Serge Berstein (1988, p.355-357), as culturas políticas se transformam segundo as necessidades históricas, quando os atores, imersos num universo cultural, procuram respostas para fenômenos político-sociais únicos¹⁸.

Muito embora na sociedade imperial o ambiente para o debate público fosse mais exíguo, uma maior dinamização das atividades urbanas, promovida pelas reformas do gabinete Rio Branco, começava a permitir algumas frestas. Notou-se nessa época a expansão

¹⁸ “Foi por ocasião da grande crise de legitimidade que marca os anos de 1789 a 1815 que nascem as culturas políticas republicana e tradicionalista, as quais representam as respostas antagônicas a essa vasta sacudidela. A Revolução Industrial do século XIX fará nascer o socialismo e o seu antagonista, o liberalismo conservador, enquanto as profundas transformações técnicas e dos modos de vida nos anos de 1875 a 1890 permitirão a expansão das correntes apoiadas na democracia directa das massas que, de futuro, estarão integradas no jogo político que o nacionalismo e o socialismo renovado no fim do século XIX constituem. As dificuldades de adaptação da religião católica ao mundo moderno estão na origem da cultura democrata-cristã. É a grande crise nacional [Na França] de 1940-1945 que dá oportunidade ao gaullismo, etc.” (BERSTEIN, 1988p. 355)

e multiplicação de canais de opinião, com uma maior edição de livros e jornais e com a ampliação do acesso ao ensino superior para além das camadas senhoriais. Elementos que, sem dúvida, permitiram uma diversificação da intelectualidade brasileira, até então mais homogênea e com relações mais próximas com as elites econômicas e políticas. Paralelo a isso, o fim do tráfico de escravos trazia para o centro do debate o sustentáculo econômico da sociedade imperial, colocando também a monarquia na discussão da agenda política (ALONSO, 2002, p. 98; PINHO, 2007, p.79).

Emergiram então, de meados de 1870 até a queda do regime monárquico, variadas formas públicas de protesto que, no aspecto geral, reclamavam reformas de instituições imperiais, as quais aos olhos dos atores pareciam estagnadas perante as transformações da sociedade brasileira e em relação às demais “nações civilizadas” do mundo – afinal avançavam da Europa e dos Estados Unidos para cá novas diretrizes científicas e técnicas que incompatibilizavam-se com o cenário político-social aqui encontrado. A título de exemplo, movimentaram-se associações de proprietários, manifestações populares, associações abolicionistas, militares, republicanas, literárias e outras congêneres (ALONSO, 2002, p.98)

No bojo desses acontecimentos, os intelectuais se empenharam nos mais variados esforços no sentido de entender o que acontecia com o país e de propor soluções. Tratou-se uma geração profundamente interessada e engajada nas questões do país, na qual deveriam ser também incluídos alguns políticos (que não deixaram de ser intelectuais de peso), que desde o final dos anos 1860 questionavam a Monarquia e/ou as ações da mesma, como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (MELLO,2007, p.93). Segundo Angela Alonso, o que os reunia em torno desse movimento era, sobretudo, a posição de sujeitos negativamente privilegiados pela estrutura de distribuição de recursos estamentais, de *status* e/ou posições políticas relevantes (Ibidem, p.101)¹⁹. O que se configurou a partir daí foi um movimento político, “*uma coalizão negativa, suprapartidária, socialmente heterogênea, de contestação político-intelectual. Assim o movimento intelectual se materializou tanto em formas discursivas quanto numa ação política coletiva*” (Ibidem, p. 44).

O ecletismo, filosofia espiritualista na vertente hegeliana de Vitor Cousin, havia se tornado talvez a maior influência filosófica-doutrinária do período imperial, combinando-se com o romantismo. Era no Brasil e na França um aliado da religião, ganhando aqui o estatuto

¹⁹ Para o entendimento desse movimento enquanto uma geração, Angela Alonso (2002) usou Karl Mannheim, que determina que gerações são grupos que compartilham uma experiência espaço-temporal e vivem constrangimentos, os quais são responsáveis por delimitar possibilidades, que condicionam suas experiências e seus modos de pensar, contribuindo para formar um estilo de pensamento ou uma “entelêquia” (MANNHEIM, 1997, p.378-381)

de filosofia oficial (MELLO, 2007, p.94). Apesar disso, o racionalismo iluminista irradiado pelas revoluções liberais não havia deixado de chegar a estas plagas e influenciar sobremaneira a elite política e os homens de letras do país.

Aconteceu que, se internacionalmente o cientificismo já ganhava espaço relacionado à expansão do capitalismo, da ciência e da técnica; no Brasil, a crise política permitiu que essa cosmovisão racionalista fosse identificada enquanto ferramenta de questionamento ao *status quo* imperial e assim ganhasse maior centralidade. A partir dela os intelectuais desejavam superar o atraso, trazer a modernidade cultural, superar a defasagem no “estado de civilização”, expurgando a tradição de hierarquias fundadas sobre o privilégio e na relação trono-altar.

Tratou-se de uma época em que o inconformismo ganhou espaço, colocando tudo o que era estabelecido sob discussão. Fortaleceu-se um discurso secular, que contrapôs um pensamento religioso responsável pela teoria do direito natural, na qual a ordem social era vista como rígida e imutável. Algo que abriu espaço para a desestabilização simbólica de instituições assentadas na tradição nobiliárquica de Antigo Regime, que ajudavam a sustentar todo o aparelho de poder Imperial (PINHO, 2007, p.80). Uma leitura sobre a realidade que deu destaque ao mérito, ou “talento” como era mais freqüente, como elemento fundamental na constituição de instituições verdadeiramente democráticas (MELLO, 2007, p.38-39). Uma visão institucional que ganhou espaço nas culturas políticas e que se materializou no universo semântico do final do século XIX, no movimento republicano, entre os jovens militares, e nos anos 10 e 20 do século XX, na crítica em geral à República liberal-oligárquica.

Na perspectiva cientificista, todos os ramos do conhecimento são passíveis de serem avaliados a partir de suas regularidades, desde o movimento dos astros aos fenômenos sociais. Num contexto em que tudo se questionava, esta era uma percepção que tornou o debate político-intelectual brasileiro um terreno fértil para as mais variadas doutrinas, tais como: o darwinismo, o evolucionismo, o liberalismo, o naturalismo, o positivismo etc. Autores como Darwin, Comte, Buckle, Haeckel, Spencer, Littré, Noiré, Taine e Renan se tornaram importantes referências, como eram Cousin, Maine de Biran e Jouffroy, anteriormente (Ibidem, p. 79)²⁰.

²⁰ Angela Alonso destaca que a geração de 1870 se formulou a partir de uma cisão intra-elite. Era composta essencialmente por homens que gozavam de uma marginalização relativa intra-elite e se posicionavam na crítica ao sistema imperial, como já dito. Tendo isso em mente, ela aponta dois momentos diferentes. Primeiro entre 1868 e 1878, quando há uma denúncia liberal de sua marginalização em relação ao domínio conservador. Vendo partes de suas pautas avançarem nas mãos dos adversários, os liberais atacaram frontalmente as instituições políticas Saquaremas. Até aí, as elaborações ainda estão mais atreladas à tradição imperial, justificando o romantismo, o catolicismo e o liberalismo estamental. Um segundo momento é pródigo entre 1880 e 1885,

Para efeitos deste trabalho, ressalta-se aqui o positivismo no embate com o ecletismo. Duas idéias capitais dos princípios de Auguste Comte se destacavam naquele momento: a evolução escalonada da história e o cientificismo (MELLO, 2007, p.94-98). Apesar da idéia de progresso já estar presente no debate político, o positivismo chamou a atenção para o conteúdo histórico, para as transformações sofridas pela humanidade em etapas progressivas. Em outras palavras, o que se discutia era que a observação racional dos fenômenos variados, quando compreendidos dentro da filosofia positivista, forneceria não as causas primeiras dos fenômenos, mas suas leis e relações. “*Para a Geração 70, o cientificismo, filosoficamente apoiado, libertava a inteligência de fantasias religiosas e de abstrações inócuas para dar conta e imprimir velocidade ao progresso tecnológico capitalista.*” (Ibidem, p. 96). Descobrir as leis da evolução social, era possível acelerar o progresso, impondo ao Brasil o ritmo necessário para que se alinhasse rapidamente à modernidade. Para Mello, a atração que o positivismo exerceu nesse momento deveu-se ao fato desta filosofia lidar com toda a gama de conhecimento, tendo respostas para muitas das inquietações que apareceram durante a crise (MELLO, 2007, p. 95-96)²¹.

A mobilização desses recursos teóricos servia primeiramente a propósitos políticos, já que a geração de 1870 é um movimento político conduzido por intelectuais, em sua maioria, como já dito. Isso quer dizer que o “cientificismo” tanto defendido por esses intelectuais funcionava antes como ferramenta de legitimação e conquista de maior autoridade dentro do debate, do que como uma busca pelo desenvolvimento de teorias e isso inclui o positivismo:

Ao invés de obras filosóficas, amadurecidas por longos anos de estudo, eram panfletos escritos em poucos meses por gente muito jovem, recém-formada ou ainda nos bancos das faculdades, muitas vezes compilando simplesmente artigos antes saídos em jornais estudantis. (ALONSO, 2002, p.168).

Legitimar o discurso, dar a ele ares imparcialidade e de verdade incontestes era importantíssimo para estes atores que abriam, naquele momento, um espaço de ação alternativo ao que ofereciam os canais tradicionais das instituições imperiais. Se o

quando o discurso da marginalização em relação ao debate político se intensifica, vindo a público mais ou menos cinquenta obras no mesmo gênero, em tom positivista, spenceriano, cientificista (ALONSO, 2002, p.166-168).

²¹ “O filósofo Montpellier inovou na inclusão do estudo positivo dos fatos sociais, fundando a sociologia. Se nesse ramo de pesquisa a experimentação se mostrava de difícil uso, cabia ao cientista valer-se do método comparativo e histórico para conhecer as leis que regem a sociedade. Dividiu ele essa ciência em ‘estática social’ – a ordem –, que investiga a organização da sociedade através de seus órgãos e funções, e em ‘dinâmica social’, na qual entra a teoria do progresso social. Entendendo a sociologia como a totalização do saber, classificou as ciências do mais simples e indeterminado (a matemática) ao mais complexo e específico (a sociologia).” (MELLO, 2007, p. 97).

cientificismo ganhava espaço como o que havia de mais moderno e “civilizado” para a compreensão do mundo, segui-lo e transparecer segui-lo passava a ser uma das regras, entre estes intelectuais, para que o discurso ganhasse maior penetração. Como alertou Chartier, não existe produção ou prática cultural – enquadram-se aí textos, discursos e livros –, mesmo que inovadora, que não esteja ligada a um padrão, seja pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja sujeita à censura e supervisão daqueles que detêm o controle sobre palavras ou gestos (CHARTIER, 2001, p.236)²². Daí a imagem de “cientistas da política” que procuravam criar deles mesmos, legitimando-se dentro do apelo cientificista que se espalhava pelo ocidente.

Não falavam mais apenas às elites políticas, buscavam também atingir outros elementos tão ou mais marginalizados que eles pelo poder constituído. Por isso se dedicaram aos panfletos, às revistas, aos jornais, comícios e associações transitórias, rompendo com a estratégia política parlamentar. Para Alonso, ao mesmo tempo em que criavam um embrião de espaço público, atuavam nele (ALONSO, 2002, p.334). Algo que abriu um novo horizonte de ação aos sujeitos políticos ulteriores.

Para estes letrados, a suposta prática da *política científica* que defendiam era qualitativamente superior ao tradicionalmente posto, já que afastava interesses outros que não os estritamente racionais da condução dos negócios do Estado, deixando os privilégios para traz (MELLO, 2007, p.93-156)²³. Em última instância – também uma antiga aspiração de Augusto Comte –, era a idéia de um sistema político sem política, utilizada com o fim último de reclamar legitimidade e autoridade na indicação dos caminhos que o país deveria seguir. Um comportamento que corresponde à categoria de intelectual, elaborada por Jean-François Sirinelli para a compreensão do caso francês; a qual Angela de Castro Gomes (2009)

²² Neste artigo, Roger Chartier elabora dois pares de conceitos interdependentes, que ele considera importantes que o historiador tenha em mente no estudo do uso e difusão de objetos culturais como livros, textos e discursos. Embasado no seu conceito clássico de “apropriação”, que destacou a invenção criativa nos processos de recepção, o autor criou os pares disciplina/invenção e diferenciação/divulgação. Em síntese, o primeiro par destaca que todo o padrão procura segregar aquilo que almeja a sua subversão, ao mesmo tempo em que todo processo de invenção de novos padrões está sujeito uma disciplina ou censura por meio de tradições, autoridades ou do mercado. Isso quer dizer que as liberdades, que são sempre reprimidas, e que disciplinas, que são sempre perturbadas, articulam-se entre si. O segundo par expõe que em toda divulgação não há uma simples difusão. Isso ocorre porque no interior dos próprios mecanismos de imitação há competição, portanto, estabelece-se diferenciação. Só é possível de perceber isso, segundo o autor, quando se entende que na própria divulgação há competição e há luta sobre o melhor cumprimento da tarefa almejada (CHARTIER, 2001, p. 236-237).

²³ Segundo Angela Alonso, “política científica” é um epíteto que Charles A. Hale escolheu para denominar os esquemas interpretativos, noções e argumentos que a geração de 1870 mexicana mobilizava e que pode ser utilizado no Brasil. “Eram teorias da reforma social, forneceram esquemas conceituais a partir dos quais os membros dos grupos politicamente marginalizados puderam construir sua crítica às instituições e aos valores do Segundo Reinado numa linguagem nova, rompendo assim com a própria tradição liberal-romântica inventada pelos saquaremas.” (ALONSO, 2002, p.176)

relacionou ao caso brasileiro entre final do século XIX até 1940: o sujeito produtor e reproduzidor de bens simbólicos que quando engajado coloca a serviço da causa que defende dois elementos socioculturais: como sua notoriedade eventual e/ou sua “especialização” (SIRINELLI, 2003, p.243). O “elitismo científico”, segundo Alonso (2002, p.331), ligou todas essas manifestações, na Europa e na América. O intelectual, pelo domínio de ciência que julgava ter, se atribuía o posto de figura mais qualificada para atuar na arena política na busca pelo progresso.

Segundo Daniel Céfaï, na ação coletiva os atores mobilizam, entre redes e organizações, repertórios de identificação, narração e argumentação, recorrendo a reservas de saber ou a fontes de experiência. Ou seja, há uma mobilização – no âmbito da ação política –, pragmática e estratégica, de recursos predeterminados, de arquiteturas semânticas sob as quais somos tomados de maneira passiva, senão inconsciente – estas organizadas então no âmbito cultural (CÉFAÏ, 2001, p.98-100). A vivência de uma tradição antirevolucionária colocada pela elite imperial (ALONSO, 2002, p.56), interagindo com uma insatisfação destes setores parcialmente marginalizados, que buscavam espaço político, alimentou uma agenda de reformas que não poderia fugir dos debates que se desenrolavam mundo afora e às especificidades do caso brasileiro, no caso a maior delas era a escravidão. Para a Geração de 70, termos como civilização, modernidade e progresso eram fundamentais na unificação de uma pauta de reforma e de combate à escravidão.

Definições do conceito de “civilização” podem fornecer uma pista importante sobre o universo semântico que ajudava a compor os diagnósticos e propostas destes intelectuais para o país, ou seja, seus “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas”²⁴. Se em dicionário de 1873, Domingos Vieira, atrelou o substantivo “civilização” ao melhoramento social, resultante da ação recíproca entre atividades produtivas, religião, belas artes e as ciências; em 1890, Moraes Silva ligou tudo isso ao “adiantamento” e ao progresso, que se manifestariam entre outras coisas na perfeição das leis e na “cultura intelectual, representada nas ciências, nas leis e nas artes.”²⁵. O que se vê, no geral, é o desenvolvimento da ciência

²⁴ Daniel Céfaï (CÉFAÏ, 2001, p.115) lembra que as culturas políticas agem tanto a análise do quadro de experiência quanto na proposta de novos projetos, tudo isso dentro de um conjunto de relações com as imaginações dos atores. Segundo Reinhart Koselleck, estas experiências (espaço de experiência) e “teorias de ação” (horizonte de expectativas) estão plasmadas nos conceitos, fortemente mobilizados nas disputas políticas (KOSELLECK, 2006, p.309-310).

²⁵ Ver VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza pelo dr. Frei Domingos Vieira, dos eremitas calçados de Santo Agostinho**: publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Porto: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873. v.2; SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. 8ª ed. Rio de Janeiro e Lisboa: Editora Empreza Litteraria Fluminense. 1890. v.1

como condição para a existência do que se entendia como civilizado, para o progresso ou melhoramento social, que representaria uma integração à evolução geral do gênero humano capitaneada pela consciência europeia (OLIVEIRA, 1990, p. 40-41). Nesse sentido, ninguém melhor para desenvolver tais ciências, e a partir delas a sociedade, do que os próprios intelectuais. Como se verá adiante, para alguns membros da geração de 1870, o domínio da ciência era fundamental para a percepção de que a monarquia e a escravidão eram impeditivos do melhoramento social, por conseguinte, da entrada do Brasil no rol das nações civilizadas.

O positivismo ganhou força no movimento republicano, entre os abolicionistas e militares, no final do século XIX. No Brasil, Benjamin Constant foi um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, em 1876, cujo núcleo inicial teve a participação de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, seus ex-alunos na Escola Politécnica (LEMOS, 1997, p.70).

No início da década de 1870, ao tentar uma cadeira na Escola Militar, Constant alertou desde já que daria lá um curso organizado segundo concepções positivistas, o que ocorreu²⁶. De acordo com José Murilo de Carvalho, a Escola Militar, sobretudo após a entrada do positivismo, transformou-se num centro de estudos de matemática, filosofia e letras, mais do que disciplinas militares. A influência positivista teria se intensificado depois do ingresso de Benjamin Constant no quadro de professores a partir de 1872. Aqueles que se formavam lá eram antes bacharéis de farda, do que homens preparados para a guerra, afirmou o historiador (CARVALHO, 2005, p.24-25).

No âmbito civil, positivistas abolicionistas e republicanos se organizavam em torno da liderança de Miguel Lemos, que desde que chegou de Paris, em 1881, se autodenominava sacerdote da humanidade. Lemos assumia um grupo já atuante na imprensa, em comícios e associações e se esforçou para dar a estes homens tons mais estritamente positivistas. Além de Comte, Pierre Laffitte foi outra referência central para os escritos positivistas no Brasil. Após a morte de Auguste Comte, Laffitte se auto-intitulou “diretor do positivismo”, disputando com Littré a herança intelectual e material do “mestre”. Laffitte radicalizou o positivismo a partir de 1878 provocando cisões. Apesar das variações de matizes, as inclinações políticas dos grupos positivistas detinham fortes identificações: aqueles que tinham Laffitte como referência permaneciam republicanos e abolicionistas (ALONSO, 2002, p.208).

²⁶ É preciso dizer que Benjamin Constant não inaugurou o positivismo na Escola Militar. Diferente disso, o contato de Constant com o positivismo foi nesse ambiente quando ele ainda era aluno, na década de 1850, momento em que essa filosofia começou a ganhar corpo na instituição, com a publicação de várias teses inspiradas na doutrina de Comte. (LEMOS, 1997, p. 69)

Em síntese, para os positivistas brasileiros, que aplicavam a filosofia geral de explicação sociológica da modernidade ocidental à análise histórica do quadro do país, o Brasil possuía condições de transitar do mundo feudal ao capitalismo industrial. Todavia, para que isso ocorresse seria necessário superar a escravidão e a monarquia, ambas conflitantes com a evolução histórica na direção do período industrial²⁷. Segundo os pressupostos da política científica positivista, que levavam em conta leis sociológicas e históricas, se a escravidão era “anacrônica”, própria do período da colonização brasileira, a monarquia era “artificial” – era uma importação irracional de um sistema próprio “à evolução inglesa” – e ambas precisavam ser superadas para que o país seguisse o rumo “normal” do Ocidente, desta forma adaptado aos novos padrões urbanos e industriais (ALONSO, 2002, p.205-222)²⁸.

Como já citado, o positivismo não foi a única referência doutrinária que fez parte da (re)configuração do ambiente político-intelectual trazido pela Geração de 1870, que havia contribuído para uma estratificação interna do movimento. Na avaliação de Alonso, essa estratificação era explicada pela relação que cada grupo tinha com a estrutura estamental do Império e suas instâncias de poder, bem como pelo contato com as referências filosófico-doutrinárias. Por exemplo, mais próximos do poder estavam as dissidências liberais, os novos liberais (monarquistas reformistas) e os liberais republicanos. Em uma posição mais periférica estavam outros dois grupos político-intelectuais novos que ganhavam força a partir de então. Mais ao extremo, identificavam-se os elementos dotados de recursos sociais e econômicos próprios advindos de atividades não controladas pelo estamento imperial, mas sem acesso ao núcleo de poder, eram os federalistas científicos do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Em uma situação intermediária estavam aqueles marginalizados em relação ao sistema

²⁷ Os países ocidentais seguiriam uma marcha, que tem como referência o caso francês – que seria o mais avançado e referência para a construção da teoria positivista. A partir desse caso os positivistas abolicionistas, adaptavam as teorias de Comte e Laffitte para a compreensão de sociedades colonizadas por europeus (ALONSO, 2002, p.213). Na teoria geral apresentada por Comte, o espírito humano percorria três momentos: teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato, e o científico ou positivo. Cada um corresponderia a uma forma de organização político-econômica. O primeiro, seria o do “Estado teológico-militar”, que vigorou até o final da Idade Média; o segundo o “Estado metafísico-jurídico”, quando a humanidade procura se desvincular das explicações divinas para compreender seus rumos, procurando-as em abstrações sobre os próprios objetos; por último o “Estado científico-industrial”, quando a ciência chega a outro estágio capaz de compreender as leis dos fenômenos sociais, indo além de explicações causais. O Estado positivo, superando a democracia parlamentar, seria uma sociocracia autoritária, segundo os princípios de Comte (MELLO, 2007, p.95)

²⁸ É importante dizer que a idéia de um desenvolvimento linear das sociedades do Ocidente não é monopólio do positivismo. O historiador alemão Theodor Mommsen (1817-1903), com seu método anti-romântico, também estabeleceu uma ideia de desenvolvimento progressivo do mundo ocidental, que partia da organização feudal da economia e aristocrática da política ao capitalismo e a universalização da cidadania. Um esquema não positivista sobre o qual Joaquim Nabuco lançou mão para defender o fim da escravidão, como forma de superar a defasagem que a monarquia tinha no “estado de civilização”, que para ele não era necessariamente um problema político (ALONSO, 2002, p.192).

de distribuição de prebendas e de cargos e desligados de qualquer atividade econômica tida como importante, os positivistas abolicionistas (ALONSO, 2002, p.100).

Além do positivismo, teorias que se relacionassem com o darwinismo, sobretudo a de Haeckel e Hebert Spencer tiveram destacável aceitação. Os intelectuais se apegaram a teorias biologizantes que, quando aplicadas à sociedade, alimentavam a certeza da marcha da humanidade na direção do aprimoramento, da perfeição (PINHO, 2007, p. 81). Foi assim que o próprio Miguel Lemos assumiu:

[...] foi o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas o fator preponderante da minha emancipação intelectual. [...] Secundariamente, influiu para o mesmo fim a leitura de algumas páginas dos Primeiros Princípios, de Hebert Spencer (LEMOS apud MELLO, 2007, p.97-98).

Apesar das clivagens que o movimento possuía, a perspectiva geral da urgência de adequar o país à modernidade ocidental unificava os intelectuais no esforço de entender o país, de defini-lo do ponto de vista de sua identidade nacional. Porém, não se tratava da busca romântica da nação nas glórias do passado, como faziam os românticos indianistas, mas de uma análise em bases ditas exclusivamente racionais, essenciais para determinar as novas configurações que o Estado deveria seguir para adequar o Brasil ao progresso civilizatório. O que significava, em última instância, um alinhamento político, social e cultural ao que acontecia na Europa ou nos Estados Unidos: “Somos da América e queremos ser americanos”, dizia o Manifesto Republicano de 1870 (apud ALONSO, 2002, p.184). Assim, posicionando-se como detentores deste instrumental, os intelectuais nesse momento não só se colocavam como agentes dessa transformação, mas a condição primeira para seu desencadeamento. Angela Alonso (Ibidem, p. 184) chamou tal postura de “reformismo”.

O “reformismo” tratou-se de uma predileção pela reforma à revolução, uma tradição herdada das elites imperiais, (re)apropriada neste novo contexto²⁹. Era uma opção política elitista, que, no final do século XIX, fez da política científica a ferramenta detida por uma vanguarda ilustrada para operar as transformações necessárias ao país. Assim como na tradição imperial, embora também orientada por novos princípios, a política não deveria se abrir à democracia plena, sob pena de sua própria inutilidade (Ibidem, p.334). À visão

²⁹ “O Segundo Reinado teve esta dupla fonte: a experiência nacional e o repertório político-intelectual europeu. Dosava os valores universais vindos do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar. O modelo de suas instituições políticas deve à pedagogia legada pelas convulsões européias e regenciais: a liberdade dependia da ordem. Mais que copiar os europeus, a elite imperial se esforçou para evitar a maior de suas desgraças: a revolução.” (ALONSO, 2002, p.56)

negativa que cultivavam a respeito da capacidade das pessoas comuns nos negócios públicos, contrapunham auto-elogios às suas capacidades. Os positivistas foram ao extremo destas elaborações, propondo o bem-estar sem democracia.

A maneira como agiam, contudo, falando tanto à elite política, quanto aos grupos marginalizados pelo regime sobre as necessidades de reformas, organizando-se em canais alternativos aos parlamentares ajudava a ampliar os espaços de sociabilidade, que seriam ainda mais explorados pelos intelectuais e pelos militares durante República, como os clubes, as revistas, os jornais e as associações. Ambientes que submergindo os indivíduos em um clima político-cultural funcionam como vetores de (re)produção das culturas políticas (BERSTEIN, 1988, p.356; CÉFAÏ, 2001, p.98; MOTTA, 2009, p. 23).

O que se pode notar é que os atores se colocavam no debate segundo uma reinterpretção das tradições que compunham as representações sobre o mundo tal como conheciam, de acordo com a realidade vivida e com seus objetivos políticos. Isso demonstra que os sujeitos, mesmo mergulhados num clima cultural, reagiam ao ineditismo das situações resignificando as representações da tradição imperial e definindo novas formas de ação, segundo interesses determinados. As representações, as leituras sobre a realidade, ao mesmo tempo que interferem na vida social são modificadas por estas últimas, para que possam manter conexão com a realidade material e fazer sentido aos sujeitos políticos (BERSTEIN, 1988; MOTTA, 2009). Isso quer dizer que, a geração de 1870 contribuiu para plasmar nas culturas políticas que compunham o cenário daquela época elementos que estiveram presentes nos debates políticos travados pelos diversos grupos do século XX. Essa é uma dimensão fundamental para o entendimento da atuação política de grupos de intelectuais e inclusive dos militares, que procuraram justificar suas ações armadas, que rompiam com a ordem constitucional que diziam defender, apresentando leituras de crise da sociedade após a proclamação da República.

É importante dizer, não se trata de estabelecer uma filiação direta entre os diferentes grupos que atuaram em outras décadas e em diferentes posições, mas de admitir a possibilidade diálogo entre os mesmos, dado a imersão em um contexto histórico político-cultural amplo. Se a política traz em si o elemento da novidade que exige a ação imediata dos indivíduos, esta nunca se dá a partir de um vazio, mas a partir da (re)significação de experiências históricas plasmadas num conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano no longo prazo (MOTTA, 2009).

O jurista Alberto Torres – grande inspiração para o pensamento autoritário nacionalista brasileiro das décadas de 20 e 30, como será exposto mais adiante – passou dois anos de sua vida na França, entre 1907 e 1909, e depois disso escreveu dois livros em francês, talvez almejando uma maior amplitude do público, preocupado com os excessos do capitalismo liberal que, segundo ele ameaçavam frontalmente a paz mundial. O primeiro livro foi *Vers la paix: Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international*, publicado em 1909; já em 1913 publicou *Le problème mondial: Études de politique internationale* (LEMOS, 2010). Para Torres, o papel da “inteligência” era fundamental na resolução pacífica dos conflitos que se colocavam impulsionados pelo imperialismo. No discurso de posse como sócio do Instituto Geográfico Histórico Brasileiro (IHGB), em 1912, lembrou nomes da “inteligência” mundial que para ele seriam repositórios de esperança de paz, uma vez procuravam saídas pacíficas para os conflitos humanos. Entre eles estavam franceses que tiveram peso na Geração de 70, como Voltaire, Diderot, Gambetta, Condorcet, Augusto Comte, entre outros:

A estes nomes [Jeremy Bentham e Stuart Mill] seria fácil acrescentar centenas de outros para provar que a paz é uma esperança e uma confiança do entendimento coletivo da espécie humana, expressa pelo escol de suas inteligências Leibnitz, Marbly, Voltaire, o Abbade Raynal, Condorcet, Diderot, Augusto Comte, Herbert Spencer [...] Proudhon, Gladstone, [...] Gambetta [...] D. Pedro II [...] são partidários da paz, confiam em sua realização, em época mais ou menos próxima³⁰.

Se Torres agia como intelectual em uma República já proclamada, não lhe faltaram os referenciais daqueles que lhe antecederam. Mesmo que estivesse pronto a fazer a crítica dos mesmos, como será apontado no capítulo 3, trazia nos seus livros um escopo que o auxiliava na compreensão da realidade que o cercava.

O que esse capítulo busca é a identificação traços mais gerais e duradouros entre os intelectuais, entre os quais alguns já puderam ser visualizados, como o elitismo cientificista, o engajamento político, o sentimento de protagonismo na transformação, a ênfase na necessidade da ação, a busca por uma reflexão histórica sobre a nação, a preferência pela reforma à revolução, a preocupação com a construção de um Estado compatível com a sociedade a qual deva dirigir e as formas de agir alternativas ao ambiente parlamentar.

³⁰ Esse discurso serviu como base para o segundo livro em francês, *Le problème mondial* (LEMOS, 2010). Ver TORRES, Alberto. Discurso de posse no IHGB. Revista do IHGB 74 (126): 547-596, p.576, 1912. As fontes de época utilizadas em toda dissertação foram transcritas para a ortografia atual, mantendo-se, é claro, a pontuação original

Características estas que permitem ir além da seleção dos argumentos imediatos, que respondem às necessidades transitórias do embate político, possibilitando uma melhor aproximação com as leituras que os diversos atores políticos faziam de si mesmos e do mundo no qual estavam inseridos. O que auxilia na construção de eventuais relações, como as que se procura investigar aqui. Isso, é claro, sem cair em um culturalismo, daí a importância dada ao contexto, a seguir.

2.4 A experiência da República Liberal-Oligárquica: da euforia à crise

Proclamada a República, vencido então o projeto de reforma da monarquia pelo de sua superação, medidas liberalizantes foram radicalizadas com o intuito de promover a “modernidade” e a industrialização a qualquer custo. Seguindo o apelo da geração de 1870 e elaborado sob destacável influência doutrinária dos positivistas e dos liberais – o que não quer dizer que fossem as únicas –, o novo regime se orientou, sobretudo, pelo acerto dos ponteiros brasileiros com o relógio global, o que deu força aos discursos técnicos e cientificistas confiantes na vitória inelutável do progresso. Foi nesse momento que Europa e Estados Unidos, os grandes espelhos da intelectualidade, passavam pela pujança da prosperidade promovida pela “Revolução Técnico-Científica”, que seria o pano de fundo da chamada *Belle Époque*, celebrada até a Primeira Guerra Mundial (SEVCENKO, 1998, p.34).

2.4.1 Construindo uma governança

Com a Proclamação da República, houve de imediato uma completa abertura da economia à entrada de capitais estrangeiros, principalmente ingleses e americanos, como também a permissão para bancos privados emitirem moeda, uma nova lei mais flexível de sociedades anônimas e a criação de um mercado de ações centrado em torno da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1998, p. 15). Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda da República, radicalizou com estas medidas a política emissionista de cédulas bancárias e de bônus para empréstimos inaugurada ainda pelo visconde de Ouro Preto. Como seu antecessor, Barbosa também buscava apoio político de setores como fazendeiros, comerciantes e pequenos industriais – agora para sustentar a República recém-fundada (SCHULZ, 1996). O resultado foi uma enorme euforia especulativa e financeira, que permitiu o surgimento de muitas companhias, pequenas indústrias e a atração de investimentos

externos. Ao mesmo tempo em que alguns grupos nem tão bem intencionados formavam uma camada de arrivistas, enriquecidos no jogo rentista e na criação de empresas fantasmas, enquanto que fortunas que compunham a elite econômica desde o período imperial entravam em falência.

Este fenômeno, que se estendeu até o final do governo constitucional de Deodoro da Fonseca, ficou conhecido como Encilhamento e trouxe consigo todo um simbolismo de renovação e progresso, associado ao internacionalismo, empreendedorismo e ao discurso de inserção do país entre os modernos mercados industriais e de capitais do mundo ocidental. Se até a virada para o regime republicano o sentimento era de um país que finalmente saía da letargia que se encontrava no passado, sustentado ainda no bom momento econômico internacional que garantia as exportações e fortalecia a moeda brasileira. Por volta de 1891, uma crise econômica internacional envolvendo o banco britânico *Baring Brothers* provocava fuga de capitais e depreciação do câmbio, comprometendo e muito a política emissionista brasileira (Ibidem). Se durante o início da República essa política econômica foi responsável por uma sensação de renovação no país, não demorou para que se revelasse um tenebroso cenário marcado por um grave processo inflacionário e pelo aumento da dívida pública, que contribuiria inclusive para a perda de sustentação de Deodoro da Fonseca, que logo renunciaria.

Por outro lado, uma reorganização dos setores sociais se operava, alterando os quadros hierárquicos e provocando a desestabilização das concepções de sociedade ideal, tradicionalmente assentadas. Além dos arrivistas, ou “homens novos” como eram chamados, um contingente de mão de obra assalariada consolidava-se de maneira inédita, formado por ex-escravos e imigrantes, mudando também a dinâmica do mercado interno (SEVCENKO, 1998, p.16).

Não tardou desta forma, para que os conflitos começassem a aparecer, abrindo espaço inclusive para manifestações daqueles que estiveram de fora da proclamação do novo regime, porém não imunes às conseqüências de suas políticas: o povo (CARVALHO, 2003, p. 97)³¹. Escancarou-se um cenário desfavorável, marcado por assassinatos políticos, golpes de estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares e disputas no Congresso, alimentando cada vez mais a sensação de um regime instável, prestes à ruptura.

³¹ Povo, para José Murilo de Carvalho, são: “[...] trabalhadores rurais e urbanos, operários, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de nível inferior, empregados [...]” (CARVALHO, 2003, p.97)

Houve choques entre civis e militares, entre militares da Marinha e do Exército, entre republicanos presidencialistas e parlamentaristas, entre brasileiros e portugueses, entre monarquistas e republicanos, entre jacobinos e liberais (Ibidem, p. 97).

Na opinião de Nicolau Sevcenko (1998), o maior exemplo de um conflito que surgiu do choque entre as transformações que a elite republicana impunha às permanências do passado e a um povo, que não era o centro da preocupação de suas políticas, foi a Revolta de Canudos, de 1893 a 1897. Canudos foi um povoado baiano que até o ano de 1893 ainda não constava nos mapas oficiais e que teve seus moradores exterminados pelo governo federal. A justificativa era a acusação de que aquele povo conspirava, com forte organização e armamento, pelo retorno da Monarquia, apoiados por líderes monarquistas expatriados. Participando da quarta e última expedição destinada a debelar Canudos, o militar e positivista Euclides da Cunha escreveria o livro *Os Sertões*, publicado em 1902. Esta obra não só trouxe à tona as próprias ambigüidades com as quais lidou o autor – fruto do contato de um homem urbano com o sertão profundo–, como chamaria a elite intelectual brasileira a confrontar os símbolos do progresso da *Belle Époque* que ostentavam no litoral, com as manifestações “primitivas” e “anti-sociais” ainda vivas nas regiões rurais do interior do país, sobre as quais demonstravam destacável desconhecimento (LEVINE, 1995, p.26)³². Em outras palavras, Cunha foi um dos primeiros a apresentar o choque de todo um ideário europeizado de modernidade, que se espalhava entre as elites urbanas do país, com aspectos mais duros da realidade radicada nos meios rurais. Tratou-se de um elemento essencial para a crítica ao “artificialismo” das doutrinas de construção do Estado, que os nacionalistas autoritários faziam à República nas décadas seguintes, como será melhor discutido adiante (LEVINE, 1995; SEVCENKO, 1998, p.16-20).

Além de Canudos, Sevcenko (1998) citou também O Contestado (1912-1916) e a Revolta da Vacina, em 1904, como outros dois casos que resultaram do embate entre uma ação “modernizadora” verticalizada do Estado e as tradições populares do campo e da cidade.

³² Ao chegar a Canudos, Euclides da Cunha confrontou a narrativa oficial sobre o povoado, na qual ele acreditava, com aquilo que ele de fato viu ali: trabalhadores rurais pobres, sem nenhuma educação formal, com arraigado sentimento religioso e que estavam duramente impactados com as transformações trazidas pela República, que afrontavam suas crenças mais profundas, sem serem minimamente informados ou esclarecidos sobre seu surgimento, significado ou razão de ser. A deposição do monarca, figura sagrada para eles, não poderia soar outra coisa senão um profundo desrespeito e profanação daquilo que acreditavam (SEVCENKO, 1998, p.16-20).

Há que se dizer que a relação entre um Estado proposto enquanto motor da transformação de uma sociedade ainda em formação ocupará espaço importante nas análises dos críticos da República.

Dessa forma, discursos saudosistas ganharam destaque, colocando aos republicanos o desafio de construir um arranjo análogo ao poder Moderador (CARVALHO, 2003, p. 98; HOLLANDA, 2009, p. 19). Ora, colocava-se com urgência a necessidade de organizar as novas correlações de forças que resultaram desse processo, advindo de uma República instalada por um movimento bastante heterogêneo, embora restrito, composto por fazendeiros, profissionais liberais, estudantes, oficiais do Exército, dentre outros. Haja visto que as agitações eram danosas, por exemplo, à negociação de empréstimos e ao pagamento da dívida externa, uma vez que contribuía para a desconfiança de investidores – um fato de grande peso em meio à crise do Encilhamento.

Foi sob estas pressões que o então presidente Campos Sales (1898-1902), articulou a “política dos estados”. Na visão do presidente, a solução passava por conferir ao Executivo Federal um grau maior de autonomia em relação às querelas do Legislativo Federal, que reproduziam as disputas dos grupos de poder enraizados nos estados. Ou seja, seria necessário diminuir as tensões dentro do parlamento e mantê-lo em harmonia com o poder presidencial. O que Sales queria era sustentar o Estado nacional bem distante dos conflitos ocorridos entre e dentro dos estados membros da federação recém-implantada, regionalizando-os. Trocando em miúdos, o que se objetivava era uma despolitização das atividades do governo central, contraposta a uma politização dos estados-atores, resguardando-se o Catete dos conflitos inerentes à atividade política (VISCARDI, 2012a, p.35).

Alguma estabilidade seria garantida a partir daí, estruturada nos pactos entre o Executivo Federal e certas oligarquias estaduais projetadas no cenário político como protagonistas, tão logo conseguissem a hegemonia dentro de seus próprios estados, sem a interferência do Catete (LESSA, 1999). Os estados organizavam os municípios, e os municípios entravam com a força do poder privado do coronelismo, tendo como principal moeda de troca a manipulação dos votos do interior. Explicando melhor: desde que os grupos de poder estaduais conseguissem uma situação favorável ao Executivo na Câmara Federal, o poder presidencial não interferiria nas suas disputas locais. Tratou-se de uma configuração antiliberal, na qual a vontade dos indivíduos e o debate eram suprimidos pela cooptação e violência eleitoral aplicada pelos coronéis. Organizar um governo republicano viável, nesse sentido, significou um afastamento da democracia na medida em que havia brutal

manipulação dos mecanismos de representação (CARVALHO, 2003, p.98; HOLLANDA, 2009, p. 20).

Tradicionalmente, a historiografia debita a força desse pacto na conta das duas maiores bancadas do Congresso, Minas Gerais e São Paulo, fruto de um acordo estabelecido entre suas respectivas oligarquias, batizado como Política do Café com Leite (GOMES; FERREIRA, 1989). Uma visão que já foi ao menos relativizada à medida que alguns historiadores apontaram tanto para problemas na própria efetividade da “Política dos Estados” na neutralização dos conflitos, quanto para uma instável e conjuntural aproximação entre paulistas e mineiros. A começar por Arnelle Enders, que demonstrou que os gaúchos foram a preferência dos mineiros para muitas alianças ao longo da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p.3).

Segundo Cláudia Viscardi (2012a), o mecanismo criado por Sales não se colocava como permanente e nem esvaziava completamente a disputa política na escolha de deputados dentro Congresso brasileiro. Esse nem era o objetivo do político na época, segundo a historiadora³³. A comissão verificadora não escolhia mais entre várias listas dos municípios eleitorais como antes, mas mantinha o poder de veto sobre qualquer nome a ela apresentado pelos poderes locais. Sales garantiu com sua política sua sucessão, elegendo Rodrigues Alves, uma situação que, todavia, não se repetiu no pleito seguinte (VISCARDI, 2012a, p.36-37).

Explicando melhor o que acontecia, Viscardi batizou esse arranjo de “Federalismo em Corda-bamba” (Ibidem, p.50). Ao observar as sucessões presidenciais durante toda a Primeira República, a estudiosa notou que a estabilidade do regime era garantida não por um arranjo pré-determinado, mas por episódios recorrentes de construção e desconstrução de alianças, orientados por princípios que se estabeleceram a partir da sucessão de Rodrigues Alves (1902-1906) e que eram ajustados ao longo da experiência histórica dos atores. Em síntese, esses arranjos eram definidos a partir de negociações entre estados grandes, médios e pequenos, cujo o poder de decisão que detinham sobre a escolha do nome do futuro presidente era determinado pelo tamanho de suas respectivas bancadas e pela sua importância econômica³⁴. A garantia do funcionamento dessa trama dependia da redução da competição e do debate

³³ “Embora estivesse preocupado com sua própria sucessão, Campos Sales não propôs uma fórmula permanente, que conduzisse à renovação do Executivo Federal. Certamente porque este ainda não era um problema visível naquela conjuntura.” (VISCARDI, 2012a, p.37).

³⁴ Assim os grandes estados eram os que possuíam associadamente bancadas numerosas e economias relativamente autossuficientes; os médios, os que possuíam um dos dois elementos; e os pequenos os que não possuíam nenhum deles. O grau de participação nos processos decisórios dependia do tamanho de cada um deles. Como grandes, Viscardi definiu São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; como médios: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; os demais eram pequenos (VISCARDI, 2012a, p.52)

próprios da política; primeiro a partir da exclusão e coerção dos setores populares, com a ajuda do coronelismo e da legislação que impedia o voto dos analfabetos, e depois pela negociação pré-eleitoral entre os estados hegemônicos em torno dos principais nomes, evitando atitudes monopolísticas ou que estimulassem graves distensões entre a oligarquias mais fortes, sempre optando pelas relações de cooptação política dos grandes estados em relação aos pequenos (VISCARDI, 2012a, p. 50-70). O equilíbrio dependia de acertos entre os grupos hegemônicos e o endosso dos grupos menores, em cada sucessão. Portanto, não havia nada garantido, os elos formados entre os principais estados-atores eram pragmáticos e dependiam das conjunturas. Assim, a cada sucessão formavam-se grupos provisórios de partidos estaduais que rapidamente se desfaziam (Ibidem, p. 60). O que indica que o funcionamento do regime estava sempre sob tensão, como quem se equilibra em uma corda-bamba.

Apesar das discordâncias a respeito da maneira como isso se dava entre os historiadores, o que se observa no geral foi que pelo menos a partir de Rodrigues Alves, à exceção da eleição de 1910, os grupos dominantes conseguiram articular as sucessões dentro de certa normalidade, até o pleito de 1922. O que em termos de Primeira República, significava um cenário de quase ausente disputa eleitoral, com ínfima participação popular, marcado pelo protagonismo das oligarquias estaduais dispostas hierarquicamente. A marca desse regime federalista seria a partir daí a rejeição da isonomia entre as unidades federadas.

Viscardi chamou atenção para o elemento que foi para ela o calcanhar de Aquiles do regime: a dificuldade de conciliar a hierarquia entre os grupos de poder com a inevitável renovação do quadro político pressionada pela própria dinâmica social (Ibidem, p.66). No sistema que foi estabelecido, os protagonistas entendiam como normal a exclusão das maiorias – enquadra-se aí setores populares, oligarquias menos poderosas – o que levava à recusa de qualquer forma de reação por parte dos excluídos. A dificuldade que essa postura colocou de assimilar novas demandas foi se agravando ao longo das décadas de 1910 e 1920.

2.4.2 O desgaste do modelo: as experiências da crise.

Apesar das dificuldades, o imperativo da modernização se mantinha forte, embasado na confiança no progresso e nas ciências; algo que se chocava com uma realidade bastante dura e excludente, dotada de permanências em relação ao período imperial, rejeitadas pelos intelectuais republicanos, e tomadas como corriqueiras pelas oligarquias.

O Rio de Janeiro, capital federal, centro político e cultural do país, foi testemunha dos choques entre um discurso de modernização eurocêntrico e a realidade de um país com fortes heranças deixadas pela escravidão (HAHNNER, 1993). As reformas urbanas impulsionadas pela busca de uma arquitetura moderna e de um ambiente salubre, no governo Rodrigues Alves, empurravam os pobres para o que se tornariam as favelas, invadiam suas casas e reprimiam suas tradições, situação que somada à carestia de vida, não deixava de provocar ressentimentos, que alimentavam revoltas como a Revolta da Vacina, em 1904³⁵.

Este processo, celebrado pela imprensa coetânea como “Regeneração”, se completaria também em 1904 com a inauguração da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco – na época, um monumento à exclusão. Colunistas e revistas chamavam a população ao desfile na nova avenida, algo que exigia o porte de trajes finos, à moda inglesa e francesa. Aqueles que não pudessem se vestir “decentemente” estavam proibidos de frequentar o entorno do centro. De acordo com Sevcenko (1998, p. 26), a atmosfera cosmopolita era tal que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas se cruzavam por ali cumprimentando-se com “*Vive la France*”, coroando a *Belle Époque* brasileira. “*Apesar dessa pulsação difusa da violência, que revelava tanto a intensidade das transformações em curso quanto as resistências que se lhe opunham, a consolidação do novo regime se deu numa atmosfera de euforia e ostentação.*” (Ibidem, p.32). Claro que predominantemente por parte dos beneficiados. Para os demais, os primeiros sentimentos sombrios sobre o futuro naquela enxurrada de mudanças, que conviviam com indesejáveis continuidades, começavam a aparecer.

O que se firmava era um governo republicano empenhado em um processo organizador e “modernizante”, ao menos em discurso, que não trazia consigo como preocupação central avaliar a relação daquela postura, adotada pelo Estado, com uma sociedade vinda de um processo de colonização e de escravidão – muito diferente daquelas que eram modelos de suas referências doutrinárias (SEVCENKO, 1998, p.27). Era como se a instalação de um novo regime implicasse na negação de todo o passado histórico brasileiro. Uma visão de que a mera reforma institucional daria conta de colocar o Brasil nos trilhos da civilização estadunidense e/ou européia.

Trata-se de uma percepção claramente materializada no conceito de civilização dessa época. Consultando o *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa* de Rocha Pombo, edição de 1914, verifica-se a associação direta entre regime político, autoridade e civilização:

³⁵ Sobre a Revolta da Vacina ver, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; CHALHOUB, Sidney. *Variola, vacina e “vacínophobias”*: a historiografia recente sobre a Revolta da Vacina. In: --. **Cidade Febril: cortiços epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.97-205.

Onde há leis, governo correto, administração de justiça, e quanto pode constituir a ordem civil de um povo, há **civilização**. Ali onde se ama o saber, onde se desenvolve cada vez mais a educação literária e científica; onde há propensão para as letras e artes, e se protege e se premia aos que sobressaem no cultivo da inteligência, há **cultura**. A **civilização** depende mormente do regime político e da autoridade; a **cultura** reside na índole do povo e nos seus costumes. Há nações que têm muita civilização e pouca ou nenhuma *cultura* (ROCHA POMBO, 1914, grifos do original).

Na prática, o povo – segundo a definição de José Murilo de Carvalho (2003) – não era considerado parte integrante no projeto. Nessa forma de interpretar a realidade, a compreensão sobre os fenômenos idiossincráticos da sociedade brasileira advindos do subdesenvolvimento e das desigualdades, frutos do processo histórico e da posição do país no capitalismo internacional, não tinha espaço. O que provocava um sentimento de vergonha, de desprezo e repulsa em relação a tudo aquilo que evocasse quaisquer significados de um tempo julgado superado. No geral, lidava-se com essas questões na medida em que ofereciam entraves aos objetivos finais das elites ou representassem perigo à “paz social”.

Luciano Martins lembra que é sintomático o fato de Rui Barbosa ter como uma de suas primeiras providências à frente do Ministério da Fazenda ordenar a queima de arquivos referentes à escravidão. O próprio hino da República seria revelador dessa postura adotada no período recente à proclamação, ao chamar os olhares para o futuro e ao colocar a escravidão como um passado distante e incompatível com o país – apesar de só haver dois anos entre a oficialização do hino e a abolição (MARTINS, 1987): “[...] *Seja um hino de glória que fale/ De esperanças de um novo porvir! [...]/ Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre País...[...]*”.

A despeito dos maus resultados promovidos pela crise internacional de 1908 – afetando os níveis do comércio brasileiro – e que foram agravados em 1913, com o aumento da dívida em virtude dos últimos empréstimos contraídos; ao aproximarem-se os anos 20, o que se observou foi a expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele ligadas. Houve nesse ínterim uma onda econômica pós-Primeira Guerra patrocinada pelo aumento do valor das exportações brasileiras, pelos crescentes investimentos alemães e estadunidenses no país e pelo acúmulo de câmbio estrangeiro durante a guerra, que permitiram que o Brasil aumentasse suas importações, inclusive de bens de capital (SKIDMORE, 2003, p.141). A dinamicidade que se colocou até a Crise de 1929 alimentou a diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas e a criação de outras, promovendo uma maior complexificação do quadro econômico nacional, com

impactos na conformação social, fortalecendo a classe média, setores do operariado, além de provocar a diversificação de interesses dentro das próprias elites econômicas. Logo, estes setores reclamariam sua participação (FERREIRA; PINTO, 2006).

Segundo June Hahner (1993), foi nesse cenário que as movimentações operárias começaram a ganhar maior organização, substituindo os levantes pontuais e desarticulados dos períodos anteriores. A autora lembrou que a primeira greve geral do Brasil estourou ainda em 1903, impulsionada pelo numeroso setor têxtil. A ela seguiram-se outras, como greve geral de São Paulo, em 1917, que teve como estopim a morte de um operário em confronto com a polícia, e mais movimentações até 1920: “[...] *um dos períodos mais ativos na história das organizações operárias, durante a Velha República [...]*” (Ibidem, p. 284-306).

Na República recém-implantada, o Estado se mostrava descomprometido com a “questão social”, tratada como “caso de polícia” ou relegada às instituições filantrópicas (VISCARDI, 2010, p.58). As iniciativas no sentido dos benefícios sociais reproduziam timidamente aquelas colocadas em prática no período monárquico, sendo paulatinamente estendidas a algumas categorias de funcionários públicos, sem preocupação alguma com sua universalização. Os discursos e legislações republicano-liberais – inclusive a própria Constituição de 1891 – referentes à soberania e cidadania popular eram marcadas pela ausência do Estado em várias áreas e pela crença nos princípios de não intervenção. Paradoxalmente, isso não impedia o Estado de intervir em liberdades quando julgasse estar ameaçado, a fim de garantir a ordem (Ibidem).

Com as transformações das condições históricas na década de 1910, o legislativo se mostrou mais sensível às reivindicações dos setores organizados, sobretudo após a Lei de Acidentes de Trabalho, de 1919. Claro, era pressionado por condições internas e externas ao país, influenciadas pelo pós-guerra: a própria efervescência do movimento operário, que não deixou de ser impactado pela Revolução Russa de 1917, e a obrigatoriedade de cumprir cláusulas assinadas no Tratado de Versalhes. Todavia, ainda assim, aos olhos das elites, a chamada “questão social” não representava um problema social ou econômico, mas uma questão moral e de higiene, que poderia colocar em risco a marcha na direção do progresso (VISCARDI, 2010, p.59).

O modelo liberal adotado pela Constituição de 1891 trazia consigo todo um aparato simbólico e institucional com o qual tentava diminuir a distância entre o que haviam idealizado os republicanos do XIX, do ponto de vista institucional, e o que havia se tornado o regime na prática. Mas com a continuidade de determinados métodos “imperiais”, como as

fraudes nas eleições, e a elaboração de uma configuração de poder que dependia da redução dos embates e da competitividade política, a República permanecia excluindo muitos sujeitos dos seus processos decisórios, fortalecendo grupos locais de poder – as oligarquias estaduais.

No modelo em vigor, os destinos da Federação eram decididos por um número restrito de atores, oriundos de um número restrito de estados-membros, eleitos por um corpo restrito de eleitores, os quais, por sua vez, detinham restrito entendimento da dimensão do voto (VISCARDI, 2012a, p.61).

Como se vê, neste sistema, o país não se manifestava em conjunto. Fato observável a partir da análise de dois dados: primeiro pelo baixo comparecimento dos eleitores às urnas nos pleitos presidenciais e segundo pela reduzida competitividade em quase todas estas eleições.

Nem mesmo os 7,8% de habitantes adultos alfabetizados, aos quais a Constituição de 1891 dava o direito a voto participavam dos pleitos³⁶. A média girava em torno de 2,63%. O índice mais alto foi alcançado em 1930, com 5,6%; nas outras duas eleições mais disputadas os índices de participação foram ainda menores, com 3% em 1910 e 2,9% em 1922. Quanto à competitividade entre os candidatos, somente três vitoriosos alcançaram margem de vantagem menor que 70% sobre o total de votos obtidos: Hermes da Fonseca (1910); Artur Bernardes (1922) e Júlio Prestes (1930).

³⁶ José Murilo de Carvalho chegou a esse dado fazendo aproximações possibilitadas pelo censo de 1920. Considerando o total de habitantes apresentados, 30.635.605 pessoas, o autor excluiu daí aqueles que a Constituição de 1891 impedia de votar, como analfabetos, estrangeiros, menores de 15 anos e mulheres. Estas não eram claramente proibidas de votar pela Constituição, mas eram tradicionalmente excluídas. O que dava um índice de 10% do total da população. Ainda assim o número de aptos a votar continuava sendo menor que isso, uma vez que o mínimo de idade para votar era de 21 anos e não de 15 anos. Apesar do censo não oferecer dados para o número de alfabetizados maiores de 21 anos, o autor se aproxima deles ao descontar a taxa de alfabetização para homens acima de 15 anos, 40%, ao total de homens maiores de 21 anos, 6 milhões, chegando ao índice de 2,4 milhões de brasileiros adultos alfabetizados aptos a votar, o que representa em torno de 7,8% por cento da população (CARVALHO, 2003, p.102-103).

Tabela 1

Eleições Presidenciais, 1894 - 1930				
Ano	Candidato Vencedor	Nº de comparecimentos (mil)	% de comparecimentos sobre a população	% de votos obtidos pelo eleito
1894	Prudente de Morais	345	2,2	84,3
1898	Campos Sales	462	2,7	90,9
1902	Rodrigues Alves	645	3,4	91,7
1906	Afonso Pena	294	1,4	97,9
1910	Hermes da Fonseca	698	3,0	57,9
1914	Wenceslau Brás	580	2,4	91,6
1918	Rodrigues Alves	390	1,5	99,1
1919	Epitácio Pessoa	403	1,5	71,0
1922	Artur Bernardes	833	2,9	56,0
1926	Washington Luís	702	2,3	98,0
1930	Júlio Prestes	1890	5,6	57,7
Médias	-----	658,36	2,63	81,46

Fonte: Adaptado de CARVALHO, 2003, p. 104.

José Murilo de Carvalho (2003, p. 104-105) ponderou que a baixa competição registrada ajuda a demonstrar a eficácia dos grandes estados em neutralizar as oposições. Seja por meio das negociações nos gabinetes, destacada por Viscardi (2012a), seja pela repressão nas ruas ou pelas fraudes. Como lembrou o autor, havia fraude no alistamento de eleitores, fraude na votação, fraude na apuração, fraude no reconhecimento dos eleitos. As chefias locais, que se conectavam às estaduais e estas às nacionais davam conta de controlar todo o processo eleitoral.

O que se vê era que a baixa participação eleitoral não se explica só pela baixa instrução. Além da existência dos conchavos anteriores às urnas, que poderiam estimular a apatia dos eleitores, havia também violência explícita com o intuito de afastá-los das urnas. Uma vez que eleições muito concorridas se tornavam muito caras, já que necessitariam a mobilização de mais recursos em torno da arregimentação de eleitores e compra de votos (CARVALHO, 2003, p.105-106; VISCARDI, 2012a, p. 65).

O leitor poderá argumentar, dispondo da visão retrospectiva de que hoje goza, que os índices baixos de comparecimento às urnas seriam normais para a época, inclusive em outros países. Mas é preciso que leve em conta o fato de que os críticos estavam muito atentos às formas de manipulação das eleições e que tais episódios eram centrais na qualificação que construía da República. Em um cenário em que crescia a demanda pela abertura do regime a novos atores, em vários estados e setores sociais, estes níveis de participação associados à

violência nos momentos das eleições haveriam de ser uma realidade importante na composição de uma leitura sobre o regime político. É o que se verá na descrição que tanto os “tenentes” quanto os autoritários fizeram da Primeira República, mais adiante³⁷.

A maneira como a política era tratada, promovendo a exclusão deliberada de inúmeros setores, manipulando eleições e atravancando a almejada racionalização da máquina estatal, não era algo que passava despercebido e remetia irremediavelmente ao passado imperial, aos olhos dos sujeitos históricos, frustrando as expectativas daqueles que se organizaram em torno do projeto republicano, que visava, entre outras coisas, a expansão da cidadania e o estabelecimento de um efetivo sistema de representação³⁸. Isso porque, mesmo sob uma rotina de um sistema eleitoral corrupto, as oposições não deixavam de existir, seja no âmbito das ações políticas mais imediatas, seja no âmbito intelectual (VISCARDI, 2012a, p.66-67). Lembrando que para um intelectual assentado na tradição racionalista do final do século XIX, observar aquela real política não era nada palatável já que, pelos seus particularismos, personalismos e favorecimentos, os arranjos de poder não correspondiam aos diagnósticos e propostas “cientificamente” estabelecidos.

Além da mudança na dinâmica social que se colocava ao longo do século XX e dos desentendimentos intra-elite, à medida em que se aproximava a Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro era atingido por um debate que ocorria internacionalmente, o qual discutia a importância naquele momento de aparelhos militares mais modernos e eficazes para a defesa do país, o que ajudava a reacender a projeção de mais esse setor na República.

Diante de novos setores que passavam a reclamar maior participação, ocorria então que se tornava necessário uma mudança nos critérios de alocação do poder pelo regime. Em outros termos, era preciso de alguma forma atender ou amortecer os impactos das demandas

³⁷ Adiantando o que será discutido nos próximos capítulos, Marta Abreu e Angela de Castro Gomes (2009, p.4-5) destacaram a construção de uma tradição antiliberal, desde os anos de 1920, que se baseava em uma leitura da realidade centrada principalmente na descrição do conjunto de procedimentos exercidos no espaço da representação político-parlamentar, “traduzidos especialmente pelo momento das eleições, silenciando toda uma variada e numerosa gama de formas de participação política e cultural, ocorridas nesse espaço de tempo.”. Segundo as autoras, o objetivo primeiro era destacar que a experiência democrático-liberal republicana estava pautada em procedimentos “fraudados e fictícios, portanto, desprezíveis e inócuos, devendo ser afastada e negada de maneira definitiva”.

³⁸ Sobre a representação e soberania popular pode-se destacar duas críticas centrais da Geração de 1870 e sobretudo do movimento republicano: à manipulação das eleições por meio da violência e à restrição do número de votantes. As críticas apontavam os chefes locais que destacavam “cabras” – os capoeiras, na corte – para amedrontar os votantes e a interferência dos juizes, nomeados pelo imperador, na resolução de pendências eleitorais. O que ao fim e ao cabo servia para garantir a vitória do governo, fazendo da representação uma mesquinha – homens como Rui Barbosa denunciavam. Por outro lado, outros liberais, sejam ele republicanos ou monarquistas reformistas, como Joaquim Nabuco, criticavam duramente a restrição do voto aos analfabetos e aos não-católicos, o que segundo eles reduziria o colégio eleitoral, não representando a opinião pública (MELLO, 2007, p. 169-174).

trazidas por atores que nesse momento se projetavam mais em cena, além de lidar com a frustração dos republicanos históricos. O que não ocorreu, pelo menos dentro do que seria necessário, e foi percebido na época. Na ausência ou insuficiência dessa flexibilização, a insatisfação, os protestos e resistências se ampliaram, aumentando o grau de instabilidade política (VISCARDI, 2012a, p.69). Os consensos atingidos nas negociações prévias pelo cargo presidencial detectadas por Viscardi quando não se mostravam mais difíceis, enfrentavam duras críticas nos jornais e nas ruas.

O dissenso que se apresentou entre a idealização do regime, suas instituições e práticas políticas era claro para os atores da época e importava para eles como causa de toda a agitação observada nos anos de 1910 e 1920. Rui Barbosa, além de político, um intelectual de grande envergadura que pertenceu à Geração de 70, foi ainda mais precoce em suas constatações; ainda em 1903, no debate com Bueno Brandão no Senado dizia:

Ora bem, Senhores, a verdade, portanto, é que neste regime, não existem oposições, não existem os partidos, não existe a ação política, nem organizada, nem popular, não existe nada, senão o mecanismo oficial da administração e do Governo, destino a frustrar, a iludir aos eleitores do país...elegendo câmaras que não os representam³⁹.

Há que se dizer que Rui Barbosa não foi republicano histórico. Manifestou-se juntamente com Joaquim Nabuco pela defesa da reforma da Monarquia. A proposta implicava na ampliação e fortalecimento dos mecanismos de representação, no aumento das liberdades e na federalização do regime. Todavia não acreditava na perenidade do mesmo. Defendia que as reformas não embargariam a inevitável república, uma fatalidade da evolução histórica. Porém, segundo ele, aos liberais deveria caber o papel de preparar a transição, retardando-a, removendo as violências do processo (MELLO, 2007, p.139-145). O que não invalida a consideração de sua posição como alguém que fazia um diagnóstico da controvérsia que se colocou a partir da proclamação da República, ao contrário. Tomando por base essa interpretação do presente de Barbosa, considerando a forte tradição fatalista de leitura da história própria dos intelectuais do final do XIX, observa-se que a indignação dele residia no não cumprimento de uma agenda que se mostrava inevitável aos seus olhos, se já nos tempos Monarquia, do que dirá na República.

Sob essa atmosfera de frustração se encaminhava um momento de transição, o qual continha rupturas que sinalizaram na direção da contestação e da crise da República liberal-

³⁹ BARBOSA, Rui. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, v.30, t.1, p.67.

oligárquica, que foi coroada com a revolução de 1930. As eleições de 1909/1910 representaram uma primeira ruptura séria na relativa estabilidade do regime. Na disputa presidencial, que envolvia o civil Rui Barbosa e o militar Hermes da Fonseca em 1909, elementos importantes da política e das culturas políticas do período foram trazidos para o centro da discussão pública: a representatividade dos governos constituídos, os poderes das oligarquias, o republicanismo, a efetividade do regime federalista, a nação, o Exército, etc. Pela primeira vez na República um debate sobre as instituições ganhou um peso tão grande na imprensa; o que contrastava com o marasmo de outros pleitos. Também de maneira inédita a eleição foi disputada voto a voto – não deixando de existir as fraudes –, sinalizando uma modificação no comportamento político. Criou-se, neste momento, uma barreira crítica definitiva e permanente que abalou a República (BORGES, 2011, p.40-41). Foi nesse contexto e sob estes temas que se reacendeu a polaridade entre civis e militares, algo que seria retomado pelos “tenentes” até os anos 30 e que inclusive se inseriu no debate internacional, que discutiu a importância dos Exércitos, antecedendo a Primeira Guerra Mundial, já citado acima. Além disso, como lembrou June Hahner, foram nessas eleições também que a chamada “questão social” entrou na pauta política, tendo outro tratamento além do policial. Diferente de Rui Barbosa, Hermes da Fonseca lançou um discurso de preocupação em relação aos problemas do trabalhador, mesmo que não apontando caminhos específicos para a solução (HAHNER, 1993, p.291-294).

Para os intelectuais, uma contradição se colocava de maneira cada vez mais contundente, uma República esperada como chave capaz de abrir o sistema político a novos atores e às desejadas reformas civilizatórias, assentadas na razão, na ciência, na técnica e no mérito chocava-se com a realidade da institucionalização do poder das oligarquias agrárias, baseada no arrivismo, nas negociações e nos valores de mercado, tudo isso somado a uma frágil política econômica. Euclides da Cunha (apud SEVCENKO, 1998, p.16) descreveu um regime que detinha “sintomas mórbidos de uma política agitada”, se organizando em torno do “triunfo das mediocridades e na preferência dos atributos inferiores”, “uma seleção natural invertida”, “a vitória estrepitosa dos fracos sobre os fortes incompreendidos”.

A visão de que um projeto engendrado desde o final do século XIX havia fracassado, sido transfigurado, ou abandonado pelas elites políticas, pelas direções interessadas somente no poder, despertava entre os intelectuais uma sensação de marginalização, de isolamento – algo essencial para a configuração da postura crítica ao regime republicano e à maneira como o mesmo foi pensado ainda pelos críticos da monarquia (PINHO, 2007, p.86). Tal sensação se

revelava de maneira dicotômica. Se por um lado contribuía para o divórcio, para o distanciamento da elite intelectual das elites econômicas e políticas, alimentando uma sensação de marginalização social, por outro, lhes fortalecia a identidade, alicerçando a tradicional postura desse ator coletivo construída em torno de uma pretensa autonomia em relação ao poder e à política, que lhe (re)afirmaria sua autoridade científica/isenta/técnica para criticar e agir no quadro estabelecido. Daí a conclusão que detinham sobre a existência de uma República que se colocava sob a “direção dos fracos”, dos “atributos inferiores”, deixando de lado os “fortes incompreendidos”. Ademais, a própria condição de minoria letrada em um país de grande massa de analfabetos contribuía para toda essa leitura.

Segundo Luciano Martins, a postura ressentida adotada pelos intelectuais explica-se antes pela maneira como se viam naquela sociedade do que pela sua posição no estrato social. Afinal, atingir a condição de letrado no início do século XX não era regra geral entre os setores menos privilegiados (MARTINS, 1987). Nesse sentido, conformou-se um sujeito coletivo em torno das representações comuns, advindas de uma experiência compartilhada (CHARTIER, 1990; MOTTA, 2009).

Outros contemporâneos seguiram denunciando o que, em geral, entendiam como disparidades entre a elaboração das instituições e as realidades sociais e políticas do país. Cada vez mais se chamava atenção para o ponto de que a idealização e construção do regime havia sido feita ignorando traços que seriam essenciais na formação brasileira, como uma elite política que desconhecia as necessidades do país e agia segundo suas próprias e a (des)organização do povo, deixada como herança pelo sistema escravista, o que fatalmente não seria compatível com instituições “copiadas” de outras realidades muito diferentes. O político e intelectual Gilberto Amado, em texto publicado em 1924 – cujo título era o mesmo de um famoso discurso proferido na Câmara Federal ainda em 1916, *As instituições políticas e o meio social no Brasil* – destacou aquilo que se perguntavam seus contemporâneos nos debates políticos:

“A culpa não é da República; a culpa é dos homens dizem uns. Querem reformar a Constituição? Mas ela não foi ainda executada...” dizem outros. Há os que asseguram, pelo contrário, que a causa de todos os nossos males está na adoção que fizemos de um regime que não encontrava apoio nas ‘tradições’ nacionais, acreditando com certa ingenuidade que existem tradições entre nós (AMADO, 1990, p. 57).

Enquanto isso, no plano internacional, desde meados do século XIX, o liberalismo, em sua forma política e econômica, já sofria questionamentos na Europa. A começar como reação

à crescente miséria que o capitalismo industrial submetia o proletariado. O que se observou desde 1800 foi o aumento das desigualdades sem qualquer sinal de redução estrutural até a Primeira Guerra Mundial, enquanto que o capital crescia e prosperava. Para alguns contemporâneos, entre eles Karl Marx, a continuidade desse processo culminaria na própria ruína da democracia liberal⁴⁰. Sob essa perspectiva disseminavam-se os primeiros movimentos comunistas e socialistas (PIKETTY, 2014, p.13-18). Ora, aconteceria na Rússia em 1917 a Revolução Bolchevique. Na França, que também sofria com as desigualdades, a crítica se agravava desde a derrota na guerra franco-prussiana em 1870, todavia em uma direção nacionalista e anti-popular. Mais tarde, a tragédia da Primeira Guerra Mundial fragilizaria, com vigor, perante o mundo ocidental, o arcabouço político-cultural construído a partir do universalismo iluminista setecentista, que até então ajudava a sustentar a estabilidade européia desde 1815 – quando do último conflito continental (OLIVEIRA, 1990). Nesse quadro, de maneira inevitável, abalava-se a crença nos regimes constitucionais; diminuía o repúdio a governos centralizadores; as assembleias representativas flertavam com o descrédito e uma série de direitos e liberdades dos cidadãos eram ameaçados, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião (HOBSBAWM, 1995, p.114-115).

Olhando para a Europa, espelho da construção do próprio conceito de civilização, tão importante para a Geração de 1870, o que muitos daqueles homens viam era destruição da *Belle Époque*, por uma guerra de tamanha proporção, e uma democracia liberal pelo menos questionada de imediato pela ascensão do bolchevismo na Rússia (SKIDMORE, 2003, p. 150). Se os modelos europeus tão aclamados pelos pensadores do final do século anterior acabavam de falhar no seu próprio berço, funcionariam eles em outro lugar? Pela situação que

⁴⁰ Neste trabalho o termo liberalismo refere-se predominantemente ao liberalismo político, enquanto referencial teórico da democracia liberal ou representativa, que inspirou as Constituições de 1824 e 1891 no Brasil. Sabe-se da complexa superposição entre liberalismo político e econômico, que não segue uma regra geral e que deve ser observada caso a caso na história. Porém, tanto na Europa industrializada do século XIX, quanto no Brasil dos séculos XIX e início do XX, observou-se democracias liberais cuja intervenção no campo econômico e social se fazia a mínima possível. Quando se toma a “questão social” enquanto objeto de análise, essa intenção é flagrante. Sobre a Europa, disse Thomas Piketty (2014, p.15-16): “Os dados que coletamos indicam, entretanto, que não houve qualquer redução estrutural das desigualdades antes da Primeira Guerra Mundial. [...] É muito difícil dizer o que teria acontecido com essa trajetória se os choques econômicos e políticos deflagrados na Primeira Guerra Mundial não tivessem ocorrido. Com o auxílio da análise histórica e do distanciamento de que dispomos hoje, pode-se afirmar que esses choques foram as únicas forças munidas de peso suficiente para reduzir a desigualdade desde a Revolução Industrial. [...] O questionamento principal era simples: de que serve o desenvolvimento industrial, de que servem todas essas inovações tecnológicas, todo esse esforço, todos esses deslocamentos populacionais, se, ao cabo de meio século de crescimento da indústria, a situação das massas continua tão miserável quanto antes e se tudo o que o Estado pode fazer é proibir que crianças menores de oito anos trabalhem nas fábricas?”. Sobre o Brasil da Primeira República, destacou Viscardi (2010, p. 58): “O alcance limitado de leis protetoras revelava ainda um Estado descomprometido com a questão social, relegada à polícia ou às instituições filantrópicas, ambas encarregadas de administrar ou prevenir a explosão de conflitos sociais. O discurso republicano de soberania popular e expansão da cidadania era limitado pela ausência do Estado em vários campos e pela crença nos princípios da não intervenção.”

se encontrava o Brasil, para muitos intelectuais, como o próprio Amado, era evidente que não. O país sequer havia formado uma sociedade capaz de dar direção a si mesma. Não havia a organização necessária ao regime liberal. A Constituição republicana, da maneira como tinha sido elaborada, exigia os costumes dos mais políticos dos povos, pois de lá vinha sua inspiração. O equívoco era o mesmo cometido pela elite monárquica, diante de uma situação social muito próxima (AMADO, 1990, p.58-62). Daí a necessidade imperiosa que se colocou para muitos de se voltarem para análises sócio-históricas do país, a fim de elaborar propostas advindas de suas próprias realidades, que permitissem construir direções para orientar o movimento geral. Caso contrário, “[...] a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão da sua existência e a forma tumultuária da sua fisionomia de nação.” (AMADO, 1990, p.66).

Diante de um quadro de instabilidade que foi essencialmente interpretado como consequência da displicência das elites políticas e da inoperância de instituições, baseadas nos problemáticos modelos europeus, retorna entre os críticos intelectuais a percepção de que seriam os únicos capazes de compreender o momento e propor transformações de forma lúcida e técnica (MARTINS, 1987). Afinal, por se entenderem em meio a uma nação ainda débil, até mesmo inexistente, sem instrução, destituída de qualquer consciência cívica, projeto nacional e organização popular, muitos intelectuais se deram essa missão.

É preciso deixar explícito que, nesse momento, os debates eram inevitavelmente acrescidos de outra preocupação. Além do tema da (re)construção de um aparelho estatal, tratavam também da (re)construção da nação por meio da organização de todos os setores sociais. O povo assim ganhava centralidade na preocupação dos intelectuais do início do século XX, que agora desejavam construir uma República genuinamente brasileira. Afirma Gomes:

A própria eclosão de debates políticos e de uma variada produção intelectual que discutia a existência ou não de um ‘povo brasileiro’, bem como o que tal presença ou ausência podia significar, aponta para um novo delineamento das questões políticas e culturais trazidas pelo século XX, no que se refere ao processo de construção não mais apenas do Estado (*state building*), mas também da nação (*nation-building*) (GOMES, 2009, p.25).

Essas preocupações, ainda na década de 1910 chegavam a outros setores civis e militares. É só lembrar que no discurso do IHGB em 1912, Alberto Torres já se mostrava bastante preocupado, sobretudo com o imperialismo, no prejuízo da paz mundial, reclamando

então mecanismos internacionais de controle que evitassem a guerra e que marcassem, sobretudo, a noção da igualdade entre os Estados:

O sonho imperial, tantas vezes ensaiado, quantas abatido; anulado pelas nações difusas da idade média; desfeito, ato contínuo, na tentativa napoleônica, **é impossível em face das sólidas nacionalidades de hoje, das combinações de seus interesses, da volumosa e crescente sociedade, civilizada e culta, espalhada em todos os continentes**⁴¹.

Para Torres, nem o mundo nem o Brasil detinham políticas que os alinhasse ao que é civilizado, já que ainda traziam consigo a ultrapassada ameaça da luta armada, do conflito e da violência na resolução de suas questões⁴².

Na visão de alguns desses homens, sobretudo daqueles não beneficiados pela política oligárquica, era hora de repensar o Brasil a partir de sua própria perspectiva, deixando em segundo plano elaborações surgidas em um continente em crise. O momento era de crítica: tanto aos rumos políticos do país, quanto à francofilia e ao bacharelismo da elite intelectual responsabilizada por idealizar aquele regime (OLIVEIRA, 1990, p. 147).

Tratou-se de um cenário que contribuiu para a gestação inúmeros grupos e organizações que se articulavam buscando, no primeiro momento, uma leitura sobre o que acontecia e, no segundo, a ação política direta para a reversão do quadro. Para ilustrar o que se fala aqui, chama-se atenção para a fundação da revista militar *A Defesa Nacional*, em 1913, e para a criação da entidade *Liga de Defesa Nacional*, em 1916 – esta última erigida por civis e militares. A revista foi fundada por um grupo de oficiais treinados na Alemanha, conhecidos como *jovens turcos*, com o objetivo de discutir aspectos profissionais do Exército; mas adentrava com destreza no campo das discussões políticas⁴³. Afirmou a historiadora Leila Maria Corrêa Capella que nas páginas do periódico, argumentava-se, de maneira geral, sobre a existência de um país letárgico, que não conseguia adentrar na modernidade, afundando na delinquência moral da má política. A causa disso, para os editores, era ausência de uma mínima organização social que fizesse do país uma nação (CAPELLA, 1985, p.79). Advogava-se então que o Exército, estando bem equipado para tal, seria uma entidade nacional capaz de dar a disciplina e o civismo necessários para que aquele corpo amorfo

⁴¹ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t. 74, pt.2, p. 579. Grifo meu.

⁴² Ibidem, p.551

⁴³ *Jovens turcos* era um termo pejorativo dado ao grupo de militares reformistas que fizeram estágio no Exército alemão e que havia retornado ao Brasil em 1910. Para o oficial Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista, o termo soava como elogio, uma vez que os militares turcos, também treinados pelos alemães, haviam promovido reformas importantes no Exército do Império Otomano. (CAPELLA, 1985, p.53).

ganhasse uma forma de nação. Temas e conceitos como pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo tinham grande importância nessas reflexões.

Quanto à *Liga de Defesa Nacional*, cujo nome fez menção proposital ao da revista, foi idealizada por Pedro Lessa e Milguel Calmon, tendo grande destaque nela a atuação de Olavo Bilac, de militares e de vários outros elementos de peso da elite civil brasileira. Sua criação foi um desdobramento da campanha pelo serviço militar obrigatório empunhada pelos *juvencos* na mencionada revista. Algo que representaria uma aproximação de civis e militares em torno dos planos de “defesa nacional” (CAPELLA, 1985: 232).

Para Sérgio Lamarão (LAMARÃO, 2010, s.p.), a movimentação em nome do serviço militar obrigatório fazia parte de um quadro nacionalista ainda maior, centrado no patriotismo e no culto às tradições brasileiras. O que teria inspirado também a fundação da Liga Nacionalista de São Paulo em dezembro de 1916. Essa liga paulista é outro exemplo importante. A formação da entidade teve início a partir de um discurso de Olavo Bilac em torno da defesa dos “interesses nacionais”, ainda em 1915 (STEMY, 2010: 2-3). Formada por acadêmicos da faculdade de Direito e contando com a ajuda de professores de outras áreas como engenharia e medicina, esta trazia uma série de temas que também foram questionados pelo Tenentismo e por intelectuais autoritários uma década depois: como a defesa de uma educação cívica para o povo brasileiro; a bandeira da necessidade de técnicos para avaliar e solucionar os problemas nacionais; bem como a defesa do voto secreto. A Liga foi fechada em 1924, após colaborar com a revolta tenentista do 5 de julho em São Paulo.⁴⁴ A título de informação pode-se citar outras duas ligas que surgiram nesse período: *Propaganda Nativista, de 1919*, e a *Ação Social Nacionalista, de 1920*.

Na falta de partidos políticos que organizassem com mais amplitude os diferentes grupos para ação, eram nestes espaços de sociabilidade que muitos sujeitos se colocavam em contato com o mundo, se inteiravam dos acontecimentos, construía sua autoridade sobre determinado assunto, discutiam propostas e criavam laços e trocas que excedem o aspecto estritamente racional e normativo na defesa de determinadas posições. Nesses meios, valores, tradições, linguagens, leituras sobre o passado, representações em geral e visões institucionais eram compartilhados e (re)avaliados (QUIRÓS, 2007, p.81-101). Levando-se em conta a interpenetração dos campos político e intelectual, estes eram importantes espaços de ação dessa inteligência engajada na transformação do país.

⁴⁴ Sabe-se de outras organizações muito parecidas como a *Propaganda Nativista, de 1919*, e a *Ação Social Nacionalista, de 1920*.

Nos anos vinte, as leituras do quadro político brasileiro se multiplicaram e caminharam cada vez mais na direção de um pessimismo em relação ao que o regime tinha se tornado. Ficava claro tanto para intelectuais quanto para militares que era necessário “republicanizar a república”, o que só ocorreria pela “organização nacional”, pela compatibilização entre instituições e povo.

Foi sob essa atmosfera que ocorreu a disputa eleitoral de 1922 para a sucessão de Epitácio Pessoa, na qual concorreram Artur Bernardes e Urbano Santos, pela chapa das oligarquias centrais, com Nilo Peçanha e J.J. Seabra, estes com o apoio de oligarquias dissidentes e dos militares – que se restringiram mais tarde à jovem oficialidade, que compôs o Movimento Tenentista. Este momento, conhecido como *Reação Republicana*, foi também marcado pelo debate e exposição das mazelas do sistema político brasileiro no espaço público, como as fraudes eleitorais e a pouca representatividade dos estados menos poderosos. Militares e civis se articulavam novamente a fim de eleger o seu candidato, desta vez um civil, na segunda efetiva disputa eleitoral no Brasil republicano⁴⁵. Tratou-se de um momento coberto pela agitação de comícios, *meetings* e debates na imprensa. Anita Prestes (1993) afirmou ser esta ocasião, de uma mobilização política sem precedentes, o berço do movimento tenentista que se gestava anos antes.

A essa eleição movimentada, seguiu-se a vitória de Artur Bernardes e as diversas ações do Movimento Tenentista que ressoaram em todo o Brasil, dentre as principais: Os dezoito do Forte, em 1922; o Segundo 5 de Julho em São Paulo, em 1924; A Coluna Prestes, de 1925 a 1927 e a Revolução de 1930 – esta que contou com a participação de alguns “tenentes”.

Apesar de a década de 20 se inaugurar sob a presidência de Epitácio Pessoa e posteriormente de Artur Bernardes, ambos que governavam com mãos de ferro, a instabilidade política não deixava de permitir que aparecessem outros atores, entidades e movimentos que expressassem sua oposição ou angústia em relação ao momento vivido (PRESTES, 1990, p.70). Só em 1922, por exemplo, observou-se a criação do Partido Comunista Brasileiro, representando uma busca por outras diretrizes além do anarco-

⁴⁵ Anita Prestes afirmou que nestas eleições havia surgido um novo tipo de organização espontânea, os comitês eleitorais. Estes combinavam militares e civis dispostos a apoiar a Reação Republicana (PRESTES, 1993: 60). Todavia, Vera Lúcia B. Borges, estudando a também disputada eleição de 1910, percebeu nos jornais notícias sobre a formação de juntas com o mesmo objetivo (BORGES, 2011: 173). Em uma consulta rápida a um desses jornais, o *Jornal do Brasil* de 26 de jul. de 1909 (ano que começou a campanha), pode-se perceber que um dentre outros integrantes da Junta Central pró-Hermes da capital federal era um militar, o capitão Eurico Teixeira como secretário interino. O que, se não confirma, pelo menos sugere, uma atuação conjunta, anterior à década de 20, de civis e militares.

sindicalismo, pelos intelectuais progressistas e pelos trabalhadores urbanos. A Semana de Arte Moderna, que extrapolou a esfera artística pela contestação dos padrões culturais, refundando as formas de ver e representar o Brasil e sua identidade. E, por último o Centro Dom Vital, que correspondia a uma articulação da Igreja Católica a fim de arrefecer os ânimos – temendo convulsões sociais tinha na apologia à ordem uma questão central.

Como se pôde notar ao longo deste capítulo, esse cenário das primeiras décadas republicanas se movia sob um clima de frustração patrocinado pela leitura da vivência de um regime que se propunha moderno na sua elaboração, mas que na prática preservava os problemas de um passado, o qual se buscava superar. As primeiras críticas não tardaram em aparecer, mas se agravaram e ganharam maior visibilidade com tensões de maior destaque, como as polarizadas eleições de 1910 e 1922. A busca por uma análise acurada da realidade brasileira com o objetivo de entender o que acontecia com o país e propor soluções agrupou de alguma forma esses sujeitos sob experiências compartilhadas e projetos de futuro.

Diante do exposto, se observou que a intelectualidade que, desde a idealização do regime republicano se projetara supostamente como setor com maior autoridade e legitimidade para conduzir a política, mais uma vez se manifestou, chamando para si a responsabilidade de apontar um caminho ao país, começando por denunciar aquilo que foi colocado em prática pela elite política republicana. Lembrando o que disse Marly Silva da Motta, no seminário sobre os 70 anos da Coluna Prestes, os intelectuais convergiam no entendimento de que viviam em um momento chave para a discussão de tais questões, de articular presente/passado/futuro, a fim de (re)definir modelos para uma nação verdadeiramente moderna (MOTTA, 1994: 3). Nesse sentido, o desafio que se punha, por um lado, era sobrepor aquele passado recente de uma *Belle Époque* combatida após a Primeira Guerra e, por outro, dar conta de propor uma alternativa a uma República que havia se revelado bem distante do que pensaram os homens da geração de 1870. O que significa, em última instância, buscar novos parâmetros para definir uma nação moderna frente aquele modelo político-cultural que parecia esgotado, principalmente no âmbito das relações entre instituições e sociedade (Ibidem, p.4).

Obviamente, não havia homogeneidade nas explicações para os problemas que, segundo a visão daqueles homens, o Brasil passava – muito menos nas propostas de solução. Porém, havia uma destacável convergência na afirmação geral de que o país vivenciava uma antítese da República, o avesso da ordem anunciada pelos propagandistas do regime

(HOLLANDA, 2008, p.25). Daí o esforço coletivo, porém diversificado, de repensar o Brasil, que foi exposto acima.

3 Os intelectuais e o Autoritarismo

No conjunto do esforço de repensar a República, interessa para essa pesquisa, sobretudo, o estudo da reação à crise da República liberal-oligárquica protagonizada por um grupo de intelectuais que ficou conhecido na historiografia, na sociologia e na ciência política brasileira como “direita nacionalista autoritária” (BEIRED, 1999, p.36), “realistas” (HOLLANDA, 2008, p.32; Idem, 2009, p. 135) ou simplesmente “intelectuais autoritários” (LAMOUNIER, 1978, p.345).

As elaborações mais aprofundadas que vieram à luz nos debates a partir desse grupo foram delineadas principalmente nas obras de Alberto Torres (1865-1917), Francisco José de Oliveira Vianna, ou simplesmente Oliveira Vianna (1883-1951), Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Campos (1891-1868). Não formaram grupo formal, porém. Aproximavam-se antes de tudo pela reação crítica ao liberalismo da Constituição de 1891 e às demais fórmulas universalizantes advindas do racionalismo iluminista, propondo uma saída que consideravam genuína para o Brasil, baseada na legitimação do Estado enquanto tutor da nação (LAMOUNIER, 1978, p. 356-373). Esta dissertação se concentrará nos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, dada a pródiga produção destes dois autores e o impacto de seus trabalhos entre os contemporâneos, dentro do recorte temporal proposto.

Ainda que seja a análise deste grupo específico o objetivo do capítulo, é fundamental ao menos situá-lo em relação a outras posições contemporâneas sobre o quadro político-social do Brasil. Melhor dizendo, se este é um estudo construído em torno de uma história cultural da política, além de buscar compreender o contexto histórico no qual viviam, é importante tentar identificar com quais outras leituras sobre aquela realidade estes atores conviviam e interagiam, seja para integrarem ou disputarem, nos diversos espaços de sociabilidade que atuavam. O que ajuda, inclusive, a caracterizá-los de maneira menos imprecisa e a compreender melhor toda a disputa que se colocava em torno dos rumos que tomaria a República. Afinal, o discurso Tenentista era construído sobre culturas políticas informadas por todos estes elementos políticos e intelectuais. Entender esse quadro de manifestações de maneira mais ampla fornece uma idéia menos simplista de como as culturas políticas se manifestavam ali, entre os diferentes setores, apresentando variadas respostas aos problemas vividos coletivamente.

Por isso, esse capítulo se apresenta em dois momentos. No primeiro, há uma intenção em explorar as variadas posições defendidas pelos intelectuais críticos da República no amplo

espectro político. O segundo momento é propriamente o da exposição da crítica autoritária ao momento político: começando pela leitura que os intelectuais autoritários faziam do seu papel naquela sociedade, passando às leituras sócio-históricas que desenvolviam a cerca do passado e do presente do país, chegando por fim ao âmbito normativo, ou das propostas de futuro para o Brasil. Tudo isso levará em conta aspectos de maior duração do plano cultural, como o estudo da tradição intelectual brasileira trabalhado no capítulo anterior, e suas relações com elementos do imediato mundo da política, especialmente a crise da República.

3.1 A crise da República: diferentes reações

Até as primeiras decepções com a República ganharem mais espaço no debate político, o que se viu durante o final do século XIX e início do XX, foi uma intelectualidade voltada para pensar a construção de um regime – inclusive mais do que a elaboração de um Estado–, que desse conta de inserir o país no rol das nações civilizadas (ALONSO, 2002; MELLO, 2007; OLIVEIRA, 1990; PINHO, 2007; SEVCENKO, 1998). No afã da construção de um Brasil “moderno”, uma parte das elites, intelectual e política, empenhava-se em submeter a complexa realidade brasileira, herdeira do colonialismo e da escravidão, às suas vontades políticas e aos modelos estrangeiros, sem grandes preocupações em avaliar o impacto destas posturas na relação com a sociedade. O que perdurou, sob uma atmosfera de *Belle Èpoque*, até que setores sociais excluídos dos mecanismos de poder recém-instalados reclamassem maior participação e os modelos inspiradores sofressem sérios abalos no “Velho Mundo”.

Entre os insatisfeitos, ou decepcionados, havia uma dupla sensação, que atingia civis e militares. Primeiro, fazia-se a leitura de que o regime republicano não havia desempenhado o papel esperado, já que estaria muito distante do anunciado pelos seus propagandistas – “a República que não foi”. Portanto, o Brasil teria fracassado na busca de sua “modernização”. Segundo, era claro para muitos que as utopias universalizantes eram colocadas em xeque pelo imperialismo, que havia mostrado seus efeitos perversos na Primeira Guerra. Quadro que inevitavelmente abria espaço para discursos e preocupações voltadas para as realidades do país, para as questões nacionais. Afinal, era preciso entender a crise, o caos político que sentiam viver, compreender melhor as causas do “atraso brasileiro” e buscar soluções outras para resolvê-lo. Se o regime liberal havia demonstrado inoperância sob as condições brasileiras, seus problemas não deixavam de se confirmar também internacionalmente.

A preocupação dos intelectuais passou a ser as relações entre Estado e sociedade, entre instituições e povo, dentro de uma perspectiva que se propunha ser genuinamente brasileira. É evidente que alguns elementos tradicionais do pensamento social brasileiro presentes na Geração de 1870 permaneceram, todavia, agora sob um impulso de renovação. Desta forma, o tema nacional é retomado, abrindo-se mão de um discurso laudatório e ufanista, procurando avaliar criticamente que tipo de povo havia no Brasil e com que tipo de instituição ele seria compatível. É sob essa demanda que a análise dicotômica do “Brasil legal”, do litoral, urbano e europeizado, e “Brasil real”, rural e profundo, trazida primeiro por Euclides da Cunha, em *Os Sertões* – e apresentada no capítulo anterior –, ganhou espaço e se desenvolveu nas análises de Alberto Torres e daqueles que o sucederam, como o próprio Oliveira Vianna.

Essa preocupação era clara em Gilberto Amado, que destacou em seu texto a importância das conclusões de Euclides da Cunha para os homens de seu tempo. Ao passo que quando surgiram, anos antes, não lhes teria sido dada a devida importância, a despeito das idéias práticas e dos problemas que levantaram:

E vem a propósito referir como falta de repercussão das idéias práticas [...] o pouco efeito no tocante aos problemas que suscitou teve esse livro [Os Sertões] destinado, mais do que qualquer outro entre nós, a criar uma **política de vinculação do deserto ao litoral, de assimilação dessas gentes perdidas no sertão e separadas da civilização por três séculos [...]**. (AMADO, 1990, p. 63, grifo meu)

Francisco de Oliveira ressaltou em artigo que, antes de Celso Furtado, destacavam-se principalmente os intelectuais autoritários, entre eles Torres e Vianna, na tentativa de construir uma interpretação do Brasil baseada no estudo sociológico e histórico das relações do Estado com a sociedade, nas implicações desta última sobre a política – mesmo que a preocupação ainda fosse tornar o Brasil um país “civilizado”. Admitindo-se que as relações entre instituições e povo também fossem uma preocupação presente nos variados discursos, como se pôde verificar na fala de Amado, foi principalmente entre os autoritários que ela ganhou uma atenção mais detida, do ponto de vista da tentativa de desenvolver formulações mais complexas e propostas mais claras sobre as funções que deveria ter o Estado naquela sociedade. Ainda que disputassem espaço com outras perspectivas, como as liberais, pareciam gozar de mais virtualidades políticas e sociais (OLIVEIRA, 1997, p. 9-10; BEIRED, 1999, p.151).

Contudo, o que se observou foi um forte movimento geral que remeteu a uma tríplice perspectiva temporal: voltar-se ao passado brasileiro, para entender o presente e propor

mudanças para o futuro. Isso marcou a posição dos intelectuais que viriam a partir daí, diferente daquela ensejada pelas “inteligências” envolvidas no cenário da proclamação, cuja preocupação com a transposição do país aos padrões europeus e estadunidenses sobrepuja iniciativas de quaisquer olhares sobre um passado primordialmente associado ao “atraso” – a tudo aquilo que a República não deveria ser. Essa perspectiva diferente fomentava uma estrutura narrativa presente nos ensaios dos intelectuais autoritários, que visava persuadir as elites políticas e culturais do período. Buscava-se criar uma linha de raciocínio erigida a partir das tradições brasileiras para orientar a ação política, canalizando um difuso e geral anseio de mudança (LAMOUNIER, 1978, p.345; OLIVEIRA, 1997, p.13). Afinal, o momento era de indefinição. Diante da crítica ao regime liberal-oligárquico, o que hoje se chama hoje de pensamento autoritário era apenas uma entre outras alternativas (PINHO, 2007, p. 96).

Novamente, esses intelectuais moviam-se sob a crença de que seriam figuras chave para apontar para as classes dirigentes o caminho que deveriam percorrer e muitas vezes traçá-lo eles mesmos, ocupando cargos de direção no Estado – como fez o próprio Oliveira Vianna a partir da década de 1930 (BEIRED, 1999, p. 67). Além da sensação de marginalização em relação às elites políticas que tanto criticavam nesse contexto do século XX, o “elitismo cientificista” era ferramenta mobilizada para legitimar a autoridade daqueles que falavam, como se fossem figuras imunes aos interesses imediatos da política e à ignorância das massas, por serem detentores de saberes que permitiam visualizar as reais demandas do país. Em outros termos, apegavam-se à ideia de mérito ou “talento”, como os homens da Geração de 1870, para justificarem pretensa superioridade em relação aos ignorantes e a aqueles que se colocavam no poder por meio de negociatas e compadrios e que, por se voltarem para atender exclusivamente os interesses de seus grupos, conduziam a República por meio do que havia de pior e de desagregador. Portanto, mais do que elaborações sobre o país, os escritos deixados por estes homens funcionavam também como instrumentos de ação, que justificavam e incitavam a participação do intelectual na política.

Em texto publicado na mesma coletânea que escreveu Gilberto Amado, em 1924, o intelectual católico Tristão de Atháide destacou a importância da ação política e social dos homens de letras que teria sido impulsionada no país por Euclides da Cunha, em contraposição ao que entendia como artificialismo das correntes literárias depois de 1889. No trecho destacado chamou atenção para o papel das inteligências na compreensão daquilo o que é a América do Sul e, por conseguinte, o Brasil:

Nós procuramos inteligência. E inteligência – não para fugir às fatalidades do meio, como muitos o fazem aliás –, mas para compreender, para assimilar, para conquistar o nosso ser, afinal⁴⁶. Somos muito mais complexos do que eles nos vêem [a Europa]. E nós, do Sul [da América], muito mais que os do Norte, cuja civilização difere profundamente da nossa. Somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases de civilização coexistem, desde o selvagem no último grau de decadência, até as inteligências mediterrâneas e sutis que se isolam ou murcham nestes trópicos excessivos e ainda primitivos (ATHAÍDE, 1990, p.210).

No primeiro livro publicado em português por Alberto Torres em 1912, *O problema nacional brasileiro*, já na introdução o autor denunciou o que entendia como o artificialismo das instituições republicanas, que seriam inspiradas em doutrinas, em sistemas tomados de improviso sem base analítica e real. O papel que Torres se atribuiu enquanto membro da inteligência, em relação ao quadro de crise, de anarquia que diagnosticava na República, era de colocar o seu saber, o seu trabalho mental a serviço da construção de perspectivas para o futuro, algo bastante diferente do simples acúmulo de saber enciclopédico:

Foi um preparo essencialmente ‘humanista’ o que me dispus a realizar, mas ‘humanista’ num dos sentidos contemporâneos da palavra, como expressão de uma filosofia da vida e dos fatos, capaz de abrir e de iluminar os olhos, a toda luz da claridade, para os horizontes do futuro.

Formar consciência não significava, para mim, encher a memória com alguns milhares dos milhões de conceitos e verdades [...]; não significava também, atar o discernimento ao poste de um sistema; mas [...] dilatá-lo [o espírito] e abri-lo, largamente, à franca iluminação da percepção, da análise e da síntese (TORRES, 2002a, p.18).

Cristina Buarque de Hollanda (2008; 2009) identifica três matrizes principais do pensamento político que discutiram a relação do Estado brasileiro com a sociedade, neste momento de questionamento dos caminhos práticos tomados pela política republicana. Os liberais, os positivistas e os realistas. As três, segundo a pesquisadora, compartilhavam visceralmente da insatisfação com os arranjos de poder responsáveis por configurar o governo do país. Na raiz da preocupação deles, motivada por bases filosóficas diferentes, havia a visão institucional de que o povo deveria ser o centro político de qualquer República – seja enquanto operador ou mero receptor da política. Para as três orientações, o Estado brasileiro havia mantido uma sociedade excludente e autárquica, não permitindo às pessoas comuns o

⁴⁶ Neste trecho, Tristão de Athaide faz menção ao intelectualismo europeu decadente, segundo ele denunciado por Oswald Spengler. Embora o autor não tenha deixado claro a que trabalho de Spengler ele se referia, esta pode ser uma menção ao livro de grande repercussão no mundo ocidental, que teve o primeiro volume publicado em 1918, *A decadência do Ocidente*, no qual o historiador e filósofo alemão contrapõe uma teoria de decadência inelutável do ocidente à visão linear de história em direção ao progresso, que marcou a Europa e oitocentista.

desenvolvimento da condição de sujeito político, dificultando assim a consolidação dos interesses públicos e coletivos, que possibilitariam a organização da unidade do povo, o que lhe daria então uma direção comum, configurando enfim uma nação. Tal organização seria indispensável para o bom funcionamento das instituições liberais aqui instaladas, como teria ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ao invés disso, o que o Brasil detinha, aos olhos destes homens, era uma massa amorfa e impotente diante das demandas colocadas pela realidade social. Todavia, conforme Hollanda, as diferenças entre estas orientações manifestavam-se, sobretudo, no âmbito normativo de suas análises, ou seja, nas suas propostas para o (re)arranjo político (HOLLANDA, 2008, p.28).

Para liberais como Rui Barbosa e Assis Brasil, a saída estava na ação dos homens de Estado em direção aos homens comuns – destoando um pouco, inclusive, da própria tradição liberal clássica que reduz a atuação do Estado a patamares mínimos. Na visão exposta por Rui Barbosa, o Estado, diante das peculiaridades do país deveria, antes de tudo, criar uma índole cívica no povo, para que este agisse de maneira organizada, finalmente compatível com as exigências postas pelas instituições de representação (Ibidem, p.28).

Sobretudo durante sua atuação enquanto político na República, que havia se candidatado à presidência em 1910 e ao governo da Bahia em 1919, Barbosa fugiu das explicações racistas para apontar as causas do “atraso” brasileiro como exclusivamente políticas e sociais, ligadas às relações promíscuas entre oligarquias locais e estados. Partindo da então divulgada e penetrante análise dicotômica da sociedade brasileira, o político explicava que diferente dos litorâneos, os sertanejos haviam sido colocados em situação de penúria pelos grupos políticos locais, o que os empurrava na direção de preocupações mais imediatas ligadas à sobrevivência, afastando-os das demandas da vida pública e tornando-os incapazes de assimilar a “índole unitarista do interesse público”. Nesse sentido, a atuação política do conjunto da população estava condicionada ao necessário desenvolvimento de um civismo, que deveria ser empreendido pela pedagogia do Estado. Nessa proposição, o povo seria sujeito e objeto da ação pública; por ter reconhecida a importância da sua participação política e por ela presumir a necessidade da atuação do Estado na sua qualificação (do povo) para tal (HOLLANDA, 2009, p. 103-108).

Embasava os argumentos de Rui Barbosa uma visão institucional orientada pela doutrina liberal que entende que a representação política deva corresponder ao povo existente, à vontade deste nas urnas – a “metáfora do espelho”. Porém, esse argumento recebia um adendo, que respondia a um problema tipicamente brasileiro, na visão de Barbosa: se não

havia povo organizado segundo o interesse público, este deveria ser prontamente formado pela ação dos agentes públicos; o Estado deveria cuidar para que houvesse condições consideradas adequadas ao exercício da cidadania. *“Trata-se de um modelo amálgama que deve conjugar a autorização criativa ao representante [o eleito atuar na direção do povo] com a expressão eleitoral dos homens comuns.”* (Ibidem, p.109).

De acordo com Hollanda (2009, p. 110-111), Rui Barbosa detinha um olhar saudoso em relação ao Império: período que teria sido marcado por um ambiente mais favorável à rotina democrática de sucessão de poderes. O que seria diferente do que acontecia na Bahia, com o encastelamento de J.J. Seabra no poder. Barbosa, inspirado nessa avaliação do passado e na leitura de um presente que julgava deplorável, apresentou três propostas que garantiriam o funcionamento correto do sistema representativo. Primeiro, seria a eliminação do arbítrio na verificação do voto. Este uma vez dado, deveria ser garantido em sua vontade – remetendo aí aos abusos das autoridades locais na manipulação dos resultados. Segundo, era a extinção da publicidade do voto, o que enfim o faria livre da intimidação e do suborno. Terceiro e último, era a substituição do voto cumulativo pelo voto proporcional, assegurando assim a representação das minorias.

Assis Brasil, por sua vez, apegava-se principalmente no entendimento de que a relação Estado/sociedade era uma via de mão-dupla, quando defendia que a ação popular na política seria indispensável ao seu próprio aprendizado. Caberia às instituições, todavia, garantir que tal ação ocorresse com a maior lisura possível, pondo fim, à “ficção eleitoral” principalmente (Ibidem, p.23-24). Como Rui Barbosa, compartilhava uma crença, informada pela doutrina liberal, na ação criativa da política. Ou seja, a política não seria somente um reflexo da sociedade, mas teria o poder de intervir, transformando usos e hábitos políticos (Idem, 2008, p. 30).

Entre os positivistas, o povo também era entendido como a inspiração primeira da ação política, todavia, primordialmente enquanto seu objeto. Antes de tudo, há que se recordar que tal influência doutrinária compôs fortemente a cena pública na gestação e no próprio aparecimento da República.

Mesmo que tenha sido obstruído institucionalmente a partir da Constituição liberal de 1891, o positivismo imprimiu no universo republicano muito de seus valores, representações e do seu próprio universo semântico, alimentando, inclusive, muito das expectativas de futuro que cultivavam os intelectuais e que foram quebradas a partir das práticas do novo regime

(Idem, 2009, p.74-76). Estão lá, na bandeira republicana, os dizeres que exprimem o que aqueles homens imaginavam de uma sociedade ideal: “Ordem e Progresso”.

Um exemplo é a já citada defesa da política orientada a partir do conhecimento científico, que libertaria os homens dos interesses particularistas, despertando-os para os interesses públicos. Entre os positivistas essa dimensão encontrava um núcleo mais denso, embora fosse um discurso de ampla aceitação na época.

Ainda que a exaltação da ciência como ferramenta para a intervenção política partisse também da própria tradição do intelectual, que desejava construir autoridade em torno de sua figura em relação ao mundo da política; entre os discípulos de Comte e Laffite, este era um aspecto central na defesa da doutrina no espaço público: dominar a ciência para interpretar as leis universais da história era condição *sine qua non* para atuação de qualquer indivíduo na política. Essa defesa exacerbada da política como resultado da técnica, sem dúvida, ajudava a alimentar o imaginário político da República, compondo as variadas culturas políticas que interagiam entre si, dado o apelo que tinha nos variados setores insatisfeitos, abarcando aí os militares. Inclusive liberais, como o próprio Rui Barbosa, não deixavam de demonstrar, tal como os positivistas, seu apego à ciência enquanto ferramenta para o “governo das sociedades”:

Todo o futuro de nossa espécie, **todo o governo das sociedades**, toda a prosperidade moral e material das nações **dependem da ciência** como a vida do homem depende do ar. [...] Compreende-se que o Positivismo, longe de ser uma seita estéril, ou catecismo de fórmulas abstratas poderia bem alimentar aspirações aos foros de uma vasta filosofia da realidade, útil aos homens de governo como aos homens de ciência (BARBOSA apud HOLLANDA, 2009, p. 76, grifo meu)

Para os positivistas, assim como a natureza, a sociedade é um organismo sujeito às leis universais da história, que ditam a marcha inexorável da humanidade em direção ao progresso, ao seu desenvolvimento pleno. Caberia à atividade política garantir que tal marcha ocorresse sem maiores distensões, de maneira pacífica e ordeira, conciliando forças de conservação com as forças de renovação –“Ordem e Progresso” (BRESCIANI, 1993, p. 128). Porém, o exercício desta atividade deveria caber exclusivamente a uma minoria daqueles que detivessem o conhecimento destas leis, pelo estudo racional, pela observação da realidade. Neste caso, ao povo restaria ser determinado por aqueles que dominam o conhecimento positivo. Explicando melhor, como no caso dos liberais, a preocupação central era o povo. Todavia, marcando aí uma diferença, o povo era representado não pela sua vontade, em sua

escolha, mas pela busca do bem comum – que seria o desenvolvimento pleno da humanidade. Quem determinaria de fato o caminho para o bem comum seriam os governantes, mais especificamente, o estadista, munido da capacidade de interpretar a direção do progresso histórico, uma vez descolado do reino da escassez imediata e apurado pela disciplina da razão. Na avaliação deles, a massa, em oposição, sujeita às restrições materiais e vulnerável à imprevisibilidade dos desejos, mostrava-se um coletivo amorfo e ignorante, incapaz de exprimir uma opinião acabada, não tendo condições e nem o conhecimento necessário para apontar uma finalidade a ser seguida pela sociedade (HOLLANDA, 2009, p.83). Ou seja, sobre os meios de se atingir o fim, caberia aos sábios detentores do conhecimento, organizados no Estado, defini-los. Como resumiu Cristina B. de Hollanda (2008, p. 32): “*A ação do Estado, devotada ao bem público, deveria ser incontestável, única hipótese compatível com a expectativa de verdade da representação.*”

A participação popular para os positivistas consistia em uma licença limitada, ajustada ao modo predominante do entendimento da política; em outros termos, funcionava antes como um endosso a aquilo que o Estado propunha, não partindo dela a determinação primeira das coisas. Na aceção de alguns, mais radicalizados, como o gaúcho Júlio de Castilhos, Raimundo de Monte Arraes e Joaquim Luís Osório, a determinação estatal detinha primazia na sua ação verticalizada, apontando assim uma postura mais autoritária. Para outros como Alberto Sales, Pedro Lessa e Ivan Lins, a alteração dos hábitos e costumes também era condição para a reforma social. Nessa concepção, conhecida como “positivismo ilustrado”, o postulado pedagógico ganhava mais centralidade do que para o grupo de Castilhos (BRESCIANI, 1993, p. 127; HOLLANDA, 2009, p.79-80).

Embora a República não tenha se organizado institucionalmente em torno destes parâmetros, sob este raciocínio estava um valor de moralidade que foi muito caro à descrição do ideal de “cidadão” republicano: o sujeito informado das reais condições do país e de suas necessidades e que, dessa forma, não padeceria ao egoísmo, portando assim moralidade irretocável, voltando suas ações para a utilidade pública, cumprindo da melhor maneira seus direitos (HOLLANDA, 2009, p.75). O que se relaciona ao civismo, que tanto ressaltou Rui Barbosa, como condição para a atuação política do povo, que lhe daria forma e o distanciaria da situação de massa. Uma concepção que, como indicam os dicionários de época, estava impressa naquele universo semântico.

Ao pesquisar tais dicionários, acompanhando publicações de 1832, 1873, 1889 e 1914, observa-se o seguinte. Se em 1832 o vocabulário “civismo” ainda não apareceu na fonte, a

partir de 1873 ele consta – também em 1889 e 1914– enquanto virtude que faz o bom “cidadão”; qualidade que reza sobre o sujeito que goza de direitos civis e políticos, em oposição às isenções e privilégios que possuíam “homens bons”, e que os cumpre “devotadamente” com zelo e ardor⁴⁷: civismo, “*é o entusiasmo com que o cidadão cumpre devotadamente os seus direitos de membro de uma sociedade política*” (ROCHA POMBO, 1914).

É preciso dizer também que “massa” era uma palavra bastante utilizada por aqueles que desejavam demonstrar a incapacidade da organização popular no Brasil, não só no caso dos positivistas. Opunha-se usualmente a “povo”, que referia-se muitas vezes, nos discursos de época, à condição desejada de coletividade organizada, de nação. Para dizer que não havia organização nacional, dizia-se que não havia povo. Diz Hollanda: “*O uso do termo massa no lugar de povo não é casual. Tal como em Hobbes, refere-se a um coletivo amorfo, desprovido de identidade e incapaz de produzir opinião.*” (HOLLANDA, 2009, p.84).

Por sua vez, os realistas, representados nas obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, marcavam sua posição, segundo Hollanda, por recusarem para o Brasil tanto as alternativas emanadas de uma razão ou consciência universal, que defendiam os liberais; quanto por fugirem das leis universais positivistas, em nome da especificidade do caso brasileiro. Nessa linha, embasados nas suas análises que os defrontavam com uma sociedade de colonização recente, percebiam que o sistema representativo aqui adotado era uma farsa e, que por isso estava fadado à falência (HOLLANDA, 2009, p.133), uma vez que a desorganização social promovida pela trajetória do país não seria compatível com instituições liberais adotadas pela Constituição de 1891. Portanto, seria preciso antes de tudo construir um Estado que correspondesse à formação histórico-sociológica brasileira, para que este fosse capaz de dotar o povo de civismo, de qualidades necessárias para construir uma unidade, uma nação em torno do bem comum.

3.2 A Crítica do Autoritarismo à República Liberal-Oligárquica

⁴⁷ Os dicionários consultados foram: PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Typographia de Silva: Ouro Preto, 1832; VIEIRA, Domingos. **Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa**. Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes: Porto, 1873. vol. 2; SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. 8ª ed. Rio de Janeiro e Lisboa: Editora Empreza Litteraria Fluminense. 1889. v.1 e v.2; ROCHA POMBO, J. F. da. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1914.

Segundo Bolívar Lamounier, pela relação entre acontecimentos históricos e intelectuais, não lhe parece razoável afirmar que o antiliberalismo que perpassou e ainda perpassa a cena intelectual brasileira seja homogêneo e proveniente de uma mesma fonte. O sociólogo apontou o que ele chamou de cinco camadas responsáveis pela construção de um antiliberalismo brasileiro:

[...] a mais antiga, que é obviamente colonial ibérica; o positivismo de Augusto Comte, que teve uma presença expressiva nas escolas militares e no movimento republicano; um conjunto superposto ao positivismo, porém muito mais amplo que ele, que designarei como profascismo; o fascismo propriamente dito e o marxismo, ambos a partir dos anos 1920 (LAMOUNIER, 2014, p.18-19).

Mesmo que esta pesquisa não tenha a pretensão de apontar no curso da história política do Brasil quais as fontes dessa postura crítica ao liberalismo – se é que isso seja possível –, reconhecem-se aqui manifestações de valores, tradições, práticas e representações que se fortaleceram pelo menos desde século XIX, e que foram resignificadas à luz dos acontecimentos do início do século XX, ajudando a compor a configuração do que próprio Lamounier (1978) chamou de “pensamento autoritário brasileiro”. Refere-se a algumas linhas gerais já apresentadas, que eram sustentadas pela Geração de 1870, entre elas: a valorização da ciência enquanto ferramenta para a intervenção na política; e por conseguinte, a importância dada à elite intelectual na transformação da realidade, e sua possível viabilidade enquanto setor dirigente; a crítica à elite política; a necessidade do reconhecimento da realidade histórica do país, retomando a temática da nação; e por último, a busca pela modernização do país por meio da reforma, ou do reformismo. Trata-se de um conjunto de referentes com componentes autoritários que apareceu ainda articulado ao positivismo no final do XIX, ligado primeiramente à reação internacional à Revolução Francesa, mas que se robusteceu e se bifurcou entre direita (várias tendências) e esquerda (marxismo e anarquismo) no pós-Primeira Guerra (LAMOUNIER, 1978, p.20; ALONSO, 2002, p.334; HOLLANDA, 2009, p.134).

No Brasil do século XX, esse antiliberalismo reforçou-se primeiro à direita, compondo então um nacionalismo autoritário, cuja presença no universo político-cultural se mostraria tão marcante quanto a do liberalismo, e justamente erguido sobre o questionamento dos princípios liberais e federativos tomados como base pelos constituintes de 1890-1 (BEIRED,

1999, p.34-43)⁴⁸. José Luis Bendicho Beired (Ibidem) identificou o que chamou “pólos” à direita nessa reação ao liberalismo, os quais ele organizou segundo seus respectivos pressupostos teóricos, programas e interpretações da realidade. O pólo católico, o pólo fascista e o científicista.

O pólo católico agregava intelectuais em torno da revista *A Ordem* (1921 - 1925) e do Centro Dom Vital, destacando-se dos anos 20 até a década de 40. Seus dois principais líderes foram Jackson Figueiredo e Tristão de Atháide, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima. Os católicos reagiam à perda de espaço da Igreja no espectro político desde 1870, consolidada com a proclamação da República. Para estes homens, inspirados nas idéias contra-revolucionárias francesas do século XIX, a construção da nação passava pela revitalização do que seria seu principal traço tradicional: o catolicismo – este ameaçado pelos “ismos”, como o liberalismo, o cosmopolitismo, o materialismo e o comunismo. Ao Estado davam o papel de garantir os mecanismos necessários para a manutenção das características cristãs da nação. Seguindo uma prática comum da época da época, fundaram a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve grande atuação na constituinte de 1933, conseguindo eleger a maioria dos seus candidatos (BEIRED, 1999, p.38-40).

O pólo fascista, era o agrupamento antiliberal mais radical na opinião de Beired, porém com forte atuação somente nos anos 30. Este se desenvolveu em torno Ação Integralista Brasileira (AIB), que teve como principal líder Plínio Salgado. A crítica que faziam era à expansão do materialismo, embutido nos regimes liberais, comunistas e capitalistas. Partindo de uma concepção espiritualista, o integralismo perseguia a realização do homem integral (realizado no espeto moral, político, econômico e espiritual). Algo que começaria com uma revolução ética, elitista e heróica, culminando no Estado Integral, que seria totalitário e dotado de uma estrutura corporativista (Ibidem, p. 41-43).

O pólo científicista por sua vez era formado por intelectuais que defendiam a orientação do Estado a partir do reconhecimento racional da realidade brasileira e que se configurou ao longo dos anos 20, sobretudo (Ibidem, p.34-37). Nada mais é do que aquele formando por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

⁴⁸ É preciso esclarecer ao leitor que, em publicação mais recente B. Lamounier (2014) utilizou o termo antiliberal e autoritário como sinônimos para definir posturas contrárias ao liberalismo político, seja à esquerda, como o marxismo e o anarquismo, ou à direita, como protofascismo e o fascismo. Nesta pesquisa, o vocábulo “autoritário”, como apresentado, restringe-se ao grupo crítico à Constituição liberal de 1891 formado por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ao qual Lamounier (1978) se referiu em seu texto mais conhecido e utilizado sobre o assunto.

Como já dito, a apresentação das idéias principais dos autoritários se concentrará nas obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna, que foram autores que se empenharam em apresentar uma produção melhor organizada dentro do recorte temporal. Torres com suas três publicações principais em português ainda na década de 1910 e Oliveira Vianna produzindo livros a partir da década de 1920.

Partindo da categoria “cultura política” para análise do fenômeno, à medida em que se apresentará as leituras comuns sobre o passado e o presente, bem como as propostas para o futuro, que conformam a identidade coletiva deste grupo autoritário, serão estabelecidas relações com o conjunto de referentes ao que os atores recorreram para construir suas reflexões sobre o momento vivido – sejam aqueles um pouco mais distantes, ainda do final do XIX, ou entre seus contemporâneos no debate político.

Mais uma vez ressalta-se: o objetivo não é sugerir filiação ou influência direta destes autores sobre qualquer outro setor daquela sociedade, incluindo aí os militares que comporiam o Tenentismo. Busca-se aqui utilizar tais obras como meio de identificar um tipo de resposta autoritária naqueles debates de crítica à República e perceber como esses discursos se movimentavam dentro das culturas políticas em cena e como eventualmente poderiam reverberar entre os militares revoltosos.

Para isso é fundamental a descrição de três aspectos presentes no discurso autoritário que o caracteriza enquanto tal e que na prática apresentavam-se de forma integrada, compondo a maneira como esses autores enxergavam o mundo no qual se inseriam e a partir daí propunham alternativas e agiam perante ele. Primeiro, atenta-se para o papel que se davam naquela sociedade; segundo, a leitura que faziam do contexto político-social, o que implica aí análises do passado e do presente; e por último, as propostas de transformação da realidade, que enxergavam em um momento crítico.

3.2.1 O papel autoproclamado do intelectual autoritário

Como apresentado, o pensamento autoritário brasileiro reforçou-se como uma dentre outras respostas às transformações político-sociais brasileiras e aos acontecimentos internacionais no início do século XX. O enfraquecimento do aparato político-cultural liberal-iluminista permitiu o avanço da crítica, que ia do liberalismo à extrema-direita. Mas fato é que aquele momento chamou a atenção da sociedade como um todo para discutir a orientação das instituições brasileiras, até então inspiradas primordialmente na experiência européia e

estadunidense. É claro que os intelectuais seriam afetados frontalmente por estas discussões, dada a imbricação dos campos político e intelectual.

No caso dos intelectuais autoritários, não só o conteúdo das obras ou as declarações explícitas contidas nelas demonstravam a intenção e o ingrediente político das atuações de seus autores, como também a trajetória dos sujeitos era reveladora, dada a relação de proximidade com o Estado, onde ocupavam posições de maior ou menor poder.

Alberto Torres, por exemplo, vinha de uma família com inserção política, tendo sido seu pai vice-presidente do Rio de Janeiro e Senador pelo mesmo estado. Isso para não falar na própria posição de Torres, seja compondo partidos políticos, seja ocupando cargos como deputado estadual e federal, presidente do estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado por Campos Sales em 1901 (LEMOS, 2010).

Oliveira Vianna, por sua vez, filho de um fazendeiro e coronel da Guarda Nacional, ainda que não fosse tão precoce como Torres na carreira política, também se envolveu diretamente nela ocupando posições mais técnicas nos quadros Estado, sobretudo no governo Vargas – como por exemplo, a de membro da comissão para a elaboração do ante-projeto da Constituição de 1932 (CHAVES, 2001, p.6038-6040).

Mesmo que estas figuras estivessem em posições importantes no Estado, ou pelo menos, que tivessem relações próximas ao poder, isso não os incompatibilizava com a leitura que faziam de si mesmos: como sujeitos pertencentes a uma posição minoritária, portanto, à parte do *establishment* republicano oligárquico e com autoridade para criticá-lo. O que se explica antes pelas representações que criavam do contexto que viviam do que pela posição sócio-política que detinham. Afinal, enxergavam-se como os homens mais próximos do ideal de “cidadão” republicano propagado na época.

No prefácio de *A Organização Nacional* Alberto Torres deixou claro o quanto que sua experiência com a Constituição, primeiro como governador e depois enquanto magistrado, juntamente com seu conhecimento histórico, contribuíram para as conclusões que tinha sobre a inviabilidade desta legislação no Brasil, posicionando-se desde já pela reforma daquilo que julgava ser uma lei sem fundamentação social:

Ao passar, em 31 de dezembro de 1900, o governo da terra fluminense a meu sucessor, o general Quintino Bocaiúva, já não podia ser tão firme – desiludida, como fora, pelos fatos – a minha confiança no regime político que havíamos adotado; e quando no decurso de alguns anos de magistratura vim a fazer trato mais íntimo com a Constituição da República, fixou-se em meu espírito a convicção da sua absoluta impraticabilidade. [...]

Despertando a lembrança dos fatos da nossa história política, e os da minha experiência pessoal, foi-me a análise da Constituição servindo de instrumento – no duplo trabalho, lentamente processado em meu espírito, da demonstração da insuficiência daquela lei [...] (TORRES, 2002b, p. 7-8)

Oliveira Vianna também no prefácio de seu primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil* – lançado em 1920 e com grande repercussão na intelectualidade (CARVALHO, 1998, p.202) –, ressaltou que toda a análise que desenvolveu ali, baseada no estudo da realidade brasileira até 1888, poderia provocar considerável estranhamento em uma sociedade que desconhecia muito de si mesma. Isso ele teria conseguido, dedicando-se ao uso de todo um aparato de “ciências novas”, ou disciplinas, ainda não utilizadas para compreender o país. O conhecimento dessa realidade seria fundamental para uma mudança de direção necessária à política do país:

Há hoje **um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico.** [...]

Este livro é uma de aplicação desses critérios novos à interpretação da nossa História e ao estudo da nossa formação nacional. Todo meu intuito é estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo **a ressaltar o quanto somos distintos de outros povos** [...].

É costume entre nós falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única, distensa, com perfeita igualdade [...].

Dos que assim pensam nenhum se deu ao trabalho de desmontar as diversas peças e elementos de que se compõem esse **vasto organismo** para ver como ele se formou e como ele funciona. É natural que dele tenham apenas uma ideia vaga, ou uma ideia incompleta, ou uma ideia falsa. [...]

Neste livro revelo falhas, acentuo defeitos, mostro linhas de inferioridade e desfaço, com certa franqueza, um sem-número de ilusões a nosso respeito, a respeito de nossas capacidades como povo. [...] **Toda estranheza, que possam causar alguns dos meus conceitos, vem de que vivemos numa perfeita ilusão sobre nós mesmos.**

O problema da nossa salvação tem que ser resolvido **com outros critérios, que não os critérios até agora dominantes** (VIANNA, 2005, p.50-58, grifos nossos).

O que Vianna deixou claro em seus trabalhos foi a necessidade de conhecer a realidade múltipla da sociedade para promover as mudanças necessárias, que desvinculariam as instituições dos fracassados modelos europeus e as tornariam compatíveis com o tão genuíno povo brasileiro (VIANNA, 2005, p. 50-58; CARVALHO, 1998). Apegando-se a uma tradição arraigada do elitismo intelectual forte desde o XIX, Torres e Vianna se fiavam na afirmativa de que ninguém teria melhor prerrogativa para tal, do que aqueles detentores do conhecimento científico.

Ainda em 1914, Torres escancarou a desconfiança nos regimes liberais do mundo todo, no “oficialismo [militares], [n]os políticos e [n]a burguesia”, para ele, portadores de um falso patriotismo colocado à serviço dos interesses mais particulares. Nesse aspecto, o intelectual reconhecendo o exagero tanto do individualismo exacerbado, quanto do socialismo, dada a capacidade científica que ele julgava ter para avaliar o que acontecia no mundo, teria a missão de chamar os homens ao verdadeiro caminho do desenvolvimento das potencialidades humanas, atuando na imprensa, lançando livros, educando as massas e organizando o Estado (TORRES, 2002b, 182-186). Para Torres, o intelectual era capaz de perceber a função social do Estado, enquanto organizador da sociedade, suprimindo a “mão invisível”, justamente para assegurar igualdade de oportunidade aos homens, cuidando para que não se criassem setores privilegiados, os quais são responsáveis por atravancar os mais capazes em suas iniciativas (MARSON, 1979, p. 179).

Numa resignificação do tradicional elitismo dos intelectuais brasileiros, que tinha o seu paroxismo até então entre os positivistas, os autoritários destacavam a centralidade da pretensa neutralidade da sua opinião fundada nas análises sócio-históricas. Contudo, esse fenômeno se deu sob o impacto que estas mesmas tradições político-culturais começavam a sofrer, o que refletiria no distanciamento que os autoritários buscavam marcar em relação a aqueles que idealizaram a República: liberais e positivistas. Segundo Cristina Buarque de Hollanda (2009), se o positivismo e o liberalismo sustentavam-se na universalidade de suas formulações, com os positivistas defendendo a primazia da norma sobre o tempo e o espaço, identificando os métodos das ciências naturais com os das ciências sociais, os autoritários tinham como indispensáveis para a sua formulação o particularismo da realidade. Em outros termos, não havia impedimento na idéia como origem de ação, mas desde que ela fosse inspirada na observação empírica do mundo. “*A idéia estaria fadada à inconversibilidade empírica se estivesse separada de toda inspiração fenomênica e operasse como pura abstração*” (Ibidem, p.141). O pensamento científico erguido em relações mecânicas e causalidades fixas, como o “evolucionismo mecanicista” e o “materialismo histórico” era passível, então, de descrença (MARSON, 1979, p.109). Neste caso, o princípio da autoridade dos intelectuais sobre políticos, militares e sobre as massas, não se sustentava segundo a defesa de verdades ou leis gerais, mas na elaboração de conhecimentos específicos a partir das múltiplas realidades, apoiados nas modernas ciências sociais, que determinariam o sucesso do intuito reformador.

Posicionando-se enquanto detentores de um saber técnico-empírico, que em tese permitiria a real aproximação com a realidade nacional, os autoritários reivindicavam uma maior legitimidade de suas posições frente ao “bacharelismo” das elites que, segundo eles, seria responsável pelo o que o regime havia se tornado: até então fundado nas idéias tomadas de empréstimo, sustentadas nas lantejoulas de um rebuscamento inútil e em artificiosas teorias, que em nada correspondiam às reais necessidades colocadas para o país; ao contrário, abriam espaço para a “politiquice”, para o desconhecimento do interesse nacional e, por conseguinte, permitia o fortalecimento dos interesses de grupo e individuais (TORRES, 1990, p.14-15).

O “bacharelismo” era para Torres e Vianna um dos símbolos da República que tanto criticavam, fundada na aparência, na superficialidade e na falsidade das instituições. Descrito por eles, o “bacharel” era principalmente o intelectual liberal – afinal esse era o escopo doutrinário predominante nas instituições brasileiras que buscavam desconstruir – que ostentava seu título, munido de um discurso ornamental, de frases decoradas, cujo o objetivo primeiro era estabelecer boas relações com o poder, em busca de privilégios e benefícios sociais. O “bacharel” gostava de mostrar “ilustração”, inteligência, mas de fato nada sabia, nem dos livros, nem do próprio país. Por isso não era patriota e nacionalista, já que desconhecia as necessidades do Brasil. Seria esta uma figura elegante e vaidosa, que estava com os olhos voltados para fora, sobretudo para a França, de onde copiava sentenças, hábitos e leis – era o parisiense da América (PINHO, 2007, p.132).

Diferenciados que se sentiam dos demais setores sociais, os intelectuais autoritários entendiam-se enquanto intérpretes da consciência da nacionalidade. Assim o exercício da política, nada mais seria que a materialização desse conhecimento, desta consciência, esta mesma essencialmente apurada da realidade, por meio de um Estado equipado para tal (MARSON, 1979, p.112-113).

Para Torres era evidente, e um fenômeno mundial, a necessidade de se colocar o governo das sociedades nas mãos da elite intelectual, pelo seu saber e seu caráter. Não se tratava, todavia, da aplicação do saber abstrato, ou do argumento filosófico sobre a realidade. Ao contrário, isso era algo que teria levado a humanidade aos seus piores desastres. A habilidade necessária ao governo era muito rara e implicava essencialmente em dar uma direção sintética aos diversos movimentos que emanam da realidade do povo (GENTIL, 1938, p.84-108):

Coordenar, por ação consciente, esses movimentos da sociedade, é o grande encargo da Política; eis porque não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação se não tem uma política, *a sua política*, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às *políticas* doutrinárias, e sempre falazes, dos partidos, é instintiva, tradicional, costumeira, nos velhos países (TORRES, 2002b, p.244).

Essa projeção que faziam de si mesmos, das próprias qualidades que julgavam ter para conduzir a política, tem a ver com as questões da interseção dos campos político e intelectual. Estes autores viveram e contribuíram para um momento do país, no qual conciliava-se a discussão das especialidades das ciências sociais, enquanto ciência moderna – que se desvinculava das grandes abstrações das doutrinas gerais e, portanto, buscava especialização– com o seu papel pragmático na construção da nação, a partir do diagnóstico de uma República que tinha falhado nesse papel (GOMES, 2009). Tomando a sociedade enquanto um organismo, à luz do organicismo de Herbert Spencer, entendiam que o social poderia ser redutível, medido e analisado, a partir da compreensão que o cientista social seria capaz de estabelecer entre estrutura/partes e função, por meio dos instrumentos garantidos pelas disciplinas como a antropologia, a psicologia e a biologia. Assim sendo, o intelectual poderia detectar desvios de funcionamento, apontando aí os “remédios”. Por fim, o papel do estudioso seria transformar as ciências sociais em “medicina social” (MARSON, 1979, p.128-129).

Nesse sentido, não se pode deixar de dizer que os críticos autoritários da Primeira República representaram um momento de inflexão destacável na vida intelectual brasileira. Se por um lado ajudavam a canalizar inúmeros anseios antiliberais presentes naquele momento de insatisfação com o regime, por outro, deram impulso considerável à difusão e à institucionalização acadêmica das ciências sociais; seja por meio de suas obras, de sua atuação dentro de diferentes espaços de sociabilidade, ou dentro do próprio Estado.

Essa é basicamente a discussão que Oliveira Vianna apresentou no seu texto sobre a História, em 1924, no IHGB⁴⁹. Se por um lado, o autor procurou definir do que se tratava a História, por outro tentou destacar o seu uso prático. Primeiramente ressaltou a importância da relação da História com outras “ciências sociais”, para que se constituísse enquanto uma ciência moderna. “*Não é possível hoje realizar nenhum trabalho de interpretação do passado sem recorrer às diversas ciências sociais, aos seus princípios, aos seus métodos, aos seus dados objetivos*”⁵⁰. Algo que seria fundamental para o segundo ponto, que é o uso político

⁴⁹ Ver REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1924, t. 96, v.150, p. 438-455.

⁵⁰ Id. Ibidem, p. 439-440.

das conclusões auferidas: tanto no sentido de contribuir para criar no povo uma necessária identidade nacional, uma identificação coletiva; quanto na sua utilidade ao governante, fornecendo informações importantes a respeito de aspectos estruturais de determinada sociedade.

Para não endossar aqui o discurso da fonte, torna-se necessário fazer o contraponto. Muito embora os autoritários tivessem no seu alvo o bacharelismo como uma estratégia pragmática para promoção do seu próprio discurso, que queria se mostrar então mais qualificado, havia correspondências e algumas manutenções naturalizadas nas elaborações das elites intelectuais que não eram suprimidas de imediato, como desejavam fazer⁵¹. Para Francisco de Oliveira, mesmo que Torres e Vianna se concentrassem em combater o bacharelismo, não deixavam de reproduzi-lo também, tanto no estilo, como na forma de intervenção – mais por uma questão de contexto do que por incompetência (OLIVEIRA, 1997, p. 7-8). É só observar toda a erudição que Alberto Torres se preocupava em demonstrar nos seus escritos por meio análises prolongadas da “história da humanidade” e citações sobre os mais diversos autores espalhados pela Europa e Estados Unidos. Ainda que defendessem uma produção menos teórico-doutrinária e mais analítica, os instrumentos que detinham não permitiam grande afastamento do que se fazia naquela época, tendo em vista a pouca diversificação e autonomia das ciências sociais naquele momento. As faculdades de direito, onde se formaram, eram de “ciências jurídicas, econômicas e sociais”, sendo assim o que se conhecia aqui como economia política, antropologia e sociologia guardava ainda relações muito próximas com a “ciência do direito” (Ibidem, p. 7-8).

Oliveira Vianna representa bem essa dicotomia, entre a tradição intelectual do século XIX e a inovação que tentava trazer no início do século XX. Se, por um lado, exprimia em seus textos a certeza do alcance da objetividade por meio da ciência social, repetindo a receita de Ranke de ver os fatos como eles realmente eram (CARVALHO, 1998, p.205); por outro, fazia crítica dura às leis gerais que até então as ciências tentavam aprisionar a realidade, demonstrando a preocupação com a interpretação dos casos específicos, com disciplinas

⁵¹ Como lembrou Roger Chartier (2001, p.236-237), não existe produção ou prática cultural que não esteja ligado a um padrão, seja pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja sujeito à censura e supervisão daqueles que detêm o controle sobre palavras ou gestos. O que em síntese, quer dizer que toda invenção está sujeita a disciplinas de referentes que lhe são anteriores. No caso dos autoritários, quando detinham a intenção de trazer novos critérios de verdade para a produção intelectual de seu tempo, era impossível que esses critérios não guardassem a mínima relação com outros já existentes – o que garantia, inclusive, alguma chance de penetração entre ouvintes/leitores da época.

específicas, como se viu no já citado texto do IHGB e no trecho abaixo de *Evolução do Povo Brasileiro*⁵²:

Desde o momento em que a ciência confessava a sua ilusão e reconhecia que as leis gerais, a que havia chegado, não correspondiam à realidade das formas infinitas da vida, compreendi que a melhor coisa a fazer não era insistir por encerrar a nossa evolução nacional dentro dessas fórmulas vãs ou querer subordinar o nosso ritmo evolutivo a um suposto ritmo geral da evolução humana [...].Pareceu-me trabalho inútil esforçar-me por descobrir nos acontecimentos da nossa história a revelação dessas leis gerais, de que a própria ciência acabava de instaurar o processo de falência. O mais sábio caminho seria tomar para ponto de partida o nosso povo e estudar-lhe a gênese e as leis da própria evolução. Se estas coincidissem com as supostas leis gerais, tanto melhor para a ciência e para nós; senão, ficaríamos, pelo menos, "conhecendo-nos a nós mesmos" [...].Faríamos com isto um trabalho de dupla utilidade. Prepararíamos, por um lado, elementos para a futura síntese geral, concorrendo assim com o nosso esforço para a obra comum da ciência; e, por outro lado, com o conhecimento integral das leis que presidem a nossa formação, prepararíamos as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica, induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva. (VIANNA, 1938, p.43-44)

Em meio à crise de autoridade política existente no ocidente, intensificada no início do século XX e que foi combustível para o surgimento dos regimes totalitários na Europa, esses intelectuais brasileiros reagiram tentando estabelecer uma ordem baseada na hierarquia fundada no domínio do conhecimento científico (ARENDRT, 2005, p. 127-134)⁵³. A julgar as considerações de Mario Stoppino sobre o autoritarismo, enquanto reação à ideologia liberal e democrática, pode-se argumentar que o que os intelectuais objetivavam ao fim seria um regime estruturado na desigualdade entre os homens hierarquizados a partir do domínio da técnica (STOPPINO, 1995, p.94-104).

Segundo Bolívar Lamounier (1978), Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, a despeito das diferenças, foram responsáveis pela elaboração de uma visão institucional que legitimava o papel tutelar do Estado sobre a sociedade, este dirigido então por uma elite política e intelectualmente esclarecida.

3.2.2 O diagnóstico da crise

⁵² Sobre o texto do IHGB, ver REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1924, t. 96, v.150, p. 438-455.

⁵³ Hannah Arendt definiu a autoridade em contraposição à coerção pela força e à persuasão entre iguais. Segundo a filósofa, a autoridade sustenta-se na hierarquia entre desiguais, onde a legitimidade da relação está na desigualdade em si (ARENDRT, 2005, p. 129).

Para alguns estudiosos do tema, Alberto Torres iniciou uma articulação de idéias contrastantes com a doutrina e posicionamentos dos liberais, que ganharia espaço nas culturas políticas da década de 20 e, sobretudo, no pós-30 (BEIRED, 1999; CARVALHO, 1998; HOLLANDA, 2009; MARSON, 1979; PINHO, 2007; SOUZA, 2005). Ainda que seu trabalho tivesse impacto mais restrito ao seu estado na década de 1910 – o seu estado era o Rio de Janeiro, o que não era pouco representativo em termos de Primeira República – na década de 1920 e 1930 foi retomado com mais força por muitos autores insatisfeitos com a situação do regime, entre eles Oliveira Vianna (PINHO, 2007, p. 125-126)⁵⁴. De acordo com Ricardo Souza, nesse movimento, encerrava-se o “ciclo do liberalismo oitocentista brasileiro”, que parecia condenado pelo fato de estar atrelado à Constituição da Primeira República (SOUZA, 2005, p. 302)⁵⁵.

Vicente Licínio Cardoso (1990) pode oferecer um indício da importância de Alberto Torres nos anos 20. No prefácio de sua coletânea – que congregava críticos da República das mais variadas orientações políticas e sociológicas, mas que de alguma forma sentiam-se “À Margem da História da República” –, o organizador destacou a preocupação que teriam todos ali reunidos – inclusive Oliveira Vianna – com a análise da realidade brasileira, desprendida das formulações gerais importadas:

Agrupados, apresentam todos uma característica comum: não estão presos a nenhuma escola européia, ou filiados a nenhum sistema importado. [...] contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriam-no de *per si*, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida, verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram em suma sobre a obra daquele nosso pensador político [...]. (CARDOSO, 1990, p.12)

⁵⁴ Em sua dissertação de mestrado, Silvia Oliveira Campos de Pinho sustentou a tese central de que a obra de Alberto Torres teve três tipos de recepção na Primeira República. Primeiro entre os políticos fluminenses na década de 10, atentos à abordagem que Torres havia feito sobre as questões agrárias. O que os preocupava era o desejo de resgatar o prestígio econômico e político fluminense. Depois, na década de 1920 e 30, a obra teria ressoado principalmente entre os intelectuais interessados nas questões políticas, sendo explorada então a temática político-administrativa. Ao longo dos anos 30, acontecia uma terceira forma de recepção, através da *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, que procurava mesclar o nacionalismo com uma saída ruralista para as questões do país (PINHO, 2007, p. 117-169).

⁵⁵ Como já dito ao leitor, anteriormente, esta pesquisa entende que o desgaste do liberalismo enquanto doutrina política entre os intelectuais brasileiros e demais setores sociais explica-se não só por questões internas, como também pelos acontecimentos do mundo ocidental como um todo, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (BEIRED, 1999).

Também Oliveira Vianna, prefaciando uma das inúmeras obras editadas pela Companhia Editora Nacional sobre Alberto Torres na década de 1930, falou da influência “torreana” sobre as inteligências e as elites do período:

Embora imperfeitamente conhecido [refere-se a A. Torres], o seu pensamento, entretanto, está trabalhando lentamente a mentalidade das nossas elites, e sente-se que os espíritos com inclinações inovadoras, – e são todas as inteligências moças do presente, – estão tendendo sensivelmente para ele, como atraídos para um centro gravitacional (VIANNA, 1938).

Em seguida, comentou do grupo contemporâneo a Torres, que se colocava a ouvi-lo mais diretamente, dentre os quais lá estava ele. Vianna expressou grande admiração, exaltando o “civismo” e o “patriotismo” que ele jamais havia visto em outro, chamou-o de “Mestre”, fazendo questão, porém, de marcar que desde já havia diferenças:

Nos serões semanais da sua casa de Copacabana, e, depois, das Laranjeiras, os discípulos que sentavam em torno do Mestre não chegavam, penso eu, à metade dos que seguiam Jesus pelas estradas da Galiléia: Gentil, Saboia Lima, Porfirio Netto, Antonio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu, o menos freqüente e o mais esquivo de todos e talvez o que tivesse maiores pontos de dissidência com o pensamento de Torres. [...] Do seu convívio eu não recebi apenas a impressão de uma das mais poderosas e surpreendentes organizações intelectuais da nossa raça; mas, principalmente, a impressão de uma das mais nobres consciências cívicas que tenho até agora conhecido. (VIANNA, 1938)

Como aquele que o inspirava, Oliveira Vianna também deixou sua marca no debate político brasileiro desde *Populações Meridionais do Brasil*, seu livro de estréia. Segundo José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1998, p. 202), o texto teve grande êxito e crítica com elogios que vinham das mais diferentes matizes intelectuais: Tristão de Ataíde, Taunay, Carneiro Leão, Monteiro Lobato, entre outros. Este último chegou a publicar vários capítulos do livro desde 1917 na *Revista Brasil* e, em 1920, a própria obra. Dizia Lobato que Vianna seria o grande orientador, que necessitava o Brasil. O auge da sua influência política chegaria nos anos 30, quando Vianna passaria ocupar posições proeminentes no Estado brasileiro.

Difícilmente, tanto Torres quanto Vianna, aceitariam o adjetivo autoritário, ainda nos anos 10 e 20. O primeiro procurou, inclusive, diferenciar bem suas propostas de um governo forte, do que seria um governo “discricionário” ou “tirano” (TORRES, 2002b, 418-420). Referências à democracia permaneciam nos trabalhos de ambos como projeto de futuro, todavia, já apareciam dissociadas do modelo liberal (TORRES, 2002b; 379-380; VIANNA,

1939, p.168). O fato de a palavra democracia ser tão atrelada ao conceito de República no Brasil desde 1870 (VISCARDI, 2012b, p.150) talvez dificultasse viradas mais bruscas no vocabulário, ligado a um complexo conjunto de significantes, mas não impedia que os dois chegassem à explicação central para a crise: as condições reais da vida política brasileira eram incompatíveis com os modelos estadunidenses e europeus de organização liberal.

Há que se dizer que o diagnóstico da crise pelos autores autoritários já foi bastante adiantado ao longo desse capítulo. Em parte por compor a sensação geral que se apresentava de um regime em situação de caos, dada a desorganização da sociedade, que os sujeitos da época enxergavam em toda aquela ebulição social e política já descrita, no Brasil e no mundo. Além disso, pela relação que havia entre a posição autoproclamada do intelectual de “espectador privilegiado” e o diagnóstico de um país no qual as instituições – inspiradas em modelos que já demonstravam problemas nos seus locais de origem – não correspondiam à sua “real” formação histórica e sociológica.

Para a retomada do tema da crise, os críticos da República, à direita, partiam de uma análise que conjugava acontecimentos internos e externos⁵⁶. Nessa perspectiva, a ordem burguesa seria a responsável pelo predomínio da matéria sobre o espírito e pela difusão do liberalismo que enfraquecia o predomínio estatal, representando claramente o que seria ameaça à ordem nacional. Portanto, era comum entre os críticos do liberalismo atribuir determinados fenômenos conjunturais à crise geral do ocidente liberal-burguês: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução de 1917, a própria reação nacionalista e mais adiante a crise de 1929 (BEIRED, 1999, p. 71-72).

A título de exemplo, como uma das principais lideranças da direita nacionalista católica, Tristão de Athaíde desfechava ataques ao “espírito burguês” que teria desde o século XVIII inoculado o mal na civilização ocidental: essa concepção de vida desrespeitava os sacramentos, exaltava o hedonismo, fazia do homem um materialista predisposto a se apegar tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, afastando-o do que de fato interessava para a nação, que era a espiritualidade cristã (Ibidem, p.73-74)

Marcou-se, a partir daí, uma posição bastante diferente em relação à tradição da elite intelectual oitocentista: o que se passava na Europa não mais seria espelho para o Brasil, ao contrário, representava perigo para os interesses nacionais.

⁵⁶ Usou-se aqui a palavra “retomada” pelo fato de o tema da crise não aparecer de maneira inédita no universo intelectual brasileiro, pelo menos desde o século XIX. O próprio movimento republicano se fortaleceu sobre o argumento da crise do regime imperial, oferecendo a República como panacéia aos males que identificava.

Para Alberto Torres, era claro que a exacerbação do capitalismo no imperialismo representava um risco aos interesses brasileiros (TORRES, 2002b, p.51). Uma saída para essa situação seria o país elaborar uma proposta autônoma para seu desenvolvimento, considerando suas tradições e vocações políticas e econômicas, o que não teria sido feito até então, como ele julgava. O ponto de partida seria o conhecimento destas tradições. Desta forma, se a alienação promovida pelos excessos do liberalismo era um mal geral que cegava inclusive as grandes potências, que enveredavam pelo caminho da violência e do militarismo, aos países mais novos e mais frágeis como o Brasil ela seria ainda mais nociva (Ibidem, p.52-55). A “arte política” então só seria possível de ser aplicada com eficiência, no Brasil e no mundo, se houvesse conhecimentos específicos sobre o que ela deveria conduzir. Na opinião do autor, as fórmulas gerais e deterministas até então construídas, que alimentavam tal alienação, não permitiam reconhecer, de fato, se havia algum “progresso” na sociedade e o que seria tal “progresso”. Desta forma, para que se pudesse falar em “civilização”, não bastava mais a remissão a uma “evolução espontânea” que tinha a Europa como modelo, era preciso redefinir parâmetros:

[...] não é possível reconhecer "progresso" na humanidade, desde que somos forçados a confessar que os problemas da natureza da Terra, do homem e da sociedade e os das relações recíprocas entre uns e outros não estão ainda estudados. [...]
É possível admitir a existência de uma "arte política", uma vez que os dados sobre os quais ela deve versar — as ideias de civilização e de progresso — não encontram, nos espíritos, definição assentada, correspondendo, ainda, a manifestações aparentes da vida social? Parece evidente que não. (Ibidem, p. 283)

No discurso do IHGB, este intelectual já fazia uma crítica às possíveis catástrofes mundiais decorrentes do imperialismo nos programas de governo mundo afora. Numa clara menção à maneira como a perspectiva liberal conduzia aqueles países, dizia que essa forma de fazer política, completamente entregue aos interesses do mercado, alimentava uma busca exacerbada pela hegemonia que contrariava a tradição pacifista da humanidade. Dizia ele:

As duas extraordinárias nações do mundo, que se assinalam ao respeito da civilização como berços dos mais notáveis inventos da indústria moderna e ao da cultura, como fontes e modelos de quase todas as instituições políticas da Terra – os Estados Unidos e a Inglaterra – *fizeram da ordem mundial o programa de sua política* [...]
Este passo decisivo na História *abre uma crise que se pode considerar como a gestação de uma nova era para a Humanidade.*⁵⁷

⁵⁷ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t. 74, pt.2, p. 557-558. O grifo é nosso.

A Primeira Guerra, sem dúvida, seria a confirmação destas projeções e com ela se fortaleceu a tese da “decadência do ocidente”, interpretada na obra do alemão Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente*, escrita entre 1918 e 1922, que seria um marco para o nacionalismo à direita. A obra cravava essencialmente a seguinte conclusão: “Na era liberal, a civilização burguesa atingira seu ápice, *pari passu* à intensificação do declínio do Ocidente, até que uma série de acontecimentos puseram-na em xeque e abriram a perspectiva da regeneração do mundo ocidental.” (BEIRED, 1999, p.71).

Segundo Adalberto Marson e Ricardo Souza, Alberto Torres partiu de suas preocupações com as conseqüências imperialismo sobre o Brasil para definir um programa de ação para sua pátria (MARSON, 1979, p.90-92). Segundo o que apresentou em *A Organização Nacional*, em meio às pressões econômicas e políticas oferecidas pelas grandes potências, que não faziam outra coisa senão dilapidar as riquezas naturais do país em troca futilidades e gêneros supérfluos, Torres enxergava que o nacionalismo deveria ser uma questão de sobrevivência. Conservar, obter e aumentar riquezas para consolidar uma independência social e econômica precisaria ser a política defensiva do Brasil (SOUZA, 2005, p. 320). Para que tal programa fosse eficaz, seria necessário saber compreender o país em sua realidade, desde sua formação colonial, e estabelecer então políticas que unificassem os diversos interesses existentes por estas terras em torno do interesse nacional. Portanto, para o futuro, o Brasil deveria optar entre o necessário nacionalismo ou a “alienação” danosa que as elites políticas e os bacharéis haviam demonstrado até então.

A conclusão sobre a “alienação” era um recurso operatório que Torres julgava deter, a partir da dedicação ao fato e da rejeição às construções apriorísticas, que permitiria à “arte política” a aproximação com “a verdade das coisas”. Para ele, a dissociação da realidade estava presente nos mais diferentes aspectos: na prática social dos homens, nas atividades econômicas, nas formas de governo, nos regimes e instituições, nos métodos de ação política, na vida cultural etc. (MARSON, 1979, p. 114-116). A partir daí concluía que as condições brasileiras seriam incompatíveis com o modelo europeu e estadunidense de organização democrática liberal, até então adotado pela Constituição de 1891. A alienação das elites não havia permitido criar uma consciência sobre o país e a partir daí uma organização nacional, que desse conta de dar organicidade aos “particularismos” ou “partidarismos” que guiavam a política brasileira, algo necessário ao funcionamento das instituições representativas liberais, a seu ver.

Nações de “formação imemorial”, ou “nações antigas”, de “evolução espontânea”, como Inglaterra e França, ajustavam as instituições emanadas de suas próprias realidades “da terra” de acordo com suas respectivas necessidades. Suas “organizações políticas primitivas” constituídas sob um “ânimo paternal” – cujo objetivo era auxiliar a organizar as diversas necessidades do povo – retraíam-se à medida que novos recursos como indústria, trabalho e profissões davam conta das “precisões” ou necessidades. Nações que surgiram desse processo se formaram por meio busca pelo equilíbrio entre relações pessoais, interesses práticos e coletivos, desenvolvendo-se coordenadamente, onde os indivíduos são função da sociedade e a sociedade é função dos indivíduos. Estes povos não sofreram da ausência de uma organização nacional, já que ela havia sido criada por meio destes laços coordenados ao longo de muitos anos (TORRES, 2002a, p. 70-75). Contudo, tratava-se de um processo comprometido desde o final do XVIII devido, sobretudo, ao surto das invenções materiais e dos instrumentos mercantis, ou do capitalismo, que aceleraram a *“indústria, as comunicações e o comércio, em progressão vertiginosamente desproporcionada com os misteres e interesses humanos.”* (Ibidem, p. 76).

Os países novos, por sua vez, “surgidos por descobrimento e formados por colonização” incluindo o Brasil, teriam se desenvolvido em torno do objetivo da conquista e da exploração, não cultivando por isso o equilíbrio e a cooperação na procura pelo desenvolvimento de uma sociedade: *“assimilação e integração, obras de lento e gradual evoluir, nos velhos países, não encontra[ra]m os mesmos móveis de estímulo e de operação”* (Ibidem, p. 78). O que tornaria os preceitos importados das “nações antigas” uma “formação mental” alienada das coisas e dos fatos, causando todos os desajustes observados no presente que vivia o Brasil. O nacionalismo terminaria por ser uma necessidade elementar para um povo jovem, ele seria necessário para formar o arcabouço anatômico, a base, a estrutura da sociedade política: a organização nacional (Ibidem p. 79).

A partir daí é possível fazer aqui uma observação a respeito do nacionalismo brasileiro. Se a forma como a política era conduzida na República desagradou muitos estratos da sociedade e os fez recorrer à compreensão da nação na sua formação e de maneira crítica, se distanciando do ufanismo do século XIX, Alberto Torres trouxe a crítica ao liberalismo de forma mais sistemática para o nacionalismo. Para ele o desenvolvimento sócio-histórico do Brasil não havia permitido a formação de uma nação organizada, o que seria mister para o funcionamento de qualquer política e uma questão de sobrevivência do país. Apesar da organização ser fundamental, as instituições liberais aqui instaladas não seriam capazes para

tal, uma vez que não haviam sido criadas com esse intuito, pois estas não eram as necessidades de seus países de origem. Era preciso um Estado forte e tecnicamente capaz para fazer de forma verticalizada o que a vivência social não havia feito. O que se vê é uma elaboração nacionalista que se torna uma necessidade do agir político, um “nacionalismo militante” (OLIVEIRA, 1990, p.145) e, neste caso, dissociado do modelo constitucional liberal. Segundo Ricardo Luiz de Souza, o nacionalismo teria se afirmado então como um discurso crítico à ordem liberal, por meio de “publicistas” que partiriam destas conclusões para firmar um discurso de nação associado ao progresso econômico e à centralização estatal (SOUZA, 2005, p. 319).

O desdobramento dessa percepção estrutural pode ser observado claramente em Oliveira Vianna. Para ele, desde *Populações Meridionais...*, era claro que o liberalismo não era compatível com uma sociedade clânica e parental, organizada de maneira autoritária como a brasileira. Se durante a colonização a população reportava-se ao “caudilho”, o chefe rural; no Império, algumas instituições isoladas e alguns sujeitos tentavam fazer um papel mínimo de organizar as diferentes forças sociais. O que as Constituições liberais faziam no país desde 1824 era falsificar o “*self-government*” estadunidense, principalmente a Carta republicana, que nem de longe detinha preocupação com a construção da nação (CARVALHO, 1998, p.210; SILVA, 2008, p.238; VIANNA, 1990, p.121-122).

Para Vianna, o Brasil detinha “males” e “corrupções” denunciados há mais de trinta anos, considerados nocivos ao exercício da democracia:

[...] o monopólio dos órgãos de poder pelas pequenas parcerias politicantes, que entre si distribuem os cargos públicos; conseqüentemente os congressos federais unânimes, as assembleias estaduais unânimes, as câmaras municipais unânimes; e, portanto, a inevitável subordinação de todos esses corpos legislativos e representativo aos Chefes do Executivo municipal, do Executivo Estadual e do Executivo Federal (VIANNA, 1990, p.134).

Algo que derivava essencialmente do idealismo da Constituição, que havia partido de uma base de presunções que não tinha correspondência na realidade. Principalmente presumiu-se a existência no Brasil do que na Inglaterra se chamava “opinião pública” – todo o mecanismo constitucional teria girado em torno dessa “presunção central” (Ibidem, p.129-130).

Teria pensado o constituinte em um regime democrático, no qual a força política emana da vontade o povo soberano, manifestada então pela “opinião pública” – como nos modelos franceses e ingleses. A “opinião pública”, nessa concepção, nada mais seria do que a manifestação das vontades individuais de cada cidadão, por meio do exercício criterioso do

sufrágio universal, mas também principalmente pela sua arregimentação em partidos políticos organizados em torno de programas de idéias, e pela sua manifestação militante em canais outros de expressão democrática como as associações de classe (Ibidem).

De acordo com Vianna, quando pensavam em um regime de opinião, os ideólogos brasileiros de 91, “segundo, aliás, as inspirações dos evangelistas de 70”, imaginavam entre outras referências a Inglaterra, onde existiria toda essa organização em pleno funcionamento e cidadãos de índole ativa e combativa⁵⁸. Isso, todavia, não existiria no Brasil, sendo então da causa da “falência” da ordem, para o autor:

Realmente, todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem, em síntese, esta causa geral: somos um povo em que a “opinião pública”, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe. (VIANNA, 1990, p.131)

A ausência dessa opinião era explicada, sobretudo, pela organização clânica assumida pela sociedade no período colonial e reafirmada no período imperial pelo “clã eleitoral”. Como Torres, defendia que a retomada das tradições brasileiras seria imprescindível para que o Estado atuasse na construção do caráter nacional:

Nós somos senão uma coleção de almas, que nos vêm do infinito do tempo. Empreendi desde então uma obra, árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas idéias atuais, os primeiros olhares da nossa psique nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e fatal. (VIANNA, 2005, p. 49)

Portanto, seria preciso ir à origem da conformação destas “almas” e para o autor, sem dúvida alguma e em toda a parte, ela se dava no meio rural, para o bem e para o mal. No caso brasileiro, três tipos sociais conformariam a população: o sertanejo, da região norte, o gaúcho e o matuto, ambos do centro-sul. O tipo com maior influência sobre a “evolução nacional” seria o matuto, o que se explicava pela localização geográfica de sua formação, entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região onde gravitava toda política pós-independência. A contigüidade do “*habitat* agrícola” do matuto com o centro do “Governo Nacional” daria a

⁵⁸ Com os “evangelistas de 70”, Oliveira Vianna se refere aos autores do manifesto republicano, para ele a primeira mostra do idealismo republicano, antes mesmo da própria Constituição: “O manifesto de 70 é um magnífico exemplo desse culto das generalidades sonoras, que constitui o fundo da mentalidade dos republicanos da propaganda. Quando, vinte anos depois, se apossaram do governo do país, essa mentalidade não se havia modificado um ápice no seu feitio literário, declamador e doutrinário.” (VIANNA, 1990, p. 123).

ele uma preponderância destacável sobre os demais tipos, daí o fato de carregar as maiores responsabilidades sobre a organização e direção da nacionalidade durante os dois Impérios. Quanto aos “tipos urbanos”, o intelectual deu a eles o *status* de “reflexos ou variantes do meio rural”; se no presente pareciam sustentar posição influente, carregavam do passado a subordinação aos tipos rurais (Ibidem, p.53-54).

Uma “opinião pública” organizada derivaria, na teoria de Vianna, do *self-government*, desenvolvido nas comunidades rurais anglo-saxãs, que criava os laços de cooperação indispensáveis à nação; muito diferente do que havia sido formado no Brasil. Diferença explicada em *Populações Meridionais* por fatores étnicos e, sobretudo, fundiários.

As pequenas propriedades a que estavam sujeitos os saxões os aproximava, os adensava e impunha-lhes uma solidariedade vicinal. O convívio lhes era dado e com isso a necessidade de organização da comunidade como um todo e o amadurecimento do interesse coletivo, daí o *self-governmet* – o que seria responsável por dar aos ingleses a aptidão para a organização dos interesses públicos e para então, posteriormente, dizer ao governante o que ele deveria fazer e não o contrário (Ibidem, 99-100).

No vasto território da colônia portuguesa, a situação seria muito diferente. O latifúndio isolava o homem, o disseminava, sendo o seu caráter essencialmente “antiurbano”. Nesse isolamento a solidariedade vicinal minguou, os homens então depositaram seus esforços nas organizações familiares. O senhor rural fez da sua casa o mundo, e foi aí que se forjou o caráter da aristocracia brasileira, o qual Vianna elogiava bastante. Porém, tudo ocorreu como se a sociedade não existisse. Muito embora a família rural, mais propriamente a do senhor rural, fosse a responsável pelos elevados valores morais dos brasileiros, em torno de sua organização isolada orbitavam grupos “plebeus” em troca de favores e proteções, formando clãs autônomos, estabelecendo-se então esta forma de solidariedade muito diferente do que a Europa conhecia (Ibidem, p. 101-104). Neste tipo de organização predominavam os interesses localizados, dada a distância de um grupo para o outro, organizados em torno de uma relação paternal e privatista dos “plebeus” com o caudilho rural, ou chefe local, formando-se um corpo social atomizado que explicaria a ausência de interesse coletivo. “*Este sentimento, tão profundo nas raças germânicas em geral, especialmente na raça inglesa, é inteiramente nulo no cidadão brasileiro.*”, dada a forma diversa como as relações sociais e políticas foram construídas neste espaço geográfico (VIANNA, 1990, p.133).

A “plebe rural”, diferente da aristocracia, ou “patriciado rural” – este fortemente vinculado à terra –, possuía uma natureza fluida, marcada pelos frágeis vínculos originais de

sua ocupação do espaço; voltados para as questões de sua sobrevivência imediata, demonstravam incapacidade de aproximar-se de qualquer questão política de maneira duradoura e pertinaz (HOLLANDA, 2009, p.154). Sob o abrigo dos senhores rurais, o *matuto* comum do campo identificava na aristocracia a possibilidade de se proteger daquela anarquia social. Os caudilhos rurais seriam vistos então como compensação material e moral das ausências do mundo formal ou público (VIANNA, 2005, p. 211-212).

Sob essa organização grupal de poder a política se restringia às práticas cotidianas, às necessidades mais imediatas, distantes das idéias abstratas de poder e autoridade. O povo, como um todo, enxergava o mundo pela lente da localidade. Segundo Vianna, ao homem comum, a organização do governo político era completamente dispensável, isso porque durante centenas de anos, nunca havia sentido necessidade dela (HOLLANDA, 2009, p.155).

Seria isso que explicaria a ausência de interesses gerais e o “insucesso” daquelas instituições sociais em que os serviços são gratuitos ou não envolvem nenhum benefício particular – uma vez que toda idéia de política seria marcada pela pessoalidade e pelo interesse imediato. O que ocorreria com o serviço militar e o serviço eleitoral, este último exercido de maneira totalmente despregada de qualquer “civismo”:

[...] o eleitor vai à urna para comprazer o chefe local, ou porque aí o leva o *boss* do partido; nunca, porém, por um impulso superior de civismo, por um movimento espontâneo da sua consciência – para o fim de constituir os órgãos do governo político da sociedade. (VIANNA, 1990, p.133)

O que o Brasil detinha era uma plebe despotilizada e oligarquias “politicantes” que atuavam “no vácuo”, ou seja, estas últimas, além de não deterem um conhecimento da realidade do país como um todo, não sofriam pressão de nenhum grupo de classe organizado. Uma combinação que dava espaço aos unilateralismos, partidarismos e interesses gregários. Porém, em uma sociedade sem iniciativas populares de autogoverno a saída não seria extirpar essas oligarquias, pois mesmo com todos os problemas, haviam sido elas as responsáveis pelos poderes públicos do país até então. Estes grupos deveriam ser educados e disciplinados segundo os interesses coletivos por meio de autoridades públicas fortes e com conhecimento técnico para tal (Idem, p.135). Nesse sentido, desqualificava-se a ação executiva do povo na política, mas este seria, como para os positivistas, a motivação de toda a ação governamental (HOLLANDA, 2009, p.152-153).

Na forma como Torres e Vianna pensavam a “democracia”, o sufrágio detinha muito pouca importância em relação à devida organização das forças de opinião que a sociedade

deveria assumir. Seria essa organização que possibilitaria a comunicação das várias classes com o poder que lhes organizaria (Ibidem, p. 132). Para Torres, o sufrágio no Brasil não refletia a realidade, apenas trazia para o seio do poder os partidarismos, as divisões dos grupos de poder locais. Isso ocorria cada vez mais no mundo todo, inclusive na própria Inglaterra, França e Alemanha, onde o parlamento se distanciava cada vez mais do interesse nacional ou popular para se deter em disputas comezinhas, o que fazia da representação política uma “ficção” (TORRES, 2002b. p.411-412):

O cunho de "representação" é o verdadeiro característico da legitimidade dos governos, tomada essa palavra em um sentido sociológico; **um governo é bom, quando é o governo próprio de seu país e de sua época**, mas essa representação **não é a representação convencional da ficção da soberania, nem a simples expressão, falsa e impressionista, dos mandatos eleitorais**; é a representação que resulta do acordo íntimo e espontâneo entre as forças da opinião e seus órgãos, e que faz surgir os homens dos sucessos, por influxo dos sentimentos e das necessidades dominantes. (Ibidem, p.111, grifo meu)

Não se pode deixar de comentar aqui um possível ponto de divergência entre Alberto Torres e Oliveira Vianna no diagnóstico sócio-histórico da crise – um ponto que é também tradicional no debate político brasileiro. Se Alberto Torres tentou abertamente desconstruir qualquer conclusão baseada na “raça” para explicar os problemas da República brasileira; Oliveira Vianna teve uma posição mais controversa.

Ainda que embasasse seu argumento em uma análise racialista para demonstrar que as “raças” e a miscigenação da população não seriam as causas dos problemas brasileiros, Alberto Torres tratou de apresentar principalmente as causas geográficas, históricas e sociológicas como explicativas da “aparente superioridade de outros povos” (TORRES, 2002a, p. 30-33). Para ele não havia motivos para crer em degeneração do brasileiro, ao contrário, este seria um povo de boa índole, cujo infortúnio seria obviamente reversível. O que acontecia era que o ideário “importado” das grandes potências, pelos bacharéis, trazia teorias raciais elaboradas com o intuito de colocar como permanente e “natural” a dominação que exerciam. Como lembrou Pinho (2007, p. 36), Torres entendia que tais teorias eram instrumentos colocados a serviço da dominação e que, portanto, deveriam ser combatidas com a “verdadeira ciência”, apurada da realidade. Citando o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, disse que no conflito entre caracteres étnicos, mesológicos e sociais, sobre quais operam nos “tipos humanos, a vitória cabe à última destas influências”:

O homem moderno resulta, muito mais diretamente, do meio que habita, e, principalmente, da sociedade que o cerca, que dos impulsos congênitos de sua estirpe. É o caso do índio civilizado – ontem selvagem e antropófago, hoje cristão e moralizado, e do preto. (Ibidem, p. 54).

Oliveira Vianna, por sua vez, mesmo se dedicando a elaborar explicações sociais e políticas para a crise, não deixou de fazer menções diretas ao que seria uma degeneração promovida pela “mistura de sangue bárbaros” “nas camadas plebéias” (VIANNA, 2005, p. 98), nem de apontar aspectos morais e comportamentos que seriam próprios de determinados seguimentos “raciais”, destacando as qualidades “aristocráticas” dos arianos ou os problemas do “mestiço inferior”. Por outro lado, neste mesmo livro, exaltava as qualidades deste povo “mais primorosamente dotado do mundo”, “*Mesmo os pobres e deserdados não desmentem a bela tradição de inteireza rural*”, herdadas do caráter luso (Ibidem, p.103-104).

A este respeito, entre acusações e absolvições, esta pesquisa prefere ressoar o que disseram José Murilo de Carvalho (1998, p. 204) e Ricardo Silva (2005, p. 247-248) em seus textos: ainda que tenha havido de fato inserções que dessem certo peso ao elemento da raça para explicar o quadro político que queria descrever, estes perderam espaço nos trabalhos do autor, principalmente no pós-30, talvez como resposta às críticas dos seus contemporâneos. Na segunda edição de *Evolução do Povo no Brasileiro*, de 1933, ressaltou o próprio Vianna: “*a questão do dólico-louro, da sua superioridade etc. reduziu-se muito da sua importância e acabou saindo do horizonte das minhas preocupações, pelo menos no que concerne ao Brasil* (VIANNA, 1933, p. 3 apud SILVA, 2005, p.248)⁵⁹.

Se Bolívar Lamounier resolveu apontar *Populações Meridionais* como “monumento ao racismo” (LAMOUNIER, 2014, p.182) e José Luís B. Beired (BEIRED, 1999, p. 81) deu à explicação étnica o status de outro elemento estrutural para explicar a não consolidação da nação no Brasil na obra de Vianna⁶⁰; o que se pôde apurar com essa pesquisa foi que este intelectual, mesmo que desse indícios de que considerava certa influência do elemento racial no comportamento do brasileiro, não os apresentou como um aspecto central de seu trabalho que, a olhos vistos, dedicou-se a uma explicação mais histórica e menos sociobiológica com fins de provar a incompatibilidade entre o sistema político liberal e a sociedade brasileira.

⁵⁹ Aqui se utilizou o recurso do apud uma vez que essa fonte extrapola o recorte temporal pesquisado. A intenção do uso foi tão somente ratificar o argumento de Ricardo Silva (2005).

⁶⁰ Reivindicando uma posição menos “indulgente” dos intérpretes em relação à obra de Oliveira Vianna, reclamou Lamounier: “*Populações Meridionais do Brasil* é, com efeito, um monumento ao racismo. Os comentaristas geralmente deixam de lado esse pecadilho de juventude passam a ressaltar o que lhes parece ser uma clara evolução de Oliveira Vianna no sentido de uma sociologia científica[...]” (LAMOUNIER, 2014, p.182)

Numa perspectiva geral dos diagnósticos da crise da República Oligárquica propostos por Francisco José de Oliveira Vianna e Alberto de Seixas Martins Torres o que se vê é a utilização de uma visão dicotômica de análise que comparava o “país legal” e o “país real”. O que ambos diziam era que ao lançar um olhar sobre o real, embasado nas ciências sociais, na empiria, no conhecimento científico, o que se via era uma sociedade incompatível com os padrões de civilização que haviam ganhado força com a *Belle Époque* e que seriam responsáveis por erguer as instituições republicanas. O “país real” era essencialmente rural, com populações despregadas de quaisquer valores de solidariedade social, civilidade e urbanidade. Muito diferente do artificialismo do “país legal”, do mundo dos bacharéis assentados em valores europeizados e nas teorias generalizantes, que desconheciam completamente o cerne das tradições brasileiras. No prefácio de *Populações...*, escrito ainda em 1918, Oliveira Vianna anunciava essa compreensão:

O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, **perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial** e peregrino [...] (VIANNA, 2005, p. 57, grifo meu).

Para Torres, o essencial era a percepção dessa separação acompanhada da busca por fazer das instituições algo próprio da realidade do país. Esse era seu dever:

[...] dedico este apelo [o conteúdo do livro] aos meus patrícios, em prol da **reorganização da nossa vida política e social, sob inspiração das nossas tradições de honra e de bom senso**, e com os progressos sólidos de humanos próprios de nossa índole (TORRES, 2002b, p.5, grifo meu).

Como mencionado acima esta não era uma forma inédita de abordagem da realidade no Brasil. Apareceu primeiro em Euclides da Cunha, com *Da Independência à República*, de 1900, tornando-se célebre em *Os Sertões*, tendo seu apelo amplificado após o impacto de Canudos. Segundo Silva, uma perspectiva que seguia as transformações do pensamento social brasileiro do final do século XIX, atenta a aspectos econômicos e sociais, tomando por base argumentativa oposições, polarizações e dicotomias e que atingiu o amplo espectro da intelectualidade (SILVA, 2008, p. 244). Todavia, o que fizeram Torres e Vianna, a partir do século XX, foi imprimir nesta maneira de interpretar a realidade aspectos nacionalistas e

autoritários descritos parcialmente aqui, que seriam tão importantes para as culturas políticas das décadas que os seguiram.

3.2.3 O âmbito normativo, a apresentação das propostas e a tradição do estatismo-orgânico

Na base das ações dos intelectuais autoritários estavam as representações que elaboravam segundo lhes era apresentada a realidade social, partindo das culturas políticas que os influenciavam e das intenções pragmáticas que detinham. Estes homens tomavam parte no mundo imediato da política alimentando-se de visões compartilhadas do passado, do presente e de suas propostas para o futuro, lançando mão de normas, crenças e valores (BERSTEIN 1988, p. 362-363; CHARTIER, 2002, p.72-75). Para eles, uma explicação para a crise que diagnosticavam era a desorganização do país, motivada pela formação clânica, que teria dificultado a construção de laços de solidariedade social, e conseqüentemente a configuração de uma nação, do civismo e do patriotismo, indispensáveis ao regime adotado pela Constituição de 1891.

Sob o peso de uma tradição elitista e reformista, presente na política imperial e (re)apropriada na Geração de 70 (ALONSO, 2002, p. 334), esses autores do século XX enxergavam uma solução baseada na técnica fornecida por uma “política científica” ou “objetiva”, então permitida por uma “real” apreciação das condições sócio-históricas do país, que, como ferramenta detida por uma vanguarda intelectual, tornaria possível a identificação da disjunção existente entre instituições e realidade social e com isso uma intervenção precisa, que evitaria maiores transtornos e desequilíbrios. Cultivavam muitos intelectuais, de diferentes orientações, uma desqualificação sobre a capacidade das pessoas comuns na participação nos negócios públicos no Brasil. Uma concepção que ganhou uma expressão mais forte primeiramente entre os positivistas e posteriormente entre os autoritários nacionalistas. Nesse sentido, Torres e Vianna não se viam enquanto representantes deste ou daquele setor social, mas sim como intérpretes mais aptos das questões nacionais, diante de um país imerso numa condição artificial e alienada.

No estudo do pensamento autoritário, o que se pôde observar foi uma visão retrospectiva que apontava o período imperial como um ponto de contraposição em relação à decadência que Vianna e Torres enxergavam na República (HOLLANDA, 2009, p.48). Isso é mais forte no primeiro, que dizia que naquela sociedade erguida desde o período colonial, ainda que houvessem problemas como o sufrágio – o clã rural que se transformava em clã

eleitoral— e a instabilidade dos mandatos parlamentares, observou-se um esforço de organizar a natureza dispersiva que detinha, pela atuação do Poder Moderador, de onde emanavam forças admiráveis de coordenação e moralização política (VIANNA, 2005, p. 318-320).

Em *Problemas de Política Objetiva*, que reunia textos publicados entre 1918 e 1928 em jornais, Vianna fazia a comparação entre as instituições imperiais e republicanas:

Na velha Constituição Imperial, ainda se contrapunha a estes costumes e a estas falhas a ação retificadora de um alto poder, intangível pela majestade de sua ascendência e superior ao interessismo dos partidos: — o "Poder Moderador" da Coroa. Este, nas mãos honestas de Pedro II, foi uma das mais admiráveis forças de coordenação e moralização política, que jamais temos tido.

No regímen atual não há coisa alguma que com isso se pareça. *Não se engenhou meio de resguardar os aparelhos da administração contra a influência perturbadora e corruptora do espírito de facção e politicalha*. De tal maneira e com tamanha imprevidência se fez ali a distribuição dos poderes do governo, que as organizações partidárias — facções, grupos, clãs — passaram a adquirir sobre eles, nestes quarenta anos, um domínio e uma ascendência que estavam longe de possuir no regímen imperial. (VIANNA, 1947, p. 52)

José Murilo de Carvalho também apontou que Oliveira Vianna deitava raízes numa tradição que antecedia a Silvio Romero e que teria grande descendência, uma linha de pensamento que havia começado em Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, passando por Romero e Alberto Torres, prosseguindo com Vianna e chegando pelo menos em Guerreiro Ramos (CARVALHO, 1998, p. 208). Neste texto o historiador se concentrou em descrever inúmeros pontos de confluência entre Oliveira Vianna e Uruguai. Um dos mais importantes era a concepção da relação entre “os pólos centralização e descentralização” e “os pólos liberdade e opressão”. Para Uruguai, era um equívoco dos liberais julgar que a pressão pelo poder só viria do alto, do governo, uma vez que ela também se originava de baixo, nas parcialidades e nas facções. No caso brasileiro, ela vinha especialmente de baixo. Mais centralização, portanto, significaria resistência à violência e ao arbítrio dos mandões locais – enquanto que menos centralização, significaria menos liberdade. Vianna não só concordava, como utilizava esta tese para explicar esse período e, a partir dela, denunciava a falsificação dos mecanismos de auto-governo, na medida em que os caudilhos rurais concentravam poder. Para ele, as leis do “Regresso Conservador” e a Interpretação do Ato Adicional teriam retido o provincialismo e salvo o país do faccionismo (Ibidem, p. 210).

Alberto Torres, por sua vez, muito embora acreditasse em um honesto esforço de D. Pedro II e de seus ministros na organização do país, que para ele havia sido em vão,

reconhecia que a pouca organização construída, a operosidade do país, a estabilidade social e as fontes de riqueza e trabalho se davam principalmente em torno da escravidão, com o esforço do negro e do senhor de escravos (TORRES, 2002a, p.57-58). Para os dois autores, findos estes institutos na República, entregava-se o país à completa desorganização, colocando-se a urgência de uma coordenação central, um poder tal, livre da dependência dos grupos partidários, que submetesse todas as células do governo.

Observa-se uma carga de disputa política e memorial muito acentuada nestes discursos. Afinal, além de configurarem enquanto uma avaliação que os intelectuais faziam da realidade que viviam, eram também instrumentos de legitimação de suas posições e projetos de mudança da política (ABREU; GOMES, p.2). O que Alberto Torres, Oliveira Vianna e, posteriormente, Azevedo Amaral e Francisco Campos construía era uma representação extremamente negativa do período, que associava o pós-1889 ou 1891 à completa desordem, dada a suposta ineficácia das instituições políticas, que seriam vazias de um projeto genuinamente nacional.

Assim, Oliveira Vianna dizia que o sentido “revisionista” deveria ser:

[...] qualquer outra coisa que represente um centro de força, de natureza essencialmente política; mas completamente fora de qualquer atinência ou dependência com os grupos partidários. Este centro de força, cuja necessidade todos sentimos, seria organizado de maneira tal que pudesse agir direta e espontaneamente, e com eficiência imediata quando se fizesse preciso, sobre os grupos, as facções, os clãs, neutralizando-lhes a influência e a nocividade na vida administrativa do país. (VIANNA, 1947, p. 54)

Para os autoritários, um “centro de força” ou um Estado garantiria sua independência do faccionismo, entre outras vias, quando administrado sobre bases “científicas” que dessem a dimensão “real” das necessidades do país, antes dos apelos particulares deste ou daquele setor. A política baseada na indiferença, no desconhecimento e no despreparo, como faziam as elites republicanas, abria espaço a interesses outros que não os nacionais. Então, o que se firmava era a percepção da necessidade de um Estado comandado por aqueles que detivessem o conhecimento da realidade e o preparo para agir sobre ela. No governo, antes da política ou da “politicalha” – como se referiam, de forma extremamente negativa, à política republicana – deveria vir a objetividade do conhecimento científico (PINHO, 2007, p. 100). O que era próximo, em certa medida, do que pensavam os positivistas sobre um Estado livre da política e conduzido a partir da técnica.

Entre as várias vertentes de críticos ao modelo constitucional de 1891 que visualizava na época, Vianna, no primeiro capítulo de *Problemas de Política Objetiva*, reconhecia em Torres o primeiro programa de reforma “definitivo e completo”, “radical, profundo e severo” – daí, talvez, seu empenho em analisá-lo durante boa parte do livro. Enquanto isso apontou as propostas dos liberais, organizadas em torno do programa de Rui Barbosa, como reticentes e vagos e a dos “intrépidos” “federalistas e democratas dos pampas”, os positivistas como se viu aqui, como genéricas, doutrinárias e abstratas (VIANNA, 1947, p. 27-28).

Ancorado numa perspectiva sociológica de finais do século XIX, Torres entendia que o conhecimento que construía sobre a realidade lhe revelava uma ordem orgânica que presidia as diferentes esferas da sociedade – bem aos moldes do organicismo de Spencer⁶¹. Essa visão, a qual Adalberto Marson deu o nome de “concepção orgânica da realidade social”, significava para o ex-magistrado o seu grande trunfo, a principal inovação em contraponto aos moldes vigentes de interpretar os fenômenos sociais e com isso permeava todo seu raciocínio (MARSON, 1979, p. 123). A partir dela Torres pensava a estrutura dos organismos sociais como um conjunto de órgãos dotados de função específica e interrelacionados, atendendo as necessidades do conjunto que lhe seriam vitais. A relação entre as necessidades e as funções se dariam segundo o grau de adaptação, dependendo do meio e do estágio evolutivo do organismo. Ao atendimento das necessidades vitais, portanto, interessaria a evolução do organismo pautada na harmonia de todos os componentes. Daí a necessidade do equilíbrio, conciliador da transformação e da conservação de todo o organismo social (Ibidem). Tal realidade, como se vê, não seria outra coisa senão a reprodução do esquema de funcionamento dos “organismos” vivos, não seria também senão própria sociedade, no conjunto de suas atividades, indivíduos, grupos de indivíduos, relações sociais, idéias, costumes e doutrinas (Ibidem, p. 121).

⁶¹ Quando se discutiu acima a autoimagem construída pelos intelectuais na legitimação do seu papel político na Primeira República, esta dissertação atentou para a influência do organicismo na sociologia moderna, entendida por muitos intelectuais brasileiros enquanto instrumento de intervenção política precisa para a “cura” dos males sociais. Adalberto Marson deu destaque à inserção de Alberto Torres nesse contexto. Segundo o pesquisador, além de um reformador político, Torres procurava se inserir naquele cenário enquanto um “sociólogo” no sentido que se dava ao termo na época “e no sentido correspondente a uma fase da sociologia que estabeleceu importante contribuição para a investigação dos fatos sociais, buscando as relações estruturais e funcionais dadas pelas próprias *necessidades* da existência social. Alberto Torres situa-se, nesse desenvolvimento da sociologia, na superação do receituário positivista pela aplicação quase que inteira da sociologia de Spencer, adicionada de elementos da teoria evolucionista de Bergson [...]. A assimilação do modelo biológico ao modelo social, identificando *organismo* e *sociedade*, é a grande senda aberta à investigação de Alberto Torres, ávida de romper com o mecanicismo positivista e, ao mesmo tempo, satisfazer a necessidade otimista de pensar *estruturadamente* a sociedade brasileira.” (MARSON, 1979, p. 122)

Daí o horror que Torres e Vianna detinham do conflito nesse momento em que se encontrava o Brasil. O conflito seria uma forma de ruptura de toda a engrenagem, ou sistema social necessário ao desenvolvimento. Diferente disso, era preciso uma sociedade cooperativa, em que cada setor específico se ocupasse de sua função, segundo as necessidades gerais (BEIRED, 1999, p. 111; CARVALHO, 1998, p. 217; MARSON, 1979, p. 123-124). É esse o raciocínio que está por traz do discurso pacifista que o primeiro empunhava, contrário ao imperialismo-militarismo do século XX. Para ele, a evolução histórica da humanidade havia consolidado um arranjo de condições, direitos e uma organização política, social e econômica incompatíveis com o uso da força para resolver conflitos entre nações e grupos (PINHO, 2007, p. 28).

Torres entendia que o funcionamento harmonioso dos diferentes “órgãos” na sociedade, ou dos diferentes setores sociais fora construído no decorrer da própria evolução histórica nas “nações antigas”. No caso do Brasil, esse arranjo teria que ser construído, dado o “anti-solidarismo” das facções políticas regionais que atingiam seu ápice na República; daí a importância de um Estado ocupado com figuras qualificadas para tal. Nesse sentido, Oliveira Vianna elogiava a coragem de Alberto Torres de fazer uma leitura crítica à democracia liberal e de propor sua revisão; algo que faltava às elites dirigentes do país, o que não “*permitia fazer da nossa organização política uma realidade viva e orgânica, feita de músculos, nervos e sangue*” (VIANNA, 1947, p. 67, grifo meu). A contribuição de Torres estaria no fato de dizer a todos:

- § O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política;
- § Mas o Brasil precisa realizar desde já, por uma série de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política, porém, só pode ser feita por iniciativa do Estado.
- § Ora, o Estado, pela maneira por que está organizado na Constituição vigente, não pode eficazmente realizá-la;
- § Logo, tudo depende de uma reforma constitucional que organize o Estado num sentido que o capacite para este fim superior e necessário. (Ibidem, p. 62)

Nessa concepção orgânica, a realização de um país só aconteceria na medida em que seus cidadãos tivessem meios para o exercício de suas aptidões e funções, por sua vez, tal exercício só ocorreria na medida em que fosse garantido dentro de um equilíbrio geral de toda a sociedade. Sendo então a primeira necessidade do homem a alimentação, seria no cultivo da terra, no mundo rural, onde ele daria os primeiros passos na direção da organização da

produção e do trabalho (MARSON, 19179, p.134). Daí a importância do ambiente rural no equilíbrio social e na configuração do caráter de um povo, que tanto destacaram estes autores, em contraposição aos valores urbanos importados pelas elites e aplicados a um país que ainda sequer havia se organizado no campo.

Segundo Oliveira Vianna, de nada adiantariam grandes mudanças na letra da lei se os problemas sociais e econômicos do campo não fossem resolvidos. Somente a partir daí a população rural, a maioria da população brasileira, poderia exercer plenamente o seu papel de uma opinião organizada e independente, por exemplo⁶². Uma saída, assim como apontou Torres, seria o estabelecimento da “pequena propriedade”.

Ora, os 9/10 da nossa população rural são compostos – devido a nossa organização econômica e a nossa legislação civil – de párias, sem terras, sem lar, sem justiça e sem direitos, todos dependentes inteiramente dos grandes senhores territoriais; de modo que – mesmo quando tivessem consciência dos seus direitos políticos (e, realmente, não tem...) e quisessem exercê-los de modo autônomo – não poderia fazê-lo. E isto porque qualquer veleidade de independência da parte desses párias seria punida com a expulsão ou o desejo [*sic*] imediato pelo grande senhor de terras. Ora, os meios eficazes para assegurar essa independência não serão, por certo, o “sufrágio universal”, nem a “eleição direta”, nem o “voto secreto”, nem o “*self-government* local”; mas sim outros meios, de natureza econômica e social: o estabelecimento da “pequena propriedade” um sistema de “arrendamento a longo prazo” ou um “regime de caráter enfiteutico”, a difusão do “espírito corporativo” e das “instituições de solidariedade social”; uma “organização judiciária”, expedita, pronta e eficaz; uma “magistratura autônoma”, com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais, etc. [...] somente elas [essas reformas] serão capazes de dar à nossa plebe rural, base do eleitorado nacional, esses indispensáveis atributos de independência e altivez, sem os quais a famosa “soberania do povo “não significação alguma”. (VIANNA, 1990, p. 139-140).

⁶² José Murilo de Carvalho, com base no censo de 1920, trouxe alguns dados que podem esclarecer sobre o ambiente ao qual Oliveira Vianna se referiu. Dos 30,6 milhões de habitantes do país, 9,1 milhões tinham ocupação conhecida e declarada. Destes, 70%, ou 6,4 milhões se dedicavam a atividades como agricultura, pecuária ou extração mineral. Um país de predominância rural, mesmo se comparado com os vizinhos latino-americanos, segundo o autor. O Chile tinha 43% da população no setor primário e a Argentina 24%. Outro fato importante é a grande desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Dos 6,4 milhões de trabalhadores do campo, somente 9% era proprietário. À exceção dos administradores, capatazes e artesãos, que tinham salários melhores, os demais trabalhadores se aproximavam muito da condição de escravos, dados os baixos salários e a precariedade das condições do trabalho. Sobre os latifúndios (>1000 ha), estes representavam 4% dos estabelecimentos e correspondiam a 63% da área, enquanto que os 72% dos pequenos estabelecimentos agrários, que possuíam menos de 100 ha, ocupavam apenas 9% da área total. Sobre a distribuição da população, aquelas localizadas em áreas urbanas, definida como cidades com mais de 20 mil habitantes, representavam 16,6% do total de habitantes. Os operários industriais não chegavam a 300 mil, um terço deles concentrados no setor têxtil, sobretudo em São Paulo. O grupo sócio-econômico ao qual pertenciam os intelectuais, o dos profissionais liberais, como médicos, engenheiros, professores, juristas, religiosos e parteiras não passava de 168 mil pessoas (CARVALHO, 2003, p.100-101).

Antes de se abrir às trocas externas, ao capitalismo, aos valores urbanos europeizados, à industrialização, o país deveria consolidar sua organização interna, respeitando suas características geográficas e sua própria evolução, o que ocorreria primeiramente no campo. No mundo rural, no trabalho da terra, é que seriam erigidas as bases físicas e mentais para construção da nação.

Está explícito aí o peso do “ruralismo”, a importância que assumia para os autores aqui estudados. Diferente dos positivistas que não enxergavam outro caminho para o Brasil a não ser sua entrada definitiva no capitalismo industrial (ALONSO, 2002, p.214). Além de escreverem em contextos diferentes – Torres e Vianna já haviam passado pela abolição, pela proclamação da República e se encontravam com uma Guerra imperialista de proporções nunca vistas –, os autoritários prezavam antes pelas soluções nascidas das leituras das particularidades do que a submissão a uma lei geral, segundo eles, nascida de uma abstração também geral:

Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe este destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isto que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. (TORRES, 2002b, p. 341)

Além disso, o núcleo urbano consistiria por si só em um elemento desarticulador da estabilidade social, para ambos os autores. O desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial, com a transformação dos meios técnicos de produção e circulação, haviam alterado o interesse primeiro da produção – o abastecimento necessário à sobrevivência – para a obtenção da máxima produtividade, às custas do esgotamento das fontes produtivas – do trabalhador e da matéria prima. Nesse cenário as idéias individualistas desorganizaram a produção e estimularam o êxodo rural, seduzindo a população do campo com os atrativos “artificiais” das áreas urbanas. Isso acontecia no mundo inteiro e era responsável pela imigração das populações da Europa para a América, contribuindo com um elemento inflamável para as agitações urbanas no Brasil (MARSON, 1979, p.144-145)⁶³. Vale dizer aqui que esta era uma percepção bastante disseminada na época, em contraste com a defesa do

⁶³ Após 1930 ganhou força entre os autoritários o discurso em prol do desenvolvimento do capitalismo industrial e do mundo urbano – diferente da exaltação da tradição rural do Brasil que fazia Alberto Torres. Tanto Oliveira Vianna declinou à sua postura ruralista, conformando-se com a idéia de que o mundo moderno seria o da indústria e do operariado, quanto Azevedo Amaral apareceu defendendo o autoritarismo enquanto engenharia social para que o Brasil caminhasse para moderno capitalismo (CARVALHO, 1998, p. 223-225).

“elemento brasileiro” enquanto povo pacífico e de boa índole; o que acabou por culminar, por exemplo, com a Leis Adolfo Gordo de expulsão de estrangeiros, de 1907 e 1913⁶⁴.

É com base em toda essa argumentação que esses autoritários apresentaram também uma pauta que envolvia questões sociais, chamando atenção para o estado de abandono, por parte das elites políticas, ao qual o trabalhador da época se encontrava, o que na visão deles alimentava conflitos sociais sérios, prejudicando o andamento coordenado do país. Um produto da condução liberal das instituições, que abria um espaço perigoso ao socialismo. Uma saída poderia ser o retorno deste trabalhador ao campo por meio da pequena propriedade, como sugeriu Torres:

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros. [...]

Ao lado da grande cultura, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo; os nossos párias seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer o alimento, que, até nas cidades, é escasso e mau, para as próprias classes médias. (TORRES, 2002b, p. 198-199).

De forma cautelosa, procurando respeitar o direito à propriedade privada, Alberto Torres propunha medidas graduais de parcelamento das propriedades “incultas e devolutas” e a distribuição de lotes aos trabalhadores, bem como a formação de comunidades rurais – inspiradas no modelo suíço –; seguidas de uma política de ensino e profissionalização, bem como de medidas de segurança, higiene e conservação, trazendo para o trabalho produtivo e remunerando, incluindo assim na sociedade, populações que estavam no ócio e no vício. Para trazer garantias de prosperidade a estas famílias, sugeriu também um sistema de crédito e a reorganização do comércio de produtos nacionais de consumo e exportação, bem como uma política de reflorestamento e de restauração da produtividade do solo (PINHO, 2007, p. 61).

Torres acreditava piamente na fixação rural enquanto meio para atingir a “paz social”. Em entrevista ao jornal *O imparcial*, em 1914, o intelectual foi convidado a comentar a maneira como o governo havia lidado com o Contestado. Ele discordou prontamente da ação

⁶⁴ Sobre as Leis Adolfo Gordo ver: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Leis Adolfo Gordo. In: **Dicionário da Elite Política Republicana** (1889-1930). [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>> . Acesso em jan. 2013.

repressora do Estado e explicou o episódio como resultado da opressão sofrida pelos “fanáticos”, pelas mãos dos mandões locais, e da manipulação ardilosa da ignorância a qual estavam imersos (MARSON, 1979, p. 176). A fixação destes sujeitos no campo enquanto proprietários era uma saída, formando-se a partir daí “cidadãos-proprietários” prontamente interessados em manter a ordem e defender as terras da nação. A eles, inclusive, caberia o melhor exercício de “justiça e polícia”, já que Torres era contra a montagem de exércitos numerosos, de composição mista e hierarquizada, preferindo confiar no “cidadão-soldado”:

Cada cidadão com sua carabina e o seu cavalo em casa [...]; com sua linha de tiro e o seu instrutor, na vizinhança; fazendo, aos domingos, exercícios de tiro e de fileira e, de tempos a tempos, os exercícios e manobras mais complicados, aplicados especialmente à natureza da ação defensiva provável e à dos nossos terrenos [...]; – eis os mais sólidos elementos de defesa que podemos constituir, em termos de impor respeito às melhores organizações militares, como impõe a milícia suíça. (...)

E, em caso de ameaça, é muito mais provável que nos surja o melhor de nossas forças, de formações espontâneas irregulares – corpos voluntários de guerrilheiros; suprindo com ardor e audácia o que lhes faltar em preparo técnico –, que incorporação de maiores massas de soldados à máquina imprópria de nosso exército⁶⁵.

Nem Torres nem Vianna acreditavam em tais mudanças por meio de (re)arranjo automático das instituições e da sociedade, a partir das pressões de uma “opinião” organizada. Daí a defesa que faziam de uma reforma constitucional que previa acima de tudo o fortalecimento e a ampliação dos poderes do Estado, emancipado dos interesses particulares, mas que também se abrisse à expressão orgânica dos grupos naturais que compunham a sociedade, sobretudo os grupos profissionais. Para Oliveira Vianna, os “revisionistas”, ou reformadores, deveriam se preocupar com três princípios gerais para reparar a imprudência dos legisladores republicanos:

1º – O princípio da *unidade política*; 2º – O princípio da *continuidade administrativa*; 3º – O princípio da *supremacia da autoridade central*. [...] Este é que há de ser o sentido *nacional* da revisão. Se nos fosse possível resumi-lo num lema único, poderíamos formulá-lo assim: *Organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade do poder central*. (VIANNA, 1947, p. 39)

⁶⁵TORRES, Alberto. A defesa nacional e o serviço militar obrigatório. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3-4, 22 dez. 1915.

Para Torres, a um país desorganizado, haveria a necessidade de fortalecer o poder central, modificar a forma federalista, bem como o sistema de representação, que consistia em grande falácia⁶⁶. O Estado se apresentava como o eixo central da organização. Como num corpo, dentro de sua concepção orgânica de sociedade, ele cumpriria uma função cerebral de coordenação da “fisiologia social”: as instituições, os grupos sociais, os interesses econômicos, as necessidades vitais etc. (MARSON, 1979, p. 178). Em termos de organização de poder, as principais inovações apresentadas pelo ex-magistrado eram: o Poder Coordenador, a ampliação da intervenção federal, a representação sócio-profissional e um critério de eleição indireta aos cargos de alta direção (Ibidem, p. 179).

Segundo afirmava o próprio Alberto Torres sua proposta de reforma tinha alguns objetivos bem claros que visavam, acima de tudo, corrigir o regime democrático e indicar os meios de adaptar bem o regime federativo ao Brasil. Para começar, o governo federal deveria recuperar a supremacia que lhe cabia enquanto órgão soberano; as formas de representação deveriam assegurar a “intervenção dos mais capazes” na direção da “vida pública”; a Constituição assumiria o caráter de uma lei baseada na prática natural da nação, correspondendo à sua realidade; e por fim, a criação do Poder Coordenador, que coroaria todas estas disposições: *[...]tendentes, todas, a fortalecer a ação governamental, a ligar solidariamente as instituições do país e a estabelecer a continuidade na prossecução dos ideais nacionais [...]* (TORRES, 2002b, p. 425-426). Como se vê, portanto, o Poder Coordenador, além de funcionar como o antigo Poder Moderador, no sentido de contrabalançar o equilíbrio de poderes, ele trazia em si a obrigação, junto com o Executivo Federal, de gerenciar toda a estrutura do programa autoritário-nacionalista.

Segundo Cristina Buarque de Hollanda (2009, p. 150), a espinha dorsal do modelo torreano estava no Poder Coordenador. Seu principal órgão seria o Conselho Nacional, formando por no máximo 20 membros de mandato vitalício, designados pelas duas câmaras do legislativo e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a autora, funcionava como uma espécie de Conselho de Estado do império, porém acrescido de poderes decisórios (Ibidem).

O Conselho supervisionaria e promoveria as principais medidas econômicas, administrativas e assistenciais; ademais caberia também a este órgão apurar as eleições de presidente e vice-presidente, como verificar as eleições de deputados e senadores (MARSON,

⁶⁶ Pinho argumenta que o conceito de “desorganização” em Torres está intrinsecamente ligado à percepção orgânica da realidade social que ele cultivava. Desse modo, um país desorganizado seria como um corpo doente, que necessitaria de um tratamento que harmonizasse suas necessidades e que regulasse suas partes e funções; restaurando desta forma seu equilíbrio, o que garantiria seu desenvolvimento pleno (PINHO, 2007, p.62)

1979, p. 180). Para Vianna, uma sugestão importante, uma vez que afastaria os interesses facciosos da verificação de poderes, que passaria a ser exercida por uma instituição com representantes eleitos sob critérios mais “apurados” (VIANNA, 1947, p. 66).

Dentre outras atribuições do Poder Coordenador, estavam as prerrogativas de dissolver a Câmara e o Senado; mediar os conflitos entre os poderes federais ou entre estes e os estados, bem como afastar chefes do executivo estadual; e declarar a inconstitucionalidade de leis e atos dos poderes federais, dos estados e das autoridades municipais (HOLLANDA, 2009, p. 151).

À primeira vista já é visível uma limitação dos poderes locais dada pelo Poder Coordenador e complementarmente pelo Executivo Federal, que também teve suas atribuições alargadas no projeto de Torres. Segundo justificava o autor, essa não era uma reação ao federalismo em si, indispensável a seu ver dado o tamanho e à diversidade regional do país, mas à forma como a República o tinha aplicado; entregando as regiões ao arbítrio dos chefes locais, dando aos estados maiores poderes que os do governo central:

A autonomia dos municípios e dos estados não é mais que uma concentração mais cerrada do tecido governamental, em torno do município e do Estado; mas o tecido não se interrompe nem se cinde, para formar seus núcleos intermédios: continua-se e entrelaça-se, até completar toda a trama da organização nacional, que termina, por fim, no relevo mais forte dos poderes federais. Cumpre não isolar nem desprender as autonomias de seu todo orgânico. A verdade é, entretanto, que os governos estaduais, no regime da nossa constituição, e, ainda mais, com a interpretação que lhe emprestam, concentram efetivamente a força da política nacional — dividida, assim, em vinte eixos excêntricos. (Ibidem, p. 252).

A resposta a isso deveria ser a integração das regiões ao projeto nacional, por meio de uma legislação que permitisse pesar nas localidades as determinações dos interesses gerais (Ibidem, p. 416-417). Ainda que não declarasse guerra ao federalismo, como fez Vianna, os mecanismos que Torres desejava criar reduziam bastante os precedentes trazidos pela Constituição de 1891 (MARSON, 1979, p. 180).

O Poder Legislativo, há que se dizer, também haveria de ser atingido, primeiramente sendo enfraquecido, perante os poderes dados ao Poder Coordenador e ao Executivo Federal, e depois tendo também alterada sua composição, bem como a maneira como seria eleito. O Senado seria repartido em 5 cadeiras eleitas por todo o país; 21 nomeados pelos Estados e 37 seriam representantes de “classes” (TORRES, 2002, p. 2002b, p. 427).

A eleição, por sua vez, tanto do Senado, quanto do Executivo e do Conselho Nacional ocorreria por meio indireto e através de um corpo seletivo de eleitores organizados em setores de “classe”, como membros de corporações e associações de fins científicos, artísticos, profissionais, sociais ou sindicais e membros de comissões sindicais, todos de número limitado e reconhecidos pelo governo (Ibidem, p. 429; 436-437; 440). Observe o leitor que mesmo que estas associações, comissões ou corporações tivessem sua participação assegurada, ela seria regulada pelo Estado – sua participação não significava completa autonomia, portanto. Segundo o próprio Alberto Torres, o objetivo era fazer do Legislativo o expoente da mentalidade do país, ultrapassando o localismo e permitindo que todos os órgãos do “espírito e da atividade nacional” tivessem voto, para que os eleitos, com devido exame das opiniões e interesses das corporações, fossem órgãos do seu pensamento, no “conjunto harmônico e permanente da sociedade nacional” (Ibidem, p. 429-430). Mais do que uma função representativa, a fragmentação do eleitorado em grupos servia antes como estímulo à gestação e consolidação de interesses sociais por meio da atuação do Estado.

O sistema sugerido combinava “capacidade” e representação sócio-profissional. Em uma sociedade “desorganizada” como via Torres, a legitimidade dos poderes se erguia então sobre a representação de entidades e associações de várias finalidades (MARSON, 1979, p. 180). Dentro de uma proposta de forte viés autoritário, tratava-se de reconhecer as desigualdades e harmonizá-las, estabelecendo hierarquias que davam aos mais capazes a direção de uma sociedade na qual cabe a cada um cumprir sua função social (STOPPINO, 1995, p. 94). Diferente dos princípios liberais baseados na igualdade de direitos civis e políticos, o projeto autoritário-nacionalista e organicista tratava de estreitar ou delimitar os canais de acesso às esferas de decisão, segundo critérios de “capacidade” e funcionalidade. Alberto Torres deixava claro sua reprovação em relação à atuação política das massas desorganizadas:

As democracias são regimes instáveis, impressionistas, volúveis. Formados por eleição, os governos democráticos tendem a reproduzir os impulsos, as inspirações, as preferências, as simpatias e os preconceitos do momento. [...] O "governo do povo pelo povo" é uma ficção, que é tempo de substituir pelo "governo do povo para o povo". Expressa, no primeiro membro da locução: "o governo do povo", a ideia da origem e da fonte do mandato governamental grava-se, com a segunda: "para o povo". O imperativo do dever público, eliminando-se, com a supressão da segunda cláusula do lema: "pelo povo", a noção, incorreta e obsoleta, de um mandato direto, ou de uma ação direta do povo, na gestão dos negócios, de que o "referendum" é a mais infeliz das formas. [...]

Se há uma verdade solidamente conquistada pela nossa inteligência é a da incapacidade das massas para o governo; e um dos mais graves fenômenos das sociedades contemporâneas é o da insuficiência de seus governos. [...] Em nenhum país, o mandato político está, atualmente, em mãos dos mais capazes. (TORRES, 2002b, p.420-423, grifo meu).

Oliveira Vianna dissertava em um sentido ainda mais restritivo na crítica à democracia liberal. Para ele, muito mais importante ou mais legítimo que a participação individual dos cidadãos nas urnas, seria a expressão de uma opinião organizada em torno de uma solidariedade de classes: *“Eleições e eleitores não são coisas principais numa democracia; são meios para atingir um fim, — e não são nem o meio único, nem o melhor dos meios. O que é principal numa democracia é a existência de uma opinião organizada.”* (VIANNA, 1939, p. 232). O autor não deixou, por exemplo, de reprovar no projeto torreano a manutenção, “sem razão”, do sufrágio universal. Ainda assim o que valeria destacar em Alberto Torres seria sua disposição em propor um regime construído a partir do poder organizador do Estado, que seria incompatível com “um régimen puramente democrático” (VIANNA, 1947, p. 64).

Na “verdadeira democracia” deveria haver preponderância da participação das “classes econômicas”, das “classes que produzem”. Não seria, contudo, uma participação individual, pois esta caberia a qualquer cidadão, das “classes produtoras” ou não. O que seria capital ao funcionamento do regime seria a participação “coletiva”, das *“classes como tais nos negócios públicos, na atividade dos governos, na determinação de suas diretrizes administrativas e políticas.”* (Ibidem, p. 138).

Vianna procurava fugir da desorganização e do individualismo liberal, que na concepção dele submetia a política a interesses difusos e ao atomismo das oligarquias. Por isso defendia a ação de cidadãos que atuassem enquanto membros de classes organizadas, aparelhados sob uma teia de interesses comuns e que de alguma forma estivessem ligados aos fins produtivos da nação (Ibidem, p. 139). Tais classes nada mais seriam que sindicatos, corporações e associações profissionais representativos dos setores com algum relevo na esfera econômica nacional. Todavia, como em Alberto Torres, ainda que tais organizações fossem chamadas a participar, a palavra final permaneceria nas mãos do Estado, responsável pelo reconhecimento da existência das corporações (SILVA, 2008, p. 259).

Entre outras funções – como a de instrumento controlado pelo Estado de organização e mobilização de uma sociedade amorfa–, as corporações contribuiriam para o conjunto do país ao fornecer informações mais precisas das realidades práticas de seus interesses; um

aporte de “caráter técnico e profissional”, que ajudaria a combater o artificialismo da legislação do país (VIANNA, 1947, p. 172-173).

Objetivamente, estas classes de produtores se organizariam em torno de conselhos técnicos, formados a partir de seus representantes, ao lado dos técnicos e administradores do poder Executivo, tendo função consultiva e pré-legislativa. Estes conselhos, vale dizer, não eram uma invenção de Vianna que, inclusive, enumerou exemplos bens sucedidos em outros países, como Itália, Alemanha e França, nos quais se inspirou, e lamentou a pouca importância dada conselhos já existentes no Brasil na sua época – o Conselho Nacional de Ensino, o Conselho Nacional do Trabalho e o Conselho Superior da Indústria e do Comércio –, o que se explicava por um “preconceito” forte entre elites brasileiras, que era a “crença” na onisciência dos Parlamentos:

É justamente ele que está impedindo – e ainda impedirá por muito tempo – os nossos governos e os nossos congressos nos estados e na União, de operarem este movimento racional e sábio de consulta prévia e sistemática aos Conselhos Técnicos – sejam pedagógicos, sejam econômicos, sejam federais, regionais ou locais, sejam públicos ou particulares – já constituídos ou que aqui se vierem a constituir. (Ibidem, p. 215-216)

Como lembrou Ricardo Silva (2008, p. 260), seria no âmbito destes conselhos que se materializaria a tão almejada “política objetiva”, ou a ação racional do Estado, que teria uma dupla superioridade em relação à “política tradicional” ou à “políticalha” republicana: primeiro por estar distante do faccionismo presente nos partidos e nas câmaras; e segundo pela proximidade com a opinião técnica e científica.

Este é justamente o melhor caminho a tomar pelos nossos Conselhos Nacionais: no apelo frequente, constante, sistemático às associações locais e regionais, eles encontrarão uma das fontes mais fecundas, senão a mais fecunda, da sua vitalidade e do seu prestígio. Os seus "pareceres", as suas "sugestões", as suas "representações" ou mesmo os seus "anteprojetos" terão um caráter muito mais impressionante, se revestirão de uma autoridade muito maior perante as autoridades consultantes. (VIANNA, 1947, p.213-214)

Atuando em íntima associação com o Poder Executivo, estas instituições seriam pensadas como o cérebro do Estado, como um quarto poder (SILVA, 2008, p. 261). Todos estes argumentos, sobre a centralidade e importância dos conselhos técnicos, encaminhariam também para uma proposta de um forte e amplo Conselho Nacional para o país (Ibidem, p.

263). Um órgão que, para Vianna, daria alguma estabilidade frente aos demais cargos eletivos, por ser um poder político vitalício e que, para além das funções consultivas dos conselhos técnicos, teria outras prerrogativas, entre elas: direito a veto a certas propostas emanadas de outros poderes; resolver sobre a intervenção da união nos estados, no que diz respeito ao prazo e à extensão da intervenção; opinar sobre projetos de lei da Câmara Federal ou do poder Executivo; julgar membros do STF e demais membros da magistratura (VIANNA, 1947, p. 281).

O Conselho Nacional seria constituído entre 15 a 21 membros escolhidos entre grandes personalidades do país que *“se hajam (sic) feito notáveis nos vários domínios do conhecimento, especialmente nas ciências morais e políticas”* (Ibidem, p. 282). A escolha dos conselheiros se daria a partir de eleições que contariam com a participação de um grupo seletivo de eleitores compostos por membros do Conselho Nacional, membros do Tribunal de Contas Federal, membros do STF, tantos membros da câmara federal quantos forem os estados. A estes 21 conselheiros seriam acrescentados ex-presidentes da República *“cuja gestão financeira haja sido aprovada pelo Tribunal de Contas e que não hajam infringido, a juízo do Supremo Tribunal, nenhum dispositivo da Lei de Responsabilidade.”* (Ibidem).

Com maior estabilidade, poderes de intervenção, veto e julgamento seria este um espaço chave de fortalecimento do poder central. Não se pode esquecer que, diferente de Torres, Vianna ataca com mais ímpeto o federalismo, já que seria de responsabilidade desse sistema o indesejado poder que as facções locais tinham assumido no país:

Considero assim o Estado Federativo "um caso especial de descentralização". Nego, portanto, em teoria, quaisquer direitos privativos dos estados em face da União e lhes reconheço apenas os que a União lhes concede para o fim de melhor gestão dos interesses locais. Transformo, pois, o antigo conceito da *– federação de estados –* no conceito mais racional de uma *organização descentralizada do país*. [...] Nenhum estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, têm direitos contra a coletividade nacional: não há direitos contra a Nação — e é a concordância com o interesse desta que dá legitimidade ao interesse do estado, da classe ou do cidadão. (Ibidem, p. 279).

Levando em conta o tradicional peso que o conhecimento técnico-científico tinha nas culturas políticas enquanto ferramenta isenta de interesses particulares e sua frequente mobilização para a crítica da atividade política republicana naquela época, é preciso dizer que esse anteparo técnico, profissional e até mesmo científico fornecido por essas organizações também acabaria por ajudar a legitimar a ação verticalizada e incisiva de um Estado que seria então menos afeito a interesses outros que não fossem informados pelos seus

agentes “mais capacitados”. Tal centralidade atribuída a um aparelho estatal dirigido principalmente por minorias mais aptas, que coordenaria a desordem republicana, corresponderia à novidade autoritária trazida por Alberto Torres e Oliveira Vianna. De acordo com Bolívar Lamounier (1978, p. 358), o eixo central da argumentação autoritária trazia uma “ideologia de Estado” que fazia frente aos princípios de mercado das formulações liberais atuantes nas relações políticas.

Como lembrou Hollanda, o ideal de um pequeno grupo de homens cuja sabedoria coincidia com o bem da sociedade assumia uma forma diferente do entendimento liberal de representação política e associava-se à idéia de bem comum. Por outro lado, distanciava também do positivismo, que nutria uma expectativa heróica nos homens que compunham o governo, apontando o Estado e suas instituições enquanto operadores das mudanças – não este ou aquele líder iluminado (HOLLANDA, 2009, p. 151).

Para José Luís B. Beired, Oliveira Vianna seria um dos principais interlocutores do que ele chamou de corporativismo-autoritário (BEIRED, 1999, p. 111). Tratou de inserir essa concepção orgânica de sociedade acrescida de uma proposta estatista de organização dentro de uma visão institucional que circulou com força pela Europa no entreguerras, atingindo a América Latina, como uma das reações à crise do modelo liberal. A idéia central do Estado corporativo-autoritário seria garantir a representação concreta e organizada dos grupos naturais de cada sociedade. Ao Estado, enquanto intérprete dos anseios nacionais, caberia organizar e reconhecer a legitimidade destes grupos (Ibidem , p.109).

Nesse sentido, Alfred Stepan, no livro *Estado, corporativismo e autoritarismo*, notou que no Brasil e no restante da América Latina havia crescido, após a Primeira Guerra Mundial, a demanda pela presença de um Estado independente na gestão da sociedade (STEPAN, 1980, p. 27-30). Para o autor, este apelo, além de ser uma reação às propostas dos modelos liberais e marxistas do momento, encaixava-se sob um “guarda-chuva maior” de uma tradição normativa do pensamento político chamada por ele de “estatismo-orgânico”. Stepan captou tendências filosóficas e estruturais desse modelo especialmente países ibéricos e nas suas antigas colônias. Seu trabalho, porém, focalizou na variável moderna, tão forte na América Latina no século XX.

O modelo a que faz referência é compreendido pelo autor em três frentes, que geralmente se fundem. Uma, *normativa*, que diz respeito às propostas para a sociedade; outra, *empírica*, que corresponde à análise da realidade social; e a terceira, *metodológica*, que diz quais aspectos interessam ser observados e alterados (Ibidem, p. 30). No estatismo-orgânico,

em síntese, essas frentes aparecem na defesa do funcionamento harmonioso das partes fundamentais da sociedade, a fim de que possa se caminhar para o primado do bem comum, para o desenvolvimento da comunidade política; para os defensores do modelo, a única forma de realização dos sujeitos – daí a idéia de organicidade. Tudo isso, porém, não ocorreria espontaneamente, sendo necessário o comando de um arranjo racional posto em ação pelas autoridades públicas. Nesse caso, se a primazia do bem comum não é necessariamente autoritária, abre espaço para essa posição ao defender uma política orientada por uma minoria organizada em um Estado independente, o que facilmente legitimaria uma retração das políticas de representação (Ibidem, 51-58).

Essa tradição normativa ultrapassou o campo das idéias e chegou à materialidade, segundo o autor, criando normas articuladas e conjuntos empiricamente identificáveis de estruturas e práticas políticas na América Latina do entreguerras, sobretudo nos regimes conhecidos como corporativistas, incluindo aí o Estado Novo (Ibidem, p.61).

Tal formulação trazida por Stepan (1980) reforça aquilo que este trabalho procurou demonstrar recuperando tradições e valores da intelectualidade republicana desde o final do século XIX. Isso na medida em que aponta a existência de permanências no pensamento político, as quais são reapropriadas pelos atores durante suas ações no mundo em que vivem, que mesmo não sendo explicitamente autoritárias à primeira vista, podem fornecer elementos para que seus defensores caminhem nesse sentido. Algo fundamental de se ter em mente quando se objetiva encontrar em um grupo comumente relatado pela historiografia como liberal, como é o caso do Movimento Tenentista, elementos de tradições centralistas e autocráticas fatalmente presentes, de maneira tão dispersa, no debate político.

Em síntese, pela análise dos textos deixados por Alberto Torres e Oliveira Vianna, o que se viu foi a radicalização da crítica intelectual à República, por meio da construção de uma narrativa sócio-histórica que se propunha como a leitura “realística” da sociedade da época, concluindo essencialmente sobre o dito fracasso da democracia liberal no Brasil. Como intelectuais que eram, se projetavam como figuras centrais tanto no diagnóstico como na reversão desse processo, pelo domínio que julgavam deter das “ciências” e, portanto, pelo seu afastamento dos interesses escusos de uma política republicana esvaziada em suas qualidades. Como antiliberais e autoritários, contudo, se concentravam na crítica à ausência do Estado na “coordenação” dos elementos sociais, enquanto reflexo do princípio econômico do *laissez-faire*. Em uma sociedade clânica, formada por “matutos” submissos aos interesses dos chefes

locais, seria impossível uma organização política autônoma em nome de um interesse nacional.

Para Torres e Vianna, sob a gerência de instituições fracas, prevaleciam na República os interesses privatistas realizados nos poderes das oligarquias, que bloqueavam a incorporação de novos atores no desempenho de suas funções no corpo social. Para evitar um colapso da sociedade como um todo, seria necessário então reconhecer a importância e as funções de todos e hierarquizá-los.

Segundo destacaram Marta Abreu e Ângela de Castro Gomes (2009, p. 4), o pensamento autoritário, associado à crítica ao liberalismo republicano, foi responsável por um processo de construção de tradições e tratamento da memória nacional, que selecionava determinados episódios políticos da Primeira República, sob uma narrativa que desconsiderava toda a experiência histórica, social e cultural do período em nome da construção de símbolos do fracasso da experiência liberal. Segundo as autoras, uma tradição inventada nesse período que não só condenava as idéias liberais, como também suas práticas, seus atores, suas instituições e organizações político-culturais (Ibidem, p. 3).

Sob estas conclusões alguns traços principais do autoritarismo brasileiro se confirmavam de maneira integrada, como se pôde notar. A começar pelo o apelo à “ciência” e a técnica como condições para a gestão da política; o que fortalecia o elitismo, uma vez que poucos teriam o domínio de tais predicados indispensáveis à participação. Nesse sentido, o estatismo também se configurava, enquanto saída para a instalação de instituições independentes dos interesses privados, como *locus* dos interesses gerais, ou nacionais, informados principalmente pela técnica – que dentre outros fins, evitaria conflitos na condução da evolução necessária a qualquer organismo. O objetivo último era criar uma nação, um sentimento nacional, responsável por mover os cidadãos em torno de interesses coletivos, que pudessem configurar um país forte, que resistisse às forças desagregadoras do mercado e às ameaças externas. É o diálogo com tais elementos gerais, impressos nos debates políticos da época, que se procura explorar no discurso dos “tenentes”, no momento dos seus levantes armados em 1922 e 1924, no próximo capítulo.

4 As revoltas Tenentistas de 1922 e 1924

Tendo em vista o que já foi discutido nos capítulos 2 e 3, o objetivo deste último é avaliar possíveis correspondências entre os discursos do Tenentismo e alguns dos elementos principais trazidos pelo pensamento autoritário. Uma vez que, em um ambiente de flagrante crise nacional e internacional dos paradigmas liberais, o autoritarismo ganhou a adesão de muitos nos espaços públicos de debate. O que pode ajudar a compreender como que um movimento que pegou em armas, infringindo a própria Constituição, defendia com tanto ímpeto a manutenção da ordem política e social.

Neste cenário, a disputa eleitoral de 1910 e o acirramento das críticas ao regime expostas pelo grupo de militares da revista *A Defesa Nacional* e também por intelectuais, nas suas obras e na imprensa, manifestavam-se enquanto alguns dos sintomas do esgotamento do modelo político vigente. Como alertou Viscardi, a inflexibilidade do arranjo republicano em amortecer novas demandas político-sociais terminou por dificultar os acordos entre os grupos de poder e por abrir espaço à ação alternativa-oposicionista, que foi do mero protesto à ação armada pelo Tenentismo, desgastando paulatinamente as bases da Primeira República (VISCARDI, 2012a, p. 69).

O Tenentismo, enquanto movimento político armado, iniciou-se em 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro, seguido de vários levantes desarticulados pelo Brasil, de norte a sul, até 1927, quando terminaram suas ações conspiradoras e viveram muitos dos combatentes presos ou no exílio até 1930, momento em que foram “cooptados” pela Revolução de 30 (LANNA JR., 2013, p.316). Para este capítulo, como já mencionado anteriormente, serão estudados as movimentações tenentistas em 1922 e 1924, no âmbito tanto dos acontecimentos quanto dos discursos. No primeiro caso, como os “tenentes” precipitaram a revolta em 5 de julho 1922 e pouco duradouro foi o seu desenrolar, não havendo inclusive tempo para a preparação de um programa, as análises estão centradas na maneira como os militares se posicionaram durante as eleições de 1922, tendo como base os acontecimentos que envolviam principalmente o Clube Militar, até a deflagração das movimentações propriamente ditas na cidade do Rio de Janeiro. Já no caso dos levantes de 1924, o foco será os acontecimentos em São Paulo e os registros que o evento deixou, não desprezando, todavia, demais revoltas que estouraram pelo país inspiradas no ocorrido na capital paulista. Procura-se, a partir destes dois momentos principais, avaliar as representações criadas pelos “tenentes” referentes à situação sócio-

política do país, o papel que julgavam deter diante do que entendiam do contexto em que viviam e as propostas de mudança que traziam para a República.

Como será dito adiante, o levante de 1922 se destacou por ser o primeiro evento do Tenentismo, que terminou por influenciar os subsequentes, contribuindo inclusive com lideranças que estiveram presentes no movimento até os anos 1930. Já o levante paulista, em 1924, ganhou centralidade entre os demais pelo peso de uma ação mais duradoura que a anterior, desta vez no centro econômico do país, por iniciar o esboço de um programa para o movimento e por apontar na direção de um esforço de articulação das ações de rebelião militar pelo Brasil, ainda que comprometido pelo curso dos acontecimentos, dando origem mais tarde à marcante Coluna Prestes.

4.1 A Reação Republicana, o “berço” do Tenentismo

Nas negociações em torno dos nomes para a sucessão de Epiácio Pessoa, ainda em 1921, o Partido Republicano Mineiro teve dificuldades em afirmar o nome do governador Artur Bernardes como candidato à presidência. Os critérios de aliança para a composição de chapas haviam ganhado novos tons e implicavam então no predomínio de exigências mais ligadas a programas de governo, em detrimento das lealdades pessoais. Os representantes das oligarquias estaduais estavam mais atentos às suas reivindicações regionais mais imediatas do que ao mero apoio político – uma consequência do quadro de desgaste dos arranjos oligárquicos firmados até então – como descrito acima (VISCARDI, 2012a, p. 272).

Enquanto isso, no ambiente da caserna, além da atenção dispensada aos temas políticos nacionais, os militares se indignavam com a maneira como os civis arbitravam as questões do Exército e lidavam com a agenda de modernização da corporação. A nomeação de civis para pastas militares durante o governo de Epiácio Pessoa, tais como Pandiá Calógeras para o Exército e Raul Soares para a Marinha, provocou grande contrariedade.

Nesse ínterim, a gestão de Calógeras gerou protestos significativos, como os vários pedidos de exoneração feitos por generais contrários à vinda da missão militar francesa, trazida pelo ministro, em 1920, dentro de uma proposta de modernização do Exército⁶⁷. Além disso, Calógeras tentou intervir nas eleições do Clube Militar, o que acirrou ainda mais os ânimos. O Marechal Hermes da Fonseca, que tinha acabado de chegar da Europa, venceu as eleições do Clube e se projetou como potencial candidato dos militares ao Catete (PRESTES,

⁶⁷ Alguns elementos do Exército reagiram mal à vinda da missão Francesa. Os Jovens Turcos, por exemplo, preferiam a vinda de uma missão alemã (CARVALHO, 2005, p. 28).

1994, p. 48-48; ARAGÃO, 2012, p. 62). O militar e ex-presidente tentou construir apoio com dissidentes em Minas e em outros estados, quando então se aproximou da oposição liderada por Nilo Peçanha (VISCARDI, 2012a, p. 274).

Buscando confirmar o apoio do Catete, os mineiros deram a Epitácio Pessoa a escolha do nome do vice da chapa. O escolhido foi o maranhense Urbano Santos, o que contrariou imediatamente os interesses da Bahia e de Pernambuco, que pleiteavam tal posição para J.J. Seabra e Andrade Bezerra, respectivamente (Ibidem, p. 273). Enquanto isso, o Rio de Janeiro lançou o nome de Nilo Peçanha para o cargo de presidente da República, buscando desde já reunir opositores à candidatura de Bernardes, que então havia assumido caráter oficial. Nilo Peçanha, há que se dizer, era figura de longa carreira política, começou como deputado constituinte em 1891, foi também vice-presidente e chegou a ocupar cadeira presidencial da República no final de 1910, após a morte de Afonso Pena. Durante um período de quase 30 anos, suas posições políticas eram marcadas pela crítica ao predomínio político das oligarquias centrais, sustentado nas fraudes eleitorais (ARAGÃO, 2012, p. 60).

No dia 24 de junho de 1921, políticos reunidos no Centro Rio-Grandense no Rio de Janeiro, lançaram a chapa de oposição com Nilo Peçanha para presidente e J.J. Seabra na condição de candidato a vice, assegurando o apoio da Bahia, conformando-se então a *Reação Republicana*. O grupo ainda contava com o apoio do Rio Grande do Sul e do Pernambuco (Ibidem).

Uma das formulações dadas pela historiografia para explicar a Reação coaduna com a tese defendida por Viscardi (2012a), dos eventuais desgastes até o colapso do sistema nos anos 30. Nesse caso, as oligarquias dissidentes, reunidas em torno dos nomes de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, buscavam antes de tudo uma forma de enfrentar o poderio dos grupos centrais, o predomínio do eixo Minas-São Paulo, reivindicando mudanças no ordenamento político mais imediato, que garantissem uma distribuição mais equitativa das benesses do Estado em relação às unidades federadas. Não se tratava, portanto, de uma proposta de ruptura com o modelo oligárquico vigente, mas de procurar conquistar nele mais espaço político (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 7)⁶⁸.

⁶⁸ Na historiografia sobre o tema, a Reação Republicana ganhou várias explicações, desde os cronistas da época. Para eles, o motor da crise seriam desavenças entre Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro na disputa pela candidatura à vice-presidência, quando foram todos frustrados com a escolha do maranhense Urbano dos Santos. A segunda explicação, ou vertente, viria na década de 1980 com Bóris Fausto, que apontou o fenômeno como resultado das discordâncias em relação à política econômica proposta pelo situacionismo em defesa do café, desfavorecendo outros interesses econômicos. A terceira vertente, ainda nos anos 80, foi apresentada pelo brasileiro Michel Conniff, que identificou nos acontecimentos uma atuação conjunta dos setores urbanos com as oligarquias dissidentes, que teriam exercido sobre os primeiros uma liderança “populista”. Portanto, seria a

Quanto aos militares, houve persistência e trabalho de muitos oficiais, com o apoio de setores do operariado, para o lançamento do nome de Hermes da Fonseca, inclusive na composição da Reação Republicana. Todavia, tais esforços não ganhavam penetração entre os demais dissidentes, o que direcionou muitos hermistas a apoiar a chapa Nilo-Seabra, que insistia em identificar-se com os anseios das Forças Armadas⁶⁹. Aos poucos o nome do Marechal ia sendo deixado de lado e se fortalecia a Reação Republicana (PRESTES, 1993, p. 52-57).

Ainda que contassem com o apoio de estados dissidentes, os opositoristas conheciam as condições do regime e as fraudes eleitorais. Com isso, se fazia necessário também trabalhar com as insatisfações de chefes políticos estaduais e municipais, dos setores urbanos e dos militares, buscando congregar estes grupos. As Forças Armadas eram o maior grupo organizado ao qual poderiam se aliar. Desta forma, a penetração que a candidatura Nilo-Seabra teria naquelas eleições se explicaria não só pelas próprias características pessoais de Nilo Peçanha, como bom orador que era, mas também pela sua disposição em construir discursos compatíveis com a leitura que os setores urbanos faziam da política e com as suas propostas de mudança, bem como com seus anseios mais específicos. Era o que estava presente na plataforma do movimento, que fazia questão de contemplar inúmeros setores. Além da condenação ao “imperialismo dos grandes estados”, a chapa propunha a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além das propostas mais ligadas ao plano financeiro, que procuravam atacar a política de favorecimento do café (ARAGÃO, 2012, p. 60; FERREIRA; PINTO, 2006, p. 7). Segundo Viscardi, o Manifesto da Reação Republicana:

Preconizava a concessão de maior autonomia ao Legislativo, reivindicação que, provavelmente, resultava do controle exercido por Minas sobre o Parlamento; incluía a ampliação da credibilidade das forças armadas, como uma crítica direta à ocupação civil das pastas militares; previa a defesa de uma política econômica de caráter mais ortodoxo, em contraposição às medidas emissionistas, reivindicadas pelos paulistas no Congresso; incluía a incorporação das massas urbanas no jogo político oligárquico, medida que assumia um caráter de mero discurso, na medida em que não propunha meios efetivos para que tal incorporação fosse viabilizada; por fim o mais

Reação, ensaio do populismo no Brasil (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 6-7; VISCARDI, 2012a, p. 281). Na defesa da quarta e última vertente descrita acima, Viscardi (Ibidem) apoiou-se tanto na análise que desenvolveu dos processos eleitorais ao longo de toda a Primeira República, quanto na própria plataforma do movimento materializada principalmente no Manifesto da Reação Republicana.

⁶⁹ De acordo com Viscardi (VISCARDI, 2012a, p.276), contra a participação do Exército, os mineiros estavam dispostos a pegarem em armas, se necessário, conforme garantiu Bernardes em Carta a Wenceslau Brás, em 14 de novembro de 1921

importante, propunha a reivindicação por uma distribuição mais equitativa de poder entre os estados da Federação (oposição ao ‘imperialismo dos grandes estados’), o que estava diretamente vinculado à imposição da candidatura de Bernardes ao mundo político. (VISCARDI, 2012a, p.276)

Observe o leitor que muito do que foi resgatado nesta pauta já vinha sendo discutido por muitos atores políticos na década anterior, inclusive pelos autoritários. Basta lembrar que além de criticar frontalmente os costumes políticos no Brasil e o arranjo oligárquico, Alberto Torres detinha uma proposta de reforma que começava pelo campo e pelas pequenas propriedades, que dentre outras funções deveriam prezar pela diversificação da agricultura e produção de alimentos.

Os discursos de Nilo Peçanha procuravam contemplar as oligarquias, os nacionalistas, trabalhadores urbanos e as Forças Armadas. Às oligarquias dissidentes, apontava a crítica ao “imperialismo dos grandes estados”: “*O imperialismo dos tempos de hoje, de causas aproximadas ao imperialismo dos romanos e dos gregos na sua idade de ouro, vive, também, infelizmente, dentro das fronteiras, nas organizações federativas incipientes ou mal equilibradas*” (PEÇANHA, 1922, apud PEÇANHA, p. 122, 1969). Aos nacionalistas, chamou a atenção para a necessidade da independência econômica do Brasil como uma das formas de proteção em relação à ameaça da “voracidade das potências estrangeiras”, que havia mostrado sua face cruenta na Primeira Guerra Mundial (PEÇANHA, 1969, p. 120-121). Um tema, diga-se de passagem, muito discutido por Alberto Torres em *O problema nacional brasileiro* e que era o ponto central do nacionalismo apresentado pelo autor, como exposto no capítulo anterior. Aos trabalhadores urbanos, Nilo Peçanha resgatava um pouco da plataforma que Hermes da Fonseca havia ensaiado ainda nas eleições de 1910:

O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária (*sic*), o pensamento operário. (PEÇANHA, 1922, p. 45 apud FERREIRA; PINTO, 2006, p. 7).

Quanto ao discurso direcionado às Forças Armadas, terminava por bater numa tecla muito cultivada pela corporação, reforçada com a entrada do positivismo nas escolas militares: a de que seriam os repositórios do civismo, do patriotismo e do nacionalismo brasileiro – tão em falta nos “políticos profissionais” ou bacharéis e na massa de analfabetos –, e por isso se tornavam os responsáveis por conduzir o país em momentos importantes como na

Proclamação da República. O que tornava importantíssimo a configuração de um Exército moderno e bem equipado para tal. (CARVALHO, 2005, p. 24-27; CAPELLA, 1985, p. 70-80; FORJAZ, 1988, p.43-51). Nilo Peçanha, acenando na direção desta avaliação militar, criticava ainda em 1921, as nomeações de civis para pastas militares:

Não me parecia nobre que a República, nesse particular, fosse menos liberal que o Império, onde os militares exerciam sua ponderada ação política na alta administração do país, **trouxeram sempre a influência de sua abnegação e de sua formação cívica, o altruísmo e o senso profundo do interesse verdadeiramente nacional.** A própria experiência da República aí estava a indicar a profundidade dessa colaboração. Em 30 anos de gestão nas pastas militares essa colaboração foi sempre perfeitamente honesta, sem desmerecer à laboriosa gestão atual. (PEÇANHA apud FORJAZ, 1977, p. 35, grifo meu).

Apesar do discurso crítico, poucas eram as propostas concretas que o candidato da oposição apresentava. O que não comprometeu, todavia, a aceitação que a campanha teve, que poderia ser explicada pelo nível de marginalização política que detinham, ou que julgavam deter, os grupos aos quais ele falava. Poucos políticos se propunham a ressoar de maneira tão enfática, ampla e explícita as leituras de mundo e as propostas de mudança que estes grupos apresentavam. A agenda de reformas era tão forte nesse período, que mesmo a candidatura de Artur Bernardes trazia a previsão de uma revisão constitucional, desde que tivesse iniciativa no Parlamento. Por outro lado, na prática, Nilo Peçanha continuava a exercer na sua base política o tradicional papel do oligarca, que promovia perseguições e fraudava eleições. À Reação, que nada mais era que uma disputa limitada às fronteiras da elite, não interessava de fato a incorporação dos setores populares como sujeitos no coração da política (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 8; VISCARDI, 2012a, p.276-282).

Muito diferente de Epitácio Pessoa, que havia ganhado a eleição sem ao menos estar presente no Brasil, Nilo Peçanha viajou o país expondo sua plataforma em busca de apoio, assumindo a “cabeça” da campanha nessa primeira fase e levando o debate para as ruas, com o auxílio da imprensa que ecoava os principais temas e propostas discutidos, o que não deixava de atingir o Congresso, onde os debates também ocorriam intensamente. Nesse momento, os jornais oposicionistas noticiavam o crescimento das manifestações públicas de apoio à Reação Republicana, em todos os pontos do país, de uma variada gama de setores urbanos: *“intelectuais, funcionários, trabalhadores, estudantes, operários, mulheres e, em particular, militares tanto do Exército quanto da Marinha, de todas as patentes, desde cabos, soldados e marinheiros, até generais, marechais e almirantes”* (PRESTES, 1993, p. 60).

Mais uma vez, desde 1910, se fazia forte a discussão das culturas políticas brasileiras nos espaços públicos em uma eleição competitiva, confrontando diversas leituras e projetos de país que questionavam desde as fraudes até a intervenção das forças estaduais nos processos eleitorais.

Em uma de suas viagens, Nilo Peçanha foi ao norte do país, passando pelo Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo, onde esteve presente em conferências e atos públicos. Bem ao gosto do reformismo tradicional das elites políticas e intelectuais brasileiras do final do século XIX e início do XX avaliadas aqui, procurou divulgar um programa de transformações “*legais e pacíficas, nos métodos administrativos, no arcabouço constitucional e nos costumes políticos do país*” (Ibidem, p. 62).

Os militares, como visto, terminaram por “emprestar seu apoio” à chapa Nilo-Seabra, na tentativa de mobilizar setores descontentes com a política dos grandes estados em uma grande campanha eleitoral, de maneira semelhante ao ocorrido em 1910. Com os civis, se empenharam na construção dos comitês eleitorais pró-Reação Republicana. Como no caso do Mato Grosso, onde o General Joaquim Inácio Cardoso havia assumido o comando da circunscrição militar e sob sua influência foram fundados muitos destes comitês, que contavam com a participação de muitos companheiros de farda que serviam na região, em perfeita harmonia com elementos civis, incluindo aí operários (PRESTES, 1993, p. 60-61). A ligação de Nilo Peçanha com os militares pode ser observada, entre outras formas, pela presença de inúmeras cartas destes últimos em seus arquivos, oriundas de diferentes partes do país, declarando apoio e relatando suas iniciativas para a criação destes comitês eleitorais (ARAGÃO, 2012, p. 63; PRESTES, 1993, p. 60).

A ação militar extrapolava esses espaços de sociabilidade e se espalhava por outros, com outras formas de ação, que correspondiam inclusive ao uso de relações políticas, públicas e privadas, com o objetivo de interferir no resultado das eleições a favor da Reação Republicana, “uma grande obra de patriotismo”. É o que se pode notar no depoimento em um Inquérito Policial Militar (IPM), de 1922, do tenente-coronel Fructuoso Mendes – figura de destaque no Clube Militar, atuando diretamente na reação ao episódio das “cartas falsas” – que procurava salientar sua atuação pacífica no episódio das eleições :

Nestas condições e de conformidade com os nossos direitos assegurados pela nossa lei básica, desenvolvemos uma intensa campanha de propaganda contra uma tal candidatura e em favor do chefe da “Reação Republicana” e apelamos para o julgamento da Nação. Felizmente nosso apoio foi recebido com patriótico ardor comprovado com os quatrocentos mil votos com que foi

sufragado o nosso candidato apesar de toda opressão governamental. Individualmente, empreguei os meus melhores esforços para que fosse solucionada a questão de candidatura, em boa paz e harmonia e nesse sentido telegrafei, a 1º de janeiro do corrente ano, aos Senhores Senador Lauro Sodré, Coronel Pereira Lobo, Presidente de Sergipe, Dr. Souza Castro, Governador do Pará, **grandes amigos meus** e que pela sua investidura a política muito podendo nos auxiliar **nesta grande obra de patriotismo**. Escrevi também, **a diversos amigos e camaradas políticos apelando para o patriotismo de cada um deles**, a fim de que não prestassem apoio a uma candidatura condenada pela opinião pública representada pelas diferentes classes do país⁷⁰.

Por trás de todo esse empenho para a ação política, pode-se dizer que há muito da formulação ideológica do soldado-cidadão, cultivada no ambiente da corporação. Essa concepção surgiu nos antecedentes da proclamação quando os republicanos procuravam incitar os militares à ação política, com o fim de desestabilizar o Império. Algo que casou muito bem com a forte influência do positivismo na escola Militar da Praia Vermelha, que voltava invariavelmente os interesses dos militares mais para questões políticas e sociais do que para questões da técnica marcial. A idéia do soldado-cidadão servia inclusive para legitimar a própria ação, já que a partir dela os militares se julgavam detentores da formação cívica e técnica necessárias para reformar o sistema político – bem ao gosto do elitismo positivista. Para José Murilo de Carvalho, seria essa a ideologia orientadora tanto da ação na Proclamação da República, quando dos Tenentes em 1922 (CARVALHO, 2005, p. 38-40). Todavia, tanto o historiador, quanto Leila Maria Corrêa Capella (1985) e Anita Prestes (1990) fizeram questão de diferenciar essa proposta de intervenção daquela trazida pelos Jovens Turcos, pois ainda que cultivassem a defesa da intervenção na política, esta deveria ser em questões que entendessem como de “significado nacional”, não de “politicalha” e que fosse organizada em bloco pelo Exército, sem quebra de hierarquia, diferente do que fizeram os “tenentes”. Bertoldo Klinger, líder dos Turcos, perseguiu a Coluna Prestes, inclusive, pois via nela ameaça de quebra hierarquia militar, enquanto que em 1930 ajudaria na deposição de Washington Luís (CARVALHO, 2005, p. 42-43; CAPELLA, 1985, p. 84-85; PRESTES, 1990, p. 85-90). O leitor há que levar em consideração, contudo, que as críticas às ações do Tenentismo foram posteriores a 1922. Desta forma, pode-se supor que até lá estivessem estes elementos menos diferenciados dentro do corpo do Exército e mais unidos em torno das críticas à situação do país e da própria corporação. Enquanto membros da Forças Armadas,

⁷⁰ DEPOIMENTO do tenente-coronel Frutuoso Mendes no Inquérito Policial Militar de 1922. In: SILVA, Hélio. **1922: sangue na Areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v.2, p. 500. Grifo meu.

ostentavam o “privilégio da intervenção”, ao entender que somente aos militares era dado compreender o quadro e agir. Para os Jovens Turcos, era evidente a ausência completa de medidas para a defesa nacional, frente ao imperialismo e “aos perigos dissolventes da nação” – entre eles o privatismo oligárquico (CAPELLA, 1985, p. 86). No bojo desse raciocínio, como fizeram os autoritários, diante do quadro instável que enxergavam, os militares uniram algo do elitismo positivista com o nacionalismo militante do século XX, ainda no final da década de 1910.

Segundo Forjaz, mesmo que os “tenentes” que se rebelaram em 1922 tivessem se formado entre o fechamento da escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, e a abertura da Escola Militar do Realengo, em 1911, voltada agora a uma formação profissionalizante, houve uma permanência difusa e atenuada dos valores e tendências de origem positivistas na “imaginação militar”. Ora, o positivismo se mantinha difuso em toda a sociedade brasileira e muitas figuras positivistas se mantiveram no Realengo, o que contribuiria, inclusive, para a penetração do antiliberalismo de Alberto Torres e Oliveira Vianna nos anos 30 (FORJAZ, 1988, p. 43-46)⁷¹.

4.1.1 O episódio das “Cartas Falsas”

Em outubro de 1921, em meio à campanha presidencial, o jornal oposicionista *Correio da Manhã* publicou cartas de cunho ofensivo aos militares, especialmente ao Marechal Hermes da Fonseca, que teriam sido escritas por Artur Bernardes. A primeira delas criticava o banquete oferecido pelo Marechal, como agradecimento pela boa recepção que teve na volta de sua viagem à Europa e pela vitória na eleição do Clube Militar. No evento compareceram Almirantes, generais, membros do Estado-Maior do Exército e da Marinha, entre outros, além de jornalistas (ARAGÃO, 2012, p. 58). Datada do dia 03 de junho de 1921 e publicada no dia 09 de outubro de 1921 e republicada no jornal do dia 11, era endereçada ao ministro da Marinha Raul Soares. O conteúdo da carta chamava o banquete de “orgia” e os presentes de

⁷¹ É importante dizer que nem o positivismo, nem os autoritários se empolgavam com o discurso de um Exército forte e atuante politicamente, ao contrário. Benjamin Constant entendia ser uma questão de tempo a dissolução dos exércitos em favor do cidadão armado. Uma argumentação que guarda semelhança ao que defendeu Alberto Torres sobre o “cidadão-soldado” (diferente do “soldado-cidadão”). Todavia, construindo uma leitura de que seriam cooperadores do progresso no país, os militares brasileiros defendiam antes de tudo o fortalecimento e a modernização do Exército para que exercesse esse papel em uma nação ainda em formação (CARVALHO, 2005, p. 39).

“apaniguados” do “sargentão sem compostura” Hermes da Fonseca. Também pedia a prisão e transferência daqueles que participaram do “ridículo e acintoso” banquete⁷².

Como conta Anita Prestes (1993, p. 62-63), as “cartas” caíram como uma bomba nas Forças Armadas, que em quase sua totalidade se sentiu ultrajada pelo candidato oficial. Na prática, segundo a autora, o episódio funcionaria como uma nova “questão militar” e engajou o “grosso das Forças Armadas” contra a candidatura oficial.

A agitação pode ser acompanhada pelos documentos do Clube Militar disponíveis no *Correio da Manhã*, que revelam questões importantes. Em Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência de Hermes da Fonseca, o Clube reuniu-se no dia 10 de outubro. Ainda bastante cauteloso, o marechal pediu que nada fosse feito pelos membros até que a autenticidade das cartas fosse verificada⁷³. Todavia, não foi o que fizeram 80 sócios, que tornaram público no dia 11 de outubro, uma moção assinada pelo Clube Militar, na qual incompatibilizavam a candidatura de Bernardes com o interesse do Exército, aquela corporação que se impunha como quem tinha proclamado, consolidado e entregado a República aos “políticos profissionais”. Sob esse argumento, tendo como certa a culpa do candidato da situação, a moção clamava à população a eleição de qualquer outro nome, pois o de Bernardes não poderiam os militares “assegurar” ou endossar:

O Clube Militar – órgão das classes armadas – julga do seu dever declarar que o público conceito emitido pelo sr. Dr. Artur Bernardes, na sua carta de 3 de junho último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente. [...]

Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que s. ex. seja o presidente da República.

O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos srs. (*sic*) políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que têm a convicção da pobreza honrada. E é com tais fundamentos que o Exército implora da nação a eleição de qualquer outro brasileiro para presidente da República, pois não poderemos assegurar ao sr. Dr. Artur Bernardes o exercício desse cargo⁷⁴.

Uma comissão foi instalada no âmbito do Clube para investigar sobre a autenticidade da carta em 16 de novembro de 1921. Semanas depois, o relatório foi apresentado em assembléia no Clube Militar pelo Almirante Américo Silvano, presidente da comissão, apontando as cartas como verdadeiras. O *Correio da Manhã*, no dia 29 de dezembro de 1921,

⁷² INJURIOSO e ultrajante. O sr. Arthur Bernardes lança pecha de venalidade sobre os officiaes do Exercito. **Correio de Manhã**. Rio de Janeiro, p.2, 09 de out. de 1921.

⁷³ REUNIÃO no Club Militar. A moção que está a receber assignaturas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 3, 11 de out. de 1921.

⁷⁴ Id. Ibidem.p.3

trouxe em letras garrafais na primeira página o resultado, cumprindo um papel de inflamar os setores urbanos em torno no apoio a Nilo Peçanha⁷⁵.

Interessante de destacar aqui é o discurso feito pelo Alm. Silvado aos sócios do Clube Militar antes da apresentação do resultado. Nele o autor faz menção ao que pensavam os militares sobre a necessidade de reagir ao que viam como ataque de Bernardes e também sobre a relação histórica que detinham com a política brasileira. O Almirante disse ser a comissão uma ação em favor da boa política, um “Tribunal de Honra”, que prezaria antes de tudo pela boa condução da política nacional, em contraposição a qualquer “servilismo partidário”. Seria este um ato de desagravo das Forças Armadas, mas também de grande contribuição cívica, que ajudaria a salvar o país das “garras da corrupção política, que tem desalentado todas as esperanças dos mais timoratos dos nossos patrícios.”. Uma ação que fazia parte do que os militares já desenvolveriam desde a abolição, no socorro das instituições, corrigindo-lhes os costumes, amparados pela Constituição⁷⁶. Dizia Silvado:

Como é no seio das classes armadas que se encontra mais vivo o pulsar do coração nacional, é justo e natural que de quantos se habituaram com o (*sic*) ambiente infeccionado do nosso ar político parta o grito de alarma. Eles começaram a perceber que, apesar de todas as suas artimanhas de **politicalha**, os veteranos da Abolição, da Proclamação e da Consolidação da República estão alerta e prontos a **correr em auxílio da nação para ampará-la mais uma vez, salvando as instituições e corrigindo os costumes**, como lhes preceitua taxativamente a Constituição da República, que juraram defender, se isso se tornar preciso para o bem geral⁷⁷.

Nesse discurso, como se vê, justificava-se o ato político – ainda não-violento – dos militares não só pela lei, mas principalmente pelo patriotismo e nacionalismo, que julgavam ser “mais vivo” na corporação, o que a impulsionava na defesa do “bem geral”, diante da leitura que faziam de uma “politicalha” que tomava conta do cenário brasileiro. É essa avaliação da realidade, que impulsionou os militares a defenderem uma intervenção mais dura que visava impedir a posse de Bernardes.

Em fala proferida no polêmico jantar oferecido por Hermes da Fonseca aos correligionários no retorno da Europa, o Capitão de Fragata Alencastro Graça fez afirmações muito próximas às do Almirante Silvado, ainda antes do próprio acontecimento das cartas falsas, o que dá indícios de uma consolidada leitura crítica sobre as relações entre as Forças

⁷⁵ Idem. Rio de Janeiro, p. 1, 29 de dez. de 1921.

⁷⁶ O DISCURSO do Almirante Americo Silvado, presidente da Comissão. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1, 29 de dez. de 1921.

⁷⁷ Id. Ibidem. p.1. Grifo meu.

Armadas e o mundo político-civil republicano – que sem dúvida encontraria um campo fértil para fortalecimento e expansão com o novo acontecimento. O que se pôde ver na fala de Alencastro Graça foi a tentativa de legitimar o posicionamento político dos militares com base na participação histórica do Exército na política brasileira e na qualificação cívica e moral que julgavam deter para (re)conduzir o país. No campo oposto da dedicação aos interesses gerais da pátria em que estariam as Forças Armadas, o militar identificou o oportunismo do bacharelismo que procurava expurgá-los do “tabuleiro político”, não permitindo que ao menos cuidassem de suas próprias “classes” – em referência aos ministérios militares ocupados por civis:

Grandemente responsáveis pelo regime que implantamos à custa de nossas baionetas, até hoje temos vivido como comparsas e relegados sempre a um plano inferior, depois que o **pretensioso e inculto bacharelismo** se assenhorou, com a nossa própria aquiescência dos papéis mais importantes. **No tabuleiro (sic) político de nossa terra não somos admitidos** e desde que um de nossos camaradas se aventura a romper com o preconceito estabelecido, candidatando-se a uma posição qualquer, recusam-nos, dizendo que devemos entregar-nos a nossos deveres profissionais. No entanto, nem mesmo este último direito nos tem sido assegurado integralmente e quando não bastassem as inúmeras provas de desconsideração, havia ainda a triste humilhação de não administrarmos as nossas classes [...]. As Forças Armadas não se sujeitarão a servirem de meros espectadores, tratando-se da escolha de seu chefe supremo. [...] Chegamos infelizmente a um estado de marasmo e inanição que não pode e nem deve ser ignorado pelo público que paga docilmente nossas despesas e confia em nós como seus sentinelas mais avançadas (sic). [...] As classes armadas não são formadas por carneiros nos tempos hodiernos: **possuímos um passado que mostra o que temos feito em prol da evolução político-social de nosso país [...] tenhamos presente que o que nos guia nesse momento não é um subalterno sentimento de vulgar ambição, mas sim o amor da pátria querida, dessa terra que herdamos de nosso antepassado e que juramos defender com a própria vida.** (ALENCASTRO GRAÇA, 1921, apud ARAGÃO, 2012, p. 78-79. Grifo meu)

Após os trabalhos da Comissão, a primeira alternativa posta pelo Clube Militar, segundo moção apresentada pelo Tenente-Coronel Fructuoso Mendes, e aprovada por 493 votos a 90, ainda foi entregar o “juízo à Nação”. Segue a moção na íntegra:

O Clube Militar reunido em Assembléia Geral para conhecer o resultado do exame pericial de que foi encarregada a comissão aclamada em sessão de 12 de novembro findo:
Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo pressões ofensivas ao Exército e Armada, dada publicidade nesta Capital a 9 de outubro último, e, porque não tenha este Clube qualidade jurídica para promover ação em desafronta das corporações ofendidas;

Resolve, por isso, **entregar o caso ao julgamento da Nação**⁷⁸.

As Forças Armadas eram projetadas então como vítimas da “politicagem”, do “bacharelismo” instalados no poder pelos políticos corruptos incapazes de assumir os compromissos afirmados nos pleitos eleitorais (PRESTES, 1993, p. 63). Em outras palavras, boa parte da indignação já gestada de maneira difusa há anos no âmbito da sociedade brasileira, a respeito da maneira como a República se organizava, era direcionada à chapa Bernardes-Urbano Santos. Por outro lado, os militares ganhavam espaço enquanto “salvadores” da República e de toda a esperança de renovação depositada no regime desde 1870. Para piorar o clima de insatisfação, Eptácio Pessoa, que até então havia mantido uma postura silenciosa, resolveu transferir oficiais que haviam se declarado contra Bernardes para guarnições na Amazônia e no Rio Grande do Sul (ARAGÃO, 2012, p. 59).

Ao mesmo tempo em que se intensificava a adesão à Reação, se fortalecia a descrença na solução pelo voto, marcada por todo um cenário de arranjos políticos e fraudes, já criticado de maneira recorrente pelos intelectuais autoritários, como descrito. À medida que o pleito se aproximava, tanto os militares, quanto amplos setores populacionais engajados na campanha da Reação já apontavam uma saída extralegal e “revolucionária” (PRESTES, 1993, p. 64)⁷⁹.

Mais uma vez, é interessante notar a liderança que o Exército, ou parte dele, tomou para si reivindicando a autoridade de intervir em uma eleição que ocorria, em tese, segundo o que previa a Constituição. Se a candidatura de Bernardes corporificava a “politicagem” e as fraudes eleitorais, as intenções do Exército se projetavam como verdadeiras e sãs, no apoio a Nilo Peçanha – também um representante de oligarquias –, ou no impedimento da posse, a qualquer custo, do candidato da situação. Em 1º de fevereiro de 1922, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma circular confidencial que estaria sendo enviada às guarnições militares dos estados, a partir do Clube Militar, com a assinatura de *O Exército*, convocando para a ação. A. Prestes encontrou a mesma moção datilografada no arquivo Eptácio Pessoa, que confirma, segundo ela, que a conspiração se alastrava pelas guarnições militares (Ibidem, p. 73). Datado do dia 26 de janeiro de 1922 o documento traz algumas informações interessantes⁸⁰. A começar pela leitura que faziam os militares, agora já dispostos a uma ação armada, da candidatura de Bernardes, segundo eles, “apoiado[a] nos negociastas de São Paulo,

⁷⁸ A MOÇÃO aprovada pela maioria. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p.4, 29 de dez. de 1921.

⁷⁹ Revolução e revolucionário, nos termos da época, referem-se a movimentos armados de contestação aos governos.

⁸⁰ REAÇÃO militar contra a candidatura de Artur Bernardes (fevereiro de 1922). In: CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo, 1975. p. 23-24.

nos régulos estaduais, no conluio político”, reafirmando o diagnóstico de uma política republicana apoiada em interesses corruptos, rasteiros e particularistas. Ademais, demonstraram conhecer que o poder político do país estava nas mãos das oligarquias, daí a estratégia que apresentaram de fortalecer as dissidências locais, para que derrubassem os governadores dos Estados, dificultando a ação dos grupos pró-Bernardes. Segundo Anita Prestes, o que seria o início de uma saída armada, extralegal (Ibidem, p. 75). Enquanto diziam defender o povo da “politicalha”, este aqui não aparece enquanto sujeito, ou parceiro no processo, tal como eram solicitadas as oligarquias dissidentes – ainda que dos setores populares recebessem muito apoio, como se viu. Sem pestanejar, acreditavam na autoridade militar, na bússola orientadora do “patriotismo” perante às instituições para conduzir Nilo Peçanha ou um “ditador” ao poder, ainda que procurassem enfatizar ser essa a última solução:

Cópia – Clube Militar – Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1922. Camaradas – A nossa moção significa não votarmos no nosso inimigo Sr. Artur Bernardes, que não será governo porque dissolverá o Exército, pois conhecemos o seu desejo incontido de vingança, a sua arrogância e violências, **apoiado nos negociastas de São Paulo, nos régulos estaduais, no conluio político** [...].

O sentimento de amor ao Exército é a vossa segurança pessoal. Esperamos que o vosso patriotismo tenha segura orientação. [...]

No Brasil só existem 21 Estados eleitores: 16 são do Sr. Bernardes e 5 do Sr. Nilo Peçanha, mas ainda assim, temos a previsão de que será pequena a diferença de votos entre os dois candidatos.

[...] Cumpre, então, facilitar à dissidência local o movimento para a deposição do governador desse Estado, que canalhamente reclamará providências ao Sr. Epitácio Pessoa, o qual só poderá agir por vosso intermédio [do Exército]. Deveis, então, jeitosa e demoradamente cumprir as ordens do governo federal, dando tempo para o eleitor votar contra o Sr. Bernardes. [...]

Em 15 de novembro haverá, então dois presidentes reconhecidos: o Sr. Bernardes, pelo bernardismo, e o Sr. Nilo, pela dissidência. [...]

Se o sr. Bernardes for eleito, impediremos aqui o seu reconhecimento pelo Congresso; se for reconhecido, impediremos a sua posse de qualquer modo!

Em 15 de novembro não haverá governo; tomaremos conta do Sr. Bernardes, vivo ou morto, e então daremos posse ao Sr. Nilo ou proclamaremos um ditador.

Em 15 de novembro, deveis estar atentos: é provável que tenhamos de tomar conta do governo daí. [...]”⁸¹

Embora Nilo Peçanha e J.J. Seabra lançassem mão na sua retórica da possibilidade da “revolução”, como representantes que eram das oligarquias dissidentes, eles não levariam a cabo essa intenção e aos poucos a liderança real da Reação Republicana foi passando aos

⁸¹ Id. Ibidem. p.23-24. Grifo meu

militares mais exaltados, de forma velada. Seria essa uma segunda fase da reação, na qual se instalava no país um “clima revolucionário” que empolgava as populações das grandes cidades (PRESTES, 1993, p. 64). Oficiais do Exército, uniformizados e armados faziam viagens de propaganda política e pronunciavam em praça pública contra a chapa oficial. Por outro lado, alimentavam a revolta nas guarnições e na própria Escola Militar. “*O Exército – ou parte revolucionária dele – constituiu-se numa espécie de partido político renovador que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis, derrotadas e descontentes para agir pelas armas*”. (MELO FRANCO apud SODRÉ, 2010, p. 269).

Porém, há que se destacar, que diferente da insatisfação geral que praticamente unificou os militares em torno da chapa da Reação, à medida que o radicalismo avançava ocorria uma divisão entre os setores armados responsável por definir o perfil do movimento de 1922, batizando os levantes militares daí em diante, até os anos 30. Se por um lado os altos oficiais tendiam ao recuo, mantendo-se fiel “à defesa da ordem”, por outro lado, a jovem oficialidade, constituída em sua maioria de tenentes e capitães, tomava para si a liderança do movimento armado. A própria moção confidencial citada acima dava conta desse quadro, ao apontar pelo menos 24 oficiais que apoiariam Bernardes, inclusive o próprio presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca:

[pois conhecemos] a sua arrogância e violências [de Artur Bernardes], apoiado nos negociastas de São Paulo, nos régulos estaduais, no conluio político e, desgraçadamente na ambição dos Hermes da Fonseca, Tasso Fragoso, Bonifácio da Costa, Setembrino de Carvalho, Abílio de Noronha, Gabriel Botafogo, Carneiro da Fontoura, Pessoa de Queirós, Eduardo Sócrates, Nei de Figueiredo, Mena Barreto e demais generais, em número de 24.

A oficialidade, porém – capitães e tenentes – bem como sargentos estão todos unidos e bem orientados, aguardando o momento de agir⁸².

4.1.2 A eleição de Artur Bernardes e a agitação das tropas

Chegou-se então às eleições, no dia 1º de março, sob forte tensão e agitação política. Se por um lado os jovens oficiais insuflavam a revolta, por outro os políticos da própria Reação, bem como a alta oficialidade do Exército e da Marinha se mostravam cada vez mais resistentes a essa opção. Foi nesse cenário que Artur Bernardes venceu as eleições com 466

⁸² Id. Ibidem.

mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha (ARAGÃO, 2012, p. 63). Mais uma vez os arranjos políticos da Primeira República dariam a vitória ao candidato oficial.

O que houve de diferente foi a resistência ao desfecho do pleito. Ocorreu que o questionamento dos resultados ultrapassou os limites da imprensa e atingiu o Congresso e o poder Judiciário (VISCARDI, 2012a, p. 278). A oposição tentou uma saída política ao exigir a convocação de um “Tribunal de Honra”, destinado a substituir o Parlamento na sua função de reconhecer e proclamar o presidente eleito.

De acordo com Viscardi, tal pressão chegou a sacudir os bastidores do poder. Epitácio Pessoa, abalado principalmente com as ameaças militares e com a queda de sua popularidade, teria chegado a cogitar a apoiar um pedido de renúncia de Bernardes. Porém, pressionado como foi pelos líderes mineiros e paulistas, recuou (VISCARDI, 2012a, p. 281).

Enquanto isso, os tenentes e capitães tentavam ainda por em prática o plano apontado na citada moção confidencial. Se naquela época não foi possível articular a deposição de governadores; diante do cenário de derrota, a situação lhes parecia mais favorável para tal estratégia. Daí, no final de abril, articularam-se inúmeros levantes organizados a partir da aliança de militares com dissidências estaduais:

Em 26 de abril de 1922 é deposto o governador do Maranhão por militares, e em 28 é sufocada uma tentativa de rebelião em navios da esquadra, na Guanabara. No Ceará, surge incidente entre o governador e a oficialidade da guarnição. Em Alagoas, após uma solenidade, a tropa desfia cantando marchinha política em que o candidato oficial era ridicularizado. Em Santa Catarina, elementos militares tentam um levante. O movimento de Copacabana, pois, veio na sequência de incidentes sérios e enquadrou-se no clima político reinante (SODRÉ, 2010, p. 268-269).

Sob a pressão exercida pela imprensa oposicionista e apesar da atmosfera incerta, as lideranças de Minas e São Paulo não se intimidaram, como se viu, e a proposta do “Tribunal de Honra” não decolou. Ao contrário, o ambiente político se fechava aos oposicionistas. Foi o que mostrou a eleição para a mesa diretora da Câmara Federal e para as diversas comissões parlamentares, nas quais foram excluídos todos os deputados dissidentes (FERREIRA; PINTO, 2006, p.10-11). O que, invariavelmente, fortalecia o discurso da ação armada.

4.2 A prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o Primeiro 5 de julho

No cenário do enfrentamento entre governistas e oposicionistas, Hermes da Fonseca acabou por tomar posição contrária ao governo federal na disputa entre bernardistas e nilistas

pelo governo pernambucano, em maio de 1922. Na época o marechal, reeleito recentemente presidente do Clube Militar, alegou que uma ação do Exército em direção ao exigido pelos governistas colocaria a corporação na clara posição de algoz do povo, desviando as Forças Armadas do seu “alto destino”. A seu ver, portanto, estariam o governo e o Exército em posições opostas. O episódio lhe rendeu a prisão nos primeiros dias de julho, seguido do fechamento do Clube Militar (ARAGÃO, 2012, p. 64-65).

Estourou-se então a revolta militar em 5 de julho de 1922, tendo a crise pernambucana como o estopim de um movimento que era nutrido em um clima de insatisfação que se agravava, pelo menos desde a década de 1910, sendo primordialmente radicalizado no desenrolar da *Reação Republicana*⁸³. A ação, antes pensada para eclodir nacionalmente ocorreu em três focos no Rio de Janeiro – na Vila Militar, sufocado no nascedouro, a Escola Militar e o Forte de Copacabana –, um em Niterói e outro em Campo Grande (MT), muito longe de uma ação conjunta e coordenada (LANNA JR., 2003, p.319). Todos prontamente sufocados pelas forças federais. Diferente do apoio que receberam os militares no período das eleições, o que se viu foram inúmeros dissidentes votando pela proposta de decretação de Estado de sítio de Epitácio Pessoa, deixando claro o recuo dos oligarcas opositoristas e a desarticulação completa da *Reação Republicana* (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 12).

Com a explosão do movimento, as posições ficaram mais claras, sobretudo por parte dos oligarcas dissidentes. Estes últimos, que muito alimentaram as agitações nas hostes militares, com o auxílio da imprensa, recuaram e logo retornaram para suas antigas alianças políticas com seus opositores. Mesmo assim, a repressão deitou sobre os opositoristas, não poupando inclusive Nilo e seus partidários, que sofreram perseguições após a posse de Bernardes, com perda de mandatos fossem eles do legislativo ou do Executivo (ARAGÃO, 2012, p. 66).

Mesmo não tendo apoiado o levante armado, Nilo Peçanha não deixaria de atuar na defesa dos golpistas, ou “revolucionários”, até o fim de sua vida. Com esse gesto, conseguiu

⁸³ Para Anita Prestes, a questão pernambucana seria o estopim de um movimento que havia nascido propriamente durante a *Reação Republicana*, fruto de um clima revolucionário presente na década de 1920, que respondia às transformações sócio-econômicas proporcionadas pelo capitalismo brasileiro do século XX. (PRESTES, 1990, p. 71; 1993, p. 81). Considerando-se a acirrada campanha presidencial de 1910 e as manifestações dos militares em ligas e periódicos nessa mesma década, bem como todo o clima de insatisfação geral com as instituições republicanas, pode-se dizer que o ocorrido na *Reação* foi uma radicalização de uma postura crítica ao regime liberal-oligárquico difusa no ambiente sócio-político, que ganhava espaço há quase uma década, além da própria rusga estabelecida entre as instituições políticas civis e seus atores e o Exército que, sem dúvida, é ainda anterior à própria Proclamação da República. Considerando-se a caserna um ambiente em que a memória institucional é parte importantíssima da formação da identidade militar, este dado não pode deixar de ser mencionado (ARAGÃO, 2012, p. 31-33).

preservar o prestígio de sua liderança, mantendo seu nome enquanto uma opção civil para o poder na proposta dos “tenentes”, até mesmo durante a conspiração para a ação armada em São Paulo em 1924, quando o ex-candidato faleceu em março daquele ano (ARAGÃO, 2012, p. 67; PRESTES, 1993, p. 84).

Das movimentações militares, o levante do Forte de Copacabana se destacou, por ser o epicentro dos demais levantes daquele ano e por ter dado origem à Marcha dos Dezoito do Forte e pelas lideranças “tenentistas” que ajudou a projetar. Os 18 do forte resultaram dos ataques das tropas federais ao forte, onde ali permaneceram apenas os tenentes Newton Prado e Siqueira Campos com mais 14 soldados⁸⁴. Esse grupo marchou sobre a Avenida Atlântica e enfrentou as tropas legalistas em grande tiroteio. O episódio gerou mártires e dois grandes líderes do Tenentismo: Siqueira Campos e Eduardo Gomes (LANNA JR., 2003, p. 318). Era algo que repercutiria muito pelo país, apesar da decretação do estado de sítio e da censura à imprensa. Ou ainda segundo Anita Prestes (1990, p. 70), os heróis “tenentes” seriam como uma lufada de liberdade e justiça para os setores médios, que se sentiam sufocados pelos “governos despóticos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes”.

Enfim, as movimentações de 1922 e a repressão aos militares revoltosos funcionaram como combustível e estímulo para as revoltas seguintes, por todo o Brasil. Das movimentações de 1922, como um todo, erigiu-se quase toda a liderança do movimento até 1930, ressalta-se: Joaquim e Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, João Alberto, Nunes de Carvalho e Miguel Costa (CARVALHO, 2005, p. 49).

Ainda que tenham sido essas primeiras ações desarticuladas e destituídas do que se poderia chamar de um programa, como o que começariam a apresentar em 1924 e na Coluna Prestes, é possível notar nos documentos do Clube Militar a presença da justificativa de uma preparação cívica e moral que os autorizava a se impor enquanto força política acima das próprias instituições que diziam defender. Além de uma ação de desagravo à corporação, diziam ser sua posição mais uma ação, entre outras, de moralização da política brasileira empreendida pelo Exército. Desta forma, o que já é possível vislumbrar é que a reação às ditas ofensas de Bernardes parece não ter nascido em 1922 de uma tábula rasa, ou ter simplesmente “espelhado” a “ideologia dominante”, como sugeriu Anita Prestes⁸⁵. Ora, para a

⁸⁴ Há discordâncias sobre o número correto de participantes na marcha, pois os depoimentos de sobreviventes e os números da imprensa não coincidem.

⁸⁵ “No início, quando da eclosão do primeiro ‘5 de julho’, em 1922, os revolucionários não chegaram sequer a lançar algum manifesto ou declaração programática. Sabia-se apenas que se haviam rebelado em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Artur Bernardes, candidato eleito em março daquele ano à Presidência da República, e que deveria ser empossado em novembro. Queriam que sua posse não se efetivasse. **Embora seu gesto alcançasse grande repercussão e contribuisse para abalar o poder das oligarquias**

elite política civil, era inconcebível sob qualquer circunstância, uma ação intervencionista militar, inclusive para os próprios opositores que estiveram juntos durante a Reação Republicana.

É possível notar que os rebeldes desenvolveram uma leitura do quadro que ao mesmo tempo em que se mostrava particular, destacando o papel do Exército, guardava relações com os debates políticos da época, ressoando elementos da crítica intelectual ao regime instalado. Isso é claro na projeção que faziam do Exército enquanto o espaço por excelência onde “pulsava o coração nacional”, o que lhes dava a missão histórica de (re)conduzir o país ao caminho da boa política, defendendo-o da “politicalha” e dos “servilismos partidários”, que punham em risco a ordem e o bem estar geral no país. Não seria essa a primeira intervenção, sendo a principal a proclamação e consolidação da República, que haviam entregue aos “políticos profissionais” – o que reforçava a autoridade para arbitrar na mesma quando julgassem necessário. Portanto, ainda que anunciassem suas movimentações em defesa da República liberal, projetavam-se desde já hierarquicamente superiores – pelo civismo e patriotismo que julgavam cultivar – na condução dos interesses, os quais eles identificavam como “elevados” ou “nacionais”, em oposição aos localismos ou privatismos ensejados pelos “políticos profissionais”, manifestos nos arranjos de poder republicanos e, por conseguinte, nas eleições presidenciais. A exceção da defesa da República liberal, uma posição bastante próxima dos argumentos dos críticos mais radicais do regime no plano das ideias, como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

4.3 O Segundo 5 de julho e os levantes de 1924

Pelo que vem apresentando até aqui, esta pesquisa procura evidenciar que compreende o Tenentismo enquanto um movimento que se explica tanto por questões internas à corporação e suas relações com a política civil, quanto pela sua inserção no quadro político-cultural geral de crise do modelo liberal-oligárquico, que dava seus primeiros sinais ainda na década de 1910. Ou seja, naquela época, os militares, mesmo que também informados por uma identidade cultivada na caserna, participavam ativamente da vivência no debate político – não sendo as eleições de 1910 e 1922 meros acontecimentos excepcionais, nesse sentido.

dominantes, os jovens militares não tinham consciência do seu próprio papel.” (PRESTES, 1990, p. 94, grifo meu).

Ora, no meio militar, a reivindicação por melhorias no aparelho do Exército se apresentou – ainda antes do Tenentismo, pela voz dos “Jovens Turcos” na revista *A Defesa Nacional* – enquanto instrumento importante para a segurança do país, tanto do ponto de vista bélico, quanto do ponto de vista político (CAPELLA, 1985, p.70-71). Nesse sentido era que empunhavam a bandeira do serviço militar obrigatório, que consistia basicamente em um remédio para dois grandes males: a ausência de um exército nacional e a inexistência da própria nação (Ibidem, p. 73). Além das armas, a formação militar auxiliaria na contenção do perigo da desordem, por meio formação cívica e moral, que tornaria o Brasil uma nação de fato, dotada de cidadãos qualificados para o exercício da política. Uma fórmula, que segundo Anita Prestes, expressava grande preocupação com a agitação social que tomava conta do país, temendo-se principalmente as movimentações dos operários urbanos. Para a historiadora “*tratava-se de uma proposta política burguesa, elitista e reacionária, que refletia a situação social do País e, em primeiro lugar, o ascenso das lutas operárias sob a direção do anarco-sindicalismo*” (PRESTES, 1990, p. 81)⁸⁶.

Não se pode deixar de dizer que, ainda que fosse esse debate cultivado nos meios militares, ele correspondia ao que os intelectuais discutiam naquele contexto, sobretudo os autoritários. Uma confluência que, como se buscou mostrar acima, pode ser dada tanto pelo conjunto de experiências compartilhadas, como pelas trocas que civis e militares tornavam possíveis nos diferentes espaços de debate. A partir do diagnóstico de um momento conturbado e caótico, que explicavam pela inexistência de uma nação – ou unidade de projeto político –, Alberto Torres e Oliveira Vianna procuravam uma saída que consistiria principalmente na proposta do controle ou eliminação do conflito social por meio de um Estado elitista orgânico-corporativo, que desse a cada classe o seu lugar e a consciência do seu papel no projeto nacional.

Sobre esse aspecto, Capella apontou no seu texto:

A preocupação com uma certa idéia de nação brasileira não era exclusiva do grupo de militares reunidos em torno da Revista. Pelo contrário, estava na cabeça do que se poderia chamar inteligência de sua época. Embora variassem as explicações e as soluções apresentadas, havia o sentimento comum aos intelectuais daqueles distantes anos dez de que a nação brasileira estava ainda por fazer: Alberto Torres afirmava que a ilusão de unidade

⁸⁶ Reforça-se aqui que esta pesquisa não compreende o Movimento Tenentista a partir de uma interpretação classista e dualista como construiu Anita Prestes (1990). Ainda assim, a abordagem político-cultural adotada nessa dissertação permite visualizar a preocupação dos militares com um quadro de desordem político-social que enxergavam acontecer no país.

política toldava a vista à realidade da desunião, moral, social e econômica. (CAPELLA, 1985, p. 74)

Por outro lado, os episódios de Canudos e do Contestado, bem como a Primeira Guerra Mundial reacendiam os debates sobre a necessidade de um Exército moderno e capaz de defender a pátria. Ainda que o serviço militar obrigatório tivesse sido adotado e a Missão Militar Francesa tivesse sido instalada, em 1920, com tal intuito “modernizador”, pouco teria se transformado as Forças Armadas, persistindo o despreparo e a incompetência militar (PRESTES, 1990, p. 82-83).

4.3.1 Os antecedentes dos levantes de 1924

Influenciados por essas questões internas e externas aos quartéis, muitos militares consideravam que para alcançar o protagonismo, ou ao menos o “respeito” desejado pela corporação perante as autoridades governamentais, seria necessário reformar a política e inclusive a Constituição, que diziam tanto defender, e a partir de 1922 a opção institucional se mostrou inviável para muitos⁸⁷. Era ponto pacífico para os revoltosos que não poderiam mais continuar se sujeitando aos desmandos dos civis, reclamando sobretudo as pastas militares, como também não poderiam se furtar à missão da defesa dos interesses nacionais contra a “politicalha” que se apossava da República (CORRÊA, 1976, p. 46-48).

Estas motivações seriam agravadas ou reforçadas pela maneira como foram punidos, já no governo Artur Bernardes, os envolvidos nas revoltas de 1922 (CARONE, 1975, p. 46). O endurecimento da repressão e a negação da anistia foram importantes catalisadores para a continuação dos levantes, uma vez que a situação daqueles que sofriam com o peso da mão do Estado atraía outros que não puderam ou não quiseram se manifestar no primeiro momento. Muitos militares interpretavam aquela situação toda como o desdobramento de uma perseguição incitada por Bernardes e seus correligionários. Assim, narrou Juarez Távora em *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924* sobre a adesão de Joaquim Távora – importante liderança no movimento paulista – após o julgamento dos “revolucionários de 1922”. Antes, perdoe o leitor pela extensão da citação, mas a avaliação

⁸⁷ Uma Constituinte já aparecia como uma das primeiras propostas feitas pelos revoltosos no âmbito do segundo “5 de julho” em São Paulo. Em carta enviada pelo chefe do levante, o general reformado Isidoro Dias Lopes, ao general governista Abílio de Noronha, a proposta aparece atrelada à entrega do governo federal a um grupo de notáveis, “de confiança dos revolucionários”, que formando um governo provisório convocariam, “quando julgassem oportuno”, uma Constituinte. Também nessa mesma carta, Dias Lopes destacava uma preocupação com a corporação: “Em relação às classes armadas será exigido um absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais” (NORONHA, 1924, p. 27).

feita por este importante líder revolucionário, Juarez Távora, é bastante completa, enquanto uma leitura imediata que muitos “tenentes” fizeram dos acontecimentos entre 1922 e 1924:

Aguardavam estes [os revoltosos], confiantes, o pronunciamento do Poder Judiciário, a cuja alçada estavam submetidos. Aceitariam com menos repugnância um veredito imparcial da Justiça de seu país – do que mercês de um presidente vingativo e prepotente – concedidas através de um CONGRESSO de incondicionais.

Mas o desfecho daquele processo culminou numa iniquidade.

(...) Mas aqueles a quem foi confiada a tarefa de julgar, em primeira instância, tal feito – capacitaram-se de que seria benevolência excessiva castigar os seus autores com a penalidade que lhes impunha o art. 111 do Código Penal.

Sofismaram-se depoimentos insuspeitos, pronunciando-se por fim, os indiciados, depois de quase 10 meses de sumário – em 26 de dezembro de 1923 – como incurso no art. 107 do mesmo Código. Atribuía-se-lhes, assim, intuitos de mudarem violentamente a forma de governo e a Constituição Política do país.

Que tal decisão era uma injustiça, provou-o quase dois anos depois, o acórdão do Supremo Tribunal Federal, reformando aquela sentença, para pronunciar os indiciados no artigo 111, que capitulava o crime por eles realmente cometido. (...)

Assim, ao publicizar-se, em dezembro de 1923, o despacho de pronúncia do Juiz Vaz de Pinto – **seis dentre eles [os condenados] preferiram a vida errante de proscritos dentro da própria Pátria**, à alternativa de vegetarem injustamente, durante vários anos, a vida de presídios. **E, incorporando-se aos conspiradores que, dentro do Exército, congregavam elementos para por cobro, pela violência, ao desatinos que afogavam o país, tornara essa sentença a causa máxima do movimento de São Paulo.**

Sem ela, Joaquim Távora não se teria homiziado e envolvido, como se envolveu, na conspiração chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes. E, privada da energia formidável desses propugnador tenaz e convencido, ela não teria logrado reunir os elementos indispensáveis à explosão revolucionária do 5 de julho de 1924. (TÁVORA, 1927, p. 64-68)⁸⁸.

Tomando por base esse testemunho, parece que se tornava ainda mais claro para muitos militares que a autoridade pública, tida há muito como corrupta, agora também

⁸⁸ Em 1923, ano da condenação dos militares envolvidos no levante de 1922, estava em vigor no Brasil o Código Penal de 1890, criado ainda no Governo Provisório pelo Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Sobre os artigos a que Juarez Távora se referiu, apresentam-se como “Dos Crimes contra a Constituição da Republica e Fôrma de seu Governo/ Art. 107. Tentar, directamente e por factos, mudar por meios violentos a Constituição politica da Republica, ou a fôrma de governo estabelecida: Pena - de banimento, aos cabeças; e aos co-réos - a de reclusão por cinco a dez annos. [...]”; “Dos crimes Contra o Livre Exercicio dos Poderes Políticos/ [...] Art. 111. Oppor-se alguém, directamente e por factos, ao livre exercicio dos poderes executivo e judiciario federal, ou dos Estados, no tocante ás suas attribuições constitucionaes; obstar ou impedir, por qualquer modo, o effeito das determinações desses poderes que forem conformes á constituição e ás leis: Pena - de reclusão por dous a quatro annos.”. BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. In: **Câmara dos Deputados: Legislação Informatizada – Publicação Original**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 17 jan. 2015.

condenava seus companheiros de farda na justiça civil, os prendia e os expulsava do Exército, não lhes dando outra alternativa se não as armas, para salvar o país dos “desatinos que [o] afogavam”. Isso mostraria que não só o Executivo e o Legislativo, como também o Judiciário estariam definitivamente tomados pelo “opróbrio”.

A resistência a uma abertura ao diálogo ou a ausência de uma sinalização de mudança de postura, por parte do governo, terminava por reforçar o argumento recorrente de que o objetivo das autoridades civis seria a subordinação do Exército ao seu jogo político “impatriótico”, ofensivo aos princípios republicanos da Constituição, segundo agiam os “políticos profissionais, hábeis e inúteis chicanistas” (ARAGÃO, 2012, p.68-71). Só para lembrar, argumento semelhante foi o que Hermes da Fonseca usou para marcar posição contrária aos governistas, na disputa do governo de Pernambuco em 1922.

Merece destaque o fato de que essa leitura sobre o quadro político republicano era tão forte dentro do Exército, que também servia a aqueles que combatiam os “tenentes”. Em seu livro-testemunho sobre 1924, o General Abílio de Noronha acusou o movimento militar de ser mais uma manipulação hábil dos políticos sobre o Exército, desviando-o do seu dever constitucional:

[...] desse modo mesquinho agiram os políticos em 1922 e ninguém poderá nos convencer de que, atrás dos militares ora envolvidos na sedição de S. Paulo, não existem políticos da espécie daqueles que, em 1915 [Revolta dos Sargentos] e 1922, exploraram o Exército. (NORONHA, 1924, p. 8).

Para corroborar seu argumento, o general fez uma citação direta do livro de Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos para a História*, pois seria “muito oportuno, neste momento, dar a conhecer ao leitor um trecho aliás interessante”. Segue o trecho destacado por Noronha:

A maior praga deste país tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política. Nele tudo favorece esse desvio da função nacional da força pública. O fim principal dos nossos homens de Estado, dos nossos patriotas, deveria ser a implantação definitiva da autoridade civil e a subordinação das classes armadas ao seu papel único e meritório de garantia da ordem interna e da paz com o estrangeiro. Em vez disso, sempre que se oferece uma situação delicada, em que um elemento estranho possa desviar o eixo da política, não falta quem esteja disposto a acordar nos quartéis os soldados de prontidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talismã. (MONTEIRO, apud NORONHA, 1924, p. 8).

É claro que, para Noronha, ocorria que o levante era em si o resultado de uma manipulação dos “políticos” sobre o Exército; enquanto que os sediciosos diziam agir contra recorrentes tentativas de subordinação aos “interesses mesquinhos” dos “políticos profissionais”, mantendo-se fiel aos desígnios da Constituição em favor da “pátria”, cumprindo com seu papel “histórico” de conduzir o país em momentos que consideravam necessários:

É este, portanto, o momento em que as forças armadas desempenham um alto e sagrado dever: O (*sic*) de patrocinar os direitos do povo, tomando das armas PARA RESTABELEECER O IMPÉRIO DAS LEIS, O DECORO DA JUSTIÇA, limitando a autoridade do Executivo dentro de uma órbita compatível com o regime REPUBLICANO ⁸⁹.

Para Edgard Carone (1975, p. 45), o ano de 1923 seria o início de muitas decepções que facilitariam inúmeros contatos. Já no primeiro semestre deste ano se estabeleciam articulações entre militares e elementos civis como J. E. Macedo e Nilo Peçanha. O comando das negociações teria ficado com Joaquim Távora e Isidoro Dias Lopes, separadamente. Nilo e Dias Lopes chegaram, inclusive, a se reunir e traçar um plano de ação comum (PRESTES, 1990, p. 353). A morte do ex-candidato à presidência em março de 1924 representou um problema nos planos revolucionários, dificultando inclusive a aproximação dos militares com dissidências oligarcas, todavia, ainda assim os desertores continuaram o trabalho até que se deflagrou a revolta em 5 de julho de 1924, em uma clara referência ao levante de 1922 (CARONE, 1975, p. 46).

4.3.2 O Segundo 5 de Julho e os levantes pelo país

O levante da cidade de São Paulo durou entre 5 a 28 de julho, quando os militares expulsaram o governo estadual da capital paulista, gerando um duro revide das tropas legalistas que os obrigaria a se retirarem em direção ao sul do estado. Tão logo a movimentação paulista foi iniciada, rebelaram-se quartéis, ainda em julho, também no Mato Grosso, Amazonas, Pará e Sergipe. No Rio Grande do Sul as agitações só aconteceriam em outubro desse mesmo ano. Em dezembro, no Rio de Janeiro, houve duas tentativas frustradas, uma no Engenho Novo e outra no 3º Regimento de Infantaria. Na Marinha também houve movimentações, como na revolta Herculino Cascardo, à bordo do couraçado São Paulo, em

⁸⁹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 401.

novembro de 1924, quando uma minoria de revoltosos dominou oficiais e a tripulação. Esses marinheiros se juntariam mais tarde aos levantes gaúchos, após se exilarem em Montevideu (PRESTES, 1990, p. 353; LANNA JR., 2013, p. 325)⁹⁰.

Segundo apontou Forjaz (1977, p. 82-86), ainda que essas sublevações todas procurassem acontecer em apoio ao levante paulista, elas não se deram por meio de um planejamento conjunto, apoiavam-se antes de tudo na atmosfera de revolta que agitava os quartéis nos vários cantos do país. A exceção do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde houve empenho pessoal de Isidoro Dias Lopes desde 1923, que além de articular as movimentações com seus companheiros de farda, buscou apoio nos oligarcas dissidentes liderados por Assis Brasil – mais tarde aclamado chefe civil da “revolução nacional” pelos militares de São Paulo (PRESTES, 1990, p. 355).

Sobre a articulação dos levantes, diziam os militares no manifesto paulista do dia 10 de julho de 1924:

É um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, a sua ação tem um característico nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente, há muitos meses, deveria irromper simultaneamente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Circunstâncias imprevistas, porém, determinaram a sua irrupção sem o caráter de simultaneidade desejado, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e a eficácia da ação das demais unidades do movimento revolucionário⁹¹.

Demonstravam talvez a intenção em deixar evidente o planejamento envolvido na ação e a certeza de sua perenidade e abrangência nacional, o que possivelmente corresponde a uma preocupação em diferenciar esse momento dos exasperados, e logo reprimidos, acontecimentos de 1922. Afinal, como lembrou Carone (1975, p. 45), 1923 foi um ano de decepções por conta dos desfechos dos acontecimentos do ano anterior. Sobre esse quadro disse Juarez Távora: *“E já que ninguém queria acreditar na exequibilidade daquele movimento – urgia que São Paulo vibrasse um forte golpe, capaz de restituir a fé às guarnições descrentes”* (TÁVORA, 1927, p. 146). Ajuda a reafirmar essa suposição a fala do principal comandante dos “tenentes” em S. Paulo, Isidoro Dias Lopes, em manifesto em que justificava a ocupação e a retirada das tropas da capital paulista, no final de julho:

⁹⁰ Sobre os impactos do Tenentismo na Marinha ver CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha: os primeiros anos – 1922 a 1924**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

⁹¹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 397.

Nosso objetivo fundamental era e é uma Revolução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada ludibriada e escravizada. Para isso era necessário um fato empolgante, qual o da ocupação da Capital Paulista.⁹²

Em São Paulo, apesar de certa desorganização no comando das ações dividido entre o major da Força Pública do estado Miguel Costa e o gen. Isidoro Dias Lopes, aconteceram batalhas que denotavam um equilíbrio de forças em relação às tropas do governo. Inclusive muitos destes oficiais legalistas, em suas memórias, deixavam claro o despreparo das Forças Armadas para dar combate aos revolucionários, tanto no levante paulista quanto, e sobretudo, na “guerra de movimento” da Coluna Prestes (PRESTES, 199, p. 83). Entre os dois lados ficou a capital do estado de São Paulo, durante 10 dias, sob bombardeios e combates até que os oficiais amotinados tivessem dimensão da disposição dos legalistas e compreendessem o perigo de uma derrota definitiva e da destruição da cidade (LANNA JR., 2013, p. 321-322).

A importância do levante de 1924 é semelhante à Marcha dos 18 do Forte em 1922. Em 1924, os rebeldes haviam expulsado o governo estadual da cidade de São Paulo, principal centro urbano e econômico do país. *“Tal façanha atingiu mais diretamente um número maior de pessoas, classes e organizações, além de ter imposto uma política agressiva, que foi entendida de diferentes formas por esses atores políticos da época”* (LANNA JR., 2013, p. 322). Como destacado, tal ação despertaria inúmeras forças pelo país.

A respeito do levante do Rio Grande do Sul, disse Anita Prestes: *“Tratava-se, sem dúvida, do desdobramento dos acontecimentos de julho em São Paulo. Em grande medida, o levante gaúcho visava dar solidariedade aos revolucionários de São Paulo [...]”* (PRESTES, 1990, p. 353). Quando da movimentação de tropas tenentistas em Santo Ângelo, neste mesmo estado, demonstraram os militares estarem integrados à “grande causa nacional”, por meio de manifesto assinado pelo Cap. Luiz Carlos Prestes:

É chegada a hora solene de contribuirmos com o nosso valoroso auxílio a grande causa nacional.

Há 4 meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se debatendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados⁹³.

⁹² MANIFESTO do general Isidoro Dias Lopes, justificativo da retirada da Capital paulista, s.d. In: Idem. Ibidem. p. 404.

⁹³ MANIFESTO dos militares rebelados em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 410.

4.3.3 Da República dos cidadãos à República dos Bacharéis

Segundo Anna Maria Martinez Corrêa (1976) em seu livro *A Rebelião de 1924 em São Paulo*, as conclusões que os militares expunham em seus manifestos e proclamações demonstravam coerência no tratamento dos temas desenvolvidos, constatando um quadro de crise, apontando os males e sugerindo soluções dentro de uma perspectiva jurídico-política. Tudo isso, segundo afirmava o tenente J. Nunes de Carvalho, era baseado essencialmente em uma perspectiva originada de uma observação empírica da realidade. Em maior ou menor profundidade, algo muito valorizado e recorrente nos debates políticos daquela época, como se viu nos capítulos 2 e 3 (Ibidem, p. 46).

Os militares tinham na República um modelo ligado às qualidades de integridade moral, consciência cívico-patriótica e probidade administrativa, que seriam opostos a quaisquer defesas de interesses privatistas no âmbito da política. Acontecia que, uma vez entregue nas mãos dos “políticos profissionais” pelos militares – termo cada vez mais associado nos manifestos às práticas recrimináveis na política – tal modelo e seus componentes haviam sido desvirtuados, entregando a República e suas instituições ao anacronismo (CORRÊA, 1976, p. 47).

Em manifesto do dia 17 de julho em São Paulo, os “tenentes” recuperavam a transição do Império para a República e diagnosticavam a degeneração do regime, que estaria pautada na predominância dos “interesses pessoais” em relação aos interesses gerais, que terminava por ignorar os anseios populares, o que seria um “risco a sorte da República”:

Quando na segunda metade do século passado o governo do Brasil singrara pela senda do despotismo, do dismantelo administrativo, do repúdio à opinião nacional, da injustiça, da opressão e vilipêndio às classes armadas, estas, de armas nas mãos, substituíram, em nome do povo, o anacrônico sistema monárquico pela forma republicana, na esperança de melhores dias para a Pátria, que aspirava e tinha direito a evoluir como as demais nações do globo.

Estabelecido o novo sistema, muito se não fizeram esperar os erros, as imprevidências governamentais que criaram essa situação deplorável a que chegamos [...]

As queixas surgem de todos os ângulos do país e o descaso aos protestos populares põe em risco a sorte da República.

As condições de lutas políticas que se apresentam periodicamente tomam aspecto cada vez mais alarmante em referência a certos elementos de confiança que traem, de um momento para outro, as esperanças, as tradições,

para se nivelarem aos interesses políticos ou pessoais mais subalternos, em vez de se baterem pelos **interesses gerais**⁹⁴.

O que se pode ver a princípio é que os militares sediciosos, mesmo que se levantassem mais explicitamente na defesa da regeneração da República Liberal ou da “republicanização da República”, não deixavam de dialogar com leituras de passado e presente, bem como com propostas de futuro apresentados também por outros setores, que faziam duras críticas ao regime, contribuindo para o debate naquele cenário mais amplo de crise do próprio modelo liberal-oligárquico. Em outros termos, se por um lado, reivindicavam em primeira mão princípios essencialmente liberais, como o direito ao voto secreto, traziam também junto com essa bandeira uma argumentação que lembra o apelo à moral e ao civismo existente em torno do conceito de “cidadão” republicano. Este que foi instrumentalizado pelos positivistas nas suas formulações sobre a República e reapropriado pelos intelectuais autoritários, nas suas críticas à debilidade das elites políticas e intelectuais do país e também ao que chamavam “opinião pública brasileira”. Conforme demonstrou Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 67), mais complexo que apontar o que os militares revoltosos diziam em primeira mão é estar atento aos eventuais diálogos estabelecidos em um momento marcado pela candência da disputa pelo poder entre diferentes projetos políticos.

Aproximando-se bastante da crítica dos intelectuais autoritários à elite político-intelectual do país, os “tenentes” faziam questão de apontar o despreparo técnico da mesma para os cargos que ocupava, informada que era pela “inútil e improdutiva verbiagem” “bacharelesca”, que em nada ajudava a moldar o caráter e a mentalidade do brasileiro. Para os militares, um dos objetivos da revolução era substituir os “palavreados de todas as plataformas presidenciais” por “métodos e processos” que determinassem a nulidade das negociatas na composição das instituições, garantindo que a elas subissem os “melhores elementos da nossa nacionalidade”⁹⁵. Se ainda não deixavam claro quem seriam estes “melhores elementos”, nos manifestos analisados, apontavam explicitamente quem não seriam: os “bacharéis” – geralmente apresentados nos debates políticos da época como figuras opostas aos detentores do saber técnico e objetivo da realidade.

⁹⁴ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 401. Grifo meu.

⁹⁵ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 24/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 402-403.

Era esse um ponto central no manifesto que Maria Cecília Spina Forjaz (1977) identificou como o primeiro programa distribuído, para a população, pelos revolucionários de 1924:

Ela traz [a revolução], como um dos seus objetivos, A SUBSTITUIÇÃO DO ATUAL GOVERNO DA REPÚBLICA, por entenderem os seus chefes e orientadores que esse governo não está à altura dos destinos do país e que, por fatos, cuja citação é desnecessária, por mui notórios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes últimos lustros. **Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica, na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente**⁹⁶.

No levante de Manaus, apontado geralmente pelas suas especificidades enquanto um movimento mais voltado para questões sociais e menos impermeável à participação de setores populares que o paulista, o discurso sobre a incompetência das elites políticas também apareceu, no que se refere ao aspecto moral e/ou técnico (FORJAZ, 1977, p. 84; LANNA JR.; 2013, p. 326):

Na administração pública subvertemo-nos até ao ponto de procurar, caprichosamente, aqueles indivíduos que mais se recomendam pela **sua ignorância**, pelo **seu despudor**, pela sua desonestidade, e pela sua subserviência para investi-los dos cargos públicos de maior responsabilidade⁹⁷.

Ao julgar as sentenças acima, levando em conta um recorte temporal maior na história militar, a afirmação sobre uma eventual proximidade com as formulações autoritárias, ou ao menos com o apelo tecnocrático exercido por estes autores, faz ainda mais sentido. É o que se pode ver pelo que já aparecia na Revista *A Defesa Nacional*, na década de 1910, quando o “bacharelismo” era apontado como responsável por enganar a “opinião pública”, escamoteando a “verdadeira face” de um país erguido sobre um “patriotismo palavroso, entre

⁹⁶ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado na imprensa de São Paulo, em 10/7/1924. In: Idem. *Ibidem*. p. 397. Grifo meu.

⁹⁷ PROCLAMAÇÃO dos militares rebelados em Manaus (Amazonas), em 24/7/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. Op. Cit. 408. Grifo meu. Há que se dizer ao leitor, que convivendo com as especificidades do movimento em Manaus, havia aquilo que os ligava aos paulistas ou aos revoltosos do sul, como um todo. Além da proximidade das idéias, muitos militares foram transferidos como forma de punição dada pelo governo federal, pelo menos desde o episódio da *Reação Republicana*, o que pode ter contribuído para a configuração daquela expressão do Tenentismo no norte (PRESTES, 1993, p. 60).

ingênuo e velhaco” – uma fala que poderia ser facilmente atribuída ou a Alberto Torres ou a Oliveira Vianna:

Assim, de um lado o analfabetismo e de outro a fosforescência pedantocrata da bacharelise, que leva a construir doirados castelos de quimeras sobre o alicerce nebuloso da paz universal, estão preparando o esfacelamento desta Pátria tão digna de melhores filhos. (ADN, 1915, p. 49, apud CAPELLA, 1985, p. 76)⁹⁸.

Os militares da Revista aproveitavam o ensejo para fazer a crítica a Rui Barbosa, figura símbolo da intelectualidade brasileira e, para eles, também a corporificação do bacharel (Ibidem, p. 75). Nesse aspecto, Barbosa também era um dos alvos de Oliveira Vianna, a quem o intelectual autoritário se referia desdenhosamente como um “idealista utópico”, figura que, como outros, dava as costas para o Brasil e só tinha olhos para a Europa, representante do “saber livresco e formalista da elite brasileira daquela época” (LAMOUNIER, 2014, p. 179).

De acordo com o que apontou Forjaz (FORJAZ, 1988, p. 73-78), nos anos 30, os “tenentes” deixavam explícito, o que já anunciavam nos anos 20: as instituições político-administrativas deveriam ser ocupadas antes se baseando em critérios técnico-científicos do que em contratos ou negociações políticas. Daí a proposta que encamparam da criação de conselhos técnicos para assessorar órgãos governamentais e eliminar os males advindos da transitoriedade dos governos. Impossível não relacionar com a proposta antiliberal de despolitização das instituições do Estado, apontado inicialmente pelos positivistas na Geração de 1870, ainda no momento de idealização da República, e desenvolvido pelos autoritários em seus trabalhos, durante a crítica a que o regime republicano tinha se tornado.

Tudo isso parece indicar que, ainda que os militares sediciosos se dispusessem a propor uma regeneração completa ou uma obediência estrita aos princípios constitucionais estabelecidos em 1891, não deixavam de ser atingidos pelos discursos críticos mais radicais a esse modelo, os quais tinham cada vez mais aceitação social e se fortaleciam ao longo da década de 1920⁹⁹.

⁹⁸ A DEFESA Nacional, n. 26, p. 49, 10 set. 1906, p. 305.

⁹⁹ Os atores, ao defenderem uma perspectiva doutrinária, ou uma determinada visão institucional, não estão isentos do contato com o conjunto de valores, tradições práticas e representações das mais diversas culturas políticas que compõem o cenário em que vivem; muito pelo contrário. “As diferentes culturas políticas não devem ser encaradas como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com as outras, concorrentes na disputa pelo espaço público e pelo controle do Estado. Embora sejam adversárias, e com frequência possuam características antitéticas, às vezes elas se deixam influenciar por valores defendidos pelas concorrentes, sobretudo quando eles encontram grande aceitação social.” (MOTTA, 2009, p. 22)

Na base da crítica ao regime, os “tenentes” deixavam claro uma quebra de expectativa, uma decepção, que também era bastante presente nos debates da época. Da Proclamação demonstraram esperar, assim como os intelectuais, um desenvolvimento contínuo que equiparasse o Brasil a demais nações do globo e o que viam naquele momento era antes de tudo uma espécie de digressão, marcada pelo retrocesso no caminho traçado no horizonte de expectativas presente no conceito de República, desde 1870¹⁰⁰. Muito próximo às avaliações que Alberto Torres e Oliveira Vianna desenvolveram, entendiam os militares que o regime republicano havia interrompido uma marcha colocada desde o Império e que esperavam ser continuada pela Proclamação. Uma diferença é que os intelectuais autoritários debitavam primordialmente a conta de tal quadro na adoção do liberalismo constitucional dos bacharéis, enquanto que os militares ainda apontavam o dedo tão somente aos “bacharéis”. Em letras garrafais diziam os amotinados em São Paulo:

O EXÉRCITO QUER A PÁTRIA COMO A DEIXOU O IMPÉRIO, COM OS MESMOS PRINCÍPIOS DE INTEGRIDADE MORAL, CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA, PROIBIDADE ADMINISTRATIVA E ALTO DESCORTINO POLÍTICO.

O Brasil está reduzido a verdadeiras satrápias desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social.

O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotência, asfisiado em sua vontade pela ação compressora dos que detêm as posições políticas e administrativas [...] ¹⁰¹.

Apresentando uma avaliação bastante segura do quadro político social neste manifesto, é evidente uma quebra de expectativa. A seguir, ligado a esse “sentimento”, apresenta-se a constatação de que o país havia se encaminhado não para um governo baseado na competência e no mérito, ou “merecimento dos homens”, como esperavam os republicanos e os militares, mas que se construía no domínio das ambições rasteiras, como critério para as posições de mando, que por sua vez ignoram as vontades do povo, fazendo dos estados verdadeiras “satrápias”, alimentando o perigo da “degradação social”. Há que se dizer ao leitor que “satrápias” são os governos ou territórios dos satrapas, antigos governantes persas,

¹⁰⁰ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 401.

¹⁰¹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 398. Grifo meu.

associados à nobreza e ao mando. O que demonstra, evidentemente, uma crítica aos poderes dos chefes políticos locais.

Diante de tal quadro até aqui apresentado, não se pode esquecer do que destacaram Marta Abreu e Angela de Castro Gomes (2009), a respeito das disputas políticas e memoriais instaladas no Brasil nos anos 20, associadas aos projetos de intelectuais que procuravam rebaixar ou desqualificar a experiência republicana de então e que acabaram por legá-las ao pensamento social e à historiografia brasileira. Segundo as autoras, “*uma tradição inventada de antiliberalismo, que condena não só as ideias liberais, como também suas práticas, seus atores sociais e suas instituições e organizações político-culturais*” (Ibidem, p. 3).

Segundo Gomes e Abreu, a partir das formulações de homens como Alberto Torres e Oliveira Vianna, desde o início dos anos 20 crescia uma contundente crítica ao reduzido grau de governo do Estado liberal republicano. Tal seria sua fragilidade que o impediria à principal tarefa de forçar os atores políticos – principalmente as oligarquias, ou grupos locais de poder – a cooperarem com os interesses gerais, abandonando seus particularismos e desejos imediatos, em nome de horizontes de mais longo prazo, ou do que era apontado como prioridades nacionais. Sendo assim, o que se tinha era o domínio dos interesses egoísticos, o mundo do caudilhismo, do coronelismo – em uma avaliação muito próxima do quadro presente que os militares faziam nos seus registros. A consequência disso seria a inviabilidade do atendimento das diferentes demandas apresentadas, contribuindo para maiores conflitos pondo em risco a “paz social”. Tal interpretação considerava esse momento do regime republicano um fracasso, que nem fazia jus ao seu passado, especialmente o Segundo Reinado (ABREU; GOMES, 2009, p. 8-9).

4.3.4 O papel dos militares

Ainda que os apontamentos trazidos pelos “tenentes” não descambassem para a crítica aberta ao liberalismo, é possível vislumbrar até aqui que não ficaram imunes, direta ou indiretamente, às formulações trazidas pelos intelectuais autoritários para os debates nos diferentes espaços públicos por meio de revistas, livros e artigos em jornais. Diante da situação que se encontravam, temiam como uma boa parte dos seus contemporâneos, que a instabilidade que diagnosticavam no quadro político, patrocinada pela dificuldade do regime em atender as diferentes demandas que se apresentavam, promovesse a degradação social no país. Absorvendo essa constatação quase que universal entre os atores políticos dos anos 20,

diziam não querer subverter a República, mas torná-la mais permeável aos interesses gerais – sem dúvida em contraposição à predominância do poder das oligarquias, que enxergavam:

Nada pretendem os revolucionários para si, **senão indicar ao povo, o caminho a seguir** e proporciona-lhes os meios de reivindicar os seus direitos, **substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais**, e menos acessível aos abusos apontados, sem substituir a forma REPUBLICANA¹⁰².

Ratificando o que já diziam os revoltosos do sul, para os “tenentes” amazonenses a urna não era mais garantia de tais interesses, pois era manejada segundo o que determinavam dos “donatários” que estavam no poder. O regime havia se transformado a tal ponto que já não era nem mais uma República, mas “*uma forma desconhecida de Governo, em cujo lábaro apenas se inscreve a negação sistemática daqueles justos anelos que sempre traduziram os sonhos de bem-estar e progresso do povo brasileiro*” – em uma clara referência ao lema positivista, “ordem e progresso”, inscrito na bandeira nacional republicana¹⁰³. Sobre o voto diziam:

Na política, regredimos – vergonhosamente, ao regime das donatarias... Cada indivíduo, conduzido à suprema gestão do país pelo intermédio de concordatas políticas passivas, em que o predomínio do direito do voto nada mais representa do que um brinquedo ignóbil manejado, desprezivelmente (*sic*), pelos nossos dirigentes como se nós brasileiros fôssemos ainda aquelas multidões de escravos integrados, desumanamente, à população brasileira, a quem bem lhe parece, os elementos constitutivos da Federação Brasileira!¹⁰⁴

Já que todos os “freios da Constituição” haviam sido vencidos e todas as garantias do povo minadas, era dever do Exército que o “império das leis” fosse restituído¹⁰⁵. Como se viu até aqui, compreendendo-se enquanto repositório da nacionalidade e dos mais altos sentimentos de moralidade, colocavam a si a obrigação de (re)conduzir o país à República, sob o risco de que a nação fosse tomada pelo domínio dos interesses individuais, o que fatalmente alimentaria sua desagregação. Um temor presente na elite política na República, principalmente em relação aos setores populares, basta recordar a preocupação com as agitações operárias desde a candidatura de Hermes da Fonseca, passando pela Revista A

¹⁰² MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: PRESTES, Anita **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 401. Grifo meu.

¹⁰³ PROCLAMAÇÃO dos militares rebelados em Manaus (AM), em 24 /7/1924. In: PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 408.

¹⁰⁴ Id. Ibidem.

¹⁰⁵ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Idem. Ibidem. p. 400.

Defesa Nacional e pela campanha de Nilo Peçanha. Não foi à toa que o povo, no sentido que falou José Murilo de Carvalho (2003, p. 97), ganhou proeminência nos debates políticos logo nos primeiros anos do regime.

Portanto, entendiam os militares que faziam uma revolução para que o país fosse de uma vez por todas submetido ao “império das leis” da Constituição Liberal, ainda que isso exigisse modificações na mesma. Desta forma, aquele ato de insubordinação era apresentado como completamente legítimo, uma vez que o respeito ao presidente da República e à hierarquia militar estavam diretamente condicionados ao cumprimento da lei pelos civis e militares. O que não ocorria, segundo apresentavam em quase todos os manifestos analisados. Além de moralmente acima dos “políticos profissionais”, estariam também legalmente amparados (ARAGÃO, 2012, p. 67-71). É o que demonstra a fala de Juarez Távora, recortada por Isabel Aragão:

[...] a força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído. Jura, sim, obediência à Constituição. O seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei. E só dentro dos limites dela é que sua obediência, indispensável à própria disciplina, deve exercer-se sem discussão, sem controvérsias. (TÁVORA, 1927, apud ARAGÃO, 2012, p. 71).

Sobre a legitimidade da “revolução”, os indagou o legalista Gen. Abílio de Noronha, por ocasião da sua prisão por Joaquim Távora e Isidoro Dias Lopes, logo nos primeiros dias do levante em S. Paulo. Observe o leitor o diálogo:

- E V. Ex.^a [perguntou a Dias Lopes], julga contar com elementos? V. V. Ex.^a, não vê que esse povo laborioso de São Paulo não deixa seu trabalho honesto para se envolver em revoluções? V. Ex.^a não sabe que as revoluções só são legítimas quando partem do povo apoiado pelas classes armadas e quando há um ideal sagrado?
- Sr. General Abílio, o Sr. Está enganado, atalhou o coronel João Francisco; o povo quer a revolução e elementos tempos, suficientes, porque é todo São Paulo, é todo o Estado do Rio Grande, do Paraná, de Santa Catarina, é toda a Capital Federal a repudiarem esse Governo nefasto. Demais, V. Ex.^a sabe como foi feita República.
- É em nome da Pátria que estamos aqui, diz o capitão Távora [Joaquim Távora]. (NORONHA, 1924, p. 65-66)

A posição militar se justificava também nesses argumentos como uma resposta à necessidade do povo e pelo papel tradicional que entendiam ser do Exército na condução da “Pátria” em momentos imperativos, como se pode ver, desta vez na fala do coronel João

Francisco: “V. Ex.^a sabe como foi feita a República”. Nos manifestos, e demais documentos analisados, os “tenentes” se apresentavam como “revolucionários”, todavia, ainda como representantes do Exército Nacional, tentando evitar sua identificação como um grupo rebelde e simplesmente desordeiro, o que fatalmente ocorreria, por meio dos seus opositores.

Houve, entre os revoltosos quem renegasse inclusive o título de “revolução” para as movimentações paulistas, ao que parece, com o intuito de comunicar seu aspecto legal, regenerador e, portanto, legítimo perante o “Exército, Marinha, Polícias Militarizadas, classes operárias e classes produtoras”:

Respondo categoricamente, estou ao lado de Isidoro, onde sempre estive e estarei, até ver o meu país transformado em uma Pátria de homens livres, onde o regímen adotado pela revolução triunfante, na manhã de 15 de novembro de 1889, seja um fato.

[...] Isso que aí está com pomposos nomes de poder executivo, legislativo e judiciário, não passa de uma sociedade de auxílios mútuos, onde seus membros, para mais livremente agirem, inventaram a célebre lei de imprensa, que fechou a última válvula que a liberdade ainda tinha.

Somos revolucionários? Não. Revolucionários são os que têm mantido a nação, rasgando diplomas, que representam a verdadeira opinião pública; revolucionários são os que votam nivelando operários aos antigos escravos; revolucionários são os que têm anulado a autonomia dos Estados, colocando à testa deles, falsos representantes dos mesmos; revolucionários são os que se têm transformado rapidamente de pobretões de ontem, em ricos de hoje; revolucionários são os que tem arruinado o país com a advocacia administrativa; revolucionários são os que levaram a pátria à miséria, situação em que ela se acha¹⁰⁶.

Como se pode ver, se o autor do texto, o Marechal Odílio Bacellar, admitiu o termo revolução para 1889, não admitiu para 1924. Se no primeiro caso, dentro da interpretação militar, o evento representou uma ruptura ou uma subversão em relação ao Império, no segundo, longe disso, o levante seria, antes de tudo, uma luta pelo cumprimento da legalidade. Desta forma, subversivos ou “revolucionários” seriam aqueles que se encastelavam no poder, desconstruindo a República. Ademais, é preciso lembrar que Bacellar presenciava o governo Artur Bernardes que, sob Estado de Sítio, perseguiu opositores em geral e censurou a imprensa, o que foi apontado pelos militares como a verdadeira violação da liberdade constitucional – como o mesmo Bacellar fez referência.

Recorrendo-se a um dicionário de época, é possível reforçar essa interpretação. Segundo o *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*, de Rocha Pombo, “na linguagem

¹⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Carta do Marechal Odílio Bacellar à Imprensa Paulistana, de 01/07/1924, São Paulo. Cartas da Revolução de 24. Repositório Digital. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/cartas_24> . Acesso em dez. 2013.

comum” a “revolução” é uma “revolta mais extensa, generalizada por todo um país, ou por uma província”; “revolta”, por sua vez, seria a “perturbação da ordem estabelecida, por meio dos atos tendentes a subvertê-la”. Assim:

Não diremos, por exemplo, que está em *revolução* a força que guarda um posto, ou a guarnição de um presídio que se levanta contra o respectivo comandante (e sim – que está em *revolta*): como não diremos que está em *revolta* toda a população de um dos Estados da República tendo chegado a depor autoridades, e a subverter toda a ordem política, mesmo sem ter certeza de que se consumem as mudanças operadas (e sim diremos – que está em *revolução*) (ROCHA POMBO, 1914).

Nos manifestos, ainda que usassem o termo revolução, para designar um levante que se propunha nacional, os militares faziam questão de destacar suas intenções de não subverter o regime republicano, cuidando para que as leis fossem aplicadas e, em última instância, aprimoradas. Em um raciocínio geral, o que se vê é que os “tenentes” chamavam para si a autoridade da interpretação “correta” da lei, que lhes daria então o direito de se insubordinar – à revelia da própria Justiça, que já havia condenado os revoltosos de 1922 –, dadas as condições excepcionais de ilegalidade em que o país se encontrava; principalmente em função dos atos cometidos pelo poder Executivo (ARAGÃO, 2012, p. 73).

Essa prática que levava em conta a necessidade da ação armada como forma de (re)conduzir o país ao que de fato se esperava de uma República, ou ao menos, ao que os grupos envolvidos esperavam de uma República, precisava ser justificada e legitimada na sociedade, seja entre os próprios militares e perante os civis. Em carta enviada, em dezembro de 1924, pelo então “chefe civil” da revolução Assis Brasil ao Dr. Lusardo – certamente João Batista Lusardo, outro político aliado dos Tenentes no Rio Grande do Sul e próximo a Assis Brasil –, o remetente procurava justificar seu apoio, enquanto membro da oligarquia dissidente gaúcha, a um movimento armado que se apresentava como restaurador das instituições republicanas:

Por outro lado, tenho por certo que ninguém me faria seriamente a injustiça de supor-me capaz de apoiar um simples pronunciamento militar, se não tivesse garantias positivas de que os militares nele envolvidos não aspiram à ditadura militar, mas querem apenas a extirpação dos abusos e da corrupção em que se vem afundando, aos olhos de todos e com o reconhecimento de todos, as instituições e a Pátria. Em resumo, não temo estar em erro afirmando que nenhuma convicção existe hoje mais arraigada na consciência nacional do que esta: A República Brasileira, obedecendo talvez a uma fatalidade histórica, precisa ser remodelada, e essa remodelação não poderá ser efetuada pelos processos chamados legais, e muito menos pelos

representantes da casta que a arrastou à situação deplorável em que se debate. A época da Revolução está aberta e os responsáveis por ela são os deturpadores do régimen. [...] ¹⁰⁷

Além de procurar justificar ou legitimar um ato que é em si uma insubordinação às leis e aos superiores, dar ao movimento ares de “legalidade” e correção pode ser também um sinal da preocupação que os militares cultivavam em relação à manutenção da ordem – ainda que possa parecer contraditório. Portanto, o que disse Luiz Carlos Prestes no manifesto de Santo Ângelo, não revela apenas uma preocupação pontual: “*Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem estar todos calmos que nada acontecerá de anormal.*” ¹⁰⁸

O discurso de respeito à ordem e a proposta de mudanças por meio de reformas, tinha grande apelo no amplo espectro do debate político brasileiro. Como foi possível identificar ao longo desta pesquisa, para aqueles que o sustentaram, ao longo do século XIX e início do século XX, a preocupação central era conduzir as transformações sob o domínio de uma vanguarda detentora de saber e racionalidades, que se contrastava com o despreparo das “massas” e com a ganância das elites políticas tradicionais. Ligado a essa noção, havia a percepção elitista da política enquanto privilégio dos mais preparados para tal. Uma leitura que atingia os liberais, sendo potencializada entre os antiliberais positivistas e radicalizada pelos autoritários (HOLLANDA, 2009).

Mesmo tendo os militares optado por uma ação armada, é possível perceber entre eles uma postura elitista atenta à manutenção da ordem. Há que se destacar que nos manifestos e demais fontes, o elemento civil enquanto sujeito ativo no processo “revolucionário” se restringia aos membros tradicionais das oligarquias brasileiras – ainda que naquele momento muitos deles se apresentassem como dissidentes –, a exemplo de Nilo Peçanha, Assis Brasil, Wenceslau Brás e Antonio Prado. Aos setores populares, principalmente no levante paulista, caberia a posição primeira de objeto da ação e de elemento legitimador do movimento, a

¹⁰⁷ É necessário dizer ao leitor, todavia, que Assis Brasil estava empenhado nesse momento em desbancar o domínio do governador Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, liderando o grupo de dissidentes organizados sob a Aliança Libertadora (PRESTES, 1990, p. 354-356). Segundo revela a própria carta, o apoio aos Tenentes vislumbrava em última instância o que ele chama de “Libertação”, que seria a queda, do reeleito pela quinta vez, Borges de Medeiros. Ver em APESP. Carta de J. F. Assis Brasil a Dr. Lusardo, de 15/12/1924, Berachi. Cartas da Revolução de 24. Repositório Digital. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/cartas_1924/325.pdf> . Acesso em dez. 2013.

¹⁰⁸ MANIFESTO dos militares rebeldes em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/ 1924. In: PRESTES, Anita L. A Coluna Prestes. Op. Cit. p. 412.

quem deveria ser indicado “o caminho a seguir”, para que se garantisse seu primordial mecanismo de manifestação: o voto¹⁰⁹.

Para Maria Cecília Spina Forjaz, os levantes de 1924, foram preparados nos quartéis de forma conspirativa, com uma participação pequena das elites civis e revelando uma “perspectiva voluntarista e golpista”, desligada das classes populares e dos setores médios. Interessava-lhes mais o apoio das elites políticas, do que um auxílio efetivo das classes populares. Na percepção dos seus autores, a “revolução” deveria ser feita por aqueles que, diferente dos civis, detinham grande sentimento cívico e instrumentos como organização e força para agir (FORJAZ, 1977; p. 80-81; 1988, p. 86-87).

Algo semelhante afirmou Anita Prestes:

Para os “tenentes”, cabia aos militares desempenhar esse papel: salvar o país e as instituições dos maus políticos [...]. Era uma postura elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive das camadas médias urbanas, na medida em que a revolução seria feita pelos militares, imbuídos do seu papel salvador [...] (PRESTES, 1990, p. 95)

Em 1927, comentava Juarez Távora sobre os “excessos da indisciplina popular”, apoiando-se nas suas interpretações históricas:

A História não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo, ou pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas. E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: **tem valido, no meio de desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais, como um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.** À França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem entre nós, seria capaz de prever as últimas consequências do populacho? Será essa a revolução que admitem os nossos políticos? (TÁVORA, 1927, p. 93, girfo meu)

Não se pode negar a possibilidade dessa alegação se sustentar na percepção “paternalista-autoritária” do conflito social, que alimentava o “reformismo” pregado tradicionalmente pelas elites político-intelectuais, forte desde o final do século XIX, e que ganhou mais espaço nos anos 20 pelas vozes de Alberto Torres e Oliveira Vianna (FORJAZ, 1988, p. 78). Como dito logo acima, dentro dessa concepção política, em um quadro de

¹⁰⁹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: *Ibidem*. p. 401

conflito social que reclama mudanças urgentes, estas deveriam acontecer de forma a conter os exageros ou as ameaças de ruptura. O que não ocorreria se o processo fosse dirigido pelas massas, que sujeitas às restrições materiais e vulneráveis à imprevisibilidade dos desejos, se mostravam enquanto coletivos amorfos e ignorantes, incapazes de exprimir uma opinião acabada, não tendo condições e nem o conhecimento necessário para apontar uma finalidade a ser seguida pela sociedade (HOLLANDA, 2009, p.83).

Algo próximo disso enxergavam os “tenentes” ao propor, por exemplo, o voto censitário e a necessidade de alfabetizar 60% da população para que então o país fosse novamente entregue à democracia, após uma “Ditadura” provisória¹¹⁰. Quanto a proposta do censo alto, seria para os militares uma forma de evitar a eleição de “velhos oligarcas”, uma vez que as populações incultas, desprovidas de recursos, continuariam a elegê-los, mantendo-os no poder (FORJAZ, 1998, p. 81).

O temor de uma “desordem” promovida pela agitação das massas era um traço forte das culturas políticas da época e estava, sem dúvida, presente entre as elites civis, entre os militares revoltosos e os oficiais legalistas e, inclusive, funcionava como moeda de troca nas tentativas de negociação em 1924. É o que se observa a partir da fala do chefe da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, que logo se colocou como mediador na tentativa de cessar as hostilidades entre o governo e os militares, em carta ao comandante das Forças legalistas, gen. Eduardo Sócrates. Macedo Soares destacou uma suposta conversa que teria tido com Isidoro Dias Lopes, na qual este alertava que, caso se estendessem os combates, poderiam ser combustível para a subversão da ordem social pelos “operários”: *“Os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. – Será mais tarde pelos sem trabalho, tentada com certeza a subversão da ordem social”*¹¹¹.

Dias antes, o mesmo Macedo Soares já tinha enviado um apelo para que o gen. Abílio de Noronha, então preso pelos rebeldes, se colocasse como mediador nas negociações com o governo. Alertava ao general:

Os acontecimentos mostram que não se trata de uma simples insurreição militar. As Forças Revolucionárias estão, à evidência, organizadas para a guerra civil. Está em poder dos **rebeldes** a Cidade de São Paulo, a presa mais valiosa que podem ambicionar. A vitória das tropas legalistas, possível

¹¹⁰ A proposta do “voto secreto e censo alto” está no MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado nos jornais de São Paulo, de 24/07/1924. In: PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 402. A proposta de “Ditadura” está no “Plano de Governo elaborado pelos Revolucionários”, publicado na íntegra no trabalho de Anna Maria Martinez Corrêa (1976, p. 52-53).

¹¹¹ CARTA de José Carlos de Macedo Soares para o Gen. Eduardo Sócrates, em São Paulo, 27 de julho de 1924. In: NORONHA, Abílio de. Op. Cit. p.96-98.

e mesmo provável, só poderá ser obtida pelo arrasamento de São Paulo, depois, portanto, da pilhagem aos Bancos, às casas de comércio e indústria, e depois, talvez, do massacre da população inerme e indefesa¹¹².

Sobre esse perigo concordou o general:

Se já presentistes como deixais transparecer, que o movimento revolucionário se transfigurará dentro em breve numa guerra civil, também a mim já se me (sic) afigurou a iminência desse perigo pelo que posso avaliar da perduração da instabilidade da situação¹¹³.

Se por um lado, os militares participavam dos debates políticos da época e, conseqüentemente, conviviam com as diferentes culturas políticas que disputavam espaço; por outro, aquilo que defendiam também se construía a partir da formação militar, que no início do século XX, ainda estava bem próxima dos temas políticos. No seu livro sobre a identidade militar do Tenentismo, entre 1922 e 1930, Isabel Aragão (2012) destacou que ter compreensão da identidade, ou do *ethos* militar, seria fundamental para entender a maneira como os revoltosos elaboravam suas conclusões sobre o papel que o Exército desempenhava na sociedade, para além daquilo que determinava a legislação. Para a historiadora, se trata de uma dimensão do mundo das representações necessária de ser captada na sua relação com o universo material, político-social vivido pelos militares (Ibidem, 2012, p. 31)¹¹⁴.

Não se refere a autora ao conceito de “instituição total”, de Erving Goffman, do qual lançou mão José Murilo de Carvalho (2005) para explicar o comportamento militar. Diferente disso, Aragão apontou que há entre os militares uma “qualidade característica”, em qualquer tempo histórico, que os influencia de maneira eficiente, ainda que parcial – pois há também que se considerar elementos sociais e individuais na formação destes homens (ARAGÃO, 2012, p. 31). Tal qualidade é definida a partir princípios, práticas, valores e tradições cultivadas por meio de uma forte memória institucional e de um treinamento cotidiano, cujo

¹¹²CARTA de José Carlos de Macedo Soares para o Gen. Abílio de Noronha, em São Paulo, 16 de julho de 1924. In: Id. Ibidem. p. 81-83.

¹¹³ CARTA do Gen. Abílio de Noronha para o Dr. José Carlos Macedo Soares, em São Paulo, 16 de julho de 1924. In: Id. Ibidem. p. 83-85.

¹¹⁴No arcabouço teórico-metodológico utilizado pela autora estão inseridas as formulações de Chartier sobre as relações mútuas entre o universo das representações e o da ação no imediato mundo material, tal como se procurou trabalhar nessa dissertação (ARAGÃO, 2012, p. 26-27); o que autoriza lançar mão das conclusões deste importante trabalho na leitura das fontes da pesquisa aqui desenvolvida. Sobre o conceito de *ethos*, a autora lança mão da definição do antropólogo Clifford Geertz: “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.” (GUEERTZ, 1978, p. 144-145 *apud* ARAGÃO, 2012, p. 87)

interesse não é tão somente prepará-los para o trabalho na caserna, mas também orientá-los na maneira como se portarem diante de quaisquer circunstâncias.

Nesse sentido, a um militar deve caber uma conduta específica, sob qualquer situação. Sendo assim, determinações cultivadas de disciplina e hierarquia fazem parte de uma identidade construída a partir da idéia de um pertencimento a um mundo de “dentro”, da corporação, por meio de uma constante atualização de princípios próprios de entendimento da realidade, não só inerente ao mundo do trabalho, mas no sentido holista (ARAGÃO, 2012, p. 35).

Em última instância, no contexto do Tenentismo, os revoltosos percebiam que tal preparação os colocaria em uma posição diferenciada em relação aos de “fora”. Ou seja, na acepção militar, o treinamento lhes renderia então capacidades para a vida e, conseqüentemente, para a política, as quais os civis não detinham: além do preparo para a guerra, somando-se ao respeito à disciplina e à hierarquia, uma preparação cívica, moral e racional (ARAGÃO, 2012, p. 35). O que faria dos mesmos um grupo mais qualificado para intervir nas questões nacionais. Uma postura possível de ser identificada antes mesmo dos levantes do Tenentismo, como se viu acima.

No entanto, a mesma leitura que os militares faziam de sua superioridade em relação aos políticos e à massa, lhes dava também uma sensação de marginalidade, de apartamento em relação às elites políticas e econômicas. De maneira análoga ao que acontecia com os intelectuais da geração de 1870 e com os críticos da República, mais do que a própria posição social que desfrutavam objetivamente naquela sociedade, a maneira como se enxergavam nela e o papel que julgavam ter, os instigava a um voluntarismo, a uma idéia de missão, por se compreenderem como mais capazes e acima das disputas de classes e de partidos. Como foi possível vislumbrar, desde os acontecimentos da Reação Republicana, a especialidade da formação militar justamente por apartá-los os legitimava, mais que qualquer outro grupo, na crítica e na ação.

Por outro lado, ainda que o elitismo, o apelo à ordem, à disciplina e à hierarquia que ostentavam não fossem tão somente uma influência das tradições do antiliberalismo – fortalecidas nos anos 20 pelo autoritarismo –, mas também configurados pela própria condição militar, estes não deixavam de ser autoritários em princípio e, provavelmente, penetravam mais facilmente na sociedade civil pelo apelo positivo que ganhou esse tipo de discurso naquele momento de crise do modelo liberal, no mundo ocidental como um todo. Pois como lembrou Mário Stoppino, na formulação do autoritarismo moderno, construído a

partir da reação à doutrina liberal, a manutenção da ordem e da hierarquia na administração da mudança social se apresenta como ponto fundamental para a configuração da harmonia em qualquer sociedade (STOPPINO, 1995, p. 96).

4.3.5 O combate ao poder das oligarquias e a defesa da soberania popular

Como se tentou evidenciar até aqui, o Tenentismo está inserido em um momento crítico vivido pelas instituições brasileiras, que seria agravado imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, com a intensificação das contestações aos modelos político-culturais que ajudavam a compor as democracias liberais do ocidente. No Brasil, manifestaram-se as mais diversas reações a este quadro, que tinham em comum creditar ao poder constituído a responsabilidade pelo estado de coisas (CORRÊA, 1976, p. 45).

Reagindo ao que entendiam como uma degeneração da República, os militares propunham um regime que fosse mais próximo daquilo que prezasse primordialmente pelos interesses gerais, em detrimento dos localismos e faccionismos de então. Ainda que se apegassem até esse momento a uma bandeira da República federativa e liberal, não deixavam de dialogar com outras propostas presentes naquele tumultuado cenário político, quando se tratava de procurar saídas para combater o poder das facções.

Se os “tenentes” não apresentavam uma discussão aprofundada sobre a necessidade da construção de um projeto nacional, entendiam que, pela maneira como os poderes se organizavam, a nação que havia sido construída se esfacelaria, pela multiplicidade e a força dos interesses privados. Portanto, a urgência das ações se dava por ser a questão um problema do país como um todo, implicando a necessidade de sua proteção interna e externa. Em princípio, um país desorganizado se tornaria mais frágil tanto em relação ao poder das facções, quanto em relação às potências estrangeiras. Assim se manifestavam os militares rebeldes primordialmente em relação à maneira como as oligarquias faziam das finanças nacionais o seu patrimônio. Um exemplo que fornece a idéia geral é o que traz esse manifesto:

Já é tempo de estancar o sangue brasileiro, já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de restabelecer a harmonia na família Brasileira, já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas ombro a ombro, para restabelecemos a situação financeira do Brasil, para recobrar o dinheiro que nossos maus governos nos roubaram e podermos, assim, evitar

que, em 1927, o Governo Inglês, venha tomar conta das nossas alfândegas e das nossas ricas colônias para cobrar a dívida do Brasil¹¹⁵.

Assim, como fruto da crítica aos poderes que detinham as oligarquias, que as permitia, entre outras coisas, intervir nos resultados eleitorais e na administração pública segundo seus próprios interesses, os militares flertavam, por exemplo, com o apelo ao centralismo, que já era uma perspectiva debatida por Alberto Torres e Oliveira Vianna.

O que foi possível notar é que, para os “tenentes”, o poder das facções estaduais gerava grupos mais fortes que outros, com competência para manipular processos corruptores, entre eles o voto aberto, que colocavam em cheque o necessário equilíbrio das unidades federadas e calavam a soberania das urnas. Aqueles com mais poder em suas relações promíscuas com a política dominante ou com o próprio presidente da República, seriam os responsáveis, ao fim e ao cabo, por fortalecer tanto o Poder Executivo em seus abusos recorrentes (CORRÊA, 1976, p.51).

Desta forma seria preciso centralizar, o que significava contrapor-se aos localismos, unificar as instituições de forma que as facções não pudessem atuar sobre elas, permitindo que as leis estabelecidas na Constituição fossem cumpridas da mesma forma em todos os estados. Não faziam de forma alguma um combate ao federalismo, como o fez Oliveira Vianna, porém guardavam semelhanças com a constatação de Alberto Torres, que propunha uma reformulação desse arranjo político: era preciso garantir a supremacia do poder constitucional perante as autoridades locais, que naquele momento detinham mais poder que o próprio governo central.

O manifesto de São Borja (RS), de outubro de 1924, dá uma dimensão mais clara do que ambicionavam os militares, pois ao mesmo tempo em que defendia a preservação da autonomia dos estados, preocupava-se com os excessos de poder dos governos estaduais sobre instituições de interesse nacional. Não é à toa que a palavra “unificar” apareceu 5 vezes no mesmo texto:

A revolução não quis e não quer subverter as Instituições, mas sim, simplificá-las, unificá-las e moralizá-las.
É seu princípio máximo salvar a Constituição, modificando-lhe alguns pontos secundários para que os políticos profissionais não a corrompam e desmoralizem nos seus próprios fundamentos.
A revolução considera imprescindível:

¹¹⁵ As colônias referem-se às comunidades de colonos – imigrantes alemães, italianos, poloneses etc., que viviam e trabalhavam no Rio Grande do Sul. Ver MANIFESTO dos militares rebelados de Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 411

- a) – reformar o artigo 6º da Constituição de forma a impedir os constantes assaltos feitos brutalmente à autonomia dos Estados;
- b) – unificar a justiça libertando-a das tutelas dos governos estaduais e federal, colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal, organizado em novas bases;
- c) – unificar o fisco, atualmente dividido entre a União, Estados e Municípios. [...]
- d) – cumprir e fazer cumprir com sinceridade e energia todas as leis votadas no País¹¹⁶.

Contudo, segundo alertou Boris Fausto (1983, p. 64), neste momento do Tenentismo, o aumento da centralização não correspondia ainda imediatamente com uma hipertrofia do Executivo da maneira que propunham os autoritários, ao contrário. Como mencionado, o domínio das oligarquias era associado com a predominância do poder Executivo, que endossado por estes grupos locais de poder, intervinha na composição do legislativo, feria a autonomia estadual para favorecer os seus e violava as liberdades individuais:

A inobservância da lei básica, a perversão dos costumes políticos e as usurpações governamentais romperam o equilíbrio dos três poderes, cujos princípios de harmonia e independência estão hoje em dia desvirtuados pelo regime da compressão e das violências, de ódios e de vindetas que anulam o Legislativo, que pervertem o Judiciário dando às leis e ao Direito o cunho das preferências e paixões do Executivo, que, fiado nos preceitos constitucionais que colocam sob suas ordens os aparelhos da força, deles se têm utilizado para desenvolver uma progressão assustadora a sua ascendência sobre os demais órgãos de poder, desrespeitando sentença para intervir a mão aramada na vida autônoma dos Estados¹¹⁷.

Acentuava-se para os “tenentes” a necessidade de se equilibrar os poderes, admitindo-se, contudo, a hipótese de predominância do judiciário, desde que fosse implantada uma *“reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados, adotando-se o meio que os torne em absoluto independentes dos processos de suborno empregados pelo Executivo”*¹¹⁸.

Tomando-se a análise do conjunto documental militar como um todo, é possível perceber que, com estas propostas, os “tenentes” admitiam o fortalecimento de um dos poderes no qual identificavam uma possibilidade de maior distanciamento das disputas políticas que arruinavam as instituições republicanas. Se o Executivo e o Legislativo, eram

¹¹⁶ MANIFESTO dos militares rebelados de São Borja (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. Op. Cit. p. 413.

¹¹⁷ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado na imprensa de São Paulo, em 17/7/1924. In: In: PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 400

¹¹⁸ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado nos jornais de São Paulo, de 24/7/1924. Ibidem. p. 402.

ocupados diretamente por “políticos profissionais”, que de uma forma ou de outra se erguiam a partir de seus estados e dos interesses que lá reinavam; no Judiciário, os magistrados, desde que chegando aos seus postos por mecanismos independentes de nomeação e recrutamento, que garantissem lá os melhores juristas, poderiam estar mais aptos a fazer cumprir a letra da lei. Em outros termos, os militares procuravam fortalecer um poder em que vislumbravam a capacidade de ser mais distante da política e mais próximo da técnica ou da racionalidade¹¹⁹. Nesse ponto, em princípio, algo próximo ao que propunham os autoritários com suas propostas de formação de conselhos técnicos: trazer para a frente do Estado instituições em que predominassem a racionalidade na defesa dos interesses gerais, em detrimento dos interesses das parcialidades.

Ora, ter isso em mente ajuda a entender, por exemplo, a defesa que os Tenentes fizeram nos anos 30 da formação de conselhos técnicos no poder Executivo, com o objetivo de “propor soluções acertadas aos problemas nacionais”. Assim advogou Juarez Távora na Assembléia Constituinte, segundo o *Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, elaborado no Clube 3 de Outubro, em 1931 (FORJAZ, 1988, p. 70-76).

Com estas formulações gerais sobre a contenção dos abusos de um Executivo apoiado por grupos corruptos de poder local, que empurrava o país a um governo tirânico, os militares diziam defender primordialmente a realização plena da soberania popular, que seria então assegurada por instituições livres dos antigos vícios: a começar por eleições honestas, com garantias do voto secreto e com o reconhecimento dos resultados pelo Judiciário (CORRÊA, 1976, p. 52). Segundo entendiam os revolucionários, ficando a República livre das negociatas do Executivo com os poderes locais, o povo finalmente poderia exercer plenamente o direito ao voto sem as pressões dos interesses da “politicalha”. Assim se conformariam finalmente instituições praticamente autônomas, integradas dos “melhores elementos da nossa nacionalidade”, acima das relações de classe e de partidos, com condições de permitir que se cumprissem os interesses gerais¹²⁰. Se não desenvolveram os “tenentes” longas elaborações sobre como garantir um Estado de fato nacional, como fizeram os autoritários, demonstraram o mesmo interesse em torná-lo livre ao máximo das danosas forças desagregadoras.

¹¹⁹ Idem. *Ibidem*.

¹²⁰ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo de São Paulo, publicado na imprensa de São Paulo em 17/7/1924. *Ibidem*. p. 399. A respeito da visão institucional pregada pelos militares no levante paulista disse Corrêa: “Estes [o Estado] era visto pelos militares como uma instituição praticamente autônoma, acima das relações de classe; tinha então condições de permitir o funcionamento de uma representação legítima dos interesses da maioria”. (CORRÊA, 1976, p. 54)

Contudo, os revolucionários, enquanto portadores de uma visão elitista do quadro social, demonstravam que ao povo já deveria ser entregue essa nova situação, não sendo o foco do movimento a participação do mesmo como promotor da mudança. Primava-se pela sua atuação no exercício do voto, que do povo também exigia a “educação” necessária – além da simples “instrução” da leitura e da escrita –, que desse conta das formação do seu caráter e da sua mentalidade – algo diferente do ensino bacharelesco e inútil que tinha até então informado as elites políticas¹²¹. A julgar pelas preocupações gerais dos militares, um ensino que permitisse ao cidadão ter compreensão dos interesses da maioria.

A reforma não dos programas, mas sim dos métodos da instrução pública, a que melhor chamaremos de “educação” pública; abolindo o atual conceito que tem como meta do nosso ensino primário o aprendizado de leitura e escrita e substituindo-o pela noção de que à escola primária compete, pelo ensino objetivo, a formação do caráter e da mentalidade do jovem brasileiro. Acabando de vez com esse malfadado ensino livresco [...]¹²²

De imediato, pelo menos a condução urgente da mudança deveria estar nas mãos dos mais aptos, no caso da “revolução”, dos militares, e nas urnas, pelas mãos daqueles que estivessem o mínimo possível subjugados aos interesses dos mandões locais. O que segundo Forjaz, explicaria a proposta do censo alto (FORJAZ, 1988, p. 81). Essa era a indicação o Manifesto paulista do dia 24 de julho de 1924: “Assim, triunfante a Revolução, o governo provisório convocará uma constituinte que virá discutir e regulamentar os seguintes princípios, que são o anelo de todo bom brasileiro: /1º) Voto secreto e censo alto. [...]”¹²³

Como se pôde ver, a ação promotora da mudança pela qual clamavam deveria ser verticalizada, trabalhada por um grupo restrito, por uma elite. Ter isso em mente, permite ao pesquisador encontrar a proposta de uma “Ditadura” entre os manifestos dos revolucionários, que se apresentavam como “liberais”, e não se impressionar ou tratá-la enquanto voz isolada. Pelo apresentado até aqui, não se pode deixar de lado que, entre os militares, a proposta de uma ditadura para lidar com as agruras do mundo político não era coisa inédita em 1924. A começar com Floriano Peixoto em 1887, em cunho privado, passando pela circular do Clube Militar de fevereiro de 1922, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, e chegando ao plano de governo, elaborado pelos revolucionários Paulistas em 1924, encontrado no arquivo

¹²¹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado nos jornais de São Paulo, de 24/7/1924. In: PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 403.

¹²² MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo, publicado nos jornais de São Paulo, de 24/7/1924. In: PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 403.

¹²³ Idem. Ibidem. p. 402.

peçoal de Isidoro Dias Lopes, após a retirada de suas tropas de São Paulo¹²⁴. Se no primeiro caso, Floriano deixava claro que imaginava uma “ditadura militar”, nas duas outras vezes em que apareceu a proposta ela não era clara a esse respeito, muito embora em outros momentos os militares tenham explicitado a intenção de nomear civis para um “governo provisório”, que muito se assemelhava à proposta da “Ditadura”.

Assim dizia, por exemplo, Isidoro Dias Lopes, em carta ao general Abílio de Noronha ao apresentá-lo as exigências do movimento para depor as armas – as quais, diga-se de passagem, muito se aproximavam do tal “plano de governo”: “*Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo – Dr. Wenceslau Braz. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte [...]*”¹²⁵.

Quanto à proposta de “Ditadura” do plano de governo dos revolucionários de 1924, destaca-se:

1. O movimento revolucionário visa a implantação no Brasil do Regime Republicano Democrático, a moralização da administração e da justiça, a difusão do ensino e o saneamento das finanças nacionais.
 2. A direção suprema do país será confiada provisoriamente a uma “Ditadura” cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos sejam alfabetizados.
- §1º – Uma vez conseguida essa porcentagem, será convocada a “Constituinte” que resolverá definitivamente sobre os destinos do país. [...]

Ora, ainda que mais tarde, em 1927, Juarez Távora justificasse ser essa proposta antes fruto de sua opinião pessoal do que algo compartilhado por toda a coletividade revolucionários (CORRÊA, 1976, p. 53), sem dúvida, levando em conta todo o contexto, a sua presença recorrente no imaginário militar não pode ser deixada de lado

4.3.6 Uma defesa própria da República liberal

¹²⁴ Sobre a proposta de Floriano Peixoto, ela aparece em trecho citado por Isabel Aragão de carta enviada pelo Marechal a um amigo sobre a Questão militar em 1887. Dizia Floriano Peixoto: “Vi a solução da questão da classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e, portanto, a necessidade da ditadura militar para expurgá-la” (FLORIANO PEIXOTO, 1887, apud ARAGÃO, 2012, p. 78). Sobre a circular do Clube Militar de 1922, ver REAÇÃO militar contra a candidatura de Artur Bernardes (fevereiro de 1922). In: CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. Op. Cit. p. 23-24. E sobre o plano de governo dos revolucionários de 1924, está na íntegra na nota no trabalho de Corrêa (1976, p. 52)

¹²⁵ CARTA de Isidoro Dias Lopes para o Gen. Abílio de Noronha, São Paulo, 17/07/1924. In: NORONHA, Abílio de. Op. Cit. p. 86-88.

A julgar pelo que foi trabalhado até aqui, não se pode negar que os “tenentes” detinham, em muitos aspectos, proximidades com as leituras e propostas desenvolvidas pelos autoritários a respeito das instituições republicanas, do conflito social e do papel do povo. Esta dissertação, que procurou acompanhar as transformações das culturas políticas a partir da proclamação da República, permitiu esclarecer que os militares, inevitavelmente, lidaram com culturas políticas arraigadas em tradições que já desprezavam, ou desdenhavam da participação popular como promotora da mudança, há algumas gerações.

O que se pôde ver com isso é que, no longo prazo, o positivismo e seu antiliberalismo, que tanto estiveram presentes nas escolas militares até o início do século XX, ajudavam a compor tal o universo militar. No curso dos acontecimentos, estas formulações também ganhariam espaço naquele cenário de crise dos paradigmas liberais e da República brasileira no século XX, sendo cuidadosamente reformuladas e desenvolvidas por homens como Alberto Torres, Oliveira Vianna e demais críticos da república liberal-oligárquica.

Ainda antes dos exasperados e logo reprimidos levantes de 1922, os debates do Clube Militar revelavam uma leitura de mundo que esteve presente também nos acontecimentos de 1924. Afirmando-se em uma posição privilegiada em relação à massa de civis e à elite política, os militares rebeldes criticavam a República dirigida pelos “bacharéis” e denunciavam os faccionismos das oligarquias. Para eles, a predominância dos interesses de determinados grupos locais de poder mergulhava o país em interesses rasteiros e corruptos, que ignoravam a Constituição e, portanto, desviavam o regime de sua missão: a defesa dos interesses gerais da nação. Para aquela desorganização proporcionada pela multiplicidade de interesses que se digladiavam pelo poder, apontavam a autoridade militar como a bússola necessária.

Em 1924, com uma movimentação que partiu de São Paulo, demonstrando-se mais preocupada com sua organização, estas leituras reapareceram, agora acompanhadas de propostas melhor definidas apresentadas nos manifestos. Destas, o que se pôde ver, foi uma orientação geral que demonstra preocupação com a construção de um Estado mais técnico que político, comprometido com a manutenção da ordem, detendo poderes que fizessem frente às forças políticas locais e às distorções que elas promoviam, nem que para isso fosse necessário restringir o acesso ao voto ou mesmo estabelecer uma ditadura.

Como bem destacaram Gomes e Ferreira, foram os anos 1920 um momento em que se fortaleceu a detração do regime liberal e da experiência participativa, associando-a a processos fraudados e fictícios, assim desprezíveis e inócuos, devendo ser afastados e negados

de maneira definitiva: “*não é de fato nenhuma novidade assinalar os vínculos entre a construção de um pensamento autoritário no Brasil e as críticas ao liberalismo, encarnado e identificado na política, nos políticos ‘profissionais’ da República ‘velha e oligárquica’.*”(ABREU; GOMES, 2009, p. 4- 5). A este respeito, se pode dizer seguramente que os “tenentes”, enquanto atores ativos neste momento e que se proclamavam defensores da República liberal, não passaram ilesos a tal fenômeno.

4.3.7 Os desfechos dos levantes de 1924 e a formação da Coluna Prestes

Nossa conduta como conquistadores, deixando de constituir governo Estadual e Provisório Federal, demonstra à evidência que não queríamos São Paulo como objetivo final. Essa, era apenas uma etapa, o meio de impressionar a nação, despertando e fazendo vibrar o sentimento de liberdade. Assim abandonaremos com saudade São Paulo e continuamos nossa missão já agora completamente conhecida, perlustrando todos os pontos do Brasil, onde seja necessário, com os intentos MANIFESTADOS NA NOSSA PROCLAMAÇÃO. E não haverá o bombardeio da cidade.
Pela REPÚBLICA – REPUBLICANIZADA – todos os nos nossos esforços.

Assim afirmou Isidoro Dias Lopes, dando o tom da continuação do movimento, no manifesto de retirada das tropas de S. Paulo. Algo que não foi um consenso de imediato, mas resultado de discussões entre quem dava o movimento como derrotado, defendendo a permanência na cidade, e quem propunha por os militares em marcha, seja para Campinas ou na direção das tropas revoltadas no Mato Grosso. Como resultado dessa discussão, se decidiu ir para Bauru; tal cidade do interior paulista era reduto oposicionista, portanto potencial aliada do movimento, e ideal estrategicamente, pois tinha nela três estradas de ferro que levavam até o Mato Grosso (LANNA JR., 2013, p. 324).

De Bauru partiram várias ações militares em direção ao interior, sob a estratégia de sempre ocupar posições, contundo, evitando confronto direto com as forças legalistas. Nesse momento, após deixarem a capital paulista, configurou-se a chamada Coluna Paulista, ou Coluna Miguel Costa, que na verdade não era única, mas um bloco de tropas independentes que se deslocavam em uma mesma direção, primeiro para o interior do estado, enviando também tropas ao Mato Grosso, como a liderada por Juarez Távora que chegou a ocupar Três Lagos, até decidirem por bem se direcionarem ao Paraná, depois de cercados por tropas inimigas em intenso combate (Ibidem, p. 324). Sobre as batalhas em Três Lagos narrou Ítalo Landucci:

Combatíamos contra efetivos três ou quatro vezes superiores. [...] A situação tornava-se intolerável. De repente nuvens tênues de fumaça surgiram pela frente seguidas, seguidas de labaredas, isoladas a princípio, que, alimentadas pelo vento, degeneraram em incêndio intenso e contínuo.

– Os legalistas queimaram o campo. Foi o grito de angústia repetido em toda a extensão da linha. [...] Sem outra alternativa, batemos em retirada, perdendo terreno conquistado à custa de tão infentes (sic) sacrifícios e sem poder acudir aos feridos já exangues. (LANDUCCI, 1952, p. 11-15 apud CARONE, 1975, p. 79).

A Coluna Paulista foi por via Fluvial em direção ao sul, até chegar em Foz do Iguaçu, encontrada desguarnecida e abandonada pela população que temia as consequências da chegada das tropas. A cidade se tornaria o novo posto de defesa dos revolucionários que ali permaneceriam por longos meses, até março de 1925, quando se encontrariam com os militares gaúchos (LANNA JR., 2013, p. 327).

Os levantes no Rio Grande do Sul, por sua vez, começariam quando a Coluna Paulista já se encaminhava em direção a Foz do Iguaçu, contando com a liderança de partícipes dos levantes de 1922, como Juarez Távora e Siqueira Campos, este último, sobrevivente no episódio dos 18 do Forte. Segundo Anita Prestes, a presença deste dois militares seria fundamental para ajudar na preparação do levante, vencendo algumas vacilações e resistências da maioria das unidades já envolvidas nas disputas internas do estado, entre o grupo oligarca liderado pelo governador Borges de Medeiros e os dissidentes chefiados por Assis Brasil (PRESTES, 1990, p. 119).

Os levantes aconteceram no dia 29 de outubro de 1924, em Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, Uruguaiana e São Borja, tendo início com uma quartelada e posterior ocupação de pontos estratégicos nas respectivas cidades (LANNA JR., 2013, p. 328). Contudo, como no caso dos levantes nos demais estados, pela falta de recursos, ela espontaneidade do movimento e pela rápida atuação das tropas legalistas, não demorou para que fossem logo debelados, à exceção de São Luís (PRESTES, 1990, p. 121).

Para São Luís se dirigem os revolucionários derrotados, estando lá entre 29 de outubro e 27 de dezembro, sob a liderança de Luis Carlos Prestes, as forças seriam reorganizadas e marchariam em direção a Foz do Iguaçu, formando a Coluna Gaúcha.

Na prática, Prestes passou a comandar não só o 1º BF [Batalhão Ferroviário], que viera com ele de Santo Ângelo, mas também o 3º RCI [Regimento de Cavalaria Independente], com sede nessa cidade, e os elementos civis e militares remanescentes dos diversos levantes; estes iam se concentrando nessa região, que, pela sua própria localização, oferecia maior segurança aos revolucionários. (Ibidem, p. 121).

Esta cidade encontrava-se distante de qualquer linha férrea, o que, naquela época, significava uma grande dificuldade de acesso para as tropas governistas (Ibidem, p. 121).

Ainda em S. Luís os rebeldes sofreriam com o chamado “anel de ferro”, quando cerca de 14 mil homens do governo, dispostos em sete colunas de 2 mil, cercariam a cidade com o objetivo de estrangular o exército de revoltosos em um sítio, orientados por uma estratégia de “guerra de posição”, a única conhecida pelos militares da época (Ibidem, p. 142-144). A despeito de inúmeras deserções de muitos chefes que levavam consigo seus soldados, o comandante Prestes, se informando da estratégia oficial por meio de funcionários do governo e inferindo informações nas leituras de jornais, decidiu furar o cerco se dirigindo ao norte, em direção às tropas paulistas, que estavam no Paraná; uni-las seria naquele momento a única forma de tentar salvar o projeto de revolução nacional (PRESTES, 1990, p.146).

Chegando os legalistas em S. Luís Gonzaga e não tendo encontrado nenhum rebelde, concretizava-se naquele momento a primeira grande vitória de Prestes e da tática de “guerra de movimento” ou guerrilha. Um acontecimento que renderia ao coronel grande prestígio e contribuiria para a consolidação de sua liderança frente aos revoltosos (Ibidem, p. 149). Sobre a tática de guerrilha e a chegada ao Paraná, pela cidade de Barracão, dizia o Ten. João Alberto Lins de Barros em suas memórias:

Pela madrugada do dia 4 de janeiro acampamos finalmente na boca da picada para Barracão. Estavam novamente dentro do mato. O campo aberto perdia-se no horizonte à nossa retaguarda. Suspiros de alívio saíam de nossos peitos. Os gaúchos aceitavam em fim a nova espécie de luta que iria de agora em diante constituir o forte da Coluna. O combate regular seria substituído pela Guerrilha. (BARROS, 1953, p.66 apud CARONE, 1975, p. 95).

Dirigiam-se assim os revolucionários, com uma tropa mais ágil e rápida, até ao encontro da Coluna Paulista, não sem dificuldades, que estimulavam as desistências, além do fato de que não agradava a muitos gaúchos deixar o seu estado. Dos 1500 homens apontados por Luís Carlos Prestes saídos de São Luís, chegariam ao Paraná entre 500 e 600 homens, também de acordo com o comandante. João Pedro Gay, responsável pelo levante em São Luís, seria um dos desertores (PRESTES, 1990, p. 152).

Em março de 1925 os gaúchos conseguiriam encontrar com os paulistas estaria então formada a Coluna Prestes (LANNA JR., 2013, p. 330). A Coluna pela sua duração, composição e estratégia de ação se organizaria de maneira muito diferente da maioria das

movimentações dos “tenentes” – inclusive da própria Coluna Paulista, que durou e marchou muito menos. O movimento perdurou cerca de 2 anos e 3 meses, marchando milhares de quilômetros pelo Brasil, lançando mão da tática de guerrilha. Se nos demais movimentos menos duradouros os elementos populares não tiveram participação ou pouco atuaram, a Coluna Prestes era marcada pela grande participação de civis, das classes baixas às classes médias, liderados por militares profissionais – um motivo para aumentar e muito a complexidade do objeto estudado–; o que fez Anita Prestes classificá-la como um exército guerrilheiro e popular. Algo bem diferente dos acontecimentos registrados em 1922 e 1924.

Falar da Coluna Prestes com responsabilidade, portanto, exige um trabalho exaustivo tal qual feito com competência por Anita Prestes, fugindo das possibilidades desta dissertação.

Considerações Finais

Tendo sido apresentadas ao longo do trabalho as conclusões a respeito do objeto investigado, toma-se como desnecessário repeti-las. Desta forma, o que se procura aqui, é antes de tudo, construir um sentido geral do texto, auxiliando o leitor na ligação dos pontos do trabalho, que se empenhou em avaliar os intelectuais autoritários, a crise da República Liberal-oligárquica e o Tenentismo.

Considerando as décadas de 1910 e 1920 nacional e internacionalmente marcadas pela reação aos modelos político-culturais liberais, essa pesquisa procurou investigar as culturas políticas que se enfrentavam e se transformavam no cenário brasileiro durante a crise da Primeira República. O objetivo foi localizar já no início do Tenentismo eventuais diálogos com o pujante pensamento autoritário.

Não se buscou, em momento algum, uma filiação teórica do Tenentismo no autoritarismo, longe disso. O que se fez foi identificar como que tradições, valores, práticas e interpretações, que impulsionavam o movimento militar, dialogaram, se aproximando ou se distanciando em determinados aspectos, com o pensamento e as propostas autoritárias fortalecidas naquele momento. Afinal, intelectuais e militares viveram conjuntamente a experiência das expectativas e decepções em relação ao regime republicano, sendo atingidos no mesmo ambiente por tradições e construções semânticas antecedentes a eles, que influenciavam suas formas de pensar e agir sobre o mundo – além dos elementos de classe ou corporativos já tão considerados pela historiografia.

Para isso, foi necessário primeiramente identificar o autoritarismo no Brasil, partindo não simplesmente de um conjunto de características ou propostas mais imediatas a cerca dos rumos que deveria seguir o país, segundo os intelectuais autoritários; mas da avaliação das culturas políticas que haviam permitido o ambiente de formação e propagação dessas idéias. Daí a necessidade de entender o que representava ser um intelectual no Brasil, com que tradições eles dialogavam para construir suas análises sobre o presente e o passado e propor mudanças para o futuro. Cuidar para que não se confundisse aspectos tradicionais da postura do próprio intelectual na afirmação do seu campo de atuação com o que trazia o intelectual autoritário, naquele momento específico da República, representou nessa pesquisa um grande esforço. Tudo isso não sem levar em conta outras formas de crítica ao regime e o diálogo com elas, como as desenvolvidas pelos próprios liberais e pelos remanescentes positivistas.

Quanto aos militares, se procurou também investigar aquilo que embasava tanto o seu voluntarismo “revolucionário”, quanto suas propostas de restauração de uma ordem que, segundo eles, havia se perdido em meio às tramóias dos “políticos profissionais”. A questão que se colocava era: em quais aspectos os mais radicais críticos da República, do ponto de vista da ação, já que pegaram em armas, se relacionavam com os mais radicais, do ponto de vista intelectual, já que se manifestaram abertamente críticos do liberalismo no Brasil? Uma vez que ambos identificavam, cada um a sua maneira, graves distorções no poder constituído que seriam as responsáveis pelo estado de desorganização que se colocava o país.

O que se conseguiu perceber é que desde o primeiro levante militar em 1922 os combatentes demonstraram conhecer o debate político da época, apresentando argumentos e constatações que vocalizavam uma boa parte da indignação gerada com as quebras das expectativas depositadas na República. Como se buscou expor aqui, o que os militares diziam ao comunicar com os civis ia muito além das exigências referentes a problemas da caserna e tocavam em pontos intensamente discutidos nas eleições, na imprensa e demais espaços públicos.

Ora, com a análise dos precedentes da República foi possível captar uma tradição antiliberal que já havia fincado pé entre muitos intelectuais com o positivismo, atingindo inclusive os militares em sua formação. O que faziam os autoritários no século XX era resignificar muitos destes aspectos antiliberais na crítica frontal à República Liberal, despontando como uma alternativa importante ao projeto até então hegemônico. Sendo os “tenentes” tão atentos aos temas nacionais, não foi impossível encontrar também entre os revoltosos muitos destes aspectos, ainda que não saíssem à luta pela destruição do regime liberal.

O que se viu em geral, é que ainda que as bandeiras principais do Tenentismo estivessem atreladas ao projeto republicano liberal e federalista, tradicional e hegemônico desde o movimento republicano, elas eram defendidas a partir de leituras do passado e do presente que muito dialogavam com aquilo que os autoritários traziam para o ambiente político na época, na crítica mais radical ao liberalismo. Isso para não falar nas propostas de mudança, que se não encampavam uma reformulação radical do Estado, como fizeram Torres e Vianna, buscavam instituições com princípios gerais muito parecidos, como se apresentou no último capítulo.

Projetando-se enquanto baluartes da moral, do civismo e da racionalidade necessárias para a ação, os militares se entendiam como uma elite pronta a agir em nome do povo, contra

as oligarquias que esfacelavam os interesses nacionais. Isso lhes dava autoridade para agir em uma “revolução” legal. Em 1922 e 1924 ao povo caberia tão somente a presença nas urnas, isso quando também não fosse necessária restringi-la, com o censo alto ou mesmo com uma ditadura. O que era justificado pelo argumento de serem as massas pouco hábeis e perigosas na condução dos processos de mudança. Mesmo pegando em armas, era preciso assegurar a ordem, garantir reformas que não trouxessem o perigo da subversão do regime e isso tão somente os militares seriam capazes de fazer, como justificavam.

Para os “tenentes”, o país havia sido entregue nas mãos de bacharéis, da “advocacia administrativa” sujeita às pressões das negociatas dos interesses faccionistas das oligarquias, que eram opostos aos interesses e objetivos gerais da nação. O objetivo, afinal, era nacional, evitar o esfacelamento do país impulsionado pelos múltiplos interesses que detinham demasiados poderes naquele momento.

Em relação Estado, ainda que não fizessem grandes elaborações de transformações radicais como se pôde ver que fizeram Alberto Torres e Oliveira Vianna, sugeriam compô-lo de instituições independentes, orientadas primordialmente pela técnica e que fizessem suas leis e determinações chegarem a cada estado do país; o que, em última instância, significava reclamar um maior centralismo político por parte das instituições que perdiam em poder para os mandões locais, o mesmo princípio que reclamavam os autoritários em relação ao federalismo praticado pela República.

Diante dessas afirmações gerais já tratadas ao longo dos capítulos, mesmo que por meio das fontes nada se possa afirmar que os militares leram os autoritários, se pode dizer que, sem dúvida, tomavam contato de alguma forma com as problematizações que estes autores traziam para os espaços públicos, sendo atingidos por valores, tradições e representações que não só condenavam as ideias liberais, como suas práticas, seus atores sociais e suas instituições. Se os militares revoltosos traziam consigo a defesa primeira das instituições republicanas e liberais, se pode notar que isso não acontecia por mera reprodução daquilo que já pregavam seus próprios algozes. Para compreender o mundo em que viviam e se posicionar diante dele, os “tenentes” parecem ter se sustentado também em diferentes referências, como nas contribuições daqueles que se mostravam cada vez mais os antípodas do regime criado a partir de 1889.

Fontes

Cartas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Carta do Marechal Odílio Bacellar à Imprensa Paulistana, de 01/07/1924, São Paulo. Cartas da Revolução de 24. Repositório Digital. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/cartas_24> . Acesso em dez. 2013.

APESP. Carta de J. F. Assis Brasil a Dr. Lusardo, de 15/12/1924, Berachi. Cartas da Revolução de 24. Repositório Digital. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/cartas_1924/325.pdf> . Acesso em dez. 2013.

CARTA de José Carlos de Macedo Soares para o Gen. Abílio de Noronha, em São Paulo, 16 de julho de 1924. In: NORONHA, Abílio de. **Narrando a Verdade**: Contribuição para a História da revolta em S. Paulo. São Paulo: [s.n.], 1924. p. 81-83.

CARTA do Gen. Abílio de Noronha para o Dr. José Carlos Macedo Soares, em São Paulo, 16 de julho de 1924. In: NORONHA, Abílio de. **Narrando a Verdade**: Contribuição para a História da revolta em S. Paulo. São Paulo: [s.n.], 1924. p. 83-85.

CARTA de Isidoro Dias Lopes para o Gen. Abílio de Noronha, São Paulo, 17/07/1924. In: NORONHA, Abílio de. **Narrando a Verdade**: Contribuição para a História da revolta em S. Paulo. São Paulo: [s.n.], 1924. p. 86-88.

CARTA de José Carlos de Macedo Soares para o Gen. Eduardo Sócrates, em São Paulo, 27 de julho de 1924. In: NORONHA, Abílio de. **Narrando a Verdade**: Contribuição para a História da revolta em S. Paulo. São Paulo: [s.n.], 1924. p.96-98.

Manifestos, proclamações e depoimentos

CARONE, Edgard. **O Tenentismo**: Acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1975.

DEPOIMENTO do tenente-coronel Fructuoso Mendes no Inquérito Policial Militar de 1922. In: SILVA, Hélio. **1922**: sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v.2, p. 500.

MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp.397-399.

MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp.399-401.

MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 24/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 402-403.

MANIFESTO dos militares rebelados em São Borja (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp.412-414.

MANIFESTO dos militares rebelados em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 410-412.

MANIFESTO do general Isidoro Dias Lopes, justificativo da retirada da Capital paulista, s.d. In: In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 403-404.

PROCLAMAÇÃO dos militares rebelados em Manaus (Amazonas), em 24/7/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 408-410.

RASCUNHO da Constituição elaborado pelos rebeldes de São Paulo e encontrado no arquivo do general Isidoro dias Lopes, após a retirada de suas tropas da Capital paulista (julho de 1924). In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 404-405.

REAÇÃO militar contra a candidatura de Artur Bernardes (fevereiro de 1922). In: CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo, 1975. p. 23-24.

SILVA, Hélio. **1922: Sangue na Areia de Copacabana; Documentos da História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v.2.

Textos de época

AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1990. p.49-68. [1924].

AHTAÍDE, Tristão de. Política e Letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1990, p.209-256. [1924].

BARBOSA, Rui. **Obras Completas** . Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, v.30, t.1.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1990. [1924].

GENTIL, Alcides. **As idéas de Alberto Torres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924**. São Paulo: Brasiliense, 1952.

PEÇANHA, Nilo. **Política, Economia e Finanças: campanha presidencial de 1921-1922**. [S.l]: [s.n], 1922.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t. 74, pt.2, p. 547-596.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1924, t. 96, v.150, p. 438-455.

TORRES, Alberto. **As fontes de vida no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990. [1915].

_____. **O problema nacional brasileiro**. [S.l.]: eBooksBrasil.com,2002a. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/torresb.pdf>>. Acesso em jan. 2012. [1912]

_____. **A organização Nacional**. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002b. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan. 2012. [1914].

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. [1923].

_____. **Evolução do povo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. [1923]

_____. Á guiza do prefacio. In: GENTIL, Alcides. **As idéas de Alberto Torres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. [1920].

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990. pp. 121-141. [1924].

_____. **O Idealismo na Constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. [1927].

_____. **Problemas de Política Objetiva**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. [1930].

Dicionários de época

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionario da Lingua Brasileira**. Typographia de Silva: Ouro Preto, 1832.

ROCHA POMBO, J. F. da. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1914.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionario da lingua portugueza**. 8. ed. Rio de Janeiro e Lisboa: Editora Empreza Litteraria Fluminense. 1890. 2 v.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza pelo dr. Frei Domingos Vieira, dos eremitas calçados de Santo Agostinho**: publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Porto: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v.1.

_____._____. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873. v. 2

_____._____. Porto: Porto: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v.5.

Memórias

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário: a marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BRASIL, José de Assis. **O atentado de 5 de julho de 1897 contra o presidente da República**: causas e efeitos. São Paulo: Vanordem, 1909, p. 40-41.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. Rio de Janeiro: Ed. Coelho Branco, 1955.

NORONHA, Abílio de. **Narrando a Verdade**: Contribuição para a História da revolta em S. Paulo. São Paulo: [s.n.], 1924.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: da planície à borda do altiplano. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927, v.1.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. In: **Câmara dos Deputados: Legislação Informatizada – Publicação Original**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 17 jan. 2015.

Jornais

Correio da Manhã- RJ, 1921-1922

Estado de S. Paulo, 1915; 1922

Jornal do Brasil, 1909

Instituições consultadas

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Biblioteca Redentorista – Juiz de Fora/MG

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. **RBCS**. São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, Out. 2000.

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**. Niterói, n. 26, p. 1-14, jan. 2009.

ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere**. Uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930). Jundiaí: Paco Editorial: 2012.

ARENDT, Hannah. Que é autoridade. In: ---. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. O caso Dreyfus. In:---.**Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1992.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Presença, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República: liberalismo *versus* positivismo: Brasil 1870-1900. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, p. 122-135, 1993.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de Aço no Tecido Social**: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. In: ---. **Pontos e Bordados**: escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.202-231.

_____. Os três povos da República. **Revista USP**. São Paulo. n. 59, p. 96-115, set/nov 2003.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. A utopia de Oliveira Vianna. In: ---. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O Tenentismo na Marinha**: os primeiros anos – 1922 a 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHALHOUB, Sidney. Variola, vacina e “vacínophobias”: a historiografia recente sobre a Revolta da Vacina. In: ---. **Cidade Febril**: cortiços epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.97-205

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O mundo como representação. In: ---. **À Beira da Falésia**: A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

CHAVES, Luís Guilherme B. Viana, Oliveria. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.6038-6040.

CÉFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CÉFAÏ, Daniel (dir). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001. pp. 93-116.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade**: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

DURHAM, Eunice. Cultura e Ideologia. In: ---. **A dinâmica da Cultura**: ensaios de antropologia. COSACNAIFY, 2004. p.257-279.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 30**. Historiografia e História. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. **Tenentismo e política**: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.4, p. 244-280, 1989.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914 -1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Como mudar o mundo**: Marx e os Marxismos (1840-2011). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política**: o experimento da Primeira República Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. A questão da representação política na Primeira República. **Caderno CRH**. Salvador, v.21, n. 52, p.25-35, Jan./Abr. 2008.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 57, pp. 27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134.146, 1992.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. Editora Unesp, 1997.

LAMARÃO, Sérgio. Liga da Defesa Nacional (LDN). In: **Dicionário da Elite Política Republicana** (1889-1930). [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> . Acesso em jan. 2013.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t.3, v.2.

_____. **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Leis Adolfo Gordo. In: **Dicionário da Elite Política Republicana** (1889-1930). [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>> . Acesso em jan. 2013.

LANNA JR., Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1. p. 313-350.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEMOS, Renato L. do C. Neto e Benjamin Constant: Biografia e explicação histórica. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997. Disponível em: <http://www.lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Benjamin_Constant_-_Biografia_e_Explicacao.pdf>. Acesso em dez. 2014.

LEMOS, Renato. Torres, Alberto. In: **Dicionário da Elite Política Republicana** (1889-1930). [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TORRES,%20Alberto.pdf>> . Acesso em jan. 2013.

LEVINE, Robert M. **O sertão prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: Edusp, 1995.

MANHHEIM, K. **Essays on the Sociology of Culture**. Routledge: London/New York, 1997.

MARSON, Adalberto. **A Ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 2, n. 4. fev. 1987.

_____. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: **A Revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Brasília: Ed. UNB, 1983.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. **1922**: em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In: **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm: 2009. p. 13-37.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 198-

OLIVEIRA, Francisco de. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 48, p. 3-19, jul. 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEÇANHA, Celso. **Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **As barricadas da saúde**: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PRESTES, Anita L. **Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La ‘sociabilidade’ y la historia política. In: PEIRE, Jaime (org.). **Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra**. Caseros: Eduntref, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, n.38, p.64-77, jun./ago. 1998.

ROSA, Virgínio Santa. **O sentido do Tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: --. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. República: Da Belle Époque à era do rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHULZ, John . **A crise financeira da abolição: 1875-1901**. São Paulo: Editora USP, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas-SP: Papyrus, 2002.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n 20, jul./dez. 2008, p.238-269.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.7, p. 302-323, jan./jun. 2005.

STARLING, Heloísa M. M.; LYNCH, Christian E. C.. República: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. Disponível em: <<http://www.iberconceptos.net/wp-content/uploads/2012/10/DPSMI-I-bloque-REPUBLICA-REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2013.

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. (org.). **Dicionário de Política**. 7. ed. Brasília. Editora UnB, 1995.

VISCARDI, Cláudia. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia et al. (org.). **Trabalho, Proteção e Direitos: O Brasil além da Era Vargas**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 29-61.

_____. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do “café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012a.

_____. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*. v.18, n.32, pp. 137-161, 2012